

Navegar, lutar, pedir e... receber

(O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro).

HIS70RIA
UNIVERSIDADE DO BRASIL



Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. João Fragoso

Rio de Janeiro
Março de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Navegar, lutar, pedir e... receber

(O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro).

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira

Orientador: Prof. Dr. João Fragoso

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada por:

Prof. Dr. João Fragoso - Orientador
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof. Ronald Raminelli
(Universidade Federal Fluminense)

Prof. Vitor Izecksohn (UFRJ)
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Rio de Janeiro

Março de 2010



Universidade Federal do Rio de Janeiro
 Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
 Programa de Pós-graduação em História Social
 Curso de Mestrado em História

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
 HISTÓRIA SOCIAL**

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, no Auditório Afonso Carlos Marques dos Santos do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão Examinadora composta pelos professores doutores Ronald José Raminelli (UFF), Vitor Izecksohn (UFRJ) e João Luís Ribeiro Fragoso (UFRJ), sob a presidência deste último, na condição de orientador, para a sessão pública de defesa da Dissertação de Mestrado do candidato Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira, intitulada "Navegar, lutar, pedir e... receber (o perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro)". Após a arguição e a defesa, a Comissão declarou a Dissertação de Mestrado "APROVADA COM LOUVOR". Dessa forma, o candidato faz jus ao grau de Mestre em História Social. Para constar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos integrantes da Comissão Examinadora e pelo candidato.

João Luís Ribeiro Fragoso
 (Presidente)

[Assinatura]
[Assinatura]

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira
 (Candidato)

Ficha Catalográfica

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri

Navegar, lutar, pedir e... receber (O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro)./ Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2010.

xi, 154f.: il.; 31 cm.

Orientador: João Fragoso. Dissertação (Mestrado) UFRJ, IFCS, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 154-164.

1 – História Militar. 2 – Rio de Janeiro. 3 – Século XVII. 4 – Colônia.
I – Fragoso, João. II – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social. III – Título

Resumo

Navegar, lutar, pedir e... receber (O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro).

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira
Orientador: Dr. João Fragoso

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

O presente trabalho tem por objetivo traçar o perfil dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e São João da Baía de Guanabara, na segunda metade do século XVII. Para tal, dentro da concepção da “economia de mercês”, procurou-se analisar quais os serviços que os capitães prestaram anteriormente para que fossem nomeados. Serviços estes que passaram pelas principais batalhas lusas, sejam na Restauração portuguesa, pernambucana ou angolana. Percebemos que os serviços mais importantes eram os feitos na localidade do Rio de Janeiro, onde o capitão atuaria. Do mesmo modo, procuramos analisar o processo de escolha dos capitães, empreendidos pelo Conselho Ultramarino e pela Coroa. Utilizamos como principal fonte as nomeações passadas pelo Conselho Ultramarino.

Abstract

This paper aims to profile the captains of the fortresses of the Holy Cross and St. John of the Guanabara Bay, in the second half of the seventeenth century. To this end, within the concept of "market economy", we tried to analyze what services previously provided the master to be appointed. Services that have passed through the major battles luso, are the Portuguese Restoration, Pernambuco and Angola. We realize that the most important services were made in the area of Rio de Janeiro, where the captain would act. Similarly, we analyze the process of choosing captains, undertaken by the Overseas Council and the Crown. Used as the main source nominations passed by the Overseas Council.

A Antônio e Maria

Que sempre se mostraram os

mais fortes dos capitães

Agradecimentos

Todo historiador, bom ou mau, tem que lidar com o tempo, uma de nossas matérias-primas. Todavia, gerenciar o nosso tempo pessoal é bastante difícil. Ele parece ser sempre fugaz, em especial quando se faz uma dissertação. Em particular para mim foi um pouco problemático. No primeiro ano de curso tinha que me dividir em três, só para contar o lado profissional. Duas matrículas de professor do ensino básico me consumiam algumas horas em sala de aula, por vezes de forma bastante burocrática, mais do que gostaria. Isto sem contar algumas reuniões pedagógicas intermináveis. A situação se complicava um pouco mais devido aos deslocamentos. Por lecionar no interior do Estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Armação dos Búzios e Cabo Frio, tive que me organizar para ir à “Corte” duas vezes por semana. Portanto, gostaria de pedir desculpas aos meus alunos pelas ausências que inevitavelmente, tive durante o ano de 2008.

A terceira face, na qual pensava quase que de forma neurótica, estava ligada ao nosso curso de mestrado e toda a sua carga de trabalhos, sempre muito apertada pela qualidade do programa e pelas responsabilidades que tinha. Aqui serei eternamente grato aos profissionais que nos ajudam a cumprir este estágio. Os professores que ministraram os cursos, João Fragoso, Manolo Florentino, Nuno Monteiro, Antônio Carlos Jucá de Sampaio, Jaqueline Hermann e Francisca de Azevedo. Além das secretárias do programa, as sempre simpáticas e prestativas Rita e Sandra.

Além deles tive a oportunidade de fazer grandes amigos, que para o bem ou para o mal, se espalham pelo mundo, ou irão fazê-lo, mais cedo ou mais tarde, posto que, tenho certeza alcançarão os objetivos desejados. São eles, Angélica, Clara, Edinelia, Lívia, Marcello, Simone e Suellen. A companhia de vocês com certeza tornaram nossas trajetórias muito mais agradáveis em todos os sentidos. Alguns textos e indicações me foram gentilmente indicados e cedidos por José Eudes, a quem sou muito grato.

Não poderia deixar de citar meu amigo Janderson pelo incentivo que sempre me deu, e que continua a fazer, para que voltasse à Universidade e por outros mil conselhos e idéias trocadas a respeito da vida.

Gostaria de agradecer a todos os professores e colegas que, de um modo ou outro, ajudaram na realização deste trabalho, em especial aos que estiveram presentes em alguns eventos nos quais apresentamos parte de nossa pesquisa. Do mesmo modo,

queria registrar a gratidão a todos os membros do GT *Antigo Regime nos Trópicos* pela leitura e críticas que fizeram de nosso trabalho em várias oportunidades e pelos ensinamentos adquiridos nas reuniões.

Os comentários feitos pelos pesquisadores que participaram de nossa banca de qualificação nos foram fundamentais e somos imensamente gratos aos professores Ronald Raminelli (UFF) e Vitor Izecksohn (UFRJ).

Em termos acadêmicos, não posso deixar de prestar reverências ao professor João Fragoso, por sua orientação e atenção. Desde a época de minha graduação, passando pelo meu desejo de voltar à Universidade, depois de um longo tempo afastado, sempre se mostrou muito paciente com minha insegurança, me tranquilizando e me incentivando. Gostaria de agradecer por tudo que tem feito.

Este trabalho não teria sido possível sem o carinho, a atenção e a dedicação de Alanna e de Felipe, com quem compartilho as agruras do cotidiano, por vezes tão fatigante.

Quero agradecer aos meus irmãos Gustavo e Fernanda pela torcida e ajuda. E, por fim, queria dedicar este trabalho a Antônio e Maria, a quem por mais que eu escreva, não conseguirei dimensionar o quão são importantes para mim e a quem nunca poderei retribuir o que fizeram e continuam a fazer. Apreciaria muito passar mais tempo com vocês. Eu lhes amo muito!

Sumário

Resumo	5
Abstract	6
Agradecimentos	8
Sumário	10
Relação dos Quadros e Mapas	11
Introdução	13
Capítulo I – Uma visão panorâmica das fortalezas do Rio de Janeiro, no século XVII. 34	
Alguns aspectos das fortalezas, no século XVII	34
Perfil dos capitães das fortalezas.....	52
Capítulo II – O jogo das concorrências.....	87
As consultas do Conselho Ultramarino.....	87
As concorrências	97
Capítulo III - A importância da localidade	118
Experiência naval e mercantil	118
Experiência européia X brasileira.	125
Uma conversa com a historiografia.....	141
Conclusão.....	151
Bibliografia	155

Relação dos Quadros e Mapas

Quadros:

- Quadro 01** - Relação dos principais acontecimentos nas Batalhas da Restauração Portuguesa. 76.
- Quadro 01 A** - Relação dos principais acontecimentos nas Batalhas contra os holandeses no Atlântico sul, no século XVII. 77.
- Quadro 02** - Perfil dos Capitães da fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, na segunda metade do XVII. 81.
- Quadro 03** - Perfil dos Capitães da fortaleza de São João, no Rio de Janeiro, na segunda metade do XVII. 82.
- Quadro 04** - Ordenados em réis pagos pela Fazenda Real para os ofícios das fortalezas do Rio de Janeiro, em 1640. 84.
- Quadro 05** - Nomeação de Baltasar Cesar D'êça para fortaleza de Santa Cruz, em 1664. 100.
- Quadro 05 A** - Voto dos conselheiros na nomeação de Baltasar Cesar D'êça para fortaleza de Santa Cruz, em 1664. 101.
- Quadro 06** - Nomeação de Agostinho de Barros de Vasconcelos para fortaleza de São João, em 1671. 102.
- Quadro 06 A** - Voto dos conselheiros na nomeação de Agostinho de Barros de Vasconcelos para fortaleza de São João, em 1671. 103.
- Quadro 07** - Nomeação de Francisco Pinto Pereira para fortaleza de São João, em 1669. 105.
- Quadro 07 A** - Voto dos conselheiros na Nomeação de Francisco Pinto Pereira para fortaleza de São João, em 1669. 106.

Quadro 08 - Nomeação de “sem nomeação” para fortaleza de Santa Cruz, em 1661. 111.

Quadro 08 A - Voto dos conselheiros na nomeação de “sem nomeação” para fortaleza de Santa Cruz, em 1661. 112.

Quadro 09 - Nomeação de Ascenço Gonçalves Matoso para fortaleza de São João, em 1660. 115.

Quadro 09 A - Voto dos conselheiros na nomeação de Ascenço Gonçalves Matoso para fortaleza de São João, em 1660. 115.

Mapas:

Mapa 01 - Circulação da elite nos diversos espaços da América Portuguesa, nos seiscentos. 59.

Mapa 02 - Principais batalhas durante a Guerra de Restauração portuguesa. 78.

Mapa 03 – Aldeamentos indígenas na capitania do Rio de Janeiro no século XVII. 131.

Introdução

Tanto mar¹
Chico Buarque

Foi bonita a festa, pá
Fiquei contente
E inda guardo, renitente
Um velho cravo para mim

(...)

Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também quanto é preciso, pá
Navegar, navegar

Canta a primavera, pá
Cá estou carente
Manda novamente
Algum cheirinho de alecrim²

Certamente os portugueses do século XVII sabiam o quanto era importante *navegar, navegar*. Mas, mais do que isto, eram cientes da importância de ao *navegar* prestarem serviços à Sua Majestade. Assim sendo, poderiam ser reconhecidos como bons vassallos e, dentro do *sistema de mercês*, receberiam benesses que provavelmente comemorariam, possibilitando ao poeta escrever: *foi bonita a festa, pá*.

A inspiração de Chico Buarque poderia ter vindo do ocorrido em Salvador, na Bahia. Em algum momento de outubro de 1644, o novo Rei de Portugal, D. João IV, confirmava a nomeação de Antônio Curvelo Escudeiro, no ofício de Capitão da Fortaleza de São João na cidade do Rio de Janeiro³. Tal ato era forçoso posto que a União Ibérica (1580-1640) havia acabado e o mesmo teria sido empossado entre os anos de 1633 e 1634, provavelmente pela Duquesa de Mântua, quando governou o reino⁴.

¹ Cara Nova Editora Musical Ltda. Disco “Chico Buarque – 1978”.

² Apesar de a música ter sido composta para outro momento histórico, ditadura militar brasileira (1964-1984), diferente do qual estamos trabalhando, podemos utilizar alguns dos valores apresentados. Isto se torna possível pelo fato da canção fazer menção a um ideário luso há muito sublinhado por grandes poetas portugueses que remontam à época das descobertas.

³ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 2, Caixa 2, Documento 338.

⁴ Salvador Correa de Sá e Benevides faz menção ao fato do dito Antonio estar servindo desde 1633, como capitão desta fortaleza. Cf. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 1, pp. 70, datado de 20/06/1645. Há outro documento que diz que teria sido nomeado pela Duquesa de Mântua, logo depois de 1634. Cf. Coleção Resgate – Castro

Desta forma, o capitão Antonio Curvelo Escudeiro se não fez uma *bonita festa*, pelo menos, ficou mais tranqüilo, visto a instabilidade que se passava no momento da Restauração Portuguesa. Esta nomeação, apesar de ter sido feita pelo governador, não foge à regra daquela conjuntura. Mesmo o monarca, D. João IV, parece confirmar as nomeações feitas durante o período dos Áustrias⁵.

Antonio Curvelo Escudeiro serviu no forte por aproximadamente 26 (vinte e seis) anos, quando morre e é substituído pelo nosso primeiro personagem Ascenço Gonçalves Matoso, em 1660. Neste ínterim e, durante o restante do século, a cidade do Rio de Janeiro passava por uma série de transformações urbanísticas que remodelavam suas ruas, como mostrou Cardoso e Araujo. A urbe havia passado por uma revolta em 1640, que estava relacionada à escravização do gentio, a principal mão-de-obra utilizada na região até o final dos seiscentos. A capitania havia financiado e organizado uma expedição militar para reconquistar Angola aos holandeses, em 1648. O número de engenhos havia crescido assustadoramente, fruto da ocupação holandesa nas capitanias do norte, passando de 60 fábricas de açúcar em 1629, para 110 em 1639, e ao final do século alcançaria 120. Com isso, a importância do porto deixava de ser militar, pois era o principal “quartel” das capitanias do sul, para ser, também, um exportador de açúcar. Neste cenário, as figuras sociais mais destacadas eram os donos de engenhos, grandes comerciantes, oficiais régios e autoridades eclesiásticas⁶. Em sua população, de acordo com o primeiro censo, feito em 1660, havia 3.850 habitantes, dos quais 3.000 índios, 750 portugueses e 100 negros africanos⁷. Era este cenário que Antonio Curvelo Escudeiro deveria ajudar a proteger.

Parte do desenvolvimento da cidade também se deveu a chamada “viragem” para o Atlântico, fruto das perdas das possessões lusas no oriente, no XVII. Este oceano começava a se tornar a principal área ultramarina lusa. Deste modo, as rotas comerciais mais importantes que percorriam o Império luso passam a se articular cada vez mais com as diversas capitanias da América portuguesa. O tráfico de escravos se torna mais freqüente. O número de negros africanos desembarcados nos portos do lado ocidental do Atlântico aumenta. Estes provinham de duas regiões da África. Da parte ocidental os

Almeida, Documentos avulsos, Rolo 2, Caixa 2, Documento 339. No entanto, este desencontro para nós pouco importa. A Duquesa foi o último vice-rei de Portugal (1634-1640).

⁵ OLIVAL, Fernanda. As ordens militares e o Estado Moderno – honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001, pp. 107.

⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion & ARAUJO, Paulo H. Rio de Janeiro. Madri: Mapfre, 1992, pp. 67 e ss.

⁷ FERREZ, Gilberto. O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto, 1555-1800. Rio de Janeiro: Serviço de documentação geral da marinha, 1972, pp. 13.

“sudaneses” e da central e equatorial os “bantos”, que depois do XVIII passam a vir também de Moçambique, do lado oriental do continente⁸.

Por sua vez a América lusa enviava para Portugal o açúcar que era reexportado para os países do norte europeu. Segundo Mauro, no intervalo entre 1570/1580 e 1680, aquela região foi à maior produtora mundial e sempre apresentou tendência ao crescimento. Este produto que chegava ao Velho Mundo, por vezes, era trazido na volta dos navios que teriam levado escravos da África para a América⁹.

Outro comércio importante era o do tabaco e da aguardente que com o incremento do tráfico de escravos passaram a ser as mercadorias mais utilizadas para comprar homens na África. Ao mesmo tempo, se importava da Europa manufaturados (ferramentas, armas e têxteis ingleses e franceses). Nos portos do Atlântico sul também apareciam navios que vinham da Ásia trazendo mercadorias luxuosas, como a seda. Chegavam ainda carne salgada, couro e prata da região platina; peixe salgado e vinho da região do Porto e da Ilha da Madeira e; cereais de Portugal¹⁰.

Parte desta atividade mercantil tinha como destinatário o porto do Rio de Janeiro. De acordo com Sampaio este era o único do centro-sul da América lusa que contava com a presença anual da frota vinda de Lisboa e era o segundo mais importante, só perdendo para a Bahia. Para se ter uma noção de sua relevância, o autor afirma que, no último quartel dos seiscentos, se exportava a mesma quantidade de açúcar do que a capital do Estado do Brasil, que, no entanto, se destacava mais por exportar tabaco. Deste modo, por ser o único porto da região acabou por subordinar comercialmente as capitânicas vizinhas¹¹. Segundo Fragoso suas elites e a Coroa sabiam da importância estratégica do Rio de Janeiro para o comércio e para a defesa do Atlântico sul¹².

Além do mais apresentava uma ligação importante com a Região do Prata. Este elo, depois de ter sofrido um revés com a Restauração Portuguesa, irá aumentar nos anos de 1680, quando passa a haver um fortalecimento da rota Rio de Janeiro – Angola. A partir deste momento os traficantes de Angola começam a ver o comércio com aquela

⁸ MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: Estrutura política e econômica do Império, 1580-1750. In BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina. Vol 1- América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 1998, 2ª edição, pp. 462.

⁹ Idem, *Ibidem*, pp.464-5.

¹⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 466.

¹¹ SAMPAIO, Antônio C. J. de. Na encruzilhada do Império – hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, pp.140.

¹² FRAGOSO, João. Imperial (re)visions: Brazil and the portuguese seaborne empire. Conference in Memory of Charles R. Boxer. Fidalgos da terra e o Atlântico sul. SCHWARTZ e MYRUP (orgs.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru: Edusc, 2009, pp. 79.

praça sobre outro olhar, por dois motivos. O primeiro é que não conseguem mais inserir sua mercadoria na Bahia, pois esta região estava se abastecendo em outra área, a Costa da Mina¹³ e; o segundo, a fundação da Colônia de Sacramento (1680) que aumentou o poder de compra dos traficantes fluminenses, devido à prata oriunda daquela região¹⁴.

Todo este comércio era fundamental para a elite da capitania, apesar da baixa capacidade de acumulação mercantil. Este setor da economia não se constituía como uma esfera autônoma. E a maior parte do capital acumulado nesta atividade era investida na agricultura. Neste sentido, talvez o caso mais exemplar seja o de Salvador Correa de Sá e Benevides, ativo participante do comércio imperial e, ao mesmo tempo, o maior senhor de engenho da capitania. Deste modo, os mercadores buscavam se tornar membros da elite agrária¹⁵. O comércio se tornava para algumas famílias senhorias o ponto de partida para se constituírem como tal¹⁶.

Todavia, segundo Fragoso, a economia fluminense era de segunda classe e após a Restauração portuguesa, em 1640, passa a ter uma série de problemas: a queda no comércio com o rio da Prata; o preço baixo do açúcar no mercado internacional e a falta de lucros do comércio de escravos com Angola. Ela se mostrava dependente do exclusivo colonial e, portanto, das flutuações do mercado internacional. Sua reprodução se dava pelo comércio e pela concessão de crédito. Com isto, parte da riqueza gerada ficava com os negociantes e outra parte com a governança da terra¹⁷.

A economia funcionava dentro do que Fragoso chamou de “economia do bem comum”, onde a reprodução e a acumulação não se davam no mercado e sim por fatores políticos. Desta maneira, os postos da administração periférica e do Senado da Câmara eram fundamentais. Os descendentes dos antigos conquistadores vicentinos ocupavam aqueles cargos por meio do sistema de mercês, posto que haviam conseguido expulsar os franceses da região em 1565, fundando a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com a utilização de suas fazendas. Era a ocupação destes espaços que permitia tirar recursos da sociedade para investir na montagem de engenhos. Em resumo:

¹³ Neste momento o tabaco baiano apresenta grande aceitação nesta região, fato que não ocorria com Angola, que preferia consumir o produto que era feito localmente. Cf. SAMPAIO. Na encruzilhada do Império ..., pp. 145.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, pp.141.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, pp.75 e ss.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, SAMPAIO, Antônio C. J. de. Na encruzilhada do Império – hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, pp.77 APUD FRAGOSO, João. Hierarquias sociais e formas de acumulação no Rio de Janeiro (Brasil), século XVII. In *Colonial Latin American review*. v. 6, nº 2, pp. 151-164. Oxford: Carfax, 1997.

¹⁷ FRAGOSO. Imperial (re)visions ..., pp. 76 e ss.

A base da economia da Guanabara era a produção de um açúcar preterido pelas frotas, mas que consistia no alicerce da sociedade de Antigo Regime da região, da mesma forma que dela se retiravam os cabedais necessários para a nobreza manter sua qualidade. Entretanto, este açúcar não bastava para sustentar o poder da nobreza, sendo completada pela apropriação, via governo, de parte da riqueza social¹⁸.

Neste ponto o ofício de capitão de fortaleza era vital, pois permitia que a nobreza da terra tivesse um grau de participação no comércio da capitania, que geraria acumulação para o investimento nos engenhos. Ao mesmo tempo, também era importante para a defesa militar da região.

Dito isto, nossa pesquisa pretende traçar um perfil dos capitães das duas fortalezas mais importantes da barra da capitania do Rio de Janeiro (Santa Cruz e São João), na segunda metade dos seiscentos. Do mesmo modo, pretende analisar o processo de escolha feito pelo Conselho Ultramarino e pelo Rei deste ofício régio. Momento iniciado pela Restauração Portuguesa (1640) e finalizado com a subida de D. João V ao trono (1706), assim, nosso recorte temporal se situa entre o fim da União Ibérica e as primeiras descobertas das minas na América portuguesa, na virada do século XVII para o XVIII. Também procuramos entender o processo de escolha dos mesmos e as características que deveriam possuir para serem nomeados para aquele ofício.

Começamos a pesquisa com a hipótese inicial de que o ofício seria ocupado pelos candidatos que tinham mais distinção social e logo a abandonamos. Daí fomos capazes de perceber que a escolha dos concorrentes não se baseava apenas em um critério apenas e sim no somatório de várias características para além da distinção social, a saber: anos de serviços prestados à Coroa; ligações sociais e familiares; patentes e; especialmente, lugares onde serviu e a experiência adquirida na América lusa.

Nossos agentes devem ter prestado inúmeros serviços à Coroa. A importância destes já era sentida antes de sua nomeação. Estudos recentes têm enfatizado que a expansão portuguesa do século XV e, particularmente, a conquista de novos territórios no XVI permitiu aos vassallos do rei um aumento significativo de serviços prestados à Coroa. Ao mesmo tempo, as rendas que provinham deste processo criavam novas oportunidades e o monarca distribuía terras, ofícios régios, tenças e etc¹⁹.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 105.

¹⁹ BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Braziliense*, nº 2, nov. de 2005 e MONTEIRO, Nuno. O 'Ethos' nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense*, nº 2, nov. de 2005. www.almanack.usp.br; HESPANHA, Antonio Manuel. As vésperas do Leviathan. Coimbra: Almedina, 1994, pp. 496. Fragoso e Gouvêa, em

Com a Restauração Portuguesa, em 1640, a prestação de serviços tomara outra característica, sobretudo para a nobreza titulada. O território ultramarino permanecia importante, pois a maior parte dos recursos para a manutenção da nova dinastia dos Braganças em Portugal continuava a provir deste espaço. Todavia, devido à luta no Velho Mundo contra a Espanha, pelo fim da União Ibérica (1580-1640), os serviços prestados nestes embates passavam a ser mais valorizados do que os de ultramar. Assim, Monteiro destacou que com a Restauração portuguesa um novo momento ‘fundacional’ do Estado luso surgia caracterizado pela elaboração de um pacto entre a nova dinastia, que subia ao trono, e as casas aristocráticas, que haviam combatido os castelhanos. Eram os descendentes destas que iriam compor a principal parcela da nobreza até o fim do Antigo Regime luso, em 1832²⁰.

No espaço colonial americano momentos ‘fundacionais’ também foram capitais para os agentes deste processo e, é claro, para a sociedade que se constituía. Os conquistadores obtiveram uma série de privilégios, que foram passadas aos seus descendentes, constituindo assim o que uma corrente historiográfica vem chamando de *nobreza da terra*²¹. Seus privilégios, então se originavam da conquista em diversas localidades, como por exemplo, da expulsão dos franceses e a posterior fundação e conquista do Rio de Janeiro, em 1565; da Conquista de Pernambuco no XVI e a da Restauração Baiana e Pernambucana, no XVII, com o combate aos holandeses. Nas palavras de Bicalho:

Em cidades como Olinda, Salvador, ou Rio de Janeiro as pessoas que se arrogavam o título de *principais* ou *nobreza da terra*, justificavam-no não enquanto uma categoria natural ou jurídica, de acordo com o direito do Antigo Regime, mas por meio de um discurso – baseado numa cultura política – que valorizava sua condição de protagonistas na conquista ultramarina.

Ao defender a importância dos serviços militares para a primeira nobreza do Reino, sobretudo após a Restauração de 1640, Nuno Monteiro toca, a meu ver, num ponto essencial para se compreender não só a monarquia restaurada sob a Casa de Bragança, mas ainda o pacto que deu coesão ao Império ultramarino, pacto entre a Coroa e os conquistadores restauradores do além-

recente artigo, também compartilham desta idéia. Cf. FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. In Revista Tempo: Rio de Janeiro: 7 letras, 2009, no prelo.

²⁰ Esta posição é seguida por outros autores, tanto portugueses como espanhóis, como: VALLADARES, Rafael. La Rebelión de Portugal, 1640-1668, s/l, 1998. COSTA, Fernando Dores Costa. A Guerra da Restauração, 1641-1668. Lisboa: Livros horizonte, 2004 e HESPANHA, A. M. As faces de uma Revolução. In Penélope. Lisboa: Edições Cosmos, nº9/10, pp. 7-16.

²¹ Especialmente nos ofícios régios e nas Câmaras Municipais, ou, para utilizar um termo coevo, nos “cargos honrados da República”. Tais postos eram importantes, pois atuavam não só na administração local, mas possibilitavam intervir na economia da região e eram monopolizados por estas famílias. Cf. FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. In. Revista Tempo. Rio de Janeiro: 7 Letras, V. 8, nº 15, 2003 e MELLO. Evaldo Cabral de. Olinda Restaurada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

mar – transformados em *nobreza da terra* pelo sistema de mercês e pelo desempenho de cargos concelhios – e sustentado pela cultura política de Antigo Regime.²²

As guerras, ainda segundo a autora, eram de grande relevância tanto na conjuntura do reino como no Atlântico:

(...) o que falava mais fundo na perspectiva das autoridades metropolitanas era sem dúvida a defesa e a conservação dos domínios ultramarinos, quer por meio da militarização dos colonos naturais e reinóis nos momentos de perigo, quer pelo reforço da obediência e submissão dos súditos à autoridade de seus governantes, legítimos representantes do rei e da sua soberania no distante, e nem sempre pacífico, além-mar.²³

Estes acessos ao poder por meio dos ‘cargos honrados da República’ hierarquizavam os indivíduos. No entanto, para que pudessem ter acesso a eles era necessária autorização do rei que assim controlava a hierarquização e a mobilidade social. A sociedade lusa se apresentava com a pretensão de uma rígida hierarquia, mas, havia possibilidades de mudanças no status social dos indivíduos, fato que causa alguns conflitos na ordem social.

Todavia, a Restauração portuguesa e a conquista americana operavam dentro de um cenário europeu bastante complexo que se modificava numa velocidade espantosa. Na Europa, de um modo geral, os Estados nacionais se formavam e traziam em seu bojo as guerras, tanto internas como externas. Suas batalhas eram financiadas pela rápida expansão econômica motivada pelo comércio. Nos campos onde os exércitos atuavam se desenvolviam novas armas, técnicas e táticas bélicas²⁴. A busca desenfreada pelos lucros oriundos da atividade mercantil alimentava os embates, não só no Velho continente, mas, também, na América, na África e na Ásia. Para os europeus, a guerra praticamente se torna endêmica no XVII. Para termos uma idéia do grau de sua

²² BICALHO. Conquista, mercês e poder local ..., pp. 30-1.

²³ BICALHO, Maria Fernanda. Cidade e Império – o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 332. Fragoso e Gouvêa destacaram que os estudos recentes mostram que a monarquia lusa era fraca para se impor pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas. Cf. FRAGOSO e GOUVÊA. Monarquia Pluricontinental ...

²⁴ Sobre as inovações a qual a historiografia vem chamando de Revolução Militar do século XVII consultar PARKER, Geoffrey. The Military Revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, 9TH ed. Cipolla nos mostra que os conflitos europeus aumentaram e desenvolveram a produção bélica, de técnicas navais e da construção de navios, financiados, sobretudo, pela rápida expansão comercial. A Inglaterra desenvolveu os galeões, uma mudança que irá unir no mesmo navio, o comércio e a guerra, que se confundem cada vez mais. Fortalezas, comércio, navegação e guerras se tornavam indissociáveis. Cf. CIPOLLA. C. Canhões e velas na primeira fase da expansão européia (1400-1700). Lisboa: Gradiva, 1989, pp. 131.

extensão, Boxer considerou a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), entre Holanda X Espanha, a verdadeira Primeira Guerra Mundial²⁵.

Comércio e guerra estavam intrinsecamente ligados. Cidades e povoados fortificados eram fundados ou conquistados para servirem não só de entrepostos comerciais, mas como pontos de apoio da rota Europa-Oriente. Em resumo, as mudanças decorrentes da intensificação do comércio, das conquistas européias e da formação dos Estados trariam novas relações para a sociedade ocidental.

Para o caso luso, o panorama não era diferente. A guerra contra os espanhóis fora fundamental para a formação do Estado. Ao mesmo tempo, os portugueses lutavam pela manutenção de seu Império contra vários povos: batavos; árabes; venezianos; chineses; e claro, espanhóis²⁶. As suas possessões no ultramar eram vitais para sua sobrevivência econômica. Todavia, temos que enfatizar que o Estado que se constitui não é o clássico Estado moderno europeu onde emergiria o absolutismo, teorizado por Anderson e outros²⁷, tratamos de um Estado corporativista e polissinodal, que definiremos mais a frente. Neste sentido Hespanha destacou que as guerras para Portugal, no que diz respeito à formação do Estado moderno, teve outro significado se comparado a Europa Ocidental, não estabelecendo um novo modelo político, “embora possa ter contribuído para elementos que lhes são funcionais”²⁸.

A circulação de comerciantes lusos se dava de acordo com os contextos bélicos. As perdas ou conquistas de determinadas praças comerciais motivavam os deslocamentos. Studnicki-Gizbert destacou que: “Os mercadores e marinheiros da Nação [portugueses] moviam-se de maneira constante e extensiva porque acompanhavam e coordenavam a circulação de mercadorias e capital através da economia atlântica”²⁹.

²⁵ BOXER, C. R. O Império Colonial Português (1415–1825). São Paulo: Cia. das Letras, 2002, pp. 120.

²⁶ SOARES, L. C. As guerras comerciais no século XVII: uma “longa guerra” entre as potências européias. In VAINFAS, R. e MONTEIRO, R. *Império de várias faces*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 217.

²⁷ ANDERSON, P. Linhas do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1985. Não nos cabe aqui a discussão bastante recente acerca da existência ou não do absolutismo. Apenas queremos destacar a particularidade do Estado luso frente aos demais Estados europeus que surgiam naquele momento.

²⁸ HESPANHA, António M. Conclusão: Guerra e sistema de poder. In --- (coord.) *Nova história militar de Portugal – volume 2*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 366.

²⁹ STUDNICKI-GIZBERT, D. A nação e o império: o espaço da diáspora marítima portuguesa no Atlântico luso-ibérico do século 17. In SCHWARTZ e MYRUP (orgs.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru: Edusc, 2009, pp. 134.

Por sua vez, as fortalezas se apresentavam no Oriente como fundamentais para a manutenção do Império e com ele, o comércio, uma de suas razões de ser³⁰. Mas elas também eram importantes na Europa e tiveram grande relevância nas diversas batalhas da Restauração portuguesa, sobretudo nas três principais: Elvas (1657), Ameixial (1663) e Montes Claros (1665)³¹.

Deste modo, os itens “Casas aristocráticas/conquistadores”, “cargos honrados na república”, “formação do Estado luso”, “Restauração portuguesa/ Pernambucana”, “fortalezas” e “comércio”, devem ser alinhavados para que façam sentido. “Casas aristocráticas/ conquistadores” e “cargos honrados na república” contribuíam para a “formação do Estado luso”, que se dava pelo pacto entre os agentes envolvidos na “Restauração portuguesa/ Pernambucana”, formando assim, sua base social. Destarte, os agentes que lutavam na “Restauração portuguesa/ Pernambucana” deram seu apoio à Coroa lusa, que por sua vez remunerava os serviços prestados, por meio do sistema de mercês.

O que já ocorrera anteriormente com a fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565, quando os vicentinos são chamados a lutar pela coroa para expulsarem os franceses da Guanabara. Depois de vencida a batalha estes acabam por se constituir na elite senhorial daquela região, em razão das mercês recebidas pelo serviço prestado.

Esta elite senhorial acaba por assumir os ofícios vitais tanto na administração periférica como no Senado da Câmara, o que lhes possibilita ter algumas prerrogativas, das quais a mais importante era se impor, em determinados momentos, à própria Coroa, como, por exemplo, no fim da Companhia Geral de Comércio, em 1660, após a Revolta contra Salvador Correa de Sá e Benevides. A Coroa, por sua vez, tinha que ceder, em determinados ocasiões, pois sabia que sem o apoio daquele grupo não conseguiria se estabelecer na região³².

Por outro lado, a base econômica se assentava no “comércio” e para isto, as “fortalezas” construídas nas praças mercantis americanas, africanas e orientais eram vitais, assim como para a própria “formação do Estado luso” na “Restauração portuguesa/ Pernambucana”.

³⁰ Posição compartilhada por Boxer, que também salientou que o Império era comercial e militar. Cf. BOXER. *O Império ...*, pp. 309-10; e DORÉ, Andréa. *A fortaleza e o navio: espaços de reclusão na Carreira da Índia*. In Revista *Topoi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, jan-jul 2008, v.9 n° 16, pp. 91-116.

³¹ DUARTE, A. P. D. *Para uma tipologia da guerra no século XVII – a batalha das linhas de Elvas*. In www.revistamilitar.pt, consultada em 06/06/2006. Ver Quadro n° 01 – Relação dos principais acontecimentos nas Batalhas da Restauração Portuguesa.

³² FRAGOSO. *Imperial (re)visions ...*

Um destes “cargos honrados da república”, por exemplo, eram os capitães de fortaleza, que assim, podem ser vistos como pontos nodais e viscerais da imagem que acabamos de desenhar, por catalisarem todos estes elementos. Este ofício conjugava em si, todos estes itens. Estes agentes atuaram na Restauração, seja a portuguesa, seja a Pernambucana, tiveram papel essencial na proteção de outras praças comerciais por todo o Império, nas fortalezas do Rio de Janeiro, da Bahia entre outros. Tinham ativa participação e interferência no comércio. Eram nomeados pelo Rei, por meio do sistema de mercês.

Assim, Olival caracterizou o sistema de mercês como: a “disponibilidade para o serviço, pedir, dar [e] receber (...) num verdadeiro círculo vicioso³³” na qual a sociedade se vinculava. O monarca também se caracterizava pela liberalidade - o gesto de doar -, além de zelar pela religião. Distribuir bens era uma forma de atrair a fidelidade dos súditos³⁴.

O monarca, o juiz da justiça, deveria distribuir os prêmios, as chamadas mercês, de acordo com a máxima de *dar a cada um o que é seu*³⁵. Para ganhá-las era necessário prestar serviços, que por sua vez, dependia da disponibilidade, que variava de pessoa a pessoa, de acordo com seu status social e seus recursos econômicos. Procurava-se seguir o princípio da *equidade*, uma remuneração justa de acordo com o serviço prestado, mas que também levava em consideração o lugar social que se ocupava. As mercês podiam ser ganhas por meio da graça (liberalidade) ou pela justiça (serviços prestados). O sistema de mercê acabava por limitar o poder real, uma vez que era difícil ao rei contorná-lo³⁶.

Outra função do monarca era fazer a paz para manter a ordem. Nesse sentido, Hespanha apontou para um sistema político onde o poder monárquico não acaba com o pluralismo dos poderes particulares, o corporativismo. A dispersão dos poderes existia posto que o rei era visto no plano simbólico como “cabeça” de um corpo composto por outros membros, os conselhos, tribunais e juntas. Para o bom funcionamento deste corpo todos os componentes deveriam estar em harmonia. Este fracionamento era visto como natural dentro da organização social, que era comparada a “autonomia relativa das funções vitais do próprio corpo humano”. A responsabilidade do monarca será regular a

³³ OLIVAL. *As ordens ...*, pp. 18.

³⁴ Característica fundamental para a aliança entre os restauradores/conquistadores e a monarquia como já vimos.

³⁵ Havia também a distribuição dos castigos, que não nos interessa aqui.

³⁶ OLIVAL. *As ordens ...*, pp. 15-38.

integridade deste pluralismo e resguardar a harmonia entre as diversas esferas de poder que existiam na sociedade, mantendo os direitos e equilíbrios estabelecidos. Ao mesmo tempo, subordinava as decisões da Coroa a conservação desta ordem estabelecida³⁷.

Para se respeitar este *status quo* havia a estrutura polissinodal. Como dissemos, o governo se fazia por meio de conselhos, tribunais e juntas. Estas esferas de poder garantiam a representatividade dos diversos pontos de vista da sociedade. Suas decisões eram quase “soberanas”. Desta forma os

(...) tribunais e conselhos palatinos dispunham de competências exclusivas, quer para julgar da regularidade do seu próprio funcionamento, quer para apreciar as questões em que qualquer dos seus membros fosse parte³⁸.

Cada órgão de poder defendia o seu ponto de vista o que provocava atritos com os outros. Assim, uma instituição não conseguia se sobrepor as demais, o que acabava por tornar ineficaz a administração central³⁹.

Em resumo, nas palavras de Cosentino:

Essa estrutura política polissinodal consolidada na sociedade portuguesa, oriunda de uma prática medieval costumeira de consulta, garantia, a cada parte do corpo social estamental português, o direito de participar do processo de governação. Assim, o respeito aos particularismos, ao *status quo* jurisdicional e aos equilíbrios sociais seria garantido através da consulta regular dos representantes dos diversos corpos sociais⁴⁰.

Para complementar esta característica corporativa-polissinodal, bastante influenciada pelo neotomismo, ou segunda Escolástica. França mostrou também a influência do humanismo de Botero na construção do Estado que se fazia. Para este autor o humanismo, em linhas gerais, propunha a construção de uma visão positiva do príncipe, a busca por ser amado e não temido⁴¹ e o combate a tirania⁴². Portanto, respeitar as particularidades era se mostrar e agir como um bom governante que não atuava de modo tirânico e, por isso, deveria ser amado por seus súditos.

A nomeação dos capitães de fortaleza se dava dentro deste sistema normativo. No entanto, ele apresentava fraturas, brechas e incoerências internas⁴³. Desta forma,

³⁷ HESPANHA. As Vésperas do Leviathan ..., pp. 286 e 288. Posição compartilhada por Olival. Cf. Olival. As Ordens ..., pp. 15.

³⁸ HESPANHA. As Vésperas do Leviathan ..., pp. 289.

³⁹ Idem, Ibidem, pp. 289.

⁴⁰ COSENTINO, Francisco Carlos. Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII) – ofícios, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume, 2009, pp. 46.

⁴¹ Ao contrário da proposta de Maquiavel.

⁴² Não podemos esquecer que a Restauração Portuguesa se justificava, entre outras coisas, pela tirania dos Habsburgos, ao não respeitarem as Cortes de Tomar (1581). Partilham desta idéia Bouza Alvaréz, Schaub e Hespanha.

⁴³ Assim Barth criticou uma antropologia que não era capaz de entender comportamentos desviantes das normas, que se preocupava somente em descrevê-los⁴³. O autor refutou a importância dada ao status por

poderemos analisar e perceber as regularidades nas escolhas destes oficiais, o que nos permitirá construir um modelo explicativo. Assim, a repetição não é vista como um fator mecânico. Podemos refletir por que os responsáveis pelas nomeações as repetem? De forma mais clara, como se geram estes processos?⁴⁴ Estes decorrem das estratégias dos agentes envolvidos. Pretende-se, então, construir um modelo que apresente coerência aos fenômenos sociais⁴⁵.

Depois de montado o modelo, trabalharemos com ele de três modos distintos. Primeiro, para explicar a sua forma é necessário descobrir como foi o processo que o gerou; segundo, ele produz um significado que permite descrever e estudar as formas de mudanças sociais e as variáveis básicas que geraram estas formas; terceiro, facilita o método de análise comparativa e a sua comprovação⁴⁶.

Podemos propor uma lógica generativa que mostre como os componentes por meio das regularidades se apresentam para construir um modelo explicativo e como se relacionaram⁴⁷. Nossos elementos (anos de serviços, participação em determinadas batalhas e inserção em redes sociais, status social e etc.) interagem entre si, com a conjuntura e com os interesses do Estado português e das localidades. Assim, pretende-se expor a possibilidade de se chegar a um perfil dos capitães de fortaleza, mostrando como foi construído ao longo do processo, de forma dinâmica. Destarte, se torna necessário um estudo que enfatize a micro-análise, posto que permitirá ver como se deu tal processo, que só pode ser compreendido nas inter-relações entre as instituições, entre os indivíduos e nas estratégias que utilizaram. Por outro lado, deve-se relacionar os atos cotidianos a um conjunto de relações sociais mais amplas. Nossa proposta tem esta finalidade. Este olhar micro-analítico nos informaria qual a lógica dos indivíduos e dos grupos⁴⁸.

ser estereotipado e estático. Para o autor todos os sistemas normativos apresentam incongruências. Cf. BARTH, F. Process and form in social life. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, pp. 33 e 20.

⁴⁴ O que Barth chamou de “processo generativo”. Cf. BARTH. Process

⁴⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 33.

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 33.

⁴⁷ Do mesmo modo como fez Levi, quando analisou os comportamentos matrimoniais no povoado de Felizzano, na Itália, entre 1730 e 1770, onde interagem vários elementos, a saber: o sistema hierárquico, os vínculos verticais de amizade, clientelismo, parentela, conflitos sociais, o sistema local de prestígio e de poder, entre outros. Cf. LEVI, G. Centro e periferia di uno Stato Assoluto. Turin: Rosenberg & Seller, 1985, pp. 154.

⁴⁸ Barth, um dos autores que influenciaram Levi, mostrou que os eventos, ou seja, os atos cotidianos, os atos individuais seriam o ponto de partida para se chegar ao processo de formação da sociedade. Neste sentido busca-se recuperar as ações sociais dos agentes, tornando possível entender o macro, a própria sociedade. Cf. BARTH, F. Sohar, culture and society in an Oman Town. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

Iremos trabalhar também com o conceito de “Monarquia Pluricontinental”, ainda em elaboração, que fora pensado pela primeira vez por Monteiro e Cunha⁴⁹. Mais recentemente Fragoso e Gouvêa lhes deram contornos mais precisos. Deste modo, há um conjunto de normas que formam os diversos espaços lusos. Se, por um lado, se compartilha algo que dá a unidade ao Império, por outro nas esferas locais as instituições apresentam algumas diferenças, já que não são simples cópias das existentes no reino e sim as têm como referência. Os recursos financeiros para o seu sustento provem do ultramar. A monarquia se constitui na relação entre o corporativismo e o pacto político, ao mesmo tempo em que garante a autonomia do poder local. Os indivíduos em busca da ascensão social se movem entre as normas gerais e locais, nas fraturas e incoerências existentes. Esta ascensão é mediada pelo rei, o mecanismo decisório. Há uma mobilidade espacial nas diversas áreas do Império. Os indivíduos se ligam de acordo com seus múltiplos interesses nas várias regiões de domínio luso, constituindo redes. Conectam-se centros e periferias, por meio dos oficiais da Coroa. O “autogoverno”⁵⁰, se materializa na “república”⁵¹, de modo bastante concreto⁵². Desta forma, o Império é entendido como um somatório de “repúblicas”, cada qual com seus costumes e leis as quais o monarca deve respeitar⁵³.

* * *

Queremos destacar o pioneirismo de nosso estudo. Não conhecemos pesquisas sobre os oficiais militares subalternos no espaço colonial. A história militar, embora tenha ganhado novo fôlego com a chamada “Nova História Militar”⁵⁴, ainda não abordou estudos sobre os oficiais militares, especialmente na sua relação com a história social, uma das preocupações desta corrente⁵⁵. Seu foco principal tem sido as guerras

⁴⁹ CUNHA, M. S. e NUNO, M. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In MONTEIRO, N., CARDIM, P. e CUNHA, M. S. (orgs). *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, pp. 191-252.

⁵⁰ Entendido como direito de determinadas regiões do Império fazerem valer seus costumes, hierarquias, poderes e normas locais desde que não entrassem em contradição com “leis maiores editadas pela Coroa”, na governação daquela região. Cf. FRAGOSO e GOUVÊA. Monarquia Pluricontinental ...

⁵¹ Segundo Bluteau, “República. Estado governado por magistrados, eleitos e confirmados pelo povo; ou mais amplamente, Estado governado por muitos”. Cf. BLUTEAU, D. Raphael. Vocabulário Portuguez e latino. Rio de Janeiro: UERJ, 2000, pp. 268. Cd-rom.

⁵² Cf. FRAGOSO e GOUVÊA. Monarquia Pluricontinental ...

⁵³ Ou, nas palavras de Hespânia, o corporativismo.

⁵⁴ Nas quais destacamos os seguintes livros: HESPANHA, A. M. (Coord.). Nova história militar de Portugal. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004; e CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁵⁵ PARENTE, Paulo André Leira. Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação. In *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: IGHMB, ano 66, n.º 93,

em si. Por isso, tivemos que lançar mão de estudos que têm como objetos outros ofícios, para que nos ajudassem a refinar o nosso próprio objeto e nossas conclusões.

Este vácuo de informações compromete uma discussão historiográfica mais aprofundada. Todavia, podemos nos apropriar de alguns elementos já apresentado para aqueles ofícios mais elevados dentro da hierarquia administrativa/militar e lê-los com outros olhos. Não nos esquecendo que, ao compará-los, devido à sua morfologia e tipologia próprios, possuíam características muito distintas. O que, naturalmente, irá influenciar no perfil social de quem ocupará tal posto.

Monteiro e Cunha, citando estudo de Olival, sublinharam que para a escolha daqueles ofícios mais importantes - como vice-reis, governadores gerais e governadores de capitanias - era seguida uma recomendação que hierarquizava os espaços portugueses. Assim, para remunerar os serviços prestados se obedeceriam a seguinte ordem: primeiro, norte da África; segundo, nas Armadas da costa; terceiro, na Índia; quarto, no reino; e quinto, no Brasil. Mesmo com a criação do Regimento das Mercês, em 1671, os serviços na Índia ainda eram mais valorizados que os do Brasil e do reino⁵⁶.

Monteiro e Cardim também nos mostram que por parte da chefia das missões diplomáticas europeias portuguesas também se respeitava uma hierarquização, não só de *status* mas em termos de remuneração, inclusive. Assim, os nobres mais importantes serviriam nos países mais ligados a Portugal, tais como: França, Inglaterra, Holanda, Espanha, Santa Sé; enquanto outros países como Prússia, Rússia, Suécia, Dinamarca entre outros teriam um perfil social mais baixo. O mesmo ocorria com a remuneração, por exemplo, em 1674, um embaixador na Holanda recebia menos do que o que trabalhava em Londres. Tal padrão é bastante semelhante aos vice-reis, governadores-gerais e capitães-mores. Mas, como teremos oportunidade de ver, quando entramos na hierarquia em estratos mais baixos, assim como os dos militares, reparamos que a diferença espacial não influenciará e sim a habilidade necessária para tal missão, se ligada ao comércio, se ligada a questões técnica jurídica⁵⁷.

No entanto, a premissa de uma hierarquização espacial não parece ser aplicável aos nossos agentes. A alteração feita neste conjunto de regras, citadas acima, não teria

2006, pp. 37-45; e WEHLING, Arno. A pesquisa da História Militar Brasileira. In *Revista DaCultura*. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, ano I, nº1, jan/jul 2001, pp. 35-38.

⁵⁶ CUNHA e MONTEIRO. Op. Cit., pp. 210.

⁵⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo e CARDIM, Pedro. La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias. In *Cuadernos de História Moderna*, 2005, nº 30, 7-40.

influenciado em nossas concorrências. Vários deles haviam atuado no norte da África, especialmente em Mazagão, e em algumas Armadas da costa, mesmo assim parecem que a experiência no Rio de Janeiro foi mais importante para a sua escolha⁵⁸.

O mesmo parece ocorrer com os que serviram do outro lado do globo, no oriente. Dos 41 (quarenta e um) candidatos que se apresentaram nas consultas temos apenas 2 (dois) que por lá estiveram⁵⁹. A passagem por aquele espaço parece não ter ajudado muito. Na consulta que nomeia Baltasar Cesar D'êça, como capitão da fortaleza de Santa Cruz, em 1664, um dos concorrentes, Diogo de Macedo, havia estado por lá, tendo sido capitão da vila de Cantão, onde foi prisioneiro dos holandeses, passando *sofrimentos e trabalhos*, além de ter atuado também no reino, tendo 23 anos de serviços prestados. Ao fazerem as escolhas nesta consulta dois conselheiros e o presidente, Conde de Arcos, deram seus pareceres de forma idêntica, o que não ocorreu com o conselheiro, Miguel Zuzarte de Azevedo. Aqueles escolheram o ex-capitão da vila de Cantão como segunda opção, atrás do que acabaria sendo nomeado pelo rei, Baltasar, e que fora indicado como primeira opção. Enquanto, o conselheiro que vota em separado, faz exatamente a escolha inversa, Diogo como primeira e Baltasar como segunda opção⁶⁰. Acreditamos, como iremos mostrar, que em uma conjuntura normal⁶¹, que não é a desta nomeação, Diogo de Macedo não receberia nenhum voto.

Alencastro nos fornece alguns elementos que podem ajudar em nossa comparação. O autor estava preocupado em entender como se deram os processos de nomeação para os postos militares em Angola, na segunda metade do XVII, elaborados pelo Conselho Ultramarino. Sua conclusão mostra que este órgão teria hierarquizado as batalhas e os inimigos com os quais os concorrentes haviam travado contado, desde que tivessem *status social* semelhantes. Assim, os principais adversários eram os europeus, os inimigos mais difíceis a serem derrotados e, portanto os mais valorizados, quando se indicava alguém para tais postos. Os serviços mais importantes passavam a ser as lutas contra os espanhóis na Europa, durante a Restauração Portuguesa; seguidas pelas das

⁵⁸ As poucas justificativas dos conselheiros que nos chegaram dão ênfase a experiência local, por exemplo, para escolha de Ascenço, no forte de São João, em 1660: “por já servir no cargo”. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 4, Caixa 5, Documento 843.

⁵⁹ Optamos por contar novamente o concorrente que se apresentou em mais de um processo seletivo.

⁶⁰ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 6, Documento 1020-1021. Outro personagem que por lá esteve foi Domingos Cardoso, que concorre ao forte de São João, em 1700, quando é nomeado Manuel Luiz. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 12, Caixa 12, Documento 2352; AHU-Rio de Janeiro, cx. 299, doc. 9 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 7, D. 735.

⁶¹ Nomeação que se dá em momento de tensão devido à revolta contra os Sás, em 1660. Dos concorrentes os únicos que não aparecem ligados à elite local são justamente Baltasar e Diogo de Macedo.

Índias; as batalhas no Brasil, contra os holandeses, durante o período da invasão, não tendo muito valor os conflitos contra os índios⁶²; e por último, as feitas na África contra a população local⁶³.

Esta hierarquização teria apresentado uma mudança fruto de um reordenamento econômico do Império, no último quartel dos Seiscentos. Quando as guerras brásílicas e angolanas passam a ser mais valorizadas, mas ainda ficando atrás dos serviços feitos na Europa. Somente a partir deste período, o quadro de Angola se aproxima ao que descrevemos, pois passa a dar mais valor a experiência local⁶⁴.

Havia sim uma hierarquia de espaços, mas esta, talvez, não fosse válida para todo o Império português, pelo menos para a capitania do Rio de Janeiro e para o ofício que estudamos. Somos levados a crer que esta valoração geográfica correspondia apenas aos cargos cimeiros da administração/militar, como vice-reis, governadores-gerais e alguns dos governadores das capitanias mais importantes.

Para os outros ofícios subalternos, nomeados pelo Conselho Ultramarino, acreditamos em sua instrumentalização. Assim, iremos ver no primeiro capítulo que os engenheiros militares, um ofício que deixara de ser exclusivo dos nobres, tendo se “popularizado”, tão vitais naquele momento, foram mandados para lugares onde eram necessários. E, como observou Teles, os melhores vieram para o Brasil, portanto, não obedecendo esta hierarquia de valores⁶⁵.

A autora que mais chegou perto de nossas conclusões foi Cunha ao comentar estes elementos levantados por Alencastro⁶⁶. Ela restringiu o critério daquele autor para os postos de “menor importância”⁶⁷. Em outras palavras, parece deixar claro que o que passaria a contar seria a experiência na localidade. O que também aparece em Gouvêa:

sabe-se que o prévio treinamento militar e a experiência na administração ultramarina eram fatores essenciais no processo de escolha destes oficiais. Outro elemento importante foi a estratégia de recrutamento que procurou favorecer os oficiais régios com credenciais profissionais para ocupar diferentes cargos governativos, ao mesmo tempo que se articulava a isso uma estratégia de remuneração de serviços prestados anteriormente através da nomeação para cargos almejado, coletiva ou individualmente (...)⁶⁸.

⁶² Ou seja, os que não tinham ligações com a Restauração Pernambucana, como os feitos pelos bandeirantes no combate a índios hostis e a quilombos.

⁶³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Viventes. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, pp. 302-307.

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 302-307.

⁶⁵ TELLES, Pedro Carlos da Silva. História da engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX). Rio de Janeiro: Clavero, 1994, pp. 10.

⁶⁶ CUNHA, Mafalda S. da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). In BICALHO e FERLINI. *Modos de governar*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 79.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 79.

⁶⁸ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. André Cusaco: o irlandês “intempestivo”, fiel súdito de Sua Majestade. Trajetórias administrativas e redes governativas no Império Português, ca. 1660-1700. In VAINFAS, Ronaldo et al (org.). *Retratos do Império*. Niterói: EdUFF, 2006, pp. 141.

No entanto, Cunha ao analisar as concorrências para capitão-mor da Paraíba se torna vacilante, talvez pelo pequeno número de estudos que tratem do objeto. A autora destacou que os concorrentes, como notamos em nossa pesquisa, apresentam carreiras bastante equilibradas, com atuações tanto no reino como na América. Com isto, acaba caindo na mesma questão que nós enfrentamos em nosso estudo, ou seja, que fator seria levado em consideração para a escolha? Ela se diz incapacitada, pois ainda há que se avançar para responder a questão. O quadro se complicaria ainda mais se levarmos em consideração que dentro do Conselho Ultramarino existiriam dois grupos, um que defenderia a experiência militar e o mérito e outro que exigia um melhor conhecimento das realidades locais, como fatores a serem levados em conta na hora da seleção⁶⁹.

Percebemos que para os militares que foram nomeados para a capitania dos fortes era bastante difícil enquadrá-los nesta divisão presente no Conselho Ultramarino. Os capitães apresentavam as características que eram caras aos dois grupos, tinham experiência militar e mérito e, acima de tudo, conhecimento das realidades locais seja as relativas ao mundo militar (havia servido na capitania) ou ao civil (apresentavam ligações sociais com senhores de engenho/conquistadores). No entanto, talvez esta característica não seja comum para todas as áreas do Império. Outros estudos com agentes que ocuparam ofícios semelhantes em diversos espaços de dominação lusa devem ser feitos e comparados ao nosso⁷⁰.

⁶⁹ CUNHA. *Op. cit.*, pp. 85-86.

⁷⁰ Para mostrar como a questão parece ser um pouco mais complexa, no que diz respeito à valorização da experiência local e a integração da elite local nos quadros do Império, vale à pena citar, mesmo que de forma bem simplória, duas nomeações para fortalezas localizadas no recôncavo baiano, em 1693. A região era não só a sede do governo geral na América portuguesa, mas uma das principais produtoras de açúcar. Desta forma, com o falecimento de Brás Pires ficava vago o “posto de Capitão dos três fortes Santo Antonio, Santa Maria e São Diogo da barra desta Cidade [Salvador]”. O Governador-geral Antonio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho recomendou ao rei que se desse preferência, respectivamente, aos seguintes pretendentes: 1º) Lázaro Nogueira, com 24 anos de serviços, basicamente feitos na própria localidade, não contra inimigos externos e ligados sobretudo a problemas com paulistas; 2º) Francisco do Couto Coelho, com 43 anos de serviços com participação na luta contra os holandeses e; 3º) Thomé Monteiro, com 20 anos de serviços prestados localmente. Outra capitania, a de Santo Antonio do Carmo, vagara devido ao falecimento de Sebastião Ribeiro Cardoso. O mesmo governador, também, recomendou ao rei que se seguisse a ordem de sua preferência pelos candidatos que apresentava, a saber: 1º) Manuel Borges, com 20 anos de serviços, com uma carreira quase idêntica ao do citado Lázaro Nogueira; em 2º e 3º indicava os mesmos Francisco Couto Coelho e Thomé Monteiro. Nestas duas escolhas, podemos ver nitidamente, a princípio, a valorização da experiência local e neste caso, surpreendentemente, sua experiência “bandeirante”. Outra região importante a ser estudada é, naturalmente, Pernambuco. Se a historiografia avançar nesta direção podemos confirmar idéia proposta por Mello e abraçada por Puntoni de que no começo do século XVIII haveria uma especialização nas guerras do mato, as guerras brasileiras, e as contra os estrangeiros, as guerras científicas européias. Cf. Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typ. Arch. de Hist. Brasileira, 1936, Vol. 34, p. 100, 131-137. MELLO. *Op. cit.*

* * *

Dividimos o trabalho em três capítulos. Antes de comentá-los queríamos deixar claro que optamos por não escrever em separado um capítulo teórico-metodológico e nem um no qual conste um contexto mais amplo. Sendo assim estas preocupações, quando necessárias, aparecem diluídas na obra como um todo.

Assim, em nosso primeiro capítulo apresentamos uma visão panorâmica das fortalezas em dois aspectos que se relacionavam: físico e social. No primeiro mostramos como as construções/reformas das fortalezas foram feitas. Posteriormente passamos para a relação destas com os capitães nomeados. Terminamos o capítulo desenhando os perfis/modelos dos capitães das fortalezas, que para nossa surpresa se apresentaram com mais diferenças do que similitudes. Queremos destacar que o aspecto físico das fortalezas se mostrou chave para entender o social e vice-versa.

No segundo capítulo procuramos entender como estes perfis/modelos dos capitães foram gerados. Para isso, explicamos como era feita a escolha destes oficiais pelo Conselho Ultramarino e sua confirmação pela Coroa. Depois analisamos os processos de concorrência. Em outras palavras, cotejamos os candidatos à capitania dos fortes de modo a elucidar quais os critérios que aquelas instituições levaram em conta na hora da escolha de um deles, o que fez saltar à vista a importância da experiência militar na América lusa. Por meio desta metodologia conseguimos ver de modo dinâmico a construção dos perfis/modelos que foram apresentados no primeiro capítulo. Destarte, construímos um “modelo científico” mais coerente, onde estão presentes o maior número de elementos possíveis e não apenas os mais importantes. Tornando-se viável a apreensão da complexidade social⁷¹.

No terceiro e último capítulo buscamos refinar nossos perfis/modelos e os colocamos à prova. Nossa primeira etapa consistiu em comparar de forma mais densa as diversas experiências militares que os oficiais poderiam ter, a saber: na guerra naval/comercial, na guerra europeia e na guerra “brasílica”, que se mostrou a mais importante. Por fim, acabamos por testar nossos perfis/modelos comparando nosso ofício com outros apresentados pela historiografia.

* * *

⁷¹ BARTH, F. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra-capta, 2000, pp. 11-2.

Para conseguir o objetivo traçado utilizamos uma série de fontes que estavam disponíveis. Entretanto, tivemos que driblar alguns problemas. O primeiro, e clássico fator para qualquer pesquisa histórica, é a questão de uma seleção que se dá quase por acaso, no que diz respeito aos documentos que produzidos no século XVII conseguiram chegar ao século XXI, aproximadamente três séculos depois. Muita coisa se perdeu, como o não arquivamento dos documentos à época, ou por fatores não ligados diretamente a escolha humana. Enquadram-se neste último, alguns problemas naturais como, o histórico terremoto que ocorreu em Lisboa, em 1755, que foi responsável por grande destruição da cidade e de seus prédios, inclusive arquivos que guardariam estas documentações. Outro fator importante é o próprio desgaste natural do papel. Muitos documentos, embora, ainda que fisicamente existam não nos é possível a sua leitura devido à ação do tempo, que fez com que, por exemplo, a tinta tenha manchado o papel.

Dentro dos documentos que nos chegaram há ainda outro problema. Somos cientes que para uma pesquisa sobre a época colonial muitos dos documentos que deveríamos consultar se encontram em Portugal e infelizmente não tivemos oportunidade de consultá-los *in locu*. No entanto, tal problema foi contornado com uma série de cd's no qual constam vários destes documentos que se acham no Velho Mundo, particularmente os produzidos pelo Conselho Ultramarino.

Sendo assim, para as nomeações dos diversos postos que estes agentes ocuparam utilizamos o Projeto Resgate, com as coleções Documentos Avulsos e Castro Almeida. Ainda por meio eletrônico acessamos pela internet o sítio da Torre do Tombo⁷², entidade lusa responsável pela guarda da maior parte destes documentos que se encontram em Portugal.

Para completar os perfis/modelos foi necessário observar não só os ofícios que nossos agentes ocuparam, mas as suas distinções sociais também. Neste sentido, uma especial atenção foi dada as Ordens Militares (Cristo, Avis e Santiago) existentes em Portugal e as Habilitações do Santo Ofício, com esta finalidade utilizamos três obras.

Primeira, as “Habilitações nas Ordens Militares” de Nuno Gonçalo Pereira Borrego⁷³, onde é possível ver as pessoas que foram habilitadas nas três Ordens Militares existentes em Portugal, no período de XVII-XIX. Segunda, “Habilitandos Brasileiros às Ordens Militares, ao Santo Ofício e à Leitura de Bacharéis”, de Ricardo

⁷² <http://ttonline.dgarq.gov.pt> .

⁷³ BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira. Habilitações nas ordens militares – séculos XVII a XIX. Ordem de Cristo. Tomo I e II. Lisboa: Guarda-mor, 2008. Infelizmente só tivemos acesso aos dois primeiros tomos, de um total de quatro da coleção completa.

Teles Araújo, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde consta uma lista feita por pesquisadores da Torre do Tombo com as nomeações de “brasileiros” nas Ordens Militares, ao Santo Ofício e ao título de bacharel⁷⁴. Apesar do grande volume de nomes presentes nestas duas obras pouca coisa achamos para nossos agentes. Assim, a maior parte das distinções sociais que constam em nossa pesquisa aparecem em nossa documentação principal, a que nomeia algum agente para um determinado ofício. Desta forma, sabemos que Rui Vaz Pinto era fidalgo da casa de Sua Majestade, pois é assim que aparece quando concorre a capitania da fortaleza de Santa Cruz, em 1661⁷⁵. Terceira, o “Inventários dos livros das portarias do Reino”, publicado pela Torre do Tombo em dois volumes⁷⁶.

Além disto, utilizamos outras documentações que estão sob a guarda do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, principalmente os códices “61” e o “77”, e da Biblioteca Nacional, a coleção Documentos Históricos, que aparecerão ao logo do texto. Portanto, apesar destes problemas, no que diz respeito às fontes, acreditamos ter conseguido contorná-los de forma bastante satisfatória.

Com esta documentação traçamos a carreira de nossos agentes. Todavia, conhecer somente os ofícios, cargos e postos que nossos agentes ocuparam não nos era suficiente. Assim, procuramos refazer os seus elos familiares e suas relações com a economia da capitania. Para tal, utilizamos a genealogia das primeiras famílias e de seus descendentes na capitania do Rio de Janeiro elaborada por Rheingantz⁷⁷. Por meio desta genealogia, conseguimos redesenhar a família de nossos candidatos.

Complementamos estas informações com a tipologia, montada por Fragoso⁷⁸, dos fundadores e primeiros senhores de engenho das famílias senhoriais do Rio de Janeiro. Ao cruzarmos as famílias com os primeiros senhores de engenho e com os fundadores destas famílias, informações que aparecem na tipologia citada, fomos capazes de inserir ou não nossos agentes entre os membros da nobreza da terra e, assim, visualizarmos seu grau de inserção na economia açucareira da capitania.

⁷⁴ ARAÚJO, Ricardo Teles. Habilitandos Brasileiros às ordens militares, ao Santo Ofício e à Leitura de Bacharéis. In Revista do IHGB, Rio de Janeiro: IHGB, n° 394, ano 158, jan/mar 1997.

⁷⁵ “(...) Ruy Vaz Pinto fidalgo da Casa de Vossa Majestade, consta dos papéis que apresentou, haver servido a Vossa Majestade nas fronteiras deste reino (...)” Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 5, Documento 881.

⁷⁶ TORRE DO TOMBO. Inventários dos livros das portarias do Reino. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909.

⁷⁷ RHEINGANTZ, Carlos. Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Livraria Brasileira, 1965.

⁷⁸ FRAGOSO. A Nobreza da República: Notas Sobre a Formação da Primeira Elite Senhorial do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII). In Revista *Topoi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, pp. 103-115.

Em resumo, como método de pesquisa para reescrever a trajetória de nossos agentes utilizamos informações do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), genealogias, cartas patentes e habilitações as ordens militares lusas.

E, por último queria deixar registrado que optamos por não incorporar ao texto a reforma ortográfica da língua portuguesa em vigor desde o ano de 2009. Quero ainda assinalar que qualquer falha na argumentação é de minha inteira responsabilidade.

Capítulo I – Uma visão panorâmica das fortalezas do Rio de Janeiro, no século XVII

Alguns aspectos das fortalezas, no século XVII

Nosso estudo, como já dissemos na introdução, tem a finalidade de observar os capitães de fortaleza com o olhar da história social. Todavia, os personagens deste enredo não pairavam sobre o ar, sua base, seu “chão” eram literalmente os fortes. Portanto, antes de lançarmos nossos olhos sobre aqueles agentes, temos que apreender algumas características fundamentais daquelas edificações, posto que havia uma interação entre aqueles homens e as construções.

Nesse sentido, se torna necessário uma breve pincelada sobre a posição estratégica e geográfica, como eram vistas (tanto por viajantes estrangeiros, governadores da capitania e pelo próprio monarca), o modo como eram erguidas e a sua importância para a defesa da barra e para as rotas de comércio imperiais. Em outras palavras, devemos buscar entender algumas características materiais dos fortes. Por fim, terminaremos este tópico, mostrando a importância do ofício de capitão de fortaleza.

Começemos pela sua importância estratégica. Os dois fortes, Santa Cruz e São João, se localizam na entrada da Baía de Guanabara, que banha o porto da cidade do Rio de Janeiro. O de Santa Cruz, hoje se encontra na cidade de Niterói, ao lado direito de quem chega ao recôncavo pelo Oceano Atlântico, região conhecida no século XVII como banda “dálem”. Já o de São João fica aos pés de um dos principais pontos turísticos do município do Rio de Janeiro, o famoso bondinho do morro Pão de Açúcar. Atração construída no século XX, no bairro atualmente conhecido como Urca. Lá do alto conseguimos, ainda hoje, visualizar as duas construções e percebemos que uma está praticamente de frente para outra, o que facilitava o controle da circulação dos navios que chegavam e saíam da urbe.

Mas, nada melhor do que depoimentos coevos de viajantes, que por lá passaram, para nos dar uma idéia de como era este cenário. Richard Flecknoe, poeta inglês, ao vir da Europa com o novo governador, Sebastião de Brito Pereira, em janeiro de 1649, escreveu: “A entrada da baía é ladeada por dois grandes rochedos, separados um do

outro por algumas milhas; um deles é denominado Pão de Açúcar⁷⁹. Já um anônimo viajante francês, ao passar pelo porto da cidade em 1703, registrou: “A entrada do porto parece-me bastante bem guardada. Ela é defendida por duas fortalezas [Santa Cruz e São João], entre as quais é necessário passar, o que torna um ataque à cidade tarefa de difícil execução”⁸⁰. Ao continuar a sua descrição sob a entrada da baía e as qualidades de suas fortificações, relatou certa particularidade: “Isso se dá graças à estreiteza da embocadura que dá acesso ao porto e à cidade, embocadura que obriga os navios a passarem muito próximo da fortaleza de Santa Cruz”⁸¹. Para que não cansemos nosso leitor, citemos um último exemplo, também de autor anônimo, um dos tripulantes do navio francês *L’Arc-en-Ciel*, que por lá esteve em 1748 e comentou sobre a fortaleza de Santa Cruz:

(...) a mais importante do país, está situada sobre a ponte de um rochedo, num local onde todos os barcos que entram ou saem do porto são obrigados a passar a uma distância inferior ao alcance de um tiro de mosquete⁸².

Destes relatos, queremos apenas fazer um breve comentário, que retomaremos mais a frente. Os viajantes, que já haviam circulado por outros lugares, conheciam um mundo um pouco mais amplo do que o cenário que apresentamos. Para nossa surpresa, não fizeram menção à precariedade da estrutura que encontravam mesmo os que ficaram alguns dias na localidade, o que lhes possibilitava conhecer melhor a realidade descrita.

Este quadro não era compartilhado apenas pelos viajantes, os representantes do Estado luso também possuíam a mesma percepção. Os engenheiros militares Miguel de L’Escolle e Felipe de Guitan⁸³ enviaram, em 1649, à D. João IV, informações sobre a barra do Rio de Janeiro. Diziam eles:

Agora (...) o que toca a entrada da barra desta cidade (...) fica a fortaleza de Santa Cruz (...) situada em cima de um penedo saído no mar. (...) Sua construção é de um parapeito de pedra (...) defronte desta fortaleza por espaço de 1100 até 1200 passos geométricos está o forte de S. João (...). Construído de um parapeito de uma meia parede por de fora e de um pouco de terra por dentro. (...) E, portanto, serão os tiros dela mais certo, demais que ficará dando mão a sobredita fortaleza. E ficará oposta a fortaleza de Santa Cruz⁸⁴.

⁷⁹ FRANÇA. Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial – antologia de textos (1531-1800)*. Rio de Janeiro: EdUERJ/ José Olympio, 1999, pp. 35.

⁸⁰ Idem. *Ibidem*, pp. 57.

⁸¹ Idem. *Ibidem*, pp. 62.

⁸² Idem. *Ibidem*, pp. 81.

⁸³ Mais a frente veremos mais detalhadamente a importância dos engenheiros militares e, em especial, dos dois citados.

⁸⁴ FERREZ. *Op. cit.*, pp. 157-8.

Talvez, por conta deste, e de outros relatos, os monarcas portugueses reconheciam a importância das duas fortalezas para a defesa da região. Deste modo, D. Pedro II determinava ao Provedor da Fazenda Real da Capitania do Rio de Janeiro, Pedro de Souza Pereira, no dia 26 de julho de 1674, que pagasse aos soldados e aos índios que “existem nas duas fortalezas da barra dessa cidade”, para que se possa ter uma “melhor defesa delas e sua conservação”⁸⁵. Tal atitude do rei fora tomada em resposta à representação encaminhada pelo mesmo Provedor, que relatava:

(...) haver na dita cidade [do Rio de Janeiro] duas fortalezas [Santa Cruz e São João] na barra distantes da cidade uma légua em que consiste a total defesa e segurança da praça e os soldados das quais se não pagam mais que mil e duzentos reis cada três meses, com que os socorrem da Real Fazenda de Vossa Alteza, com que não é possível sustentar-se; e assim que esta causa, como, também, por não terem embarcação os da fortaleza de Santa Cruz que só tem serventia por mar estão fugindo continuamente e deixando as fortalezas ao desamparo; e porquanto na dita cidade há seis índios do gentio da terra matriculados nos livros da Real Fazenda de Vossa Alteza com pretexto de que são para serviço das fortalezas e armazém de pólvora da cidade dos quais se paga os mesmos socorros que se dão aos soldados do presídio”⁸⁶.

A construção dos dois fortes havia sido planejada pela Coroa portuguesa em 1584, logo após a fundação da cidade por Estácio de Sá, em 1565. Assim, Salvador Correa de Sá - “o velho”- ⁸⁷, em seu segundo período como governador do Rio de Janeiro (1578-1598)⁸⁸, começa a construção de uma fortaleza na ponta leste, que recebe o nome de Nossa Senhora da Guia. O governador, segundo Varnhagen, consulta a Corte para saber se era preferível fortificar o Rio de Janeiro ou mandar povoar o Cabo Frio, região ao norte. A Corte, por meio do Rei, responde que seria melhor reforçar o Rio de Janeiro e depois enviar colonos dali para o Cabo Frio, para que também se povoasse esta região. Salvador Correa de Sá, então, começa com plano de fortificar a Laje, localizada na entrada da barra⁸⁹. No entanto, ao consultar o engenheiro militar italiano Batista Antonelli, este lhe aconselha a construir duas fortalezas, uma em cada lado da baía. O mesmo engenheiro elaborou a planta das fortalezas e enviou para o soberano

⁸⁵ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 7, pp. 438. Sempre que possível, optamos por transcrever os documentos utilizando a grafia atual. Exceção feita às palavras que não estavam claras na documentação por algum motivo, seja por estar manchada, rasurada, em branco ou rasgada quando por isso fomos obrigados a respeitar a grafia original.

⁸⁶ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 7, pp. 438.

⁸⁷ Salvador Correa de Sá - “o velho” - era primo de Estácio de Sá e avô paterno de Salvador Correa de Sá e Benevides. Cf. BOXER, Charles. R. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola – 1602-1686. São Paulo: Editora Nacional, 1973. Coleção Brasileira, Vol. 353, pp. 17-54.

⁸⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 420.

⁸⁹ Durante todo o século XVII vários governadores fracassaram na tentativa de construir a fortaleza da Laje. Ela só viria a ser erguida nos setecentos. A Laje é um costado de pedra que se localiza na entrada da barra, exatamente entre a fortaleza de Santa Cruz e de São João. Cf. FERREZ. Op. Cit.

português que aprovou e autorizou as suas construções⁹⁰. Segundo Hespanha as fortificações eram erguidas a custo do trabalho dos moradores e o dinheiro deveria sair dos impostos cobrados pelos conselhos municipais, neste caso pelo Senado da Câmara⁹¹.

A fortaleza de Nossa Senhora da Guia começa a ser erguida. Este forte passou por uma restauração no governo de Martim de Sá (1623-1632)⁹², quando passa a ser chamado de Santa Cruz⁹³. Nesta reforma houve a participação de vários índios tutelados pelos jesuítas da cidade, além de ter contado com a fiscalização direta do próprio governador que para lá se transferiu, passando o governo da capitania ao seu irmão, Gonçalo Correia de Sá⁹⁴.

Serrão destacou que a ligação da família Sá com a capitania do Rio de Janeiro vinha desde sua fundação com Estácio de Sá, quando com ajuda dos gentios, expulsa os franceses da Guanabara. Passando pelas reformas empreendidas por Martim de Sá, momentos antes da Restauração, em 1637, quando empresta 60.000 cruzados para aperfeiçoar as fortalezas da cidade⁹⁵. Contexto marcado pelo medo da expansão dos holandeses para além das capitanias do norte, quando há grande preocupação em fortalecer a proteção de toda a costa da América lusa. Contudo, a ligação e o domínio dos Sás nos postos das fortalezas já vinham desde o início do século⁹⁶.

Já a fortaleza de São João ficou completa em 1618. Passou por um processo de ampliação e melhoramento no ano de 1651, no governo de Sebastião de Brito Pereira, que requereu aos moradores que ajudassem com um ou dois negros para a empreitada. O forte novamente foi reformado em 1675, no governo de Matias da Cunha⁹⁷.

⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco A. História Geral do Brasil. São Paulo: Edições melhoramentos, 1956, 6ª edição, tomo I, pp. 372.

⁹¹ HESPANHA, Antonio M. As finanças da guerra. In ---. (coord.) *Nova história militar de Portugal – volume 2*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 180-1. Posição compartilhada por Rodrigues. Cf. RODRIGUES, José Damião Rodrigues. A Guerra nos Açores. In HESPANHA, Antonio Manuel (coord.) *Nova história militar de Portugal – volume 2*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 250.

⁹² Pai de Salvador Correa de Sá e Benevides Cf. BOXER. Salvador de Sá, pp. 410 e 420.

⁹³ Para o tenente coronel de artilharia Carlos Chagas dos Santos a fortaleza Nossa Senhora da Guia passa a se chamar Fortaleza de Santa Cruz, em 1612. Cf. CHAGAS DOS SANTOS, Carlos. Fortaleza de Santa Cruz – sítio histórico do exército brasileiro. In Revista DaCultura Rio de Janeiro: Diretoria de Assuntos Culturais, ano I, nº1, jan/jun 2001, pp. 43-48.

⁹⁴ COARACY, Vivaldo. O Rio de Janeiro no século XVII. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio, 1965, pp. 59-60.

⁹⁵ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Do Brasil filipino ao Brasil de 1649. São Paulo: Cia editora nacional, 1968. Coleção Brasiliana, vol. 336, pp. 231 e AHU-Rio de Janeiro, cx. 1, doc. 81, 80, 78, 79, 38. AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 74.

⁹⁶ Cf. FRAGOSO. A Nobreza da República ..., pp. 76-78.

⁹⁷ COARACY. O Rio de Janeiro ..., pp. 48, 142 e 194.

Agora que já conseguimos observar como os contemporâneos viam o cenário em que atuavam nossos personagens, podemos mostrar como era representado. A imagem retrata a barra da capitania do Rio de Janeiro. Notemos que para os navios adentrarem a baía era necessário que passassem bem próximo à fortaleza de Santa Cruz, que assim ganha grande destaque na defesa da região, como aparece explicado no texto que compõe a gravura.



TÁBUA XIa - Planta da capitania do Rio de Janeiro, de 1631. Do atlas *Estado do Brasil*, de João Teixeira Albernaz (o avô), cosmógrafo de Sua Majestade. (Mapoteca do Itamaraty).

A preocupação com a defesa em todo o período colonial era uma constante por parte dos reis lusos, sobretudo em épocas em que Portugal estava ameaçado de forma mais evidente, como era o contexto de meados do XVII. Afinal de contas, não podemos esquecer que a parte dos rendimentos da Coroa vinha do comércio ultramarino. Neste sentido, manter as rotas comerciais do Império era vital e muitas destas rotas passavam pelo Rio de Janeiro. Com isso, os governadores gerais freqüentemente remetiam ao Rei, informações a respeito do estado das fortificações em sua área de atuação, visto que: “O governador-geral foi definido como chefe supremo da administração colonial, com ênfase nas suas funções militares, sendo o posto de comandante da tropa sua atribuição fundamental”⁹⁸. Mas, esta não era a única função militar que detinha. Graça Salgado

⁹⁸ GOUVÊA, Maria de Fátima S. *Governo Geral*. In VAINFAS, R. (dir.) *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, pp. 265.

destacou que entre as inúmeras atribuições do governador-geral, duas eram de suma importância, a saber: “Zelar pela boa manutenção dos armamentos existentes nas capitâneas” e “Executar obras de fortificações para a defesa da terra”⁹⁹. A autora sublinhou ainda que os governadores-gerais não eram os únicos responsáveis pela defesa do território, os capitães e governadores de capitania também o eram. Entre as suas funções nos interessam as seguintes:

a) “Informar ao governador das armas e munições existentes na capitania e se estão necessitando de ajuda”¹⁰⁰ e;

b) “Visitar as fortalezas e armazéns existentes na capitania, com o provedor da Fazenda e o escrivão, bem como fazer um levantamento sobre o estado das instalações, equipamentos e reparos necessários, dando de tudo notícia ao governador-geral do Estado do Brasil”¹⁰¹.

É o que parece ter feito Diogo de Campos Moreno - sargento-mor e capitão da Costa do Brasil – ao remeter de Salvador, em 1609, um relatório ao Rei, dizendo que aquela cidade estava pessimamente equipada. Por isso, então, deveria se fazer as obras que haviam sido recomendadas pelo engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita e que foram enviadas para a Europa, ajustadas e corrigidas pelos engenheiros militares Turriano e Tibúrcio Spanhocchi (engenheiro-mor da Espanha), em 1606¹⁰².

O mesmo procedimento foi adotado pelo governador do Rio de Janeiro, Luiz Cesar de Menezes, em 26 de dezembro de 1689. O oficial escreve carta ao monarca luso, dando conta das condições a que se encontravam as fortificações e das companhias daquele presídio. O rei responde com as seguintes palavras:

(...) vendo o papel que me fizeste e o que nele me representa (...) e do estado em que se acham as fortalezas e soldados desse presídio e artilharia me pareceu dizermos e ordenarmos, como por esta o faço, que enchais a força das companhias de infantaria e das do presídio dessa praça e suas fortalezas com aquele número dos soldados de lotação que a Câmara se obrigou a sustentar pelas imposições, quanto for mais possível a respeito do procedimento das ditas consignações e, da mesma maneira, proceder assim os oficiais de artilharia que forem necessários para a defesa e conservação das forças desse gênero, (...) dando por conta da Fazenda Real fazer as carretas cobertas e todos os reparos para as peças da artilharia que achando seus serviços e pelos meus os efeitos da Fazenda Real mandeis consertar e reformar as ruínas que se acharem nessas fortalezas, de que são de depender a conservação de sua praça e em que se tem notícia que há necessário peças de artilharia pela praia, escolhais destas as que vos parecerem podem ter melhor serventia e as mandará por nas fortalezas e, com este meio, se remediará a necessidade que se praz (...)¹⁰³.

⁹⁹ SALGADO, Graça (Coord.). Fiscais e meirinhos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp.171.

¹⁰⁰ Idem. *Ibidem*, pp. 146.

¹⁰¹ Idem. *Ibidem*, pp. 243.

¹⁰² MENDONÇA DE OLIVEIRA, Mário. As primitivas defesas da cidade de Salvador. In Revista DaCultura. Rio de Janeiro: Diretoria de Assuntos Culturais, ano VII, nº 12, junho de 2007.

¹⁰³ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 9, pp. 49.

A necessidade de defesa da região por parte dos lusos se devia a um duplo medo, como salientou Maria Angélica da Silva. O primeiro era o “Mar Tenebroso”, recentemente conquistado e; o segundo, a floresta tropical. Destes cenários poderiam emergir, a qualquer momento, piratas e índios, respectivamente. Segundo a autora, era urgente que se permanecesse “em constante vigilância, pois, de fora, há a ameaça dos invasores europeus vindos do mar. E do interior das terras, há o temor da mata e seus habitantes”¹⁰⁴.

Defesa e colonização andavam de mãos dadas, sendo impossível pensar uma sem a outra. Para este binômio era vital o conhecimento de vários fatores, a saber: marítimos, geográficos, climáticos, culturais entre outros. A proteção não só da cidade do Rio de Janeiro, como de toda a costa com suas rotas comerciais, foi uma preocupação recorrente por parte dos monarcas portugueses no século XVII¹⁰⁵. Com isso, Coaracy enfatizou que no seiscentos “sempre houve necessidade de proceder a obras e reparações”¹⁰⁶ das fortalezas da cidade. Característica que, também, aparece na historiografia que se debruça sobre o tema, em especial o trabalho de Ferrez, que analisa mais detalhadamente, como o título de sua obra sugere, “O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto, 1555-1800”¹⁰⁷.

Para tal, uma das figuras principais eram os engenheiros militares. Bueno sublinhou que os desenhos feitos por estes agentes nos permitem apreender não só “aspectos formais e simbólicos da arquitetura e do urbanismo oficiais implantados nas Conquistas”, mas “entrever os diferentes momentos da política de colonização e expansão dos tentáculos do império português nas entranhas do Brasil”. Os engenheiros militares por meio de suas gravuras produziam conhecimento e, ao mesmo tempo, se apropriavam e controlavam o território, possibilitando aos monarcas ausentes se materializarem nas Conquistas. Suas representações não eram publicadas e permaneciam restritas às esferas estatais. Só quem as conheciam eram os reis, conselheiros, provedores das obras, engenheiro-mor, empreiteiros e mestres de obras¹⁰⁸.

¹⁰⁴ SILVA, Maria Angélica da Silva. História de paisagens: a natureza verde e o surgimento das vilas e cidades no Brasil Colonial. pp. 54 e 56.

¹⁰⁵ Aqui, naturalmente incluímos os monarcas hispânicos que durante a União Ibérica (1580-1640), também eram reis de Portugal.

¹⁰⁶ COARACY. O Rio de Janeiro ..., pp. 60.

¹⁰⁷ FERREZ. Op. Cit.

¹⁰⁸ BUENO, Beatriz Siqueira. Desenho o desígnio – o Brasil dos engenheiros militares. In *Revista Oceanos*, Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Número 41, jan/mar 2000, pp. 41.

Há poucos desenhos do Brasil feitos pelos engenheiros militares nos quinhentos e seiscentos, ao contrário dos séculos XVIII e do XIX. Estes personagens faziam dois trabalhos iguais, os primeiros iam para os Conselhos, que são os que chegaram aos dias de hoje e; os segundos para o canteiro de obras. De acordo com Bueno, as gravuras que eram enviadas para a Europa deviam ser aprovadas ou pelo Conselho de Guerra ou pelo Ultramarino para que posteriormente fossem colocadas em prática¹⁰⁹.

É o que podemos ver no documento enviado pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro ao Rei, em 25 de julho de 1649¹¹⁰:

Carta dos oficiais da câmara da cidade do Rio de Janeiro ao rei [d. João IV] sobre o envio das plantas da cidade e das fortalezas do Rio de Janeiro, tiradas pelos engenheiros Miguel de L'Escolle e Filipe de Guitan, para se determinar a melhor forma de se fortificar esta capitania, informando a falta de artilharia necessária aos moradores para defesa desta praça¹¹¹.

O monarca encaminhou as plantas ao engenheiro militar Mateus do Couto, que lhe respondeu no mês de dezembro do mesmo ano¹¹². Não entraremos aqui nos detalhes técnicos de seu parecer, queremos apenas destacar a circulação de informações entre os oficiais que estavam a serviço da coroa lusa.

Segundo Tavares, Felipe Guitau, um engenheiro militar francês, a serviço de Portugal, veio para o Brasil em 1653, com o conde de Autogüia, como Capitão honorário¹¹³. Apesar do erro apresentado quanto à data em que Felipe esteve na América, podemos observar que o mesmo não era português. Parece-nos que as informações de Ferrez sejam mais confiáveis. Para este autor o engenheiro-mor de Sua Majestade, Philip de Quitan, veio de Salvador seguindo as ordens de Governador-geral Conde de Vila-Pouca, Antônio Telles de Menezes, juntamente com o engenheiro militar Miguel de L'Escolle para fortificar a cidade do Rio de Janeiro contra uma possível invasão batava, em 1649¹¹⁴.

Já Miguel de L'Escolle (Michel de L'Escolle) era natural de Paris. Serviu como engenheiro militar, na capitania do Rio de Janeiro, pelo prazo de 3 (três) anos a partir de

¹⁰⁹ BUENO. *Op. Cit.*, pp. 47.

¹¹⁰ Este, no entanto, já era um costume do período filipino. Na obra de Ferrez podemos ver vários exemplos de plantas remetidas para a Europa, para serem consertadas, emendadas ou refeitas. Para citar somente um exemplo, em 1635, o Conselho de Portugal encaminha ao Rei recomendações para que mande vir do Rio de Janeiro “uma planta daquela capitania e das fortificações que tem e de novo tem feito e se vão fazendo em tão boa forma que se possa ver por ela ou como tudo esta obrado. E se há de emendar ou acrescentar (...)” Cf. FERREZ. *Op. Cit.*, pp. 124.

¹¹¹ AHU-Rio de Janeiro, cx. 2, doc. 124-A e AHU_ACL_CU_017, Cx. 2, D. 195.

¹¹² AHU-Rio de Janeiro, cx. 2, doc. 124-A e AHU_ACL_CU_017, Cx. 2, D. 197.

¹¹³ TAVARES, A. de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: SPME, 1965, pp. 128.

¹¹⁴ FERREZ. *Op. Cit.*, pp. 26.

1648¹¹⁵. As intervenções de L'Escolle não foram importantes apenas no campo militar. Para alguns autores ele pode ser considerado o primeiro urbanista do Rio de Janeiro, devido à modificações que implementou nas “ruas, [nas] valas de esgotamento, [na] muralha de defesa, [nas] praças, [nas] estradas de acesso”. Mas, sua participação é ainda mais destacada pelos projetos militares que elaborou, pois afinal de contas, apesar de não haver na época uma separação entre engenheiro civil e militar, como demonstra sua atuação, foi o primeiro especialista em fortificações que trabalhou no Rio de Janeiro.

Para Cardoso e Araujo, no século XVII, o Rio de Janeiro apresentava um grande crescimento urbano, fruto da importância cada vez maior de seu porto e das rotas mercantis que passavam por ali. Com isso, passou a haver uma preocupação mais efetiva com sua infra-estrutura. Em 1625, começam a surgir regras urbanas para construção de casas na cidade baixa, preservando o traçado das ruas; drenaram-se algumas lagoas; abriram-se ruas, como por exemplo, a rua da Vala (1641) e a rua do Cano (1646); começa a construção do aqueduto da Carioca (1673)¹¹⁶; criava-se um serviço de correios na cidade e; iniciava-se uma estratificação social do espaço, com a formação de bairros bem definidos entre outras mudanças¹¹⁷. Parte deste crescimento fora consequência da tomada de Pernambuco pelos holandeses. Assim, o governador Rodrigo de Miranda Henriques escrevia ao Rei Filipe III, em 1634, dando conta das modificações existentes na capitania: “Esta cidade tem crescido depois da tomada de Pernambuco muito em gente e comércio e riqueza”¹¹⁸.

As idéias de L'Escolle foram tão importantes que na reforma empreendida por Pereira Passos, já no século XX, ainda se conseguia ver seu esboço refletido na malha urbana¹¹⁹.

Segundo Tavares da Conceição, L'Escolle já havia atuado no restauro e construção de outros fortes na província do Minho. Para a autora, após as Guerras de Restauração (1641-1668), Portugal empreendeu um grande esforço em fortificar suas fronteiras terrestres com a Espanha. Obras que foram coordenadas pelo Conselho de Guerra, criado em 1641, e que eram necessárias não só para a sua proteção, mas,

¹¹⁵ TAVARES. *Op. Cit.*, pp. 170.

¹¹⁶ Respectivamente, Rua Uruguaina, Rua 7 de Setembro e Arcos da Lapa. Cf. CARDOSO & ARAUJO. *Op. Cit.*, pp. 67.

¹¹⁷ Cf. CARDOSO & ARAUJO. *Op. Cit.*, pp. 67.

¹¹⁸ FERREZ. *Op. Cit.*, pp. 123.

¹¹⁹ Idem. *Ibidem*, pp. 26.

também pela importância de se demarcar, de forma clara, a fronteira com aquele Estado¹²⁰. Para além da importância da Restauração, Rui Bebiano sublinhou que:

(...) pelos finais do século XVII não existia na Europa exército no qual a engenharia não desempenhasse papel determinante e o português desenvolveu muito cedo, por imposição das circunstâncias vividas durante as campanhas de Restauração, essa mesma componente¹²¹.

A defesa da região alentejana havia sido deixada de lado durante o período Filipino¹²². Deste modo, as fortalezas estavam não só precisando de reformas, devido ao seu abandono, mas porque “a arquitetura militar conhecia exemplar renovação”¹²³. As revitalizações dos fortes começaram a ser pensadas e executadas dentro de projetos que incluíam toda uma gama de equipamentos necessários para a guerra, tais como: hospital, quartéis, paióis e etc. Estes anexos passam a ser vistos como capitais para o bom funcionamento da estrutura de guerra. Começa a existir um planeamento cada vez mais amplo. Assim, a improvisação era deixada, cada vez mais, de lado. As tradicionais requisições compulsivas de abrigo para os soldados em casas de civis eram abandonadas, já que agora os soldados possuíam quartéis e hospitais.

Este não era um pensamento isolado dos lusos, que procuravam se atualizar cientificamente e tecnicamente com o que de mais moderno existia na época. Desta forma, inúmeros estrangeiros, sobretudo franceses e holandeses, foram contratados para que houvesse uma “oxigenação” no processo descrito¹²⁴. Um destes personagens foi Miguel de L’Escolle, que após a contração do também francês, Charles Lassart, em 1641, pela Coroa Lusa, como engenheiro-mor do Reino, foi enviado para a Região do Minho.

Como vimos, havia naturalmente, uma preocupação em fortificar as fronteiras com a Espanha e, com isso, a necessidade de se ter engenheiros militares que

¹²⁰ TAVARES DA CONCEIÇÃO, Margarida. A praça da guerra aprendizagens entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação. In *Revista Oceanos*, Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Número 41, jan/mar 2000, pp. 32.

¹²¹ BEBIANO, Rui. A Guerra: o seu imaginário e a sua deontologia. In HESPANHA, A. M. (Coord.). *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 49.

¹²² Hespânia sublinha que antes da Restauração o perigo vinha do mar com os piratas marroquinos, ingleses ou holandeses. Desta maneira, a principal linha de proteção se situava na costa e, portanto, a preocupação de defesa se localizava naquela região, que não só concentrava o efetivo militar, mas os fortes construídos ou reformados. Cf. HESPANHA, António Manuel. Introdução. In ---. *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 32.

¹²³ TAVARES DA CONCEIÇÃO. Op. Cit., pp. 32.

¹²⁴ Não foram somente os engenheiro militares estrangeiros que foram contratados, militares experientes também o foram. Dentre eles citemos o principal, o conde de Schomberg (Prússia), que teria a responsabilidade de reorganizar todo o exército português, e participou ativamente de um dos principais conflitos da Restauração, a batalha de Montes Claros (1665). Cf. TAVARES DA CONCEIÇÃO. Op. Cit., pp. 32.

conduzissem tão árdua tarefa. Mas, entretanto, não devemos pensar que a dinastia dos Braganças não se preocupava com outras partes de seu império. Tal inquietação também era sentida para a América. Como acabamos de ver, L'Escolle havia sido mandado para o Rio de Janeiro devido ao medo da invasão batava se estender.

Havia, portanto, certa urgência em suprir as demandas de engenheiros militares para dar conta de várias frentes de atuação na qual não se podia negligenciar. Contudo, a contratação de estrangeiros para a tarefa esbarrava no problema econômico. Despendia-se muito dinheiro para tal. O gasto não era apenas no emprego de homens. Reformas ou levantar novas fortalezas era bastante caro. Ferrez mostrou que em todo o século XVII os governadores do Rio de Janeiro, quando assumiam seu ofício e produziam o relatório mostrando as condições militares que encontravam, sempre reclamavam da precariedade em que se deparavam. Assim, pediam o envio de mais homens, equipamentos, reformas e ampliação dos fortes na barra da cidade. Requisições estas que, quase sempre, não eram atendidas por falta de recursos. Ao mesmo tempo, o autor mostra que o custo da defesa da capitania ficava a cargo dos moradores, em especial, a manutenção de seus fortes, fortinhos, baluartes e etc¹²⁵, como era comum para todo o Império segundo Hespanha¹²⁶.

Mas, voltemos à necessidade que a Coroa tinha em formar engenheiros militares. Destarte, D. João IV cria, em 1641, a “Aula de Artilharia e Esquadria”, no Paço da Ribeira. Logo depois, em 1647, ela é transferida para a Ribeira das Naus e passa a se chamar “Aula de Fortificação e Arquitetura Militar”¹²⁷. O monarca se preocupava em formar os engenheiros militares dentro das técnicas mais modernas existentes. Seu foco não era apenas o Reino, mas a América também. Assim, em 5 de setembro de 1649, escreve ao general de artilharia, André de Albuquerque, perguntando sobre o que andava fazendo o engenheiro militar holandês Timermans, contratado para servir de professor:

(...) e porque Eu desejo saber se Timermans, em cumprimento do seu contrato, ensina a alguns naturais a sua arte, os discípulos que teve, e o fruto que desta doutrina tem resultado, vos recomendo me aviseis e procureis que haja particular cuidado em que os naturais aprendam e se façam práticos nesta Arte (Arquitetura Militar), para que não estejamos dependendo de estrangeiros com os quais se fazem tão grandes despesas, como vos é presente, e apontais na vossa carta¹²⁸.

¹²⁵ FERREZ. *Op. Cit.*

¹²⁶ HESPANHA, Antonio M. *As finanças da guerra ...*, pp. 180-1.

¹²⁷ TAVARES DA CONCEIÇÃO. *Op. Cit.*, pp. 36.

¹²⁸ Apud TAVARES. *Op. Cit.*, pp. 37-8.

O engenheiro Miguel Timermans, segundo Tavares, veio para o Brasil formar discípulos aptos para os trabalhos de fortificações. Tinha a missão de “preparar 24 alunos, para as funções de engenheiro, inclusive de fogo”, no período de 1648 a 1650¹²⁹. Ao que parece, não conseguiu alcançar o seu objetivo, pois Bueno e Reis afirmam que os profissionais que atuaram na América ou eram estrangeiros ou tiveram sua formação em Portugal¹³⁰. Ao mesmo tempo, a autora enfatiza que a carência de engenheiros militares lusos obrigava-os, assim como em vários ofícios reais, a circularem por todo o reino¹³¹. Todavia, não nos parece que este deslocamento obedecesse a um grau de hierarquia que havia em outros ofícios. Pois, Teles afirma que para o Brasil foram mandados os melhores engenheiros militares que o Estado português tinha à sua disposição¹³². Estes circulavam por vários espaços lusos, juntamente com vários auxiliares (ajudantes e mestres-de-obras), que iam se aperfeiçoando no ofício¹³³.

Deste modo, Tavares da Conceição destaca que começava a se delinear de forma mais clara um sistema de defesa supra-regional¹³⁴. Neste sistema não se teriam mais cidades fortificadas responsáveis pela sua defesa apenas, mas sim “cabeças”, que serviriam como “capitais” de províncias, com a função de resguardar uma determinada região mais ampla, para além da sua cidade, que se constituiriam como a sede do governo das armas. Assim, o porto do Rio de Janeiro, já no século XVII por ser o principal da região sul da América portuguesa apresentava para além da importância comercial,¹³⁵ uma grande relevância militar¹³⁶. A principal função do governador da capitania era de defesa de toda a parte sul da América lusa, juntamente com as suas rotas mercantis. Sob a perspectiva de “cabeça” da região, podemos entender três acontecimentos que tomaram corpo a partir da cidade do Rio de Janeiro, responsável por mandar tropas para a defesa de outras localidades. O primeiro, em 1615, quando se expulsou definitivamente os franceses, com a instalação da cidade de Cabo Frio, conjuntura marcada pela própria fundação da urbe fluminense. Segundo, em 1648, quando se reconquista Angola, com a expedição montada por Salvador Correia de Sá e

¹²⁹ TAVARES. *Op. Cit.*, pp. 49 e 170.

¹³⁰ BUENO, Beatriz Siqueira e REIS, Nestor Goulart. *Cidades e fortes coloniais*. In revista DaCultura, Ano II N° 3, jan-jun 2002, pp. 47.

¹³¹ BUENO. *Op. Cit.*

¹³² TELLES. *História da engenharia no Brasil ...*, pp. 10.

¹³³ BUENO e REIS. *Op. Cit.*, pp. 47.

¹³⁴ TAVARES DA CONCEIÇÃO. *Op. Cit.*, pp. 30.

¹³⁵ SAMPAIO. *Na encruzilhada do Império ...*, pp.140.

¹³⁶ Cf. CARDOSO & ARAUJO. *Op. Cit.*, pp. 72.

Benevides. E terceiro, com a criação da Colônia de Sacramento, em 1680, na região do rio da Prata¹³⁷.

Todavia, para este modelo de defesa supra-regional era fundamental a presença dos engenheiros militares, não só por sua atuação nas construções militares, mas por sua participação nas próprias batalhas que ocorriam. Um dos engenheiros militares que mais se destacou foi o português Luis Serrão Pimentel, que escreveu a obra “Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das praças regulares e irregulares”, publicada em 1680.

Esta obra criou um modelo luso próprio de praça de guerra, que fora pensado nas “Aulas de fortificação”, iniciadas em 1647, e difundido após a Restauração. Ela iria influenciar a arquitetura e o urbanismo português. Sua preocupação residia na flexibilização e adaptação das condições reais existentes. Buscava-se, portanto, o equilíbrio entre o modelo real e o possível¹³⁸, uma vez que:

A extrema amplitude geográfica e cronológica do império colonial obrigou, até pela sua velocidade, à adoção expedita de procedimentos flexíveis, pouco favoráveis à formalização teórica de modelos demasiados rígidos, sem previsível eficácia em espaços diversificados¹³⁹.

Esta idéia fora compartilhada pelo engenheiro militar João de Balesteiros. Durante todo o século XVII, quando se discutia a fortificação e a defesa da barra do Rio de Janeiro, um dos projetos era construir a fortaleza da Laje, que seria erguida somente no século seguinte, como já vimos. O projeto fora feito pelos engenheiros militares Felipe Guitan e Miguel de L'Escolle e fora remetido para a metrópole para apreciação e possíveis mudanças. João de Balesteiros acabou ficando responsável por dar o aval final sobre o projeto e elaborou algumas alterações para a sua execução¹⁴⁰. Não queremos destacar aqui as suas interferências na planta, mas a sua concepção de que era necessário conhecer a região e adaptar um modelo pensado por quem não a conhecia.

¹³⁷ Mais a frente quando passarmos a análise dos perfis dos capitães (1º capítulo) e das concorrências (2º e 3º capítulos) vamos observar que o Rio de Janeiro aparece como “cabeça” da região. Assim, muitos de nossos agentes têm o Rio de Janeiro como “sede” e circulam por áreas subordinadas como, por exemplo, Angola, Espírito Santo, Cabo Frio e etc. Este sistema não era novidade. Afonso de Albuquerque no século anterior havia pensado a defesa da Índia por meio deste preceito. Desta forma, pretendia defender o Oriente dos muçulmanos e hindus, por meio da constituição de 4 (quatro) “cabeças”, Malaca, Diu, Ormuz e Adém. Este sistema permitira a diminuição de gastos com grandes armadas estacionadas na Índia, tornando a região mais segura. Cf. RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar. *A Guerra na Índia*. In HESPANHA, Antonio Manuel (coord.) *Nova história militar de Portugal – volume 2*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 203.

¹³⁸ TAVARES DA CONCEIÇÃO. *Op. Cit.*, pp. 25.

¹³⁹ Idem. *Ibidem*, pp. 26.

¹⁴⁰ Não entraremos aqui na discussão apresentada por Ferrez sobre a autoria do mesmo. Para alguns historiadores, posição não compartilhada por este autor, o projeto era dos engenheiros Filipe Guitau e Miguel de L'Escolle. Cf. FERREZ. *Op. Cit.*, pp. 21.

Vejamos seu parecer: “(...) para que não se seguisse nenhum erro fiz a planta da plataforma (...), não para que absolutamente se execute por este tamanho, mas para que sirva de guia”¹⁴¹.

Deste modo, como apresenta Jayo, mantinha-se uma tradição herdada do período filipino, que primava pela fusão de estilos. De um lado a ortodoxia do urbanismo castelhano e de outro a “morfología urbana brasileña (versión “tupi” de las influencias ibéricas)”. Assim não só os fortes como as cidades coloniais brasileiras apresentavam uma dupla experiência, uma européia e outra cabocla¹⁴².

Mas voltemos a Luis Serrão Pimentel. O engenheiro havia se formando, ainda no período dos Filipes, nas “Aulas de Esfera do Colégio de Santo Antão”. Muitos dos professores desta instituição eram jesuítas de várias nacionalidades: portugueses; alemães; ingleses; irlandeses e; especialmente, italianos e flamengos. Um dos principais docentes foi o jesuíta batavo João Cosmander (Jam Ciermans) que participou ativamente da campanha de fortificação portuguesa pós 1640¹⁴³. Nestas “Aulas”, foram introduzidas inúmeras modificações e inovações na engenharia militar ibérica. Uma delas era a substituição de uma “escola italiana”, de construção de fortes por uma “escola flamenga”, nos anos de 1630. Muitas destas inovações foram colocadas à prova nas batalhas da Restauração Portuguesa¹⁴⁴.

Um dos engenheiros militares que mais ousou experimentar foi o Marechal de Campo francês Blaise François de Pagan, que entre 1642-43 visitou vários estaleiros lusos e, a partir das observações que pode fazer, escreveu “Les fortifications du Comte de Pagan”, em 1645. A obra foi uma das mais importantes da época e fora lida em toda a Europa. Sua concepção teórica se baseava na “escola flamenga”, que já havia influenciado os engenheiros franceses.

Todo este manancial teórico batavo irá aportar nas reformas e construções dos fortes portugueses. Mas para que estas idéias fossem colocadas em prática, eram necessários homens que detivessem essa noção. Destarte, foi fundamental a atração de técnicos e engenheiros militares estrangeiros que possuíssem este novo saber. Todavia,

¹⁴¹ FERREZ. *Op. Cit.*, pp. 144.

¹⁴² JAYO, Antonio Hoyuela. Brasil, una construcción hispánica – el papel de la Unión de las Coronas en la definición de un urbanismo original ibérico. In *I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, pp. 15.

¹⁴³ Segundo Bebiano, João Cosmander fora espião a serviço dos castelhanos. Logo depois de ter participado desta campanha de fortificação passa para o lado inimigo e aparece combatendo junto ao marques de Leganès na praça de Olivença, em 1648, que ele mesmo havia fortificado. Na sua fuga teria levado vários desenhos e plantas. Cf. BEBIANO, Rui. A Arte da Guerra ..., pp. 142.

¹⁴⁴TAVARES DA CONCEIÇÃO *Op. Cit.*, pp. 30-31.

os conhecimentos só foram postos em prática a partir da criação da primeira escola especializada em fortificação lusa, a “Aula de artilharia e esquadria”, a cargo de Luis Serrão Pimentel, criada em 1641, no mesmo ano do Conselho de Guerra. Foi no exercício destas “Aulas” que escreveu a obra referida. Em sua essência revelava “um apurado equilíbrio entre a tradição portuguesa e o corpo teórico internacional mais actualizado”, atingia ainda um objetivo essencial “explicitamente esclarecido, a fixação de um método português de fortificação, fundamentado e fundamentador da especificidade de uma Escola portuguesa”. A obra mesclava conhecimento prático, pois Pimentel havia participado de batalhas na Restauração e teórico, devido à sua formação no Colégio de Santo Antão¹⁴⁵. Seu “Methodo” fora tão bem desenvolvido que continuou a ser usado até o século seguinte. Surgia o estilo português denominado de “Estilo Chão”, nas palavras de Bueno, “uma arquitetura de raiz maneirista adaptada ao contexto português e com uma feição castrense fruto do pragmatismo dos seus conceptores”¹⁴⁶.

A obra de Pimentel pensa, o conceito de guerra, como de defesa e não de ataque¹⁴⁷ e se baseava no conceito de “praças fortes/cabeças” com a clara divisão entre espaços de fronteiras e espaço centralizado. Ambos pensados em conjunto. Sendo o primeiro subordinado ao segundo, que devia prestar socorro àquele quando necessário. Ainda, segundo Bueno, a obra de Pimentel mostra um rico diálogo com a produção europeia, em especial no debate que se fazia em se fortificar ou não, as fronteiras. O engenheiro conhecia os argumentos a favor e contra. Não se restringia a simplesmente copiá-los, se posicionava frente a eles, dando a sua opinião para os casos particulares¹⁴⁸.

¹⁴⁵ Idem. *Ibidem*, pp. 36.

¹⁴⁶ BUENO. *Op. Cit.*, pp. 48.

¹⁴⁷ Uma concepção do humanismo de Botero, tão caro ao Estado luso, que entre outras coisas, dava mais ênfase a preservação do reino do que sua expansão. FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. Portugal na época da Restauração. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 271 *APUD* LEITE, Jorge Luiz de Miranda. O dito e o feito – Heróis exemplares nos relatos de guerra na Restauração pernambucana (160-1654). Niterói: UFF, 2009, dissertação de mestrado, pp. 8.

¹⁴⁸ BUENO. *Op. Cit.*, pp. 52. Recentemente em obra onde analisam a relevância da escrita no Império português Algranti e Megiani sublinharam que neste espaço existiam vários circuitos de comunicação, tanto oficiais como não oficiais. Estes eram vitais, pois atuavam na “transmissão de idéias, valores, normas, costumes e saberes entre a metrópole e suas colônias”. As autoras enfatizaram ainda que o período era importante pois se substituiu a oralidade medieval por uma cultura da escrita, baseada sobretudo em manuscritos, que eram fruto da ampliação do mundo europeu, em razão das Grandes Navegações, e da necessidade de se governar a distância, cujo principal exemplo fora o monarca Filipe II, o rei “papeleiro e burocrata”. Cf. ALGRANTI, Leila M. & MEGIANI, Ana Paula (orgs). O império por Escrito – formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico – séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 9-10. Ver Também CHARTIER, R. A história cultura: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Em recente dissertação, Leite defendeu que houve uma prática de produção de opúsculos influenciados por uma literatura ibérica que enfatizava os valores da “cavalaria” medieval e buscava construir a idéia de que os restauradores pernambucanos, sobretudo,

O esforço empreendido pelo Estado luso para a criação destas aulas era vital, como já vimos, pois era urgente se formar um quadro de engenheiros e técnicos lusos para que se diminuíssem os gastos com a contratação de estrangeiros. Neste sentido, há um esforço por “popularizar” a formação de engenheiros. O ofício, tradicionalmente, era destinado à formação de uma elite e, portanto, direcionada aos fidalgos. Com a crescente necessidade de pessoal especializado, passa a haver uma ampliação das origens sociais. Os jovens que substituíram os fidalgos eram recrutados no próprio exército dentro dos que apresentavam aptidão para tal. Possuíam uma formação teórica e prática e começavam a carreira com “ajudantes” dos engenheiros. Este modelo, no final do século XVII foi levado às conquistas: na Bahia, em 1696; no Rio de Janeiro, em 1698; no Maranhão, em 1699 e; no Minho e Pernambuco, em 1701¹⁴⁹.

Mas as inovações não chegavam a Portugal somente desta forma, com os professores lusos lendo obras estrangeiras. Apesar da “Aula de artilharia e esquadria” o quadro de engenheiros militares ainda era precário. Deste modo, algumas consultas continuavam a ser feitas a estrangeiros e são bastante elucidativas da preocupação da Coroa em termo de defesa e de uma busca da “modernidade”. Mais uma vez, vejamos a documentação. Pedimos desculpa pelo tamanho da citação, mas ela é bastante rica:

O secretário de Estado Pedro Vieira da Silva remeteu a este Conselho [Ultramarino] com ordem de Vossa Majestade para se ver e consultar o que parecer, a cópia de um Capítulo de carta de Arnaut de Hondelate, escrita de Bayena de França, em 9 de julho passado. Nela lembra a Vossa Majestade que as fortalezas do Rio de Janeiro (que diz que tem visto) não são fortalezas para defender armada que a aquela praça for de propósito, porque as rodas da artilharia estão sempre ao sol e a chuva e os soldados que as guardam, são as três partes forçados e ficam cinco ou seis anos sempre nas fortalezas, pelo que se chegar ocasião de serem acometidas de inimigos, mais depressa se hão de por da sua parte, que da nossa, que os artilheiros serão somente sete ou oito e tais, que o fazendo condestável um não valem os mais outros.

Ao Conselho [Ultramarino] pareceu dizer a Vossa Majestade que o que aponta Arnaut de Hondelate, do estado das fortalezas do Rio de Janeiro, é certo, porque assim o referiu o Conselheiro Salvador Correa de Sá, e o viu quando passou por aquela praça vindo de Angola. Pelo que parece que Vossa Majestade deve mandar que em cada uma das fortalezas, de Santa Cruz, e São João, que são as da Barra, haja cem soldados de presidio para sua defesa. E na cidade, oitocentos, e destes oitocentos assistam cada dois meses cinquenta no Cabo Frio, e cinquenta na Ilha Grande. E nas ditas duas fortalezas cada mês se remudem as companhias, indo assistir uma cada mês além da infantaria de sua dotação. E que haja nelas tantos artilheiros, como peças tiverem cada uma. E dois condestáveis em cada uma. E que para se poder governar esta infantaria, haja dois ajudantes numerários. E para governar a gente miliciana outros dois ajudantes supranumerários, que não vençam mais que o soldo de alferes reformados. E que Vossa Majestade mande que o provedor da fazenda com o ministro que o governador lhe nomear, vão fazer vistoria nas carretas e mais petrechos da artilharia para sua defesa. E que logo se trate do remédio de tudo, que será fácil, e muito difficil de restaurar se a praça se perder. Lembrando a Vossa Majestade que só esta capitania esta intacta dos inimigos, sendo que por natureza é a mais defensável. E das mais importantes por está causa. Em Lisboa a 9 de dezembro de 655.

João Fernandes Vieira, Francisco Barreto e André Vidal de Negreiros, eram heróis. Tais livretos eram bastante “populares” na América lusa, segundo o autor. Cf. LEITE. *Op. Cit.*

¹⁴⁹ BUENO, *Op. Cit.*, pp. 48.

Salvador Correa de Sá e Benevides
Francisco de Vasconcelos da Cunha
Diogo Lobo Pereira

À margem a ordem do rei: Diga-me Conselho o que se poderá executar de tudo o que aponta esta consulta, e o que se poderá também tentar no Brasil, e de que sendo respeitantes as necessidades do Reino e daquele estado, em Lisboa 26 de janeiro de 656¹⁵⁰.

Neste documento podemos ver o Secretário de Estado português recebendo o parecer de um engenheiro francês que se encontrava em seu país natal. Há uma série de recomendações que incidem basicamente em aumentar o efetivo e a forma como é recrutado e remunerado. Atentemos para o silêncio em relação à estrutura física das fortalezas e da quantidade e qualidade das armas. Não há comentário sobre questões técnicas da artilharia, ou seja, se o armamento disponível é o apropriado. Critica-se a conservação e abrigo que se dá a ele. O mesmo já havia ocorrido entre 1649-50, quando com as reformas planejadas por Miguel de L'Escolle e Filipe de Guitan foram mandadas plantas para o engenheiro militar francês Pedro Pelifique dar o seu parecer sobre as fortalezas¹⁵¹.

Lembremos que Ferrez nos mostra uma série de relatos feitos pelos governadores do Rio de Janeiro que sempre dão conta do péssimo estado das fortificações daquela capitania¹⁵². Como já vimos no início do capítulo, o engenheiro francês e outros tantos viajantes que por aqui passaram, conheciam outros cenários. Em seus relatos não há menção à existência de uma diferença, especialmente no que diz respeito à estrutura física, entre as realidades. Portanto, somos levados a acreditar que talvez fosse bem pequena. Do mesmo modo, acreditamos que os relatórios, feitos pelos governadores, que mostravam a precariedade da capitania devam ser vistos com outros olhos. É o que também percebeu Hespanha ao analisar o cálculo dos efetivos reunidos nas guerras e batalhas portuguesas nos séculos XIV a XVII, “(...) o desejo de valorizar a vitória faz subavaliar os efectivos próprios ou o desejo de reputação os faz aumentar”¹⁵³.

É claro que a estrutura não era a ideal, realmente deveria haver carência de quase tudo. Mas esta também devia ser sentida em outras praças, que não somente as lusas. As condições materiais na Europa, até mesmo pelo desenvolvimento tecnológico da época,

¹⁵⁰ FERREZ. *Op. Cit.*, pp. 174-178.

¹⁵¹ Idem. *Ibidem*, pp. 174-178.

¹⁵² Idem. *Ibidem*, pp. 185-6.

¹⁵³ HESPANHA. *Introdução ...*, pp. 23. Esta percepção também aparece nos relatos das batalhas da guerra da Restauração Pernambucana. Sobre isto ver. VAINFAS. R. *Traição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

não eram de uma sociedade industrializada como temos hoje. Deste modo, os governadores, a fim de valorizarem seus serviços, deveriam “carregar na tinta” nos seus relatos. Afinal, conseguir sucesso na defesa de uma praça tão importante como o Rio de Janeiro, com poucos ou nenhum recursos, lhes daria muito mais prestígio do que defender uma praça bem equipada.

Para além das questões apresentadas, os baluartes também eram relevantes, posto que permitiam aos capitães, ter acesso ao dinheiro de diversas maneiras. No período que iniciamos nossa pesquisa, em 1640, o soldo do capitão da fortaleza de Santa Cruz era de 144\$000 rs, enquanto o do governador 200\$000 rs, o de ouvidor-mor de 200\$000 rs e o de provedor da fazenda de 70\$000¹⁵⁴. Uma quantia nada insignificante¹⁵⁵. Outro modo de lidar com o dinheiro que o posto permitia, era gerir os recursos que recebiam para sua administração, como alimentar soldados, dar-lhes vestimentas, armas e outras coisas imprescindíveis para a sua manutenção. Esta quantia, como denunciava Diogo Couto para as fortalezas da Índia, por vezes, era utilizada para uso particular¹⁵⁶.

Outra forma de acesso ao dinheiro era por meio dos chamados *proes*, *emolumentos*, *soldos* e outros termos¹⁵⁷ que os capitães recebiam. Destarte, Fragoso destacou que:

(...) estas ‘gratificações’ valiam mais do que o salário, em geral bastante reduzido. Um Capitão de uma das fortalezas da Baía de Guanabara, por exemplo, podia ganhar emolumentos das naus que passavam defronte à sua guarnição¹⁵⁸.

Todos estes recursos eram fundamentais, pois permitiam, junto com outros ofícios reais, acumular riqueza para investir na produção de açúcar e na compra de escravos, que trabalhariam naquela atividade, pois fazia parte da “economia do bem

¹⁵⁴ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 1, Caixa 2, Documento 204-6.

¹⁵⁵ Para se ter uma idéia deste valor, nada desprezível, citemos alguns exemplos. Sampaio observou que um terreno na zona urbana custava em média 53\$250 réis, entre 1650-1660. Se formos para o mundo rural a quantia também não é módica. O mesmo autor mostra que um partido, no mesmo período do exemplo anterior, custava, em média, 427\$667 réis, aproximadamente 10 vezes o soldo do capitão da fortaleza de São João. Compreendia este partido as “benfeitorias de cana-de-açúcar, às vezes com casas, existentes no interior do engenho”. Se compararmos com o açúcar, temos os seguintes valores. O soldo valeria quase meia tonelada, mais precisamente, 489.6 Kg de açúcar branco conforme medidas fornecidas por Sampaio. Cf. SAMPAIO. *Na encruzilhada do Império ...*, pp.103, 113, 208 e 320.

¹⁵⁶ COUTO, Diogo. *O soldado prático*. Lisboa: Edições Europa-América, s/d.

¹⁵⁷ Expressões, junto com outras, que apareciam na nomeação do capitão, só para citar um exemplo, Cf. ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 4, pp. 56. Carta Patente do Capitão da fortaleza de São João, João Correa de Faria, de 12/2/1661 “como também gozar de todas as *proeminências, liberdade e isenções, proes e percalços* que diretamente lhe pertencerem assim com houveram às pessoas que antes dele o serviram antes que o dito capitão João Correa de Faria. Grifos nossos.

¹⁵⁸ FRAGOSO. *Imperial (re)visions ...*, pp. 85.

comum”, como vimos na introdução. O ofício também era importante, pois permitia atuar no comércio da cidade, uma vez que controlava, como já visto, o fluxo de navios que navegavam no recôncavo.

Perfil dos capitães das fortalezas

Depois que apresentamos algumas questões que denominamos de materiais, é chegada a hora de tratar de nossos capitães. Para o nosso recorte temporal (1640-1706) temos as seguintes nomeações para a fortaleza de Santa Cruz, feitas pelo rei:

- 1) 1649 – Antonio Nogueira da Silva¹⁵⁹;
- 2) 1664 – Baltasar Cesar D’ença¹⁶⁰;
- 3) 1667 – Antonio da Costa Brito¹⁶¹;
- 4) 1669 – Manuel da Costa Cabral¹⁶²;
- 5) 1686 – José da Costa de Oliveira¹⁶³.

Já para a de São João, temos:

- 1) 1660 – Ascenço Gonçalves Matoso¹⁶⁴;
- 2) 1669 – Francisco Pinto Pereira¹⁶⁵;
- 3) 1671 – Agostinho de Barros de Vasconcelos¹⁶⁶;
- 4) 1700 – Manuel Luiz¹⁶⁷.

¹⁵⁹ Em 1648, seu pai, Clemente Nogueira da Silva, em consulta ao Conselho Ultramarino requer que o título passe ao seu filho, Antonio Nogueira da Silva, que por sucessão lhe pertencia. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 3, Caixa 4, Documento 645. Seu pedido será registrado somente no ano seguinte, em 7 de julho de 1649. Cf. ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 1, pp. 376 e 387v.

¹⁶⁰ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 6, Documento 1020-1021.

¹⁶¹ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 4, pp. 654.

¹⁶² Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 7, Caixa 8, Documento 1487-89 e ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1018.

¹⁶³ AHU-Rio de Janeiro, cx. 5, doc. 79 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 517.

¹⁶⁴ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 4, Caixa 5, Documento 843.

¹⁶⁵ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086.

¹⁶⁶ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1011 e ANRJ. Cód. 77, vol. 5, pp. 103v.

¹⁶⁷ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 12, Caixa 12, Documento 2352 e ANRJ do Rio de Janeiro. Cód. 77, vol. 5, pp. 238.

Se procuramos traçar um perfil dos capitães nos parece bem claro que não podemos somente analisar os documentos que tratam de suas nomeações. Desta maneira buscamos outras informações a respeito destes agentes, como já comentamos em nossa introdução.

Dentro destes cinco capitães que apareceram na fortaleza de Santa Cruz temos duas nomeações que não podem ser analisadas separadamente, a de Antonio Nogueira da Silva e a de José da Costa de Oliveira. Os chamaremos de *filhos*, pois os capitães recebem o ofício mais pelos serviços de seus pais, que já ocupavam o posto, do que propriamente pelos seus feitos. Estes recebem a propriedade vitaliciamente como havia acontecido com os seus progenitores. Portanto, não devemos ver Antonio Nogueira da Silva e José da Costa de Oliveira como pessoas individualizadas, separadas de sua base familiar. Como receberam o ofício pelos serviços de seus pais há uma relação de continuidade que se dá entre estes familiares. Mas, para entendermos melhor vejamos como aparece na documentação:

Com a petição referida apresentou o dito Clemente Nogueira da Silva que nela acusa, porque consta fazer lhe Vossa Majestade mercê da sucessão da fortaleza de Santa Cruz da barra do Rio de Janeiro, para seu filho Antonio Nogueira da Silva, tendo consideração ao que o dito Clemente Nogueira, depois de despachado pelos postos serviços, foi abrindo em benefício desta Coroa, ocupando o posto da fortaleza de Santa Cruz da barra do Rio de Janeiro, desde o ano de 635; até o presente [1648], e com os soldados, obras, e escravos que trazia ao trabalho, nas da fortificação, para aquela praça se achar nas defesas, nas ocasiões que se oferecesse despender muito de sua fazenda, mandando juntamente fabricar de seu dinheiro, os reparos necessários para a artilharia, para que estivesse em cavalgada quando se quisesse valer desta (...) ¹⁶⁸.

A isto se deve, sobretudo, não só aos serviços que os pais prestaram nas diversas batalhas que participaram, mas também pelo fato, citado acima, de que estes usaram suas fazendas e seus escravos na manutenção e reforma da fortaleza ¹⁶⁹. Acontecimento que vez por outra será invocado pelos pretendentes ao cargo das duas fortalezas. Este grupo, até mesmo, por ter conseguido transmitir o ofício para seus descendentes, se instalou na cidade. Os *filhos* Antonio Nogueira da Silva e José da Costa de Oliveira

¹⁶⁸ Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 3, Caixa 4, Documento 645. “Consulta do Conselho Ultramarino acerca do requerimento do Capitão Clemente Nogueira da Silva, no qual pede que se passe a seu filho *Antonio Nogueira da Silva*, carta de Capitão da Fortaleza de Santa Cruz do Rio de Janeiro, que por sucessão lhe pertencia. 3/9/1648”.

¹⁶⁹ Albuquerque ao estudar a remuneração dos serviços na guerra contra os holandeses em Pernambuco sublinhou que os serviços podiam ser transmitidos para os filhos por meio de herança, assim, os rebentos iam acrescentando aos seus os do pai. A autora enfatizou também que toda a sorte de serviços que ajudassem no conflito deveriam ser retribuídas, a saber: emprestar dinheiro, utilização de seus escravos e até o fornecimento de alimentos para a tropa. Cf. ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. A Remuneração de serviços da guerra holandesa. Recife: Imprensa Universitária/ UFPE, 1968, pp. 81-84 e 32.

eram naturais do Rio de Janeiro¹⁷⁰. Seus pais eram, respectivamente, os capitães Clemente Nogueira da Silva¹⁷¹ e Manuel da Costa Cabral. Para além de se instalarem e constituírem gerações na localidade se aliaram aos senhores de engenho da região. Assim, por exemplo, Antonio Nogueira da Silva tinha como avô materno, Estevão Gomes que havia sido um conquistador e primeiro senhor de engenho da família¹⁷². Seu irmão, homônimo de seu pai, se casa com filha de um *par* de seu avô, João Dias Rangel¹⁷³. Destarte, parece se confirmar afirmativa feita por Hespanha, sobre a transmissão de ofícios para os filhos, visto que:

A patrimonialização dos ofícios existia, mas antes sob a forma de atribuição de direitos sucessórios aos filhos dos oficiais que tivessem servido bem; e era justamente o reconhecimento desses direitos que, provavelmente, impedia de forma decisiva a venalidade, já que a Coroa não podia vender os ofícios vacantes sem violar estes direitos de sucessão, ao contrário do que acontecia com a concessão de hábitos ou de foros de fidalguia¹⁷⁴.

Tornando-a mais clara Xavier e Hespanha destacam que era quase que uma obrigatoriedade do rei passar a propriedade para o filho, confirmando assim as doações que haviam sido feitas anteriormente. Desta monta, existiria um “quase-direito” em favor dos herdeiros, mesmo que tal atitude contrariasse a Lei Mental¹⁷⁵. Para Albuquerque o agraciado com uma mercê podia, segundo a lei de 28 de março de 1624, renunciar nos filhos o ofício de que era proprietário sem a licença do rei, todavia para outras pessoas seria necessária a autorização do monarca¹⁷⁶.

Este padrão de transferência da propriedade para o filho do capitão parece ter sido quebrado a princípio por três fatores, que podem ter sido combinados. Primeiro, Antonio Nogueira da Silva falece sem se casar e não deixa prole, assim uma possível transferência para algum herdeiro não seria tão fácil como passar para um filho¹⁷⁷. Segundo, o próprio Conselho Ultramarino, num contexto marcado pela invasão holandesa, anos 1650, via nestas nomeações hereditárias o problema de indivíduos assumirem um posto tão importante, porém sem nenhuma experiência. Crítica que foi

¹⁷⁰ RHEINGANTZ. *Op. Cit.*

¹⁷¹ Nomeado em 1635, antes do período que nos propomos a analisar. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 1, Caixa 1, Documento 102.

¹⁷² RHEINGANTZ. *Op. Cit.* e FRAGOSO. *A Nobreza da República ...*

¹⁷³ RHEINGANTZ. *Op. Cit.* e FRAGOSO. *A Nobreza da República ...*

¹⁷⁴ HESPANHA, Antonio Manuel. *A constituição do Império português. Revisão de alguns enviosamentos correntes*. In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 183.

¹⁷⁵ XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA. António Manuel. *As redes Clientelares*. In MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4, pp. 391.

¹⁷⁶ ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*, pp. 86.

¹⁷⁷ RHEINGANTZ. *Op. Cit.*

feita também ao seu pai, o capitão anterior¹⁷⁸. Terceiro, como vamos ver a frente, a conjuntura local e imperial não era favorável.

A família de Antonio Nogueira da Silva tinha estirpe. Sua outra irmã se casa com o Sargento-mor Diogo Coelho de Albuquerque Maranhão, filho de Manuel Rodrigues Coelho e D. Joana de Albuquerque que viviam no Rio Grande¹⁷⁹. Segundo Mello a tradicional família Albuquerque de Pernambuco, que remonta ao donatário Duarte Coelho, possuía um ramo no Rio Grande, que para lá fugiram em razão da invasão batava. Para além dos serviços prestados em Pernambuco, um de seus representantes, Jerônimo de Albuquerque “Maranhão” lidera a expulsão dos franceses do Maranhão e coloniza a região, em 1617, quando passa a adotar o apelido daquela localidade ao sobrenome¹⁸⁰. Com a invasão holandesa alguns Albuquerques, como mostra Mello, ingressaram na carreira militar e outros se mudam para o Rio de Janeiro, como ocorreu com Mathias de Albuquerque Maranhão, filho do conquistador do Maranhão¹⁸¹.

Com o falecimento do governador do Maranhão Jerônimo de Albuquerque “Maranhão” no engenho do Cunhaú, no Rio Grande, em 1618, o filho mais velho, Antonio Albuquerque Maranhão, assume aquele ofício, por um período muito curto de tempo, até 1619. Logo depois Antonio passa ao reino, onde se casa e inaugura outro ramo familiar¹⁸². Seu segundo filho, Mathias de Albuquerque Maranhão, então, passa a ser proprietário do engenho do Cunhaú, no Rio Grande¹⁸³. Este provavelmente era aparentado de D. Joana de Albuquerque, mãe do sargento-mor do Rio de Janeiro Diogo Coelho de Albuquerque Maranhão¹⁸⁴. Não conseguimos através das fontes que consultamos, por se concentrarem no Rio de Janeiro, estabelecer uma vinculação familiar entre o sargento-mor Diogo e Mathias de Albuquerque Maranhão, entretanto, os indícios são muito fortes.

¹⁷⁸ AHU-Rio de Janeiro, cx. 3, doc. 12 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 3, D. 208.

¹⁷⁹ RHEINGANTZ. *Op. Cit.*

¹⁸⁰ FONSECA, Antonio Vitoriano Borges da. *Nobiliarquia Pernambucana*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1925, vol. 47, pp. 11.

¹⁸¹ Ferrez ao publicar uma série de documentos sobre o Rio de Janeiro, mas especificamente sobre o seu porto, transcreveu um de 1634, do governador Rodrigo Miranda Henriques, no qual se queixava que a cidade, depois da tomada de Pernambuco havia crescido bastante, tanto em gente, como no comércio e na riqueza. Cf. FERREZ. *Op. Cit.*, pp. 123.

¹⁸² Segundo Fonseca, Antonio Albuquerque Maranhão se “casa em Lisboa com D. Joana de Castelo Branco, filha bastarda de D. João de Castelo Branco, filho do Conde de Sabugal, D. Duarte de Castelo Branco, meirinho mor do reino”. Cf. FONSECA. *Op. Cit.*, pp. 9 e 10.

¹⁸³ MELLO. *Op. Cit.*, pp. 389-90.

¹⁸⁴ Notemos que ao sobrenome da mãe passa a figurar o apelido Maranhão. Do mesmo modo, o do pai aparece antes do da progenitora, mostrando que esta tem uma distinção maior que aquela.

Rheingantz não dá maiores informações a respeito de Diogo, a não ser o fato de ser filho de Manuel Rodrigues Coelho e de D. Joana de Albuquerque, que residiam no Rio Grande. Por isso supomos que tenha nascido por lá. Portanto fomos obrigados a conhecê-lo melhor em outras fontes.

Primeiramente temos que explicar a confusão com o título/ofício que possuía. Rheingantz o chama de sargento-mor, todavia ele fora nomeado capitão-mor do Ceará, em 1645. Acreditamos que o autor tenha feito algum tipo de confusão devido ao título que o antecessor a Diogo detinha. Deste modo, o sargento-mor André Rodrigues, pede ao rei para ocupar o posto por seis anos, antes de 1645¹⁸⁵. Supomos que não tenha obtido sucesso, pois, em julho de 1645, Diogo é nomeado como capitão-mor do Ceará e o Conselho Ultramarino determina que deva ir de socorro aquela praça e depois passar a Bahia, para também combater os holandeses¹⁸⁶.

Diogo se encontrava em Portugal, provavelmente junto de Antonio de Albuquerque Maranhão, filho do conquistador do Maranhão, e por isso era necessário organizar a expedição para o Ceará. No mês seguinte, em agosto de 1645, o Conselho Ultramarino recomenda a nomeação de um sargento-mor para aquela localidade para que atue na ausência do capitão-mor¹⁸⁷. Em setembro, recebe um ajuda de custo para que realize sua viagem¹⁸⁸. Mas, ao que parece em maio de 1646, quase um ano depois de ser nomeado, ainda não tinha embarcado. Assim, pede ao Conselho Ultramarino licença para ir servir no Estado do Brasil, “enquanto não tiver os meios necessários para ir em socorro do Ceará”¹⁸⁹. Encontramos novamente Diogo no ano de seu casamento, em Agosto de 1648, como informa Rheingantz.

Ao tentarmos seguir os rastros que poderia ter deixado no Rio de Janeiro temos um problema. Na coleção de documentos trabalhada por Castro Almeida há menção a Diogo apenas uma vez. Ela aparece relacionada ao documento 642, que se encontra conjugado com os documentos 640 e 641. Portanto os três documentos perfazem uma “série”. Entretanto, infelizmente o documento 642 não foi encontrado por Castro Almeida¹⁹⁰. Mas como se trata de uma “série”, podemos construir uma explicação bastante plausível. Ela diz respeito à Armada que se fazia para mandar ao socorro de

¹⁸⁵ [ant. 1645, maio, 2]. REQUERIMENTO do sargento-mor do Ceará André Rodrigues ao rei [D. João IV], a pedir para ocupar o posto de capitão-mor da fortaleza do Ceará, por seis anos. Anexo: informação e carta. AHU-CEARÁ, cx.1, doc. 15 e 21 e AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D.11.

¹⁸⁶ AHU-CEARÁ, cx.1, doc.17 e AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 13.

¹⁸⁷ AHU-CEARÁ, cx.1, doc.17 e AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 13.

¹⁸⁸ AHU-CEARÁ, cx.1, doc.18 e AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 14.

¹⁸⁹ AHU-CEARÁ, cx.1, doc. 20 e AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 16.

¹⁹⁰ Todos os documentos são de 1648.

Angola, liderada por Salvador Correa de Sá e Benevides, em 1648. Deste documento só conhecemos o seu resumo.

Desta forma, deve ter chegado ao Rio de Janeiro ou com aquela Armada, ou no reforço que o governador-geral, o conde de Vila Pouca, mandou da Bahia para reforçar a referida expedição a África. Acreditamos que deva ter ido para Angola, pois a expedição partira em 12 de maio de 1648¹⁹¹ e seu casamento se daria em agosto. Logo, não pôde estar presente na Igreja, tendo casado por procuração, como informa Rheingantz¹⁹². Queremos destacar a sua participação na luta contra os holandeses e sua ligação com Salvador Correa de Sá e Benevides.

Provavelmente Diogo nunca estivera no Ceará, pois, em maio de 1661, faz uma reclamação ao rei a respeito do “procedimento do governador de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, que, ao enviar um seu ajudante para o socorro do Ceará, acabou por tirar-lhe toda a jurisdição sobre esta capitania”¹⁹³. Pois, como mostra Rheingantz acabou por constituir família no Rio de Janeiro.

Para que visualizemos melhor as informações sobre a trajetória familiar de Antonio Nogueira da Silva desenhamos sua árvore genealógica. Todavia, antes de a visualizarmos queremos destacar a presença de elites de outras regiões da América no Rio de Janeiro, como podemos ver no mapa que segue após a árvore de Antonio. Isto não era uma novidade no Novo Mundo¹⁹⁴. Fragoso mostrou que nesta capitania já havia ligação de sua nobreza com seus pares de São Vicente, quando se fundou a cidade do Rio de Janeiro, em 1565. Assim, há a formação de uma elite supra-capitanias, constituída como subproduto dos serviços do rei.

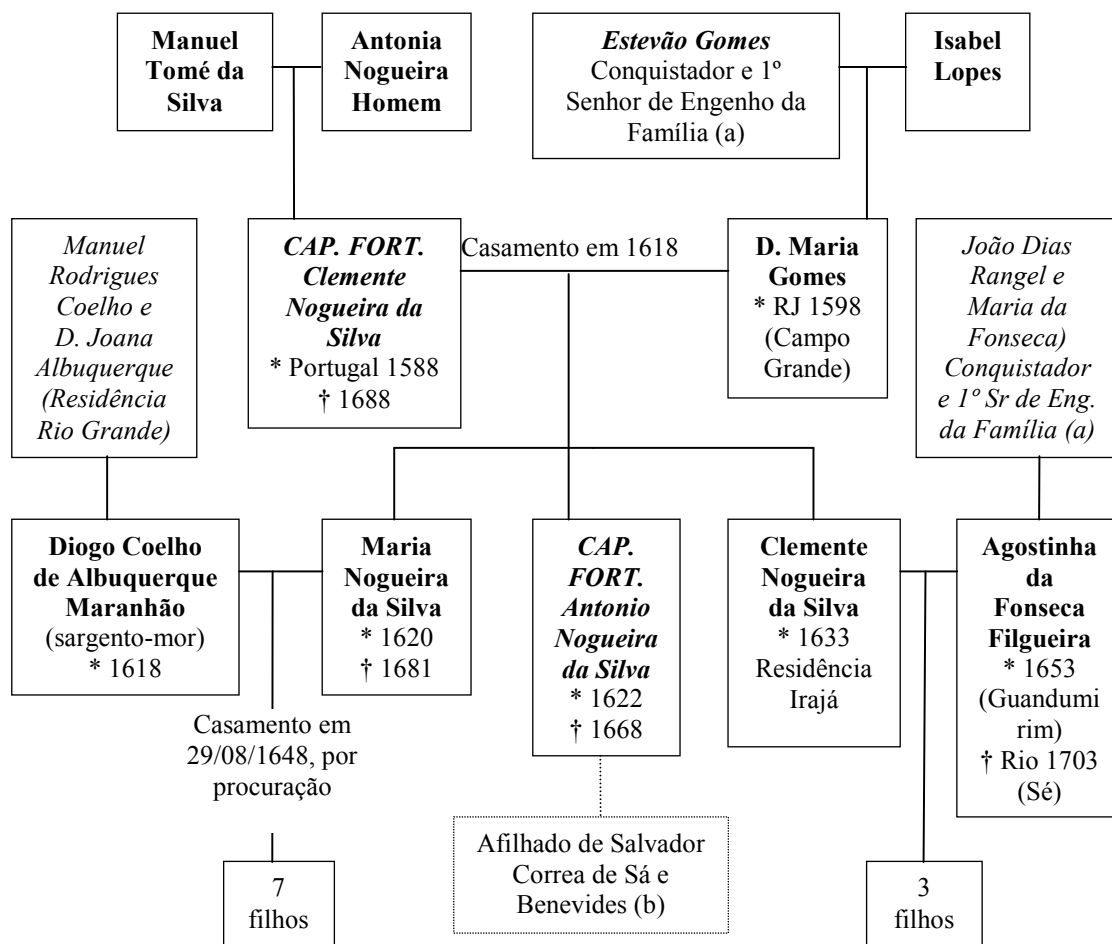
¹⁹¹ COARACY. O Rio de Janeiro ..., pp. 131-2.

¹⁹² Do mesmo modo, outro indício forte de sua ida para Angola foi que sua filha nasceu no Rio de Janeiro. Cf. RHEINGANTZ. Op. Cit.

¹⁹³ AHU-CEARÁ, cx.1, doc. 24 e AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 18.

¹⁹⁴ Só para citar outros exemplos, que mostram a expansão da elite pernambucana para outras regiões, como mostrou Gonçalves para a Paraíba; Mello para o Maranhão e Gomes para o Ceará. Cf. GONÇALVES, Regina Célia. Guerras e Açúcares. Política e economia na capitania da Parayba – 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007. MELLO. Op. Cit.; e GOMES, José Eudes Arraias Barroso. As milícias D’el Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista. Niterói: UFF, 2009.

Árvore Genealógica de Clemente-Antonio Nogueira da Silva.

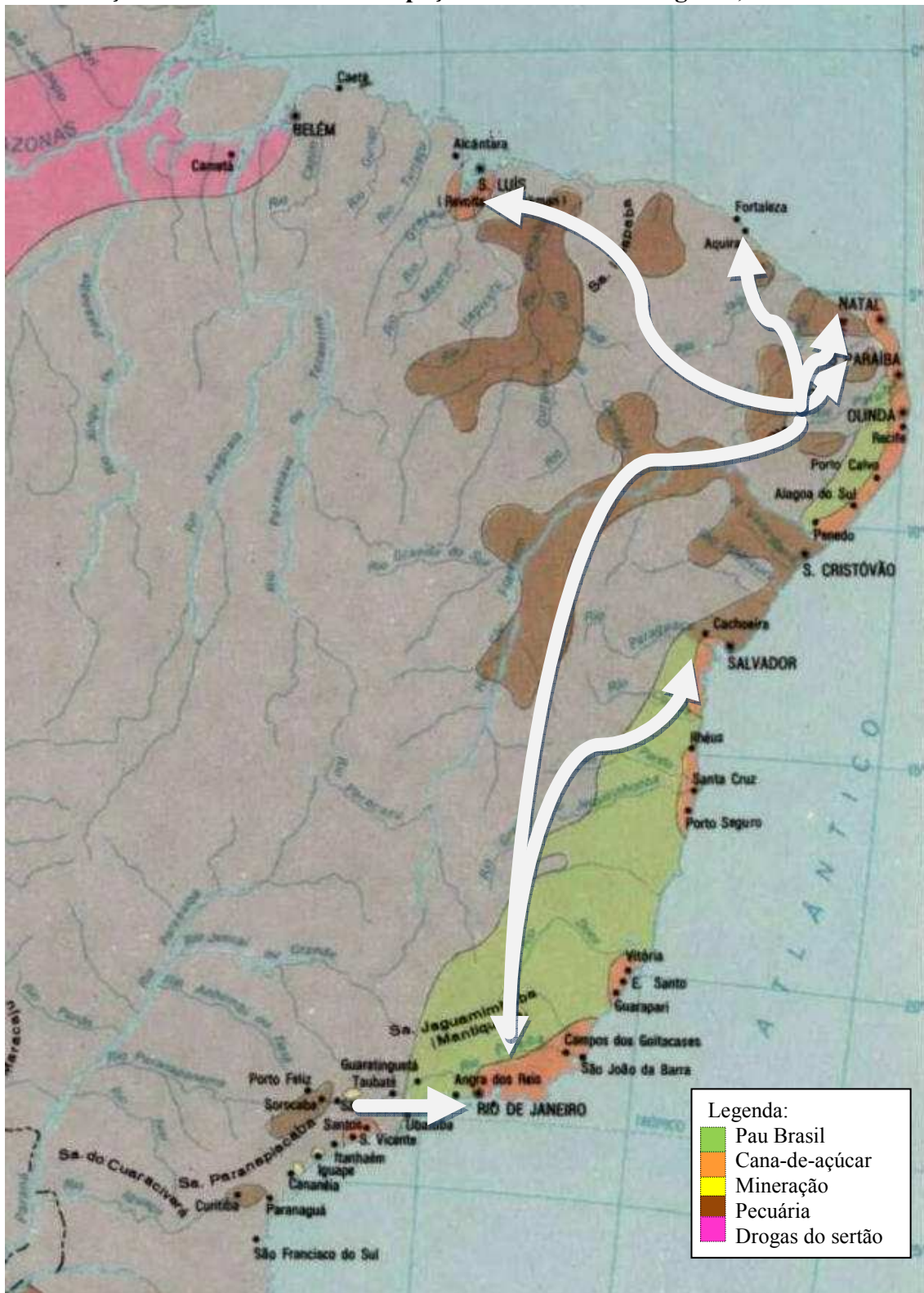


(a) FRAGOSO. *A Nobreza da República* ..., pp. 45–122.

(b) ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 4, pp. 71.

Fonte: RHEINGANTZ. *Op. Cit.*

Mapa 01
Circulação da elite nos diversos espaços da América Portuguesa, nos seiscentos.



Fonte: FRAGOSO. *Imperial (re)visions...*, pp. 75-112; GONÇALVES, *Op. Cit.*; MELLO. *Op. Cit.*; GOMES. *Op. Cit.* e ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Mapa da Economia no século XVII*. In Atlas Histórico Escolar. Brasília: MEC, 1977, pp. 24.

Dito isto podemos entender porque os próximos dois capitães, que não os dois filhos, aparecem como militares que recebem o posto por um período trienal e não vitaliciamente, pois apresentariam muito mais experiência do que aqueles, tão importante naquele contexto de guerra contra os holandeses. Não conseguimos localizá-los na genealogia de Rheingantz. Muito provavelmente, não por falha do genealogista e sim pelo fato de não terem se instalado na capitania. É o que nos parece ao analisarmos as instalações da fortaleza e os constantes pedidos de reformas feitos pelos capitães. Antonio Nogueira da Silva como seu pai, Clemente, por serem “herdeiros” de um conquistador, como já vimos, devem ter morado fora da fortaleza. Não parece ter sido o caso de Baltasar César D’êça e Antonio da Costa Brito que iriam suceder a Antonio Nogueira da Silva no posto. Na documentação que analisamos não conseguimos ver os dois primeiros demonstrando preocupações com moradia para eles e para a própria família. O caso se torna mais explícito quando lembramos que a fortaleza ficava do outro lado da Baía de Guanabara e que só era possível chegar a barco¹⁹⁵. Deste modo, com esta dificuldade não se preocuparam em melhorar ou construir alojamento no forte. O que pode explicar suas expectativas futuras de voltarem a circular pelo Império quando acabassem seus triênios.

Não é o que acontece com Manuel da Costa Cabral, nomeado em 1669, que trouxe sua esposa e seus filhos¹⁹⁶. Em momentos diferentes, um em 1674¹⁹⁷ e outro em 1683¹⁹⁸, reivindica a construção de casas dentro da fortaleza, não só para os soldados, como para ele e para a própria família. De tal forma, que não nos parece fortuito, que o mesmo Manuel da Costa Cabral tenha aparecido na genealogia de Rheingantz, constituindo família no Rio de Janeiro, assim como seu filho. Reparemos que Manuel da Costa Cabral é o capitão posterior aos outros dois que sucedem a Antonio Nogueira da Silva, que são nomeados por um período fixo. Sobre esta dupla de capitães, como já falamos, acreditamos serem de pessoas sem maiores ligações com a sociedade na qual atuaram. Desta maneira, nos parece que assim que aportassem na capitania iriam se instalar nas acomodações da própria fortaleza. Abrigos estes que viam como temporários, ou seja, seriam utilizados apenas por aquele período determinado, pois já

¹⁹⁵ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 7, pp. 438.

¹⁹⁶ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 7, Documento 1242.

¹⁹⁷ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 7, Documento 1242.

¹⁹⁸ Biblioteca Nacional. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Typ. Arch. de Hist. Brasileira, 1936, Vol. 92, p. 260-262.

sabiam, imaginavam ou planejavam que voltariam a circular pelo Império. Assim, não é de se estranhar que não tenham feito nenhum comentário acerca das instalações.

A queixa de Manuel da Costa Cabral sobre as instalações das fortalezas é bastante elucidativa. Como já tivemos oportunidade de ver durante a Guerra de Restauração (1641-1668) houve um processo de reconstrução das fortalezas nas regiões fronteiriças entre Portugal e Espanha. Estas reformas começavam a se preocupar com os equipamentos anexos que necessitavam aquelas construções, como por exemplo, quartéis, hospitais, corpos de guarda, paiol e etc. Passava-se cada vez mais a abandonar a requisição compulsiva das construções “civis” marginais aos fortes¹⁹⁹.

Apesar de João Teixeira Albernaz em 1631 sinalizar a presença de “apostos di soldados”²⁰⁰ no forte de Santa Cruz, ao que nos parece, não deveriam ser muito bons e provavelmente estavam em péssimas condições. Alguns anos depois o engenheiro mor de Sua Majestade, Felipe de Guitan, e o engenheiro Miguel de L’Escolle não o descreveram na relatório que enviaram ao Rei, em 1649, no qual davam conta do estado das fortificações da barra da cidade do Rio de Janeiro. Ao contrário do que fizeram com o alojamento que observaram no forte de São João²⁰¹. O estado do abrigo não deve ter mudado muito, ou melhor, deve ter piorado com o passar do tempo. Destarte, ao assumir o governo da capitania, em 1657, Thomé Correa de Alvarenga inspecionou a barra e ao fazer o auto de vistoria deu o seguinte parecer: “(...) os Coarteis e alojamento da infantaria Prometendo brevemente ruína por que por algumas partes desta já por falta das madeiras e antiguidade das paredes (...)”²⁰².

A situação continuou a mesma até os anos de 1670. No relatório que entrega ao rei, em 1678, dando conta de suas ações, o ex-governador João da Silva de Souza relata que havia tido o cuidado de “(...) fazendose cazas para assistencia dos governadores dellaz [capitães de fortaleza], quartéis novos para os soldados, pelos que havia estarê no chão (...)”²⁰³. Segundo Coaracy, João da Silva de Souza fora governador da capitania do Rio de Janeiro entre 1669-1675²⁰⁴, período no qual Manuel da Costa Cabral ocupou o ofício de capitão da fortaleza de Santa Cruz. Apesar do ex-governador enfatizar que fez algumas mudanças nas fortalezas, parece não ter agradado ao seu capitão, pois como

¹⁹⁹ TAVARES DA CONCEIÇÃO. *Op. Cit.*, pp. 32.

²⁰⁰ APUD FERREZ. *Op. Cit.*, pp. 12.

²⁰¹ FERREZ. *Op. Cit.*, pp. 156-161.

²⁰² Idem, *Ibidem*, pp. 181.

²⁰³ Idem, *Ibidem*, pp. 190.

²⁰⁴ COARACY. *O Rio de Janeiro ...*

acabamos de ver o militar continuava pedindo melhores condições para instalar sua família e seus soldados.

Somos levados a crer que realmente alguma alteração o ex-governador João da Silva de Souza tenha feito, posto que, segundo Cardoso e Araujo, a população no Rio de Janeiro deixava de ser obrigada a dar alojamento aos soldados, pois, em 1642, a cidade havia conquistado os mesmos direitos que gozavam os cidadãos do Porto²⁰⁵. Esta era uma questão bastante conflituosa e realmente deveria causar muitas incertezas e medo na cidade. Boxer mostra que para a Índia os soldados que para lá eram mandados não tinham quartel adequado, assim ficavam mendigando na rua a espera de algum trabalho²⁰⁶. A situação não devia ser diferente no Rio de Janeiro. Ferrez sublinhou que em diversos momentos chegavam ao porto da cidade um número relativamente grande de soldados que precisavam ser alojados em algum lugar²⁰⁷. Assim, os quartéis tinham uma dupla finalidade. Por um lado tiravam o peso da sociedade “civil” que antes era obrigada a dar abrigo aos soldados, mas por outro disciplinavam os mesmos, pois permitiam aos seus comandantes uma maior vigilância e controle, já que o convívio entre “civis” e “militares” era bastante conflituoso²⁰⁸.

Sendo assim, nos parece que a queixa de Manuel da Costa Cabral se insere em um contexto mais amplo, mas que está ligada a sua instalação na cidade, como ocorreu. A sua inquietação ganha um eco maior se atentarmos para o fato de que os outros capitães que passaram pelo forte, vindos da Europa, não tiveram a mesma preocupação, mesmo em uma conjuntura favorável a construção dos alojamentos.

O fato de o posto voltar a ser transferido por hereditariedade deve ser explicado pela diminuição da ameaça batava²⁰⁹ e pela mudança na conjuntura local no final dos

²⁰⁵ CARDOSO & ARAUJO. *Op. Cit.*

²⁰⁶ BOXER. *O Império ...*, pp. 310-11.

²⁰⁷ Só a título de exemplo, em 1635 chegaram 200 soldados. Quantidade relativamente grande, posto que significava, aproximadamente, 10 % da população segundo o censo de 1660, que dava como 3850 habitantes na cidade. Desta maneira, se aumentava em 26% o número de portugueses. Cf. FERREZ. *Op. Cit.*, pp. 75 e 125.

²⁰⁸ HESPANHA. *Introdução ...* pp. 23 e COSTA, Fernando Dores. *Milícia e sociedade*. In HESPANHA, Antonio Manuel (coord.) *Nova história militar de Portugal – volume 2*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 96. Este também parece ter sido um problema em Pernambuco, como mostrou Silva. A autora sublinhou que o grande número de veteranos da guerra de Restauração Pernambucana e a ociosidade desta tropa causavam problemas a ordem. Este fato também foi destacado por Miranda. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Prefeitura da cidade do Recife, 2000. E MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701)*. Recife: UFPE, 2006. Dissertação de Mestrado.

²⁰⁹ A paz, entre lusos e batavos, fora assinada em 1661, por meio do tratado de Haia.

anos 1690²¹⁰, ao contrário do panorama que se aventava em 1664, quando se nomeia Baltasar César D'êça.

Assim, nos parece que se retoma o hábito de se passar o ofício por hereditariedade, uma vez que o momento era de normalidade, desta monta não haveria legitimidade para não se resgatar as tradições e os costumes²¹¹. Podemos entender o sábio ato de Manuel da Costa Cabral ao pedir ao Conselho Ultramarino que seu filho fosse lhe substituir, buscando validade no fato do antigo capitão Clemente Nogueira ter passado para seu rebento, Antonio Nogueira da Silva, o ofício, como podemos ver abaixo:

(...) da qual sendo capitão seu antecessor Clemente Nogueira lhe fez Vossa Majestade mercê da sucessão dela para seu filho Antonio Nogueira tendo somente quatro anos de serviços como consta do alvará que o oferece por exemplo incorporando na patente que se lhe passou deste posto (...) o que sendo presente a Vossa Majestade mereça ele suplicante que vossa majestade por sua grandeza e piedade lhe conceda a mesma graça da sucessão desta fortaleza para seu filho²¹².

Cabe destacar que o próprio Manuel da Costa Cabral não via em Baltasar César D'êça e Antonio da Costa Brito como seus antecessores, provavelmente por estarem “deslocados” deste panorama, no que tange, a transmissão do ofício, no qual os pais dos *filhos* estavam inseridos. Em outras palavras, compreendia que a nomeação desta dupla se inseria em um momento circunstancial diferente da de sua nomeação e da de Clemente-Antonio Nogueira da Silva.

Este contexto da conjuntura local também ajuda a entender porque na nomeação de Baltasar César D'êça, em 1664, o critério a ser seguido não foi o mesmo que o da fortaleza de São João, apenas 4 (quatro) anos antes, em 1660. Neste baluarte, como teremos oportunidade de ver com mais calma, Ascenço Gonçalves Matoso acaba sendo nomeado pelo rei²¹³. Escolha que com certeza levou em consideração o fato de este agente ocupar o posto temporariamente, por nomeação do governador devido ao falecimento do antigo titular²¹⁴. Desta forma, o pedido de Diogo Cardoso de Mesquita, que ocupava o posto de capitão da fortaleza de Santa Cruz temporariamente, nomeado pelo governador, em 1663, portanto, um ano antes, para que o rei o mantivesse no dito

²¹⁰ Segundo Fragoso, neste momento, a “nobreza da terra” no Rio de Janeiro, novamente se consolida como um grupo unido e homogêneo. Cf. FRAGOSO. *Imperial (re)visions...*

²¹¹ Aos poucos o perigo batavo ia se afastando. Desta forma algumas datas apresentadas por Soares são emblemáticas, a saber: a) 1661, Tratado de Haia que estabelece a paz entre lusos e holandeses; b) 1670, data que marca o fim da hegemonia marítimo –comercial batava e; c) 1684, fim da Companhia das Índias Ocidentais holandesa. Cf. SOARES. *Op. Cit.*, pp. 217-239.

²¹² Cf. AHU-Rio de Janeiro, cx. 5, doc. 79. AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 517.[post. 1686, Setembro, 9].

²¹³ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 4, Caixa 5, Documento 843.

²¹⁴ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 1, pp. 64.

cargo não foi atendido, porque era necessário alguém “externo” aos conflitos internos da “nobreza da terra”²¹⁵.

Ao mesmo tempo os capitães da fortaleza de Santa Cruz que não eram do grupo dos *filhos* não se instalam na região, voltando para o reino logo após o término do período de 3 (três) anos. Infelizmente não conseguimos rastrear estes capitães quando deixam seus postos. Sabemos que não morreram, pois as próximas nomeações fazem menção ao fato do triênio ter acabado e a necessidade de se nomear alguém para substituí-los. Portanto, são pessoas “estranhas” que não tiveram oportunidade de se incorporar a localidade, por que não quiseram ou não tinham nada a oferecer ou a própria elite não queria fazê-lo, ficando assim mais afastadas daquela sociedade.

Se por um lado tivemos oportunidade de ver que dois destes capitães conseguem transferir para seus filhos o posto, por outro, temos que tentar entender porque os demais não os fazem. Para nos ajudar a pensar e levantar questões o estudo comparativo nos é útil.

Podemos dialogar com a observação feita por Schwartz sobre o Tribunal da Relação da Bahia, entre 1609-1751. O autor, entre outras coisas, analisou a trajetória dos desembargadores que compuseram a referida instituição, traçando suas carreiras, mostrando que postos ocuparam antes e depois de passarem por este Tribunal. Da mesma forma, se preocupou em analisar a relação que estes burocratas estabeleceram com a sociedade baiana. Haveria uma propensão aos funcionários reais, como de toda a burocracia colonial, a um “abrasileiramento”, a uma capacidade de se integrar a sociedade local. Era bastante freqüente, que os magistrados não só se casassem com membros da elite local, mas, também, fossem possuidores de engenho de açúcar, fato proibido pela Coroa. Esta nova atividade lhes possibilitava uma renda maior do que a auferida como magistrado. Portanto, uma promoção na carreira não era tão interessante, pois teriam que abandonar suas terras. Isto fazia com que muitos deles, não obstante recebessem postos em Portugal, fizessem tudo para permanecer na Bahia. Contudo, apesar de alguns ficarem pela América, outros queriam voltar para Portugal, mesmo tendo casado e sendo proprietários de terras ou ligados aos seus donos pelo matrimônio.

²¹⁵Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 987-1005. Este contraste aumenta quando vemos que o antecessor, Antonio Nogueira da Silva, é nomeado por dois governadores, Luis Barbalho Bezerra e Salvador Correa de Sá e Benevides, e acaba sendo confirmado pelo rei. Como estamos acompanhando os serviços do pai também ajudaram. Cf. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre o requerimento do capitão António Nogueira da Silva, solicitando informação de seus procedimentos no cargo de capitão da Fortaleza de Santa Cruz. AHU-Rio de Janeiro, cx. 3, doc. 24 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 3, D. 220 e AHU – RIO DE JANEIRO. 19/1/1652.

Ao regressarem para a Europa continuavam prestando serviços à Coroa e continuavam a ascender na hierarquia judicial²¹⁶.

Todavia, não devemos esquecer que as opções na Bahia eram bem melhores que as do Rio de Janeiro. A sua economia era mais bem desenvolvida, além do mais os desembargadores tinham mais coisas a oferecer aquela sociedade do que os capitães para a fluminense. Devemos nos perguntar se esta circulação, em vários espaços imperiais, que se dava com os membros daquele tribunal e nossos capitães, ocorria com outros militares? Em caso afirmativo, se futuras pesquisas forem feitas, teríamos um grupo de militar totalmente dependente da Coroa.

Todavia, ao pensarmos os militares temos que ter bastante cuidado, como mostrou Costa²¹⁷. Entre os muitos problemas que existiam em Portugal no que diz respeito ao recrutamento militar, um deles era o grande número de pessoas que não podia ser cooptada para o exército, devido ao corporativismo da sociedade. Esta característica fazia com que as pessoas se ligassem a uma gama variada de redes de convívio e proteção. Assim, só para ilustrar, um filho de camponês que trabalhasse em terras pertencentes a determinados nobres não podia ser obrigado a ingressar no corpo militar. Portanto, inúmeras corporações detinham o privilégio, entre outros, de não serem obrigados a comporem o exército real. Desta forma, restava à Coroa os que viviam à margem destas relações de proteção, o que era uma parcela muito pequena da população²¹⁸. Para além deste problema, havia outro. Os que eram recrutados acabavam desertando e muitos recebiam o acoitamento daquelas corporações, que passava a lhes dar proteção. Portanto, havia limites que a sociedade estabelecia para o recrutamento. Estas dificuldades ocorriam, pois o corpo social temia o despotismo da monarquia. Este limite era mais uma das barreiras que se impunham a centralização, como vimos em nossa introdução, uma das características do Estado luso. Destarte, a grande inovação a ser feita pela monarquia era trazer pessoas para o nível de dependência e proteção dadas

²¹⁶ Como foi o caso, por exemplo, de Sebastião Pinto Lobo, que chegou ao posto de Desembargador Extravagante da Relação do Porto. Cf. SCHWARTZ, Stuart. Burocracia e sociedade no Brasil colonial. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979, pp. 67.

²¹⁷ COSTA, Fernando Dores. Guerra e sociedade. In HESPANHA, A. M. (Coord.). *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 366-368.

²¹⁸ Esta característica também foi notada por Hespânia. Segundo o autor, a institucionalização do recrutamento da tropa permanente se deu em 1650, por meio de regimento passado aos governadores de armas das comarcas. Destarte, os governadores deveriam fazer três listas de soldados, uma para cada tropa (1ª linha, 2ª linha e ordenanças). Para a tropa paga ou de 1ª linha a lista deveria contemplar pessoas que não fossem fazer falta a conservação das fazendas e ao serviço da república, portanto pessoas marginais à sociedade. Cf. HESPANHA, Antonio M. A administração militar. In --- (coord.). *Nova história militar de Portugal – volume 2*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 173-4.

por ela. Por isso, a questão das mercês, em determinados casos, era fundamental. No caso da América Lusa, conseguia tornar aquelas elites que haviam lutado na Bahia, em Pernambuco e em Angola, dependentes e protegidas pela Coroa. Talvez, por isso, alguns filhos destas elites tenham ido lutar tão longe de casa, nas guerras de Restauração portuguesa, posto que não existia a noção de pátria que temos hoje, que só irá surgir no século XIX. Para as pessoas comuns a pátria era sua terra de origem, seu local de nascimento.

Desta forma, Costa sublinhou que a carreira das armas era fundamental para conectar as diversas paisagens do mundo luso. Todavia, estas pessoas por defenderem e estarem ligadas a interesses centrais do Império não tinham muito espaço na vida cotidiana nas áreas periféricas, por isso eram “suportadas”. Mas segundo este autor, esta questão ainda deve ser estudada com mais atenção²¹⁹.

Acreditamos que a historiografia tem avançado nesta discussão, embora ainda esteja a pensar sobre o tema, posto que está construindo o conceito de ‘Monarquia Pluricontinental’²²⁰, como vimos na introdução. Costa teria acertado ao afirmar que os militares, um dos ofícios régios, seriam importantes para conectar o Império, mas estaria equivocado ao assegurar a sua não relevância no cotidiano das áreas periféricas, assim como a não participação de suas elites neste ofício, como também mostramos²²¹.

Mas voltemos aos nossos capitães e ao fato de acabarem se instalando na região. Logo, mais uma vez, em contraposição, nos parece exemplar a trajetória dos *filhos* e de seus pais. Nesse sentido, Manuel da Costa Cabral ao pedir para que o posto seja transferido para seu rebento, relata que tem “mais de quarenta e seis anos efetivos na guerra, armadas e conquistas sem mais prêmio nem mercê que a dita fortaleza (...)”²²². Pois bem... o que levaria tal agente a ter uma quantidade enorme de anos de serviços e nunca ter solicitado uma mercê? e mais, agora o fazia para o seu filho, com

²¹⁹ COSTA, Fernando Dores. Guerra e sociedade..., pp. 366-368. Neste sentido, as idéias de Schwartz que acabamos de apresentar desmontam esta proposição de Cotta.

²²⁰ CUNHA, M. S. e NUNO, M. Governadores e capitães-mores ..., pp. 191-252. E FRAGOSO e GOUVÊA. Monarquia pluricontinental.

²²¹ Rodrigues, ao se apropriar da idéia de Shils, destacou que uma sociedade está integrada quando as recompensas que esta sociedade gera são distribuídas por todos os membros que a compõem. Ora pensamos que o império luso, como um todo, formava uma sociedade. Portanto as recompensas que gera, por meio sobretudo do comércio ultramarino e de suas conquistas, deveria ser compartilhada, embora de forma desigual, posto que é uma sociedade de Antigo Regime, pautada pela exclusão e diferenciação social, mas, assim mesmo, compartilhada por pessoas que ocupam os mais diversos espaços desta sociedade/império. Cf. RODRIGUES, J. D. A Guerra nos Açores ..., pp. 244.

²²² AHU-Rio de Janeiro, cx. 5, doc. 79. AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 517.[post. 1686, Setembro, 9].

aproximadamente 21 anos de idade²²³, se não a intenção de permanecer na região, além do objetivo de também estabelecer seu rebento naquele espaço. Mais do que obter êxito nesta estratégia, seus outros filhos e filhas permaneceram no Rio de Janeiro. Manuel da Costa Cabral teve 8 (oito) filhos, sendo 3 (três) homens e 5 (cinco) mulheres. Rheingantz nos dá poucos dados acerca de sua prole. Mas, há indícios que suas cinco filhas permaneceram no Rio de Janeiro, mesmo depois que este abandonou a capitania da fortaleza²²⁴. Dos três filhos, o mais velho assumiu o posto do pai, como já vimos. Outro, Luis da Costa Cabral, se casou no Rio de Janeiro, em 1691, também depois do progenitor ter passado o posto ao filho. Já, sobre o terceiro filho só sabemos que nasceu naquela cidade em 1675, depois do pai ter assumido a capitania da fortaleza. Portanto, podemos ver uma política clara por parte de Manuel da Costa Cabral de manter a família na capitania.

Desta maneira, não nos parece que haja por parte de oficiais reinóis, tanto os magistrados, como os capitães e outros postos, uma regra a ser seguida se quisessem continuar ascendendo socialmente. A ascensão poderia vir ou não. Por outro lado para subir na estrutura social não era forçoso voltar para a metrópole. Ou até mesmo se fosse necessário, se poderia optar pelo não regresso por diversos motivos. Motivos estes que estavam ligados as oportunidades e estratégias que tais agentes possuíam e que, naturalmente, eram diferentes entre si, mais uma vez, não nos esqueçamos da diferença de oportunidades que a Bahia poderia oferecer se comparada ao Rio de Janeiro. Por vezes estabelecer alianças com a “nobreza da terra” poderia ser muito mais vantajoso, assim como ir para áreas ainda não conquistadas na própria América, enfim opções que não necessariamente obrigavam o regresso à Portugal. Tudo dependia de uma série de fatores que estavam relacionados às conjunturas e micro-conjunturas, tanto no Reino como na América.

Contudo ficar ou não na América era sim uma opção de peso. Estabelecer residência no Novo Mundo significava sair do reino e ir para conquista, se afastar dos postos do centro ou ainda se distanciar dos Conselhos (Ultramarino, Guerra, Fazenda etc.) que, conforme o princípio polissinodal, decidiam a vida do império. Baltasar César

²²³ Cf. RHEINGANTZ. *Op. Cit.*, pp. 440. O autor da como a data de seu nascimento ter sido no ano de 1665 e que não teria casado, pois ao que parece morreu cedo, aos 27 anos de idade. Não sabemos a causa de sua morte.

²²⁴ Cf. “Requerimento do capitão da fortaleza de Santa Cruz da Barra do Rio de Janeiro, Manuel da Costa Cabral, ao rei [D. Pedro II] solicitando tenças a serem paga no Almojarifado desta capitania [Rio de Janeiro], para sua mulher e cinco filhas ou uma praça morta de soldado daquela fortaleza [Santa Cruz] para cada uma de suas filhas, a semelhança do concedido a Maria Ramos, na Bahia. [post. 1693, Abril, 30, Lisboa]”. AHU-Rio de Janeiro, cx. 6, doc. 8 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 6, D. 560.

D'êça ao que nos parece sabia bem disto. Dentro do grupo de capitães da fortaleza de Santa Cruz era o único que tinha o Hábito de Cristo. Como Olival mostrou esta distinção não era comumente dada para os “colonos”²²⁵. Sua chegada ao Rio de Janeiro se deu num contexto bastante complicado, para aquela localidade, em razão da Revolta de 1660-1²²⁶. Portanto, dificilmente alguém com elevada distinção permaneceria na América, sobretudo no Rio de Janeiro. Provavelmente, Baltasar possuía capital imaterial bastante significativo que lhe permitiria retornar ao reino e ficar mais perto da Coroa e dos Conselhos, o que lhe facilitaria a sua ascensão social. Neste sentido, nos parece que a decisão de Baltasar tenha sido motivada pelo fato de também ficar mais perto do centro irradiador da honra, o rei, posto que para Maravall a honra era um dos bens mais importantes ao quais as pessoas aspiravam²²⁷.

Por outro lado também, a maneira como aporta no Rio de Janeiro influenciará sua decisão, da mesma forma que a conjuntura local, posto que estão ligadas. Fragoso mostrou que após a Revolta de 1660-1 a Coroa conseguiu se impor com mais força frente as elites locais, que se encontravam divididas²²⁸. Assim, Baltasar não devia ser muito bem visto na capitania fluminense. Estes fatores explicam porque não permaneceu pelas terras americanas.

Fragoso afirma que as elites locais só voltaram a formar um grupo coeso em fim dos anos 1690. A partir daí novamente conseguem se impor frente ao rei. Uma destas imposições era a volta do posto para os “colonos” na figura de Manuel da Costa Cabral, nomeado em 1669²²⁹, que, por sua vez, passaria para o seu filho em 1686²³⁰.

Vejamos agora como se dá a chegada do capitão do outro forte, o de São João. Os militares que não são naturais do Rio de Janeiro acabam se inserindo naquele universo, através de casamentos e/ou filhos que nascem e por lá ficam. Seja posteriormente a sua nomeação, como foi o caso de Agostinho de Barros de Vasconcelos, nomeado em 1671, ou antes, como ocorreu com Manuel Luiz, nomeado em 1700²³¹. Em outras palavras, o posto passava a ser influenciado pelo universo e

²²⁵ OLIVAL. *As ordens ...*, pp. 173.

²²⁶ Em 1664 os conspiradores da Revolta se encontravam presos em Portugal na prisão do Limoeiro, só viriam a ser anistiados pelo rei, em 1668. Cf. COARACY. *O Rio de Janeiro ...*, pp. 175 e 185.

²²⁷ MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor y elites em el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI, 1989 APUD LEITE. *Op. Cit.*, pp. 38.

²²⁸ FRAGOSO. *Imperial (re)visions ...*

²²⁹ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 7, Caixa 8, Documento 1487-89 e ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1018.

²³⁰ AHU-Rio de Janeiro, cx. 5, doc. 79 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 517.

²³¹ Fragoso enfatiza que, na passagem para a segunda metade do seiscentos, as mulheres das elites no Rio de Janeiro deixavam de se casar com oficiais vindos da Europa, o que era necessário para consolidar uma

pelas questões locais. Fato que pode ajudar a entender o assassinato do Capitão da Fortaleza de São João, Francisco Pinto Pereira. Não sabemos exatamente quando e nem porque foi cometido este crime, mas teria se dado logo após o militar ter chegado ao Rio de Janeiro para assumir o ofício. Sua nomeação ocorreu em 1669, apenas dois anos depois, em 1671, Agostinho de Barros de Vasconcelos aparece sendo nomeado devido a este acontecimento. O pouco tempo que Francisco passou naquela capitania talvez não tenha lhe dado a oportunidade de se inserir na sociedade local ou quem sabe se negasse a fazê-lo ou até mesmo não fosse aceito devido a conjuntura local, o que poderia ter motivado o crime.

Na fortaleza de São João o ofício é sempre dado como propriedade vitaliciamente²³². Mesmo quando isto não ocorre, como foi o caso da nomeação de Francisco Pinto Pereira, em 1669, o capitão acaba pleiteando e recebendo pelo mesmo período que seus antecessores haviam ganho. Como podemos ver abaixo:

O capitão Francisco Pinto Pereira (a quem Vossa Alteza que a consulta inclusa, fez mercê da capitania da fortaleza São João da barra do Rio de Janeiro, por três anos) fez petição neste conselho, e em que diz, que a dita capitania se deu sempre de propriedade, as pessoas que dela foram providas como foi Antonio Curvelo Escudeiro e Ascenço Gonçalves Matoso, por que ultimamente vagou, e ele é pessoa benemérita e tem servido a Vossa Alteza com muita satisfação e valor, derramando seu sangue, nas ocasiões em que se achou e dando boa conta dos postos que ocupou. E pede a Vossa Alteza que tendo a tudo consideração e a dita fortaleza ter soldo muito limitado e se achar pobre, se lhe faça mercê da propriedade dela, como a servindo seus antecessores²³³.

sociedade ainda em formação. Esta prática era extremamente importante, pois a reprodução da economia ou uma melhor inserção na sociedade passavam obrigatoriamente pelo fato de pertencer ou não às instituições da monarquia e do Senado da Câmara, uma vez que este pertencimento possibilitava uma série de vantagens para indivíduos e grupos. Cf. FRAGOSO, João. Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro Seiscentista. In TEIXEIRA DA SILVA, Francisco e MATTOS, Hebe e FRAGOSO, João (orgs.). *Escritos sobre História e Educação: homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, pp. 247-288. Interessante notar que os dois capitães fogem a este padrão. Prova disto são as poucas informações que temos a respeito de suas descendências. Acreditamos que ambos não se instalaram na região. Agostinho deve ter voltado para o reino, de onde era natural (Lisboa). Já Manuel, embora tivesse nascido na Ilha de São Miguel, provavelmente se instalou na Nova Colônia de Sacramento. Mesmo que pareçam não ter ficado devem ter sido incorporados as redes comerciais que passavam pela região. Não devemos esquecer que era importante que elas tivessem representantes em outros lugares, sendo assim acreditamos que os dois capitães podem ser enquadrados nesta situação.

²³² Ou pelo menos pelo tempo no qual o capitão pudesse ocupar o ofício, como foi o caso de Agostinho de Barros de Vasconcelos, que só é substituído em razão de sua precária saúde. Cf. AHU-Rio de Janeiro, cx. 6, doc. 118; AHU_ACL_CU_017, Cx. 6, D. 674; AHU – RIO DE JANEIRO. “Parecer do Conselho Ultramarino sobre os capitães das fortalezas de São João da Barra do Rio de Janeiro, Agostinho de Barros de Vasconcelos e Manuel da Costa Cabral que se encontram incapazes de cumprir as exigências de seus postos, padecendo de muitos achaques”, 3 de Outubro de 1699; e Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 11, Caixa 12, Documento 2245; “Consulta do Conselho Ultramarino, favorável a reforma de Agostinho de Barros e Vasconcelos e Manuel da Costa Cabral, capitães das fortalezas de São João e de Santa Cruz do Rio de Janeiro, que pela sua avançada idade e precário estado de saúde estavam impossibilitados para o serviço. 3 de Outubro de 1699”.

²³³ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1087-1088.

Se por um lado o pedido de Francisco indica que queria ficar no Rio de Janeiro, por outro o seu assassinato mostra que as elites que se encontravam cindidas, segundo Fragoso²³⁴, não queriam ele na capitania.

Quanto às ligações sociais os capitães da Fortaleza de Santa Cruz aparecem relacionados de alguma forma a família Sá, especialmente seu membro mais importante, Salvador Correa de Sá e Benevides, sejam por meio de elos familiares ou profissionais e militares. Mesmo no período em que este cai em desgraça, em função de conjunturas do reino, no período entre 1667 e 1669, os capitães apresentam algum tipo de vinculação com este personagem²³⁵. Desta monta, Antonio Nogueira da Silva era afilhado daquele²³⁶. Enquanto Antonio da Costa Brito, nomeado para o posto em 1667²³⁷, embarca por capitão da Armada da Companhia Geral do Comércio com o dito Salvador, em 1658²³⁸. Mesmo se focalizarmos a conjuntura da capitania do Rio de Janeiro, em momento posterior a Revolta de 1660-1, a ligação continua a persistir. Assim, o *filho* José da Costa de Oliveira, nomeado em 1686, era cunhado de Martim Correa de Sá²³⁹, pois se casara com sua irmã, D. Catarina do Espírito Santo, em 1700²⁴⁰.

Aqui a nomeação do possuidor do Hábito de Cristo²⁴¹, Baltasar César D'Eça, em 1664, parece ser exemplar. Quando é nomeado concorre com outros 5 (cinco) candidatos. Destes, 4 (quatro) apresentam ligações ou com conquistadores ou com os conquistadores e os Sás. Há outro, Diogo de Macedo²⁴², concorrente que não possui ligações com a colônia, no entanto, sua movimentação pelo Império (Índia e Reino) foge ao padrão de circulação dos capitães das duas fortalezas que analisamos, como iremos ver mais a frente²⁴³. Baltasar chega ao Rio de Janeiro pela primeira vez com o novo governador, Pedro de Mello (1662-1665), e não fica muito tempo, pois ao pedir a capitania da fortaleza se encontrava na Ilha da Madeira. Mas, estamos em uma micro-conjuntura local, marcada pela sedição contra os Sás (1660), onde os ânimos estão

²³⁴ FRAGOSO. *Imperial (re)visions ...*

²³⁵ Sobre esta conjuntura e a atuação de Salvador Correa de Sá e Benevides ver BOXER. *Salvador de Sá ...*, pp. 416-417.

²³⁶ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 4, pp. 71.

²³⁷ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 4, pp. 654.

²³⁸ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 4, pp. 654 “Registro da patente porque sua majestade fez mercê a Antonio da Costa de Brito de capitão da fortaleza Santa Cruz da barra desta cidade. 16/12/1667”.

²³⁹ Filho de Salvador Correa de Sá e Benevides. Cf. BOXER. *Salvador de Sá ...*, pp. 410.

²⁴⁰ RHEINGANTZ. *Op. Cit.*

²⁴¹ BORREGO. *Op. Cit.* Tomamos a liberdade de grafar o honraria “Hábito” com letras maiúsculas para lhe dar um destaque maior em nosso texto.

²⁴² A quem com frequência citaremos.

²⁴³ Vide Quadro 03.

bastante afluídos. Alguns participantes da Revolta de 1660 se encontravam presos, esperando julgamento. Todo cuidado era pouco, como mostra Coracy²⁴⁴. A elite se encontrava dividida e o centro tinha mais força para se impor²⁴⁵. Por isso uma figura de “fora”, não só com credenciais militares, bastante experiente, mas único entre os concorrentes que possuía um Hábito de Cristo²⁴⁶.

Em resumo, com exceção de Baltasar César D’Eça, devido a conjuntura de sua nomeação, a família Sá dominava a capitania deste forte. Para além dos 4 (quatro) capitães apresentados (Antonio Nogueira da Silva, Antonio da Costa Brito, Manuel da Costa Cabral e José da Costa de Oliveira) anteriormente já haviam passado por lá outros 3 (três) membros de seu grupo, o pai de Antonio Nogueira da Silva (Clemente Nogueira da Silva), Pedro Gago da Câmara e Gonçalo Correia de Sá²⁴⁷.

Mas, voltemos às ligações sociais, Salvador Correa de Sá e Benevides era um personagem altamente poderoso e que tinha interesses não só nesta capitania, mas também espalhados em diversas regiões do vasto Império Português, além da América Hispânica. Possuía uma visão ampla, posto que já havia estado em várias partes do domínio luso, o que com certeza contribuiu para que participasse do Conselho Ultramarino. Apesar da importância da família Sá na capitania, que remontava desde o tempo da fundação da cidade, em 1565, há uma perda de influência deste grupo nas nomeações do forte de São João, especialmente após a Revolta contra este personagem, em 1660-1. Dentro de nosso recorte temporal, o primeiro capitão nomeado, Ascenço Gonçalves Matoso, como seu antecessor, Antonio Curvelo Escudeiro, eram ligados aos Sás. Ascenço se casou, em 1655, com uma integrante deste grupo, Serafina Correa de Sá, cinco anos antes de sua nomeação. Posteriormente a Revolta, os capitães da fortaleza de São João não aparecem ligados aos Sás. É o que podemos perceber na

²⁴⁴ A tensão no Rio de Janeiro deveria ser grande os presos se encontraram enclausurados na prisão do Limoeiro. Cf. COARACY. O Rio de Janeiro ..., pp. 173-179. Somos levados a crer que a tensão tenha sido sentida até pela Regente, D. Luísa de Gusmão. Desta forma, a única consulta que achamos para o período que estudamos, que mais a frente iremos analisar com mais calma, que não apresenta nenhuma nomeação por parte da Coroa, apesar do Conselho Ultramarino ter recomendado a escolha de um dos concorrentes para a fortaleza de Santa Cruz, se dá nesta conjuntura, em 1661. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 5, Documento 881.

²⁴⁵ FRAGOSO. Imperial (re)visions ...

²⁴⁶ João Machado de Freitas um dos concorrentes, ligado aos Sá, que havia lutado na Restauração de Angola, tinha uma promessa feita em 1662 que só se efetivará em 1668. Cf. TORRE DO TOMBO. Op. Cit., Vol. 1, pp. 351. “Mercê a João Machado de Freitas, natural de Lisboa, filho de João Machado de Freitas, do lançamento do habito de Christo, com 40\$000 réis de promessa, sendo 20\$000 réis effectivos. - De 20 de setembro de 1662” e Vol. 1, pp. 351. “Mercê a João Machado de Freitas, natural de Lisboa, filho de João Machado de Freitas, para que lhe assentem os 20\$000 réis effectivos, que teve por outro despacho, nas sobras dos rendimentos da Alfandega de Aveiro, por elle apontados. – De 21 de junho de 1668”.

²⁴⁷ AHU-Rio de Janeiro, cx. 1, doc. 41 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 40.

escolha de Agostinho de Barros de Vasconcelos, em 1671, por exemplo. Esta consulta é bastante simbólica e a única consulta na qual conseguimos ver Salvador Correa de Sá e Benevides atuando como membro do Conselho Ultramarino. Neste documento podemos ver a perda de sua influência na nomeação para a fortaleza de São João.

No seu parecer, Salvador Correa de Sá e Benevides enfatizava e lembrava ao rei, por meio de um verdadeiro tratado, o quanto sua família havia prestado serviços à Coroa naquela localidade. O secretário da instituição resumiu deste modo a posição do conselheiro:

Salvador Correa de Sá diz que este posto e capitãias das fortalezas, de que se dá homenagem a Vossa Alteza, que devem reputar como os lugares de alcaides-mores e com por esta causa, sendo informada de mas, como esta, e com consideração de sua importância sendo o governador Martim de Sá, seu pai, na era de 603; os reis que governaram estes reinos, manda ... (ilegível), patentes de Capitães de duas fortalezas Santa Cruz e São João, a Gonçalo Correa de Sá e a Duarte Correa Vasqueanes, irmão e tio do dito governador, para se governar da barra do Rio de Janeiro e apresenta boa prevenção e valor de seus moradores, foi à única praça que os inimigos desta Coroa não invadiram.

Com este fundamento e com os decretos que o Rei Dom João foi servido mandar aos conselheiros da guerra e ultramarino em que há tantos que ele conselheiro assiste mandando que sem manter postos e ainda em todos os da milícia, se atendo a qualidade que os que servirem nas conquistas nomeia em primeiro lugar, a Martim Correa Vasqueanes, filho de Duarte Correa Vasqueanes [um dos que concorriam com Agostinho na consulta], para além de ser um fidalgo que ajudou com sua fazenda a fazer a dita fortaleza e foi capitão dela mais de vinte anos até ser ... (ilegível) o governo daquela capitania, tem estes requisitos eficiência e serviços feitos nas fronteiras de capitão de infantaria do terço das armadas, de capitão de mar e guerra e sargento mor da companhia e está naquela cidade de ... (ilegível) (...)²⁴⁸.

Quanto ao tempo de serviço, os capitães de ambas as fortalezas, que não o *filho* Antonio Nogueira da Silva, do forte de Santa Cruz, apresentam anos de serviços à Coroa muito elevados. Chegando inclusive há 30 anos, como foi o caso de Ascenção Gonçalves Matoso, que assume o baluarte de São João, em 1660²⁴⁹. Antonio Nogueira da Silva apresenta poucos anos de serviços prestados à Coroa, que assim como seu *par* José da Costa de Oliveira, também os acrescentava aos de seu pai. Olival, ao analisar esta relação de serviços/recompensas, afirmou que o “serviço, bem de posse plena”, podia ser fracionado livremente pelo prestador e transferido para quem o agente indicasse. Fato que possibilitava transformá-los em dote, doação e etc.²⁵⁰. Podemos

²⁴⁸ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 6, Documento Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138.

²⁴⁹ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 4, Caixa 5, Documento 843.

²⁵⁰ Como já tivemos oportunidade de ver esta característica também foi notada por Albuquerque. Cf. ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*, pp. 81 -84. Este dispositivo de transferência irá mudar com a criação do Regimento das Mercês, em 1671, quando a transferência passa a ser somente para parentes, que deveriam ter serviços próprios. Embora a autora mostre que por vezes não se respeitava esta regra. Cf. OLIVAL, Fernanda. Mercado de hábitos e serviços em Portugal (séculos XVII-XVIII). In *Análise Social*. Vol. XXXVIII (168), 2003, pp. 750 e 753.

observar esta dinâmica na nomeação do *filho* José da Costa de Oliveira, pedida por seu progenitor ao rei:

Pede a Vossa Majestade que tendo respeito a ele [o pai, Manuel da Costa Cabral] suplicante ter servido esta coroa mais de quarenta e seis anos efetivos na guerra, armadas e conquistas sem mais prêmio nem mercê que a dita fortaleza, lhe faça Vossa Majestade mercê em consideração dos dezesseis anos e dez meses de serviço que novamente apresentam como também dos quinze anos e quatro meses que o dito seu filho [José da Costa de Oliveira] tem servido a vossa majestade naquela conquista (...) ²⁵¹.

A posição espacial das fortalezas também influenciou no perfil de seus capitães. A de São João se localizava na urbe do Rio de Janeiro, sendo de mais fácil acesso, o que possibilitaria a seu capitão ter outras ocupações além da militar. Já a de Santa Cruz, pelas condições marítimas, era estrategicamente, do ponto de vista da defesa, mais importante, uma vez que as embarcações ao entrarem no recôncavo da Guanabara passavam mais perto desta, do que daquela. Ao mesmo tempo, sua localização geográfica dificultava a chegada a suas instalações, pois era forçoso atravessar a baía. Os capitães deste forte tinham mais experiência militar que o de São João, não em tempo de serviço, mas sim em participações em batalhas mais importantes. É o caso de Manuel da Costa Cabral, nomeado em 1669, com 29 anos de serviços e com participação em campanhas das mais diversas (Bahia, Pernambuco, Portugal, Tânger, Angola, Benguela, fortaleza de Outão em Setúbal), enquanto apenas dois anos depois em 1671, Agostinho de Barros de Vasconcelos era nomeado com 17 anos de feitos à Coroa, com atuação em Pernambuco e Portugal, somente. Vale lembrar que ambas as escolhas foram feitas na mesma conjuntura, o que torna este fato mais explícito.

Os capitães antes de aportarem nas fortalezas circularam por vários espaços portugueses, sejam europeus, americanos, africanos e até asiáticos, mesmo os naturais da capitania e membros da elite local. Participaram das principais batalhas que Portugal se envolveu, com ênfase nas querelas da Restauração, seja portuguesa, pernambucana ou angolana, especialmente as duas primeiras ²⁵². Onde não só iam acrescentando anos de serviços as suas carreiras, mas progredindo nas diversas patentes militares. Sendo

²⁵¹ Cf. “Requerimento do capitão da Fortaleza de Santa Cruz, Manuel da Costa Cabral ao rei [D. Pedro II] solicitando que seu filho, José da Costa de Oliveira, o suceda no comando daquela fortaleza, conforme foi feito ao seu antecessor Clemente Nogueira, e uma praça morta daquela fortaleza para cada uma de suas cinco filhas, em satisfação dos seus serviços”. AHU-Rio de Janeiro, cx. 5, doc. 79. AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 517.[post. 1686, Setembro, 9]. Neste documento encontramos não só a transferência de serviços para um filho, como um pedido de mercê para novos serviços que ainda não haviam sido remunerados. Padrão encontrado também por Albuquerque. Cf. ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*, pp. 77-78.

²⁵² Vide Quadro 01 - Relação dos principais acontecimentos nas Batalhas da Restauração Portuguesa; e Quadro 01 A - Relação dos principais acontecimentos nas Batalhas contra os holandeses no Atlântico sul, no século XVII.

comum terem iniciado suas trajetórias como soldados e já houvessem ocupado algum posto de capitão²⁵³ antes de receberem os ofícios que analisamos.

Queremos destacar aqui a participação de nossos capitães nas Armadas que corriam a costa (portuguesa, americana ou africana) e o envolvimento na Companhia Geral do Comércio do Brasil. Esta experiência marítima concedia, ao mesmo tempo, experiência e circulação. A atuação nestas instituições, sobretudo na Companhia de Comércio, possibilitava acumular sabedoria militar e utilizá-la juntamente com a proteção da atividade mercantil, uma das funções das fortalezas²⁵⁴. Não devemos nos esquecer que o Império português era marítimo e comercial, como nos ensinou Boxer²⁵⁵. Deste modo, havia uma parceria muito grande entre as Armadas e a Companhia de Comércio com as fortalezas. Sendo assim, pode parecer que a princípio deter este saber seria, talvez, a mais importante de todas as características necessárias para exercer o ofício²⁵⁶.

Neste item, também temos diferenças. Para o forte de Santa Cruz, de antemão, nos parece lógico, que os *filhos* não eram obrigados a passarem por estas etapas, como de fato não passaram. Os outros três capitães possuíam experiência na navegação. Baltazar César D'Eça ajudou na recuperação da ilha de Itaparica na Bahia²⁵⁷. Manuel da Costa Cabral tinha experiência no combate aos holandeses naquela localidade e na costa de Portugal²⁵⁸. Mas a experiência maior de navegação militar-comercial era a de Antonio da Costa Brito, como podemos ver em sua nomeação:

(...) embaçando-se a princípio na *Armada* que foi ao Brasil a cargo de Pedro Jacques de Magalhães, ajudando a salvar o *Galeão Almiranta da dita Armada* em que ia embarcado na ocasião em que desarvorando com tormenta entrou no Algarve e chegando a Bahia assistiu, digo e chegando a Bahia avistar naquela praça até voltar para este reino, donde logo se embarcou para Angola com o governador Luis Menezes de Souza, que o proveu no posto de *Capitão de mar e guerra do Galeão Santo Antonio da Esperança* que dali passou ao Brasil, assistindo na praça da Bahia ate se tornar a embarcar para este reino no ano de seiscentos e cinqüenta e seis, com praça de capitão reformado na *Armada da Companhia Geral [do Comércio do Brasil]*, vindo das Ilhas até esta cidade governando um navio por se entender que estava na Barra a *Armada inglesa* no ano de seiscentos e cinqüenta e oito se tomar a embarcar por capitão de guarnição da capitania da *Armada da Companhia Geral [do Comércio do Brasil]* que foi a cargo de Salvador Correa de

²⁵³ Havia a necessidade de ter chegado ao posto de capitão, posto que era um dos critérios para se pedir uma mercê, como veremos mais adiante.

²⁵⁴ Segundo Mauro, a Companhia de Comércio transportava em seus navios de guerra as mercadorias das quais tinha o monopólio, como o vinho, o azeite, o bacalhau e a farinha de trigo. Cf. MAURO. *Op. Cit.*, pp. 460.

²⁵⁵ BOXER. *O Império...*

²⁵⁶ No terceiro capítulo iremos desenvolver melhor esta idéia, quando ponderarmos a importância da participação dos concorrentes nas Armadas e na Companhia Geral do Comércio do Brasil para a sua nomeação.

²⁵⁷ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 6, Documento 1020-1021.

²⁵⁸ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 7, Caixa 8, Documento 1487-89 e ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1018.

Sá, e no de seiscentos e sessenta e dois, tornar a passar ao Brasil por *Capitão de mar e guerra da Fragata São Teodósio da Armada que foi a Galícia* a cargo do conde de (ilegível) e desarvorando arribar a esta cidade, salvando um navio que três fragatas de galegos e holandeses levando os presos, e tornando a sair pela barra fora, em companhia do cabo João da Silva Barbosa a buscar a *Armada* (ilegível)... da Galícia, se veio em seu seguimento por ser já partida para esta *costa pelejando na viagem com alguns navios* de inimigos, a que deu caça procedendo sempre com tudo o que fica referido com muito valor, e por esperar dele que da mesma maneira me servira daqui em diante em tudo o de que for encarregado, conforme a confiança que faço de sua pessoa (...)²⁵⁹.

Embora haja experiência na navegação por parte dos capitães do forte de São João, elas são bem inferiores aos de Santa Cruz. Ascenço Gonçalves Matoso participou apenas uma vez de uma Armada, quando veio para o Rio de Janeiro com Salvador Correa de Sá e Benevides²⁶⁰. Francisco Pinto Pereira faz apenas uma vez a viagem de ida e volta de Lisboa ao Brasil, antes de vir tomar posse da capitania²⁶¹. Agostinho de Barros Vasconcelos só tinha experiência em batalhas terrestres²⁶².

A análise destas biografias nos permite ver quão dinâmico era a circulação dos militares. Destarte, a carreira de Manuel da Costa Cabral é bastante exemplar, suas patentes foram: soldado, sargento, alferes, ajudante e capitão de infantaria. Atuou na Armada do Conde da Torre que veio defender a Bahia, em 1638, onde ficou cativo dos holandeses, sendo solto na Ilha Terceira. Indo pelejar em Castela no assalto que se fez ao Castelo São Filipe. Volta para o reino (1643) para correr à costa, desembarcando no Alentejo. No ano de 1644 participa das batalhas de Montijo e Elvas. Quatro anos depois atua no campo de batalha de Olivença, logo depois passa a Tanger, onde fica até 1657, e de lá para Angola e depois Benguela, em 1662, quando assume o ofício de Capitão-mor. Voltando ainda no mesmo ano ao reino para lutar na campanha de Juromenha. Dali passa com sua companhia para guarnecer a fortaleza de Outão, em Setúbal, onde ficou cinco meses. Já nas vésperas de sua nomeação atuava na armada que percorria a costa do reino para combater os inimigos, em 1667²⁶³.

²⁵⁹ Grifos nossos. Cf. ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 4, pp. 654.

²⁶⁰ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 4, Caixa 5, Documento 843.

²⁶¹ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086.

²⁶² Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1011 e ANRJ. Cód. 77, vol. 5, pp. 103v.

²⁶³ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1018.

Quadro 01

Relação dos principais acontecimentos nas Batalhas da Restauração Portuguesa

1641	Espanha cerca Olivença ²⁶⁴ (na época pertencente a Portugal) e Elvas (Portugal) sem sucesso. Tentam surpreender Mourão e Novas, Minho (Portugal).
1643	Cerco português a Badajoz (Espanha) na fronteira, sem sucesso.
1644	Mathias de Albuquerque toma a vila de Montijo (Espanha) perto de Badajoz (Espanha). Mais uma tentativa espanhola de cercar Elvas.
1647-57	Trégua tácita, pequenos embates na fronteira com pilhagens dos dois lados.
1657	Espanha cerca e toma Olivença. Portugal responde cercando Badajoz. Espanhóis tomam Mourão, logo após reconquista por Portugal. Conflitos no Minho.
1658	Espanha derrota o Governador das Armas do Minho. Portugal se retira de Badajoz para Elvas. Espanha cerca Elvas.
1658-59	Batalha da Linha de Elvas, vencida pelos portugueses.
1659	Tratado dos Pirineus (paz entre França e Espanha). Portugal perde o apoio francês.
1660	Portugal contrata o Conde de Schomberg para reorganizar o seu exército.
1661	Espanha avança sobre Arronches.
1662	Espanha cerca a Juromenha.
1663	Espanha invade Évora. Évora é recuperada pelo Conde de Schomberg, com ajuda inglesa. Principal batalha de Ameixial, a mais importante da Guerra.
1664	Portugal invade a Espanha e parte para a ofensiva. Recuperação de Arronches pelos portugueses. Espanha cerca Castelo Rodrigo.
1665	Forças espanholas partem de Badajoz e invadem Vila Viçosa (Portugal) e encontram os lusos em Montes Claros (Portugal). Última grande batalha da guerra, vencida pelos portugueses.
1666	Conde de Schomberg avança sobre a Andaluzia, na Espanha. Guerra chega ao fim.
1668	Paz com a Espanha.

Fonte: HESPANHA. Nova história militar...

²⁶⁴ Ao final da guerra foi devolvida aos portugueses. No contexto da invasão napoleônica na península, no século XIX, passa para os espanhóis. A cidade hoje é espanhola.

Quadro 01 A
Relação dos principais acontecimentos nas Batalhas contra os holandeses no Atlântico sul, no século XVII.

1624-25	Holandeses invadem a Bahia.
1625	Jornada dos Vassalos recupera a Bahia para os lusos.
1630-54	Holandeses invadem Pernambuco.
1630-37	Guerra de resistência a invasão.
1637-44	Governo de Nassau no Brasil holandês.
1637	Holandeses invadem Mina (África). Holandeses tomam as capitanias de Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e Rio Grande.
1641	Holandeses invadem Angola (África) e conquistam Sergipe e Maranhão.
1643-44	Portugueses reconquistam Maranhão.
1644	Salvador Correa de Sá e Benevides se torna o capitão general das frotas do Brasil.
1645-54	Guerra de Liberdade Divina. Holandeses são expulsos da América.
1645	Inicia o sistema de comboios na Bahia e no Rio de Janeiro. Salvador Correa de Sá e Benevides desembarca as tropas de André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno em Pernambuco, vindas da Bahia, e parte para Portugal. Batalha das Tabocas, vitória lusa.
1647	Holandeses tomam a ilha de Itaparica. A Armada do conde de Villa-Pouca retoma a ilha.
1648	1ª Batalha dos Guararapes – vitória lusa.
1648	Restauração de Angola, por Salvador Correa de Sá e Benevides.
1649	2ª Batalha dos Guararapes – vitória lusa. Criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Salvador Correa de Sá e Benevides reconquista Benguela
1652	Salvador Correa de Sá e Benevides retorna da África para o Rio de Janeiro e depois para Portugal com a frota do Brasil.
1653	As frotas de Pedro Jacques de Magalhães e Francisco de Brito Freire partem de Lisboa com destino a Pernambuco.
1654	Recife é recuperada.
1657	Holanda declara guerra a Portugal.
1659	Salvador Correa de Sá e Benevides volta ao Rio de Janeiro como capitão-general da Repartição do Sul.
1661	Paz com a Holanda (Tratado de Haia).
1680	Fundação da Colônia de Sacramento.

Fonte: BOXER. *Salvador de Sá ...*, pp. 412-418 e HESPANHA. *Nova história militar...*

Mapa 02
Principais batalhas durante a Guerra de Restauração portuguesa²⁶⁵



Fonte: HESPAÑA. Nova história militar...

Como já poderíamos imaginar os *filhos* são exceção dentro deste panorama de circulação espacial, na qual se encontram estes capitães. Suas carreiras não podem ser isoladas visto serem uma continuidade de seus pais e aparecem como estritamente locais e restritas a fortaleza. Não sendo mandatório a estes terem alcançado o posto de

²⁶⁵ O mapa serve apenas como referência, as indicações não estão localizadas em seu local correto, elas têm apenas a função de dar uma noção de onde as batalhas foram travadas.

capitão anteriormente²⁶⁶. Desta monta, o rol dos serviços feito por um dos *filhos*, Antonio Nogueira da Silva, nos parece exemplar:

O Capitão Antonio Nogueira da Silva fez petição a vossa majestade neste Conselho [Ultramarino] em que diz que ele serve a Vossa Majestade no Estado do Brasil, e no presídio da capitania do Rio de Janeiro desde o ano de 637 até o presente [1652] de soldado, sargento, alferes e capitão, achando-se em todo o tempo nas ocasiões de peleja que houve com os inimigos, sendo muito diligente em tudo o que se lhe ordenou do serviço de Sua Majestade. Assim, dando a fortificar e entrincheirar a dita capitania procedendo com valor nas ocasiões que se lhe ofereceram e que sendo provido do cargo de capitão da fortaleza Santa Cruz da barra da mesma capitania por provimento dos governadores Luis Barbalho Bezerra e Salvador Correa de Sá, a teve sempre muito presumida de todo o necessário para sua defesa em que dependeu muito de sua fazenda, principalmente na ocasião em que na dita capitania houve uma grande fome, metendo na dita fortaleza muitos mantimentos para sustento da infantaria, e que ultimamente foi vossa majestade servido respeitando a seus serviços e aos do capitão Clemente Nogueira da Silva, seu pai, fazer lhe mercê da capitania da dita fortaleza, em conformidade da licença que para isso tinha, o qual cargo estar servindo com muita satisfação (...) ²⁶⁷.

Quanto ao status social a capitania da fortaleza de Santa Cruz ajudava ao acrescentamento das distinções sociais, mesmo para os *filhos*²⁶⁸. Um deles, Antonio Nogueira da Silva, recebeu o Hábito de Santiago, em 1658²⁶⁹, após a sua nomeação, que ocorrera em 1649²⁷⁰. O único que já aparece na nomeação como Cavaleiro-fidalgo é

²⁶⁶ Como foi o caso de José da Costa de Oliveira, que chegou a patente de Sargento do número da fortaleza de Santa Cruz, posto máximo antes de sua nomeação para aquela capitania. Cf. AHU-Rio de Janeiro, cx. 5, doc. 79 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 517.

²⁶⁷ Cf. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre o requerimento do capitão António Nogueira da Silva, solicitando informação de seus procedimentos no cargo de capitão da Fortaleza de Santa Cruz. AHU-Rio de Janeiro, cx. 3, doc. 24 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 3, D. 220 e AHU – RIO DE JANEIRO. 19/1/1652.

²⁶⁸ Olival, em artigo que comenta a historiografia das Ordens Militares, se contrapõe a uma vertente historiográfica que diz que após a Guerra de Reconquista a procura por estas distinções sociais teria diminuído. Afirma exatamente o oposto, que estes títulos eram fundamentais devido a sobrevivência da ideologia de serviços, e que se fossem sem importância as pessoas não os procurariam. Cf. OLIVAL. As ordens ..., pp. 97-108. Em termos práticos, por exemplo, Schwartz destacou que os cavaleiros das ordens militares eram julgados por juizes especiais. Além do mais, para uma dos principais problemas no mundo colonial, o da utilização de mão-de-obra indígena, era fundamental a opinião da Mesa da Consciência, instituição que também distribuía o título das ordens, sobre a questão. Neste caso, ser possuidor de um dos Hábitos militares provavelmente influenciaria na obtenção destes trabalhadores. SCHWARTZ. Op. Cit., pp. 11. Para maiores detalhes acerca dos diversos posicionamentos da Mesa da Consciência, especialmente, no que diz respeito às “Guerras Justas” contra os bárbaros, ver PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros (1504-1654). São Paulo: Brasiliense, 2002 e POMPA, Cristina. Religião como tradução – missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial. Bauru: Edusc, 2003.

²⁶⁹ TORRE DO TOMBO. Op. Cit., Vol. 2. pp. 201. “Mercê do habito de Santiago com 20\$000 réis de pensão em uma comenda da mesma ordem, dos quais havia feito mercê de promessa a Antonio Nogueira da Silva. – De 18 de setembro de 1658”; e Vol. 2. pp. 201. “Mercê de 20\$000 réis de pensão em uma das comendas que se houverem de pensionar na ordem de Santiago, com o habito da mesma Ordem a Antonio Nogueira da Silva, filho de Clemente Nogueira da Silva, natural do Rio de Janeiro, pelos serviços que prestou no presídio daquela mesma cidade. – De 18 de setembro de 1658”. Segundo Albuquerque as pensões só eram distribuídas para pessoas de qualidade. Cf. ALBUQUERQUE, C. X. Op. Cit., pp. 55.

²⁷⁰ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 1, pp. 349 e 387v. Olival destaca que das três ordens existentes em Portugal (Cristo, Avis e Santiago) a mais nobre era a primeira. Sua distribuição obedeceria a certa hierarquização, desta monta o Hábito de Santiago era comumente concedido aos naturais do Brasil. Cf. OLIVAL. As ordens ..., pp. 173.

Manuel da Costa Cabral, pelo fato de já ter circulado pelos distintos espaços lusos e combatido toda a sorte de infieis (holandeses, mouros e africanos), em 29 anos de serviços, o que lhe ajudou em sua ascensão social²⁷¹. Aqui exceção mais uma vez, de acordo com a conjuntura de sua nomeação, como já vimos, é a nomeação de Baltasar César D'êça, que já era possuidor da Ordem de Cristo.

Tais informações nos possibilitaram montar um quadro com o perfil dos capitães das duas fortalezas.

²⁷¹ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1018.

Quadro 02
Perfil dos Capitães da fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, na segunda metade do XVII.

A n o	Nome	Título	Anos de Serviço	Espaços Geográficos	Patentes	Ligação Social / Base Familiar	N a t u r a l
1649	Antonio Nogueira da Silva (<i>filho</i>)	Hábito de Santiago (a)	4	Rio de Janeiro (somente na fortaleza de Santa Cruz)	Soldado, sargento, capitão e de seu tenente na mesma fortaleza	Afilhado de Salvador Correa de Sá e Benevides, Conquistador / RJ	R J
1661	Rui Vaz Pinto (b)	Fidalgo da Casa de Sua Majestade	15	Fronteiras deste Reino; Armadas para o Brasil; Alentejo; Olivença; Badajoz; Mourão; Elvas.	Soldado e Capitão de infantaria		
1664	Baltasar César D'Eça	Hábito de Cristo (c)	21	Funchal; Rio; Itaparica; Guararapes; Ilha da Madeira.	Soldado, Capitão de infantaria		
1667	Antonio da Costa Brito		11	Armadas ao Brasil; Bahia; Angola; Galícia.	Soldado; Capitão; Capitão de mar e guerra	Subordinação de Salvador na Cia. Geral de Comercio em 1658	
1669	Manuel da Costa Cabral	Cavaleiro Fidalgo	29	Armada para o Brasil; Bahia; Pernambuco; Ilha Terceira; Castela; Alentejo; Olivença; Elvas; Montijo; Angola; Benguela; Juromenha; Tanger; Outão; Setúbal.	Soldado; Sargento; Alferes; Ajudante; Capitão de infantaria e Capitão-mor de Benguela	RJ	
1686	José da Costa de Oliveira (<i>filho</i>)		10 anos e 6 meses (pai) + 15 anos e 4 meses (<i>filho</i>)	Rio de Janeiro	Soldado, cabo de esquadra, e sargento vivo da dita fortaleza	Cunhado do filho de Salvador, Martim Correa de Sá / RJ	R J

(a) Em 1658 recebe a mercê do hábito de Santiago.

(b) Nesta consulta o monarca acaba não escolhendo nenhum dos concorrentes. Optamos, então, por relacionar no quadro o candidato que recebeu mais indicações dos membros do Conselho Ultramarino.

(c) Há uma consulta sobre suas provanças em 1660.

Fonte: Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 3, Caixa 4, Documento 645; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 1, pp. 376 e 387v.; Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 6, Documento 1020-1021; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 4, pp. 654; Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 7, Caixa 8, Documento 1487-89; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda

do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1018; AHU-Rio de Janeiro, cx. 5, doc. 79; AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 517; TORRE DO TOMBO. Op. Cit., pp. 201; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 1, pp. 387v.; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 4, pp. 71; e BORREGO. Op. Cit., vol. I, pp. 270.

Quadro 03

Perfil dos Capitães da fortaleza de São João, no Rio de Janeiro, na segunda metade do XVII.

A n o	Nome	Título	Anos de Serviço	Espaços Geográficos	Patentes	Ligação Social / Base Familiar	N a t u r a l
1660	Ascenço Gonçalves Matoso	Hábito de Avis (a)	30	Armada de Salvador de Sá; Rio de Janeiro e Alentejo.	Soldado; Sargento; Alferes e Capitão	Sá, Conquistador / RJ	R J
1669	Francisco Pinto Pereira		40	Tanger, Flandres; Catalunha; Elvas; Montijo; Minho; Armada para o Brasil; Badajoz; Arronches; Juromenha; Ameixial e Évora.	Soldado; Cabo de esquadra; Sargento; Alferes; Ajudante e Capitão		
1671	Agostinho de Barros de Vasconcelos	Hábito de Cristo (b)	17	Badajoz; Elvas; Arronches; Juromenha; Évora; Ameixial; Montes Claros; Jornada de Albuquerque.	Soldado; Alferes e Capitão de infantaria	casado em 1694 no RJ	
1700	Manuel Luiz		34 (intercalados)	Minho; Rio de Janeiro; Nova Colônia.	Soldado, Cabo de esquadra; sargento supra; Alferes; Ajudante Supra; Alferes de infantaria.		

(a) Em 1647, recebe a mercê do Hábito de Avis.

(b) Há uma consulta sobre suas provanças em 1670.

Fonte: Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 4, Caixa 5, Documento 843; Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086; Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1011; ANRJ. Cód. 77, vol. 5, pp. 103v.; Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 12, Caixa 12, Documento 2352; ANRJ do Rio de Janeiro. Cód. 77, vol. 5, pp. 238; TORRE DO TOMBO. Op. Cit., Vol. 1; e BORREGO. Op. Cit., vol. I, pp. 168.

Esta diferença entre as fortalezas já era sentida pelos próprios habitantes da capitania, assim o Senado da Câmara escreveu, em 1651, ao Conselho Ultramarino e ao rei recomendado:

Os oficiais da Câmara da capitania do Rio de Janeiro (entre outras coisas) escrevem a Vossa Majestade em carta de 30 de julho passado, que já se apresentou a Vossa Majestade que sendo a

fortaleza Santa Cruz a que mais necessita de sujeito que a saiba defender dos inimigos está provido na capitania dela por ordem de Vossa Majestade Antonio Nogueira (...) ²⁷².

Esta diferença era corroborada pela própria Coroa por meio dos soldos que a Fazenda Real pagava, não só aos capitães, mas também aos seus auxiliares. É o que notamos através de uma certidão que foi passada pelo Escrivão da Fazenda Real no Rio de Janeiro ao Conselho Ultramarino, sobre os rendimentos e despesas datadas de dezembro de 1640. Assim, conseguimos notar que não só os gastos totais para a manutenção da fortaleza de Santa Cruz eram maiores que as de São João, como também os ordenados das funções principais (capitão, alferes e condestável) eram diferenciados. Com tais dados conseguimos montar o seguinte quadro comparativo, a respeito dos ordenados ²⁷³.

²⁷² Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 4, Caixa 4, Documento 728.

²⁷³ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 1, Caixa 2, Documento 204-6.

Quadro 04
Ordenados em réis pagos pela Fazenda Real para os ofícios das fortalezas do Rio de Janeiro, em 1640.

Ofícios	Sta. Cruz	S. João	Sta. Margarida (c)	Cabo Frio
Capitão	144\$000	40\$00	144\$000	57\$600 (d)
Alferes	80\$000	28\$800	32\$000	---
Sargento	38\$400	38\$400	38\$400	---
Capelão	28\$800	28\$800	---	28\$800
Condestável	120\$000 (a)	40\$000	---	40\$000
Artilheiro	28\$800	86\$400 (b)	---	144\$000 (e)
Tambor	28\$800	---	---	---
Tenente	---	28\$800	---	---
Cirurgião-mor e barbeiro	---	---	---	57\$600
Condestável-mor	---	---	---	50\$000
Ajudante	---	---	---	144\$000 (f)
TOTAL	468\$800	291\$200	214\$400	522\$000

Obs. Não estão inclusos o soldo de 1 (um) Cabo de Esquadra da fortaleza de Santa Margarida, de 72\$000 rs. Tivemos que excluí-lo pois em nossa listagem este ofício para as fortalezas de Santa Cruz e de São João aparecem somados aos do presídio do Rio de Janeiro, num total de 32 (trinta e dois). Para cada um destes venciam um soldo de 36\$600 rs totalizando um total de 1:171\$200, embora na listagem conste o total de 1:075\$200.

- (a) Na fortaleza de Santa Cruz existiam 3 (três) condestáveis, com cada um recebendo um soldo de 40\$000 rs, sendo o mesmo soldo que os dos outros fortes.
- (b) Na fortaleza de São João existiam 3(três) artilheiros, com cada um recebendo um soldo de 28\$800 rs, sendo o mesmo soldo que os dos outros fortes.
- (c) Fortaleza situada na Ilha das Cobras²⁷⁴.
- (d) No forte de Cabo Frio estão acrescidos os soldos do capitão e os dos 10 (dez) soldados, totalizando 345\$600 rs. No entanto, optamos por diminuir desta quantia o valor aproximado de 288\$000 rs. Pois há a informação que existiam na capitania do Rio de Janeiro 458 (quatrocentos e cinqüenta e oito) soldados no presídio e nas fortalezas com cada um recebendo 28\$800 rs. Por isso multiplicamos o soldo dos 10 (dez) soldados de Cabo Frio pela quantia de 28\$800 rs, o que totalizou 288\$000 rs. Diminuímos então aqueles 345\$600 rs desta quantia, o que deu o valor que lançamos na tabela.
- (e) No forte de Cabo Frio existiam 5 (cinco) artilheiros, com cada um recebendo soldo de 28\$800 rs, sendo o mesmo soldo que os dos outros fortes, sendo o mesmo soldo que os dos outros fortes.
- (f) No forte de Cabo Frio existiam 2 (dois) ajudantes que venciam em praça de alferes reformados, recebendo cada um o soldo de 72\$000 rs.

A diferença não era somente nos campos da distinção social e da experiência militar, também se dava no campo da remuneração e no aspecto físico da fortaleza²⁷⁵. Assim, nos parece que a fortaleza de Santa Cruz era mais importante e recebia mais

²⁷⁴ CORACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro – quatro séculos de histórias*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica editora, 2008, pp. 208.

²⁷⁵ Como mostramos no relato dos engenheiros Miguel de L'Escolle e Felipe Guitan, em 1649, que mostraram que a fortaleza de Santa Cruz tinha um “parapeito todo de pedra”, enquanto o da fortaleza de São João tinha “meia parede de pedra e um pouco de terra por dentro”. Assim, o primeiro era muito mais protegido e resistente que o segundo. Cf. FERREZ. *Op. cit.*, pp. 157-8.

atenção Para este forte era necessária mais experiência militar, tanto naval como terrestre em batalhas mais importantes, como possuir uma qualificação social mais relevante e ganhava-se mais. O mesmo parece não ocorrer com o de São João, mostrando mais uma vez, que havia uma diferença entre ambos. O serviço a se acrescentar a um possível pedido de distinção social, como um Hábito parece não ocorrer. Nenhum capitão que passou pelo baluarte de São João recebeu alguma elevação social. Mais ainda, Ascenço, que já havia recebido o de Hábito de Avis, em 1647²⁷⁶, não consegue ascender ao próximo degrau, o Hábito de Cristo, mesmo tendo ficado no posto por quase nove anos²⁷⁷. Os serviços prestados desde o ano de 1628 no Rio de Janeiro, entre eles uma nomeação temporária para substituir o capitão da fortaleza de São João²⁷⁸, com um elevado número de anos de serviços, tiveram que ser acrescentados aos de seu primo, para que conseguisse o Hábito de Avis. Há somente um capitão, Agostinho de Barros de Vasconcelos, que já chega, em 1671, com um acrescentamento social, que se deve a conjuntura específica de sua nomeação²⁷⁹. Havia recebido o título de “Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo por feitos a esta Coroa na província do Alentejo desde o ano de seiscentos e cinqüenta e quatro até o presente [1671]”²⁸⁰. Este acabara de ser escolhido para substituir o capitão que recentemente havia sido assassinado, Francisco Pinto Pereira²⁸¹. Como já dito, acreditamos que esta morte esteja ligada às questões relativas à ocupação do posto e da relação entre centro e a periferia. Nesse sentido, o capitão que lhe sucederia deveria ter um capital imaterial bastante forte para que pudesse se impor naquele panorama específico. No entanto, apesar do ofício de capitão da fortaleza de São João acrescentar pouca coisa a um possível pedido de distinção social, não devemos pensar que não era importante e pouco procurado. Se por

²⁷⁶ TORRE DO TOMBO. *Op. Cit.*, Vol. 1. pp. 233. “Mercê a Ascenço Gonçalves Matoso, filho de Luis de Freitas Matoso, de 20\$000 réis de pensão de uma comenda da Ordem de Avis, para ter com o Hábito da mesma ordem; pelos seus serviços no Rio de Janeiro e no Campo de Barbacena e pelos serviços de seu primo André Ferreira em Pernambuco. – De 12 de junho de 1647”.

²⁷⁷ Olival ao estudar a distribuição dos três Hábitos portugueses (Cristo, Avis e Santiago), durante o Antigo Regime, sublinha que o mais valorizado era o primeiro, seguido pelo segundo, sendo o terceiro o distribuído majoritariamente aos naturais do Brasil. Ao mesmo tempo, postula que era comum as pessoas na esperança de ganhar um hábito mais valorizado não tirassem a portaria e, assim tivessem a oportunidade de acrescentar mais serviços e pudessem pedir um hábito mais importante, fato que não era, no entanto, recorrente. Cf. OLIVAL. *As ordens ...*, pp. 173. Tal distribuição dos Hábitos, segundo Albuquerque se devia ao fato de que até o ano de 1658 o possuído do hábito de Cristo era isento do dízimo. Desta forma, a Coroa o distribuía em numero bem menor, para evitar perdas na arrecadação. Fato que mudará, quando, a partir de 1658, a isenção acaba

²⁷⁸ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 1, pp. 64.

²⁷⁹ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1011 e ANRJ. Cód. 77, vol. 5, pp. 103v.

²⁸⁰ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1011.

²⁸¹ Aqui sim nos parece que a hierarquização espacial apontada em nossa introdução parece atuar.

um lado o posto não acrescentava muita distinção social com certeza economicamente o era muito. Afinal, lidava, entre outras coisas, com o comércio, de onde retirava uma quantidade de ‘gratificações’ bastante importante. Atividade esta que se ampliava, já que o Rio de Janeiro se mostrava a principal zona de expansão mercantil do Império na época.

Capítulo II – O jogo das concorrências

As consultas do Conselho Ultramarino

Tendo traçado o perfil dos capitães das duas fortalezas, nos cabe agora analisar as concorrências. Traçamos o seguinte caminho. Acompanhamos cada nomeação dos oficiais em particular analisando cada caso de forma isolada. Todavia, não os descreveremos um a um para que não fique demasiado enfadonho. Ficamos atentos não só para as conjunturas nas ocasiões das nomeações, mas, também para as micro-conjunturas, tanto na capitania do Rio de Janeiro, como no reino, especialmente nos momentos mais próximos à Restauração, devido a sua maior instabilidade²⁸², como fizemos no capítulo anterior.

Nossa primeira etapa consistiu, ainda nas nomeações, em levantar as batalhas que aparecem nas *folhas corridas* dos candidatos e os anos de serviços prestados ao Estado²⁸³. Posteriormente, ponderamos a importância das batalhas frente ao Império Português como um todo e a relevância geográfica de onde se deu o conflito, tendo em vista a conjuntura da Restauração Portuguesa, pois como vimos na introdução esta característica seria capital. Além disto, por vezes, apareceu na *folha corrida* com quem o candidato serviu. O que nos possibilitou inseri-lo em uma rede, já que esta subordinação não se dá apenas no campo militar. Ficamos atentos também a experiência naval que possuíam, tanto nas Armadas como na Companhia Geral do Comércio do Brasil. A partir daí, passamos a ler neste mesmo documento, os pareceres dos conselheiros e as suas escolhas. Em alguns casos pudemos ler as justificativas de seus votos e, conseqüentemente, por que recomendavam determinado candidato ao rei, para que então fosse ou não nomeado por este.

Outras redes nas quais os candidatos estavam inseridos não aparecem com esta análise, o que nos obrigou a utilizar outro método. Desta forma, reconstituímos as biografias dos concorrentes, por meio de outras nomeações onde aparecem mais informações sobre suas carreiras.

²⁸² OLIVAL. *As ordens ...*, pp. 118.

²⁸³ As batalhas mais importantes se encontram no Quadro 01 - Relação dos principais acontecimentos nas Batalhas da Restauração Portuguesa.

A maior parte da documentação que temos não são os *papéis corridos* e sim os resumos produzidos pelos secretários do Conselho Ultramarino. Estes sintetizavam os aspectos mais importantes da carreira dos concorrentes na consulta²⁸⁴. Por isso a necessidade de procurar outras nomeações em outros espaços, redesenhando as trajetórias destes agentes. Em alguns casos, obtivemos sucesso e visualizamos a circulação destes agentes em áreas que não a região estudada. Mais ainda, outros ofícios mesmo na capitania do Rio de Janeiro nos permitiram situá-los em diversas redes, uma vez que alguns destes eram nomeados pelo Governador ou pelo Senado da Câmara.

A reconstituição das famílias também nos ajudou a ampliar estas redes. Para tal, cruzamos os candidatos com a genealogia²⁸⁵ e com a tipologia dos primeiros senhores de engenho²⁸⁶, o que nos permitiu visualizar estes indivíduos nos seus diversos contextos. Assim, estamos pensando a família como um conceito, como chamou atenção Burke, construído não só no tempo, mas com variantes geográficas. E acima de tudo a entendendo como agentes que compartilham algum envolvimento emocional. Além disto, ela pode ter funções diversas (econômica, emocional e residencial) e que, muitas vezes, podem não coincidir espacialmente²⁸⁷. Também foram importantes em nossa análise posto que compõem um sistema de relações que não se esgotam em si, ultrapassam os seus limites biológicos em direção a estrutura social²⁸⁸. Assim, Levi chamou a atenção para o fato de podermos lidar com fontes que, tradicionalmente, eram vistas como quantitativas e que podem ser trabalhadas de forma qualitativa. O que significa dizer que é possível compreender como estes elos familiares podem estar ligados às relações sociais mais amplas, onde diversas estratégias estão presentes²⁸⁹.

²⁸⁴ Embora estas sínteses não possam ser descartadas, pois o processo de produção das mesmas foi elaborado pelas pessoas envolvidas na seleção, que manipulavam assim este resumo, podendo retirar determinadas características positivas ou negativas do candidato. Para Albuquerque quem produzia o resumo era o próprio candidato. Posição não sustentada por Caetano. Acreditamos que a postura de Albuquerque se aplique apenas para os casos de pedidos de remuneração isolados, ou seja, que não se dão por concorrência como é o nosso caso, que assim se seguiria a idéia proposta por Caetano. Cf. CAETANO, Marcello. O Conselho Ultramarino – esboço da sua história. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967 e ALBUQUERQUE, C. X. Op. Cit., 1968.

²⁸⁵ RHEINGANTZ. Op. Cit.

²⁸⁶ FRAGOSO. A Nobreza da República ...

²⁸⁷ Cf. BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 81.

²⁸⁸ LIMA, H. E. A micro-história italiana – escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro, 2006, pp. 109-110.

²⁸⁹ Nesse sentido, o autor destacou o fato de que em uma sociedade pouco mercantilizada, como uma sociedade de economia pré-industrial, não podemos nos valer, por exemplo, de análises puramente quantitativas em relação ao matrimônio sem levar em conta outros aspectos, tais como: o sistema hierárquico, os vínculos verticais de amizade, clientelismo, parentela, conflitos sociais, o sistema local de prestígio e de poder, entre outros. Portanto, o casamento e a montagem de uma nova unidade de produção não podem ser visto apenas como condicionado pelos dados quantitativos, sendo assim, as relações sociais não se esgotam na economia. Cf. LEVI. Centro ..., pp. 152.

Além disto, temos que ressaltar que estas só poderão ser resgatadas caso trabalhemos com uma escala de micro-análise.

Estamos pensando estas estratégias como Barth trabalhou a “teoria dos jogos” e como Levi imaginou a sua “racionalidade seletiva”²⁹⁰. O indivíduo é capaz de tomar decisões, que são as suas próprias estratégias. Neste ato, no entanto, são levados em conta as informações e os recursos que possui para tal, daí os termos “racionalidade seletiva” e “racionalidade limitada”. Como o agente é o responsável pela sua própria estratégia, a racionalidade se torna “seletiva”. Contudo, estas informações e recursos, que são de diversas ordens (material, cultural e cognitiva), estão distribuídos de forma desigual na sociedade, por isso “limitada”. Esta fronteira é imposta pelos contextos nos quais os indivíduos estão inseridos, sejam eles sociais (que podem obstaculizar casamentos), culturais (para ascender socialmente deveria prestar serviços ao rei), entre outros. Embora a escolha da estratégia esteja centrada no indivíduo, seu sucesso não depende só dele. Ela condiciona os atos que serão realizados na sociedade, passando a ser, portanto, relacional, posto que interage com outros agentes, no nosso caso com o Conselho Ultramarino e com o rei. Paralelo a isto, o indivíduo não sabe precisar a reação e a recepção do outro, daí deriva a “teoria dos jogos”. Em outras palavras, o indivíduo age, mas não sabe a(s) resposta(s) do(s) outro(s) participante(s). O que nos leva, como Levi mostrou, a analisar a *incerteza* e a circunstância, o que tornará a análise mais rica, uma vez que passa a ser dinâmica, pois sempre haverá novas respostas, novas reações²⁹¹.

Quando reconstruímos estas redes nas quais os candidatos estavam inseridos, tanto redes familiares, como as de subordinação militar, embora em muitos casos elas estejam imbricadas, estamos reconstruindo as diversas relações interpessoais, assim como, os diferentes contextos nos quais os indivíduos participavam. Com isto foi possível ver os variados elos construídos pelos atores sociais²⁹². Se consideramos os agentes sociais portadores de múltiplos contextos e diversas relações interpessoais, também o fizemos em toda a sua complexidade e ambigüidade que por sua vez, estavam presentes nos estratos da sociedade. Sendo assim, o próximo passo foi descobrir como

²⁹⁰ LEVI, Giovanni. A herança imaterial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp. 45-46.

²⁹¹ Levi, na obra, “A herança Imaterial”, mostrou como a incerteza, a imprevisibilidade do futuro era um dos problemas a ser enfrentado pelos camponeses. Assim, suas estratégias, dentro da “racionalidade seletiva” visavam construir um mundo mais estável, onde se pudesse ter um nível de segurança melhor, que era a garantia da própria sobrevivência. Cf. LEVI. A herança ...

²⁹² LIMA. Op. Cit., pp. 122.

se organizam e se agrupam. Para isto, é fundamental prestar atenção nas dimensões locais²⁹³.

Ao mesmo tempo, nos foi primordial, como Lima ressaltou, em sua análise sobre obra de Grendi, pensar uma morfologia e tipologia destes grupos, que influenciavam na “dinâmica social e política da cidade”²⁹⁴. Afinal de contas, os ofícios que estudamos tinham a possibilidade, entre outras, de nomear subalternos²⁹⁵. Morfologia e tipologia²⁹⁶ também são importantes pois facilitavam o domínio de certos grupos a alguns ofícios²⁹⁷.

Morfologia e tipologia não são capitais somente para os estratos sociais, também, os são para os ofícios analisados. Não só os que nos dispomos a observar, mas, também, diferenciá-los de outros ofícios já estudados pela historiografia. Nosso trabalho pretende mostrar que os critérios levantados para outros postos (vice-reis, governadores gerais e capitães-mores) não são os mesmos que para os que enfocamos.

Vale destacar que segundo o decreto passado pelo Rei João IV, que criou o Conselho Ultramarino, em 14 de Julho de 1643, os conselheiros deveriam ser “(...) pessoas que tenham serviços e notícias das Conquistas, de tal satisfação que possa e deva esperar de sua prudencia, industria e trabalho conseguir o fim que pertendo (...)”²⁹⁸. Pode-se notar que as experiências e as vivências adquiridas no mundo ultramarino eram muito importantes. Logo, não só o primeiro presidente do órgão, o Marquês de Montalvão, Jorge Mascarenhas, que já havia sido vice-rei do Brasil, assim como outros nobres que iriam compor a instituição, também tinham conhecimento no ultramar²⁹⁹. Havia por parte do rei o entendimento que estas pessoas com experiência ultramarina saberiam lhe aconselhar da melhor maneira possível, levando em conta os aspectos locais e até mesmo em certos casos conhecerem as pessoas que nomeariam.

Feito este parênteses metodológico, podemos tecer um rápido comentário a cerca das nomeações e as maneiras como se apresentam frente ao Conselho Ultramarino e a

²⁹³ As dimensões locais foram capitais para se pensar os modelos. Cf. LIMA. *Op. Cit.*, pp. 154-163.

²⁹⁴ Idem, pp. 161.

²⁹⁵ Cf. ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 4, pp. 47. “Carta patente do capitão da fortaleza Santa Cruz na barra passado ao sargento maior João Rodrigues Pestana” de 10 de fevereiro de 1661.

²⁹⁶ LIMA. *Op. Cit.*, pp. 161.

²⁹⁷ Vale ressaltar aqui diversos quadros feitos por João Fragoso que mostram o domínio de algumas famílias, no século XVII, no Rio de Janeiro, em determinados ofícios, como por exemplo, provedor da fazenda e juiz de órfãos, entre outros. Cf. FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In FRAGOSO, João, ALMEIDA, Carla M^a & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 85-87.

²⁹⁸ CAETANO. *Op. Cit.*, pp. 71.

²⁹⁹ Cf. CAETANO. *Op. Cit.*, pp. 42-43. Como também observou Albuquerque. Cf. ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*, pp. 18.

Coroa. Para as duas fortalezas conseguimos recuperar 10 (dez) nomeações passadas pelo rei ou feitas por aquele órgão consultivo, das quais 6 (seis) são para a de Santa Cruz e 4 (quatro) para a de São João. No entanto, dentro daquelas 6 (seis) passadas para o forte da banda “dalém” temos algumas particularidades no que diz respeito a sua apresentação àquelas instituições. Em duas delas não há concorrência, como já tivemos oportunidade de ver, pois a nomeação é passada para os filhos de capitães, grupo a que chamamos de *filhos*. Mais duas delas a conhecemos não pela consulta feita no Conselho Ultramarino, se é que ela existiu, mas sim pelo registro da patente, passada pelo Rei, a saber: a de Antonio da Costa Brito, em 1667³⁰⁰, e a de Manuel da Costa Cabral, em 1669³⁰¹. E a quinta, que é uma consulta na qual o Conselho Ultramarino indica ao rei a escolha de Baltasar Cesar D’êça, em 1664³⁰², fato confirmado pelo monarca. Todavia, acrescentamos uma passada em 1661³⁰³, na qual aquela instituição indica um candidato, mas por motivo que desconhecemos a Coroa acaba não escolhendo ninguém. Em resumo, para esta fortaleza possuímos duas consultas completas, ou seja que apresentam os concorrentes, assim como suas carreiras e as escolhas dos conselheiros.

Para o de São João não há tantos problemas. Das quatro nomeações que temos todas aparecem com concorrência. Há apenas um pequeno problema que tivemos que contornar. Na escolha de Manuel Luiz, feita em 1700³⁰⁴, infelizmente o documento encontra-se ilegível, só sendo possível conhecer os nomes dos concorrentes. Fomos obrigados a reconstruir suas carreiras combinando outros documentos, como já tivemos oportunidade de explicar.

Não devemos nos esquecer que a monarquia lusa era corporativista e polissinodal, como explicamos na introdução. Desta feita havia uma grande autonomia do Conselho Ultramarino em escolher os candidatos, o que de forma indireta acabava por pressionar o rei para que confirmasse aquela indicação. Desta monta, o Conselho Ultramarino e o príncipe compartilhavam a gestão do Império ultramarino.

Todavia, como estas consultas eram produzidas? O regimento do Conselho Ultramarino, órgão responsável pela administração dos domínios coloniais, determinava os trâmites dos documentos para a nomeação. Ao vagar um determinado ofício, o costume determinava que os candidatos que quisessem concorrer ao mesmo,

³⁰⁰ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 4, pp. 654.

³⁰¹ ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1018.

³⁰² Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 6, Documento 1020-1021.

³⁰³ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 5, Documento 881.

³⁰⁴ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 12, Caixa 12, Documento 2352 e ANRJ. Cód. 77, vol. 5, pp. 238.

apresentassem seus *papéis*. A apresentação destes documentos era bastante onerosa ao pretendente, visto que tinha que ir pessoalmente ao reino ou lá ter um procurador. Todo este *dossiê* deveria ser passado/produzido pelo superior do pretendente e autenticado. Tais dificuldades se davam para tentar diminuir a quantidade de papéis falsos que eram apresentados comumente e difíceis de serem detectados³⁰⁵. Havia toda uma série de problemas referentes à autenticidade destes documentos, fruto não só da forma como era produzido, mas das condições técnicas da época. Assim, por exemplo, Albuquerque afirma que com o passar do tempo a comprovação de um determinado serviço ou ato ficava cada vez mais fácil de falsificar, uma vez que as pessoas que poderiam emitir certidões comprobatórias morriam, fato que levou o rei a procurar castigar este delito, mas que pouco sucesso obteve³⁰⁶.

Mas, retornando a questão da produção das consultas, o rei poderia interrogar o Conselho para que recomendasse uma determinada escolha, que seria ou não aceita, apesar da pressão devido ao corporativismo e polissinodismo. Quando o processo se iniciava pela parte de baixo, ou seja, pelos pretendentes, estes apresentavam seus *papéis*, documentos nos quais constavam toda a sua carreira, com os serviços prestados ao rei e *folhas corridas*³⁰⁷. Para analisar estas concorrências, os conselheiros, após receberem os documentos do presidente, davam seus pareceres e os tornavam público para seus colegas. O relator iniciava a dinâmica dando o seu voto e era seguido pelos membros mais antigos, até chegar ao último, o presidente. O secretário aglutinava os votos e, de forma separada, relatava os que haviam votado diferente. A consulta, por fim, chegava ao rei que então decidia o que fazer³⁰⁸. Em nosso caso específico, nas concorrências para algum ofício, os conselheiros apresentavam uma lista tríplice, com os candidatos em ordem hierárquica³⁰⁹.

Entre as consultas que analisamos os monarcas geralmente confirmavam a recomendação desta instituição, respeitando a autonomia do Conselho Ultramarino.

³⁰⁵ Preocupação, inclusive, segundo Albuquerque, que o padre Antonio Vieira teve em um dos conselhos ao monarca. Cf. ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*, pp. 10.

³⁰⁶ Cf. ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*, pp. 105-6.

³⁰⁷ O termo *folha corrida* segundo Albuquerque significava que o pretendente não tinha antecedentes criminais, nem no Reino e nem no lugar onde morava. Fato que dificultava a sua apresentação, quando se iniciava o processo. Cf. ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*, pp. 16.

³⁰⁸ CAETANO, *Op. Cit.*, pp. 47-48.

³⁰⁹ As consultas que analisamos se diferenciam de grande parte da documentação estudada por Albuquerque. Nossa documentação trabalha não só com os pedidos individuais devido aos serviços prestados, como foi o caso dos *filhos*, mas também com consultas concorrências, onde diversos candidatos se apresentam em uma disputa para um determinado ofício, no caso capitão de fortaleza. Desta forma, ao compararmos seu estudo com o nosso alguns elementos devem ser relativizados. Cf. ALBUQUERQUE, C. *Op. Cit.*

Assim, a nomeação de Francisco Pinto Pereira, em 1669, parece ser exemplar. Nesta consulta participaram 5 (cinco) conselheiros e seu presidente, totalizando 6 (seis) votos. Três deles, inclusive o presidente, escolheram como primeira opção Francisco Pinto Pereira. Os outros três recomendaram o mesmo candidato como segunda opção³¹⁰.

Entretanto, não devemos pensar que os monarcas não ponderavam os concorrentes e o parecer deste órgão. Não nos esqueçamos do silêncio da Regente, na nomeação para a fortaleza de Santa Cruz, em 1661, apesar de o Conselho Ultramarino ter escolhido alguém para o posto.

Mas, voltemos à outra fortaleza e citemos outro exemplo, quando é necessário se substituir o capitão da fortaleza de São João, Francisco Pinto Pereira, em 1671, que havia sido assassinado. Na ocasião houve um empate como 1ª opção entre dois candidatos, Manuel Soares Pereira e Martim Correa Vasqueanes, que receberam 2 (dois) votos cada um. O outro conselheiro deu seu voto a Agostinho de Barros de Vasconcelos, que acabaria sendo o escolhido pelo monarca. Como já vimos esta consulta é a única que temos com a participação de Salvador Correa de Sá e Benevides atuando como conselheiro, que não poderia deixar de votar nos membros de seu grupo. Seu parecer escolheu como primeira opção Martim Correa Vasqueanes, seu sobrinho. Tendo selecionado como segunda opção um velho conhecido seu, José Lopes Experto³¹¹. Sua terceira opção foi Baltazar Vieira Veiga que já havia sido nomeado por ele para o posto de capitão de infantaria, para acompanhar João Correa de Sá, seu filho, na jornada que fizera “ao descobrimento das minas das esmeraldas”, em 1663³¹².

O monarca, D. Pedro II, sabia mais do que nunca que o voto de Salvador não era isento e que dificilmente os conselheiros votavam de forma a não levar seus interesses particulares para o processo. Entretanto, havia um limite a qual não se poderia passar. Para tentar esclarecer um pouco mais: Salvador não era só um conselheiro, era um homem inserido em várias redes comerciais, que percorriam distintas regiões (Prata e Angola),

³¹⁰ Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086. Presidiu a consulta o Conde de Arcos, Francisco Malheiro, onde estiveram presentes os seguintes membros, Dr. Pedro Alves Seco Macedo, o Cômego João Falcão de Souza, Feliciano Dourado, Rui Teles de Menezes, Francisco Ferreira Rebelo. Ver Quadro 05.

³¹¹ José tinha uma carreira baseada no Rio de Janeiro. Foi nomeado ou teve a confirmação de algumas nomeações feitas por algum membro daquela família. Desta forma, em 1657, foi nomeado como alferes pelo capitão Agostinho de Figueiredo, tendo sido confirmado no posto por Martim Correa Vasques. Três anos depois, em 1660, aparece sendo nomeado por Salvador Correa de Sá e Benevides como ajudante supranumerário. Cf. ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 3, pp. 383, 493 e 547v.

³¹² ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 4, pp. 438. Ver Quadro 06 e 06 A.

pertencentes ou não ao Império Português, com necessidades das mais diversas. Ao dar o seu parecer no Conselho Ultramarino, era assim que se apresentava, como o somatório de todos estes elementos presentes.

Outro autor que nos ajuda a entender melhor esta questão é Barth, que sublinha que as relações intergrupais possuem normas que regulamentam as interações, onde há espaço e barreiras para trocas entre os grupos e há limites para estas trocas. Melhor dizendo, há lugares onde se pode interagir com atores de outros grupos e há lugares que não. São estas regras que governariam os encontros sociais.

O autor nos mostra que as escolhas individuais como os votos dos conselheiros não deixam de ser uma interação e são influenciadas por certos constrangimentos e incentivos. Apesar de muito provavelmente os conselheiros estarem envolvidos em redes mais amplas, que não se limitavam a esta instituição, havia certo limite para estas escolhas. Sendo assim, o monarca sabia que Salvador Correa de Sá e Benevides havia ultrapassado esta barreira³¹³.

Desta forma, o rei deveria, se corroborasse as recomendações, escolher Manuel Soares Pereira, que recebera dois votos, como primeira opção, um voto como segunda e um voto como terceira. Sendo lembrado por 4 (quatro) dos 5 (cinco) conselheiros. No entanto, o monarca acaba por escolher Agostinho de Barros de Vasconcelos, que recebe apenas uma indicação como primeiro lugar e duas como segundo, totalizando três lembranças, apenas.

Sendo assim, podemos sublinhar que de um modo geral o monarca seguia a característica polissionodal e corroborava a escolha do Conselho Ultramarino³¹⁴. Entretanto, quando o rei percebia que os conselheiros haviam ultrapassado os constrangimentos daquela interação social, como foi o caso de Salvador Correa de Sá e Benevides, ele agia de outra maneira, não reafirmando a decisão tomada por aquela instituição.

³¹³ Característica similar apresentou Schwartz. O autor mostrou ao estudar o Tribunal da Relação da Bahia, entre 1609-1751, que a história da burocracia colonial deve ser entendida na dinâmica entre dois valores, o da burocracia e o dos burocratas. O primeiro seria determinado pela Coroa e o segundo, visto pela ótica do pessoal e profissional. Esta dinâmica residiria na interação entre estes valores, burocracia e burocratas, na sociedade em geral, neste caso na sociedade colonial. Desta maneira os burocratas, por vezes, atuariam contrariando a racionalidade da burocracia, devido a sua inserção na sociedade, que colocaria em lados opostos os seus interesses com os da Coroa. Assim, existiriam os mesmos limites para a defesa destes interesses dos burocratas quando de sua atuação no Tribunal da Relação, nas palavras do autor: “Não se podia jamais sacrificar totalmente os interesses reais em prol de objetivos pessoais se se esperasse progredir na profissão”. SCHWARTZ. *Op. Cit.*, pp. XV e 147.

³¹⁴ Esta idéia foi corroborada por ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*

Parece-nos que a escolha do monarca se deva ao fato de Agostinho, dentro dos candidatos que se apresentavam, ser o único que era Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo. Isto foi fundamental, devido à conjuntura da nomeação marcada pela substituição do capitão Francisco Pinto Pereira, que havia sido assassinado.

Portanto, se o monarca de uma maneira geral confirmava as recomendações passadas por seus conselheiros teríamos que voltar a analisar seus pareceres individualmente. Todavia, conforme nos mostra Caetano havia uma grande e constante renovação nos quadros da instituição. Assim, entre a sua criação, em 1643, e o final do XVII há nada menos que 38 (trinta e oito) conselheiros e 8 (oito) presidentes³¹⁵.

Pelo exemplo que acabamos de citar do conselheiro Salvador e pela rotatividade dos seus colegas nos arriscamos a dizer que os monarcas sabiam obstaculizar interesses particulares nos pareceres, pelo menos nos que estamos analisando. Mais ainda, esta rotatividade, talvez, fosse pensada exatamente para esta finalidade. Desta monta, não é de todo o mal falar em uma “política” comum no que diz respeito à atuação deste órgão nas nomeações que analisamos. Assim, se torna possível enxergar o processo que gerou a ação de escolha e a coerência deste fenômeno social, para que se possa criar um modelo explicativo. O que nos permite, talvez, generalizar a observação feita por Albuquerque de que os membros do Conselho examinavam os pedidos de recompensas pelos serviços, feitos na guerra contra os batavos no norte, de acordo com os interesses da Coroa lusa³¹⁶.

Em outras palavras, esta rotatividade era fundamental, posto que impunha aos conselheiros o respeito àqueles constrangimentos. Assim, se tornava mais fácil e menos desgastante para o monarca respeitar seus pareceres, resguardando desta forma a autonomia da instituição.

Para se chegar a este paradigma temos que trabalhar sob a perspectiva de comparação das consultas. Tal fato nos possibilita ter uma melhor compreensão das divergências dentro do mesmo sistema cultural e dos vários pareceres individuais dos conselheiros. Este procedimento nos permitiu construir um arquétipo científico mais coerente, que se baseia em todos os elementos e não apenas nos mais importantes. Tal metodologia possibilita uma melhor apreensão da complexidade social³¹⁷.

³¹⁵ Cf. CAETANO. *Op. Cit.*, pp. 79-80.

³¹⁶ Cf. ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*, pp. 17.

³¹⁷ BARTH. *O guru ...*, pp. 11-12.

Montar este modelo explicativo ajuda na superação do etnocentrismo e de certo anacronismo presentes em parte da historiografia, que deixa de fora as características de uma sociedade de Antigo Regime, negando assim a cultura. Destarte, podemos pensar, por exemplo, para Portugal, em uma “longa Idade Média”³¹⁸, como por exemplo, a concepção de Estado, pensada no modelo da Escolástica, onde temos algumas características típicas da cultura daquele período³¹⁹. A importância da Antropologia também pode ser vista tendo como base os ensinamentos de Grendi, que propõe a construção baseada na intuição, por não poder ser quantificável³²⁰.

Mas voltemos aos conselheiros e aos presidentes que participaram de nossas consultas. Devido a sua alta rotatividade encontramos 13 (treze) em nossas nomeações. Nove destes atuam apenas uma vez. Três aparecem duas vezes e apenas um, Feliciano Dourado, participa 5 (cinco) vezes, sendo o mais constante. Destas cinco participações de Feliciano em duas delas sua escolha em primeiro lugar foi aprovada pelos monarcas. Em outras duas sua segunda opção foi conduzida ao posto pelo rei. E em uma o rei não escolheu nenhum dos candidatos, deixando o posto vago.

Não nos parece, portanto, necessário seguir cada conselheiro e cada nomeação em particular. Nosso trabalho ficará mais rico se enfocarmos o geral, tendo como base alguns critérios que aparecem nas consultas, como: status social, anos de serviços, experiência militar (terrestre e naval), patentes militares, ligações sociais e etc. Ponderar

³¹⁸ Assim, Le Goff destacou ao analisar a Idade Média que “um período não pode ser objeto apenas de uma atribuição cronológica (...), mas também de uma imagem surgida a partir da ideologia e do imaginário”. Ao mesmo tempo delimita a sua *longa Idade Média* como terminando com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, uma vez que a cultura medieval da Idade Média “dos manuais” ultrapassaria esta periodização clássica. Cf. LE GOFF, Jacques. Uma longa Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 12, 29 e 69.

³¹⁹ Assim, Skinner ao pensar o tomismo nos ajuda a entender este Estado Português. Depois do Concílio de Trento (1545), o tomismo, ou a 2ª escolástica, aparece com bastante força nos países com uma forte tradição católica. Concílio este que deu origem ao que se chama de Contra-reforma, na qual se resgatou as idéias de São Tomas de Aquino. Teríamos, então, a necessidade do governante buscar a paz interna, o que levaria à defesa do bem e à segurança do povo. Propõe-se uma sociedade altamente hierarquizada. Em primeiro lugar com a lei eterna, onde Deus age. Segundo, a lei divina, revelada nas escrituras por Deus aos homens. Terceiro, a lei da natureza, que Deus coloca nos homens para que possam entendê-Lo. E quarto e último, a lei humana positiva, que os homens criam. O governante deve seguir a lei natural que, em última instância, foi criada por Deus e ao segui-la seria possível ser um governante justo e instalar a paz na sociedade. Deus ficaria satisfeito e benévolo, pois o governante estaria seguindo seus ensinamentos. Cf. SKINNER. Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Cia das Letras, 2006, pp. 414-449. Outro autor que nos ajuda a pensar este Estado português é Hespanha. Na obra “As vésperas do Leviathan”, o autor aponta para um sistema político onde o poder monárquico não acaba com o pluralismo dos poderes particulares. Sua importância residiria no campo simbólico, pois será o responsável por regular as autonomias deste pluralismo e resguardar a existência harmônica destas esferas de poder, que em última instância se revela como responsável por manter os direitos e equilíbrios estabelecidos. Neste sentido, continuaríamos a ter uma forte característica do período medieval, a distribuição do poder em várias esferas autônomas. Cf. HESPANHA. As vésperas do Leviathan ...

³²⁰ LIMA. Op. Cit., pp. 79 e 92.

quais destas características eram as mais importantes para a escolha dos conselheiros é matéria bastante complexa. Algumas delas são bastante objetivas, como por exemplo, o status social. Nesse sentido, o concorrente possuía ou não um determinado Hábito, por exemplo, o que o diferenciava do outro. O mesmo ocorria com outro critério, qual seja a quantidade de anos de serviços prestados à Coroa. Um dado numérico que é ponderado como menor ou maior que o de seu concorrente. Entrementes, mesmo estes dados que a princípio parecem bem objetivos, podem ser tornar subjetivos. Ainda mais se combinarmos com outras características e enxergaremos com outro olhar. É o que faremos no próximo tópico.

As concorrências

Vejamos como se apresentam as concorrências. Começemos com a que se deu para a capitania da fortaleza de Santa Cruz, em 1664, que acabou por colocar no posto Baltasar Cesar D'êça³²¹. Nesta disputa participaram 6 (seis) concorrentes, com 4 (quatro) deles possuindo um Hábito, a saber: Baltasar Cesar D'êça³²², João Machado de Freitas³²³ e Gaspar Martins (Mariz) de Almeida³²⁴, com o de Cristo; Diogo Cardoso de Mesquita, com o de Avis³²⁵. Quando passamos a olhar o tempo de serviço prestado ao rei, temos quantidades bastante elevadas, que variavam de 21 (vinte e um) a 32 (trinta e dois) anos, a exceção de Gaspar, com mais de 9 (nove) anos³²⁶. Um desses candidatos

³²¹ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 6, Documento1020-1021.

³²² BORREGO. Op. Cit.

³²³ TORRE DO TOMBO. Op. Cit., Vol. 1., pp. 350 e 351.

³²⁴ BORREGO. Op. Cit.

³²⁵ TORRE DO TOMBO. Op. Cit., Vol. 2. pp. 26. "Mercê a Diogo Cardoso de Mesquita, genro de Pedro Gomes da Fonseca, de 30\$000 réis de pensão em uma das comendas da Ordem de S. Bento de Avis e de mais uma capela de 20\$000 réis, pelos serviços prestados nas capitanias de Pernambuco e Paraíba, desde 1624 a 1633, pelo seu sogro e pelos seus na jornada da Bahia, na restauração de Salvador, em Mazagão, sob o governo de D. Francisco de Almeida, em Ceuta, sob o mesmo governador, como capitão de navios na Barbária e por fugir para Portugal logo que teve conhecimento da aclamação". – De 3 de agosto de 1654. E TORRE DO TOMBO. Op. Cit., Vol. 2. pp. 26. Mercê a Diogo Cardoso de Mesquita do habito de Avis, para ter com 30\$000 réis de pensão em uma das comendas da Ordem de S. Bento. – De 3 de agosto de 1654. E TTONLINE (Internet) CódigoReferência: [PT-TT-RGM/21/357084](https://pt-tt-rgm/21/357084). Título: Diogo Cardoso Mesquita. Data: 20/05/1656. NívelDescrição: Documento Simples. CódigoReferAlternCota: Registo Geral de Mercês, Ordens, liv.11, fl.367. ÂmbitoConteúdo: Hábito de Noviço. EntidadeDetentora: ANTT.

³²⁶ Muito provavelmente os anos de serviço de Gaspar eram de aproximadamente 15 anos. Chegamos a este número ao comparar com outras nomeações que dão o período exato em que prestava serviços à Coroa. No entanto, optamos para esta análise manter a quantidade citada na consulta, pois seria assim que o monarca o enxergaria. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138.

era Diogo Cardoso de Mesquita que aparece com a maior quantidade de tempo de serviço, 32 (trinta e dois) anos. Além disto, era o único que possuía duas distinções, um Hábito de Noviço, concedido em 1656, e outro de Avis. Para nossa surpresa este candidato não recebeu nenhum voto dos conselheiros, nem como terceira opção. Diogo de Macedo, que não tinha nenhum Hábito, por exemplo, recebe 1 (um) voto como primeira opção e 3 (três) votos como segunda opção.

Esta não foi um fato isolado, no forte de São João também ocorria, como vemos na consulta de 1671, que escolhe Agostinho de Barros de Vasconcelos³²⁷. Período marcado por outra conjuntura, embora também em momento delicado³²⁸. Participaram desta seleção 11 (onze) candidatos. Nomeação esta que apresenta o maior número de pretendentes. Os concorrentes aparecem com uma quantidade de tempo de serviço nada desprezíveis, que variam entre 12 (doze) à 22 (vinte e dois) anos, embora não cheguem aos 32 (trinta e dois) anos da nomeação acima. Da mesma forma, enquanto para aquela 66% dos candidatos tinha alguma distinção social, nestas apenas 36% possuíam³²⁹. O que torna estas diferenças sociais mais importantes, na medida em que um menor número de pessoas as possui, tornando-as mais raras. Para nosso espanto o candidato Gaspar Martins (Mariz) de Almeida, com 22 anos de serviços e possuidor de um Hábito de Cristo, ganho em 1647³³⁰, e um Hábito de Noviço, recebido em 1658³³¹, não é o escolhido.

Existem algumas coincidências nestas duas consultas. Os dois capitães escolhidos possuíam um Hábito de Cristo. Mas o que queremos destacar é a participação de Gaspar em ambas as disputas. Se pegarmos os anos de serviços deste pretendente e corrigirmos os apresentados para a fortaleza de Santa Cruz, em 1664,

³²⁷ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1011 e ANRJ. Cód. 77, vol. 5, pp. 103v.

³²⁸ Com outro monarca no poder, D. Pedro II (1667-1706) e já estabelecida a paz com a Espanha, o que poderia levar a valorização do status social em relação a experiência prática de guerra tão necessária para o posto.

³²⁹ Já vimos no capítulo anterior que o perfil social do capitão de fortaleza de Santa Cruz era mais elevado que o de São João.

³³⁰ TORRE DO TOMBO. *Op. Cit.*, Vol. 1. pp. 246. “Mercê a Gaspar Mariz de Almeida, filho de Gaspar da Costa Mariz, de 30\$000 réis de pensão em uma comenda da Ordem de Cristo, para os ter com o habito da mesma Ordem; pelos seus serviços na fortaleza de Outão de Setúbal, indo em socorro de uma setia (sic) que, acossada pelos piratas, se tinha recolhido no porto de Arrabida, e na fortaleza de Peniche”. De 25 de setembro de 1647. E TORRE DO TOMBO. *Op. Cit.*, Vol. 1. pp. 247. “Mercê a Gaspar Mariz de Almeida, filho de Gaspar da Costa Mariz, do lançamento do habito da Ordem de Cristo, com 30\$000 réis, de pensão”. De 25 de setembro de 1647.

³³¹ Série: Ordens Militares. CódigoReferAlternCota: Registo Geral de Mercês, Ordens, liv.4, fl.106. ÂmbitoConteúdo: Carta. Lançar o Hábito dos Noviços. CódigoReferência: [PT-TT-RGM/21/348336](#). De 28/7/1655.

temos 15 (quinze) anos, contra 21 (vinte e um) de Baltasar, o vencedor, uma diferença expressiva de 6 (seis) anos. Diferença que era muito menor que a de Baltasar para alguns concorrentes³³², na de Santa Cruz, de 11 (onze) anos, que não parece ter sido problema. Então estes 6 (seis) anos não seriam importantes! Na consulta para a fortaleza de São João, Gaspar aparece com 22 (vinte e dois) anos de préstimos a Coroa e Agostinho, o vencedor, com 17 (dezesete) anos. Há agora uma diferença de 5 (cinco) anos a mais para o Gaspar, que não lhe deram vantagem. Nesta consulta nenhum outro concorrente tinha mais de 22 (vinte e dois) anos de vida dedicados ao Estado português. Dois candidatos tinham os mesmos 22 (vinte e dois) anos, enquanto outro apresentou 20 (vinte) anos. O que deveria ter ajudado a Gaspar.

³³² Diogo Cardoso de Mesquita e João Gomes da Silva tinham 32 anos de serviços prestados.

Quadro 05

Nomeação de Baltasar Cesar D'êça para fortaleza de Santa Cruz, em 1664.

Nome	Título	Anos de Serviço	Espaços Geográficos	Patentes	Ligação Social/ Base Familiar
Baltasar Cesar D'êça	Hábito de Cristo	21	Funchal, Brasil, Guararapes, Ilha da Madeira. Emprestou dinheiro para despesa da guerra.	Soldado e Capitão de infantaria	Francisco Barreto
Diogo de Macedo	---	23	Índia, Minho, Coimbra, Alentejo. Prisioneiro dos holandeses na Índia	Soldado, Capitão da vila de Cantão	
João Machado de Freitas	Hábito de Cristo (promessa em 1662, efetivada em 1668)	21	Brasil, Armadas, Alentejo, Trás-os-montes, Angola, Badajoz, Rio de Janeiro, Elvas, Juromenha. Ferido.	Soldado, alferes, capitão de infantaria e sargento-mor	Sá
João Gomes da Silva	---	32	Bahia, Reino, Trás-os-montes, Elvas, Alentejo, Armadas para o Brasil	Soldado, alferes, ajudante	Conquistador / Rio de Janeiro
Diogo Cardoso de Mesquita	Hábito de Avis(1654) ; noviço (1656)	32	Armadas do Reino, Pernambuco	Capitão de infantaria e capitão da fortaleza de Sta Cruz (governador)	Conquistador / Rio de Janeiro/ Francisco Barreto
Gaspar Mariz de Almeida	Hábito de Cristo (1647); noviço (1655)	+ de 9 (corrigi dos 15)	Madeira, fronteiras do Alentejo, Brasil, Angola	Soldado, sargento, alferes, capitão do forte do morro de São Paulo ³³³	Vários senhores de engenho, Sá / Rio de Janeiro

Fonte: Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 6, Documento1020-1021. Consulta sobre as suas provanças. Em 16.07.1660 (m. 12, nº6). Cf. BORREGO. Vol. I, pp. 270; TORRE DO TOMBO. Op. Cit., Vol. 1, pp. 350 e 351 e Vol. 2, pp. 26; TTONLINE - Série Ordens Militares. CódigoReferência: PT-TT-RGM/21/357084 . Datas 20/05/1656. CódigoReferAlternCota: Registo Geral de Mercês, Ordens, liv.11, fl.367. ÂmbitoConteúdo: Hábito de Noviço; TORRE DO TOMBO. Op. Cit., Vol. 1, pp. 246 e 247; TTONLINE - Série Ordens Militares. CódigoReferAlternCota Registo Geral de Mercês, Ordens, liv.4, fl.106. ÂmbitoConteúdo Carta. Lançar o Hábito dos NoviçosCódigoReferência PT-TT-RGM/21/348336. Em 28/7/1655; e Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086.

³³³ Na Consulta de 1664, não há a carreira de Gaspar, por isso optamos por copiar a de outra consulta que analisamos, datada de 1669.

Quadro 05 A
Voto dos conselheiros na nomeação de Baltasar Cesar D'êça para fortaleza de Santa Cruz, em 1664.

Conselheiros	1º Lugar	2º Lugar	3º Lugar
Conde de Arcos	Baltasar Cesar D'êça	Diogo de Macedo	João Machado de Freitas
Francisco Miranda Henriques	Baltasar Cesar D'êça	Diogo de Macedo	João Machado de Freitas
Feliciano Dourado	Baltasar Cesar D'êça	Diogo de Macedo	João Machado de Freitas
Miguel Zuzarte de Azevedo	Diogo de Macedo	Baltasar Cesar D'êça	João Machado de Freitas

Fonte: Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 6, Documento 1020-1021.

Quadro 06

Nomeação de Agostinho de Barros de Vasconcelos para fortaleza de São João, em 1671.

Nome	Título	Anos de Serviços	Espaços Geográficos
Agostinho de Barros de Vasconcelos	Hábito de Cristo, cavaleiro professo	17	Badajoz (<i>ferido</i>), Elvas, Arronches, Juromenha, Évora, Ameixial, Montes Claros, Jornada de Albuquerque.
Martim Correa Vasqueanes	Fidalgo da Casa de S.M; hábito de Cristo (1644)	14	Rio de Janeiro, Reino, Armada da Costa
Gaspar Martins de Almeida	Hábito de Cristo (1647); noviço (1655)	22	Presídio de Outão, fronteiras de Alentejo, Angola, Rio de Janeiro
Antonio Soares Osório		13	Minho, Alentejo, Algarve, Olivença, Badajoz, Elvas, Corre a costa portuguesa, Galícia.
Manuel Faleiro Cabeça		12	3 Armadas para o Brasil, Recife, Espírito Santo, Armada da Cia Geral
José Lopes Experto (Exposto)		22	Rio de Janeiro, Espírito Santo. Fez despesas de sua fazenda em viagens ao sertão. Foi buscar Salvador Correa de Sá, quando da revolta de 1660
Belchior Valente Rolão		13	Entre Douro, Minho, Bahia , Armadas na costa do reino, Alentejo, Olivença, Badajoz, Mourão, São Miguel, Elvas, Minho, Juromenha
Manuel Soares Pereira		22	Guerras deste reino, Armadas na costa do reino, Alentejo, Olivença, Mourão, Badajoz, Forte de S. Miguel (<i>Ferido</i>), Elvas, Évora, Arronches
Pedro de Sepulveda Rebelo		12	Armadas da Cia. geral para o Brasil, Alentejo, Badajoz, Elvas, Campo Maior, Portalegre, Monforte, Arronches, Minho
Baltasar Vieira Veiga		20	Armadas na costa do reino, Brasil (ferido em PE, atuou junto com Francisco Barreto), Bahia, Rio de Janeiro, Acompanhou João Correa ³³⁴ na jornada das minas, Alentejo
Manuel de Almeida Ribeiro	Hábito noviço de Santiago (1670)	12	Mourão, Badajoz, S. Miguel, Elvas, Arronches, Juromenha, Ameixial, Évora, Montes Claros. <i>Ferido e Preso</i>

Fonte: Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1011; ANRJ. Cód. 77, vol. 5, pp. 103v.; Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1011; ANRJ. Cód. 77, vol. 5, pp. 103v.; TORRE DO TOMBO. Op. Cit., Vol. 1, pp. 92, 93, 246 e 247; TTONLINE - Série Ordens Militares. CódigoReferAlternCota Registo Geral de Mercês, Ordens, liv.4, fl.106. ÂmbitoConteúdo Carta. Lançar o Hábito dos NoviçosCódigoReferência PT-TT-RGM/21/348336. Em 28/7/1655; TTONLINE - Série Ordens Militares. Título Manuel de Almeida Ribeiro. CódigoReferAlternCota Registo Geral de Mercês, Ordens, liv.12, fl.457v-458. ÂmbitoConteúdo Carta. Hábito de Cavaleiro Noviço da Ordem de Santiago, com 40\$000 rs, sendo 20\$000 rs efectivos. CódigoReferência PT-TT-RGM/21/360735. Em 25/08/1670.

³³⁴ Filho de Salvador Correa de Sá e Benevides.

Quadro 06 A
Voto dos conselheiros na nomeação de Agostinho de Barros de Vasconcelos para fortaleza de São João, em 1671.

Conselheiros	1º Lugar	2º Lugar	3º Lugar
Dr. Pedro Alves Seco Macedo	Manuel Soares Pereira	Belchior Valente Rolão	Manuel Faleiro Cabeça
Cônego João Falcão de Souza	Agostinho de Barros de Vasconcelos (por serviços fartos e tendo sido ferido e prisioneiro)	Manuel Soares Pereira	José Lopes Experto
Feliciano Dourado	Martim Correa Vasqueanes (Por seus servis e qualidade e ser filho de um fidalgo e que foi governador daquela praça)	Agostinho de Barros de Vasconcelos	Manuel Soares Pereira
Salvador Correa de Sá e Benevides	Martim Correa Vasqueanes (Por ser parente de família fidalga que sempre ajudou na defesa da capitania, com sua fazenda)	José Lopes Experto (por ser eficiente nos serviços daquele estado e ser casado naquela capitania)	Baltasar Vieira Veiga (pelas mesmas qualidades de José Lopes Experto)
Duque de Cadaval (Presidente)	Manuel Soares Pereira (Por ter muitas feridas)	Agostinho de Barros de Vasconcelos (Por ter muitas feridas)	Manuel de Almeida Ribeiro (Por ser sujeito que excede aos demais nas batalhas, feridas e ocasiões, em Lisboa)

Fonte: Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1011 e ANRJ. Cód. 77, vol. 5, pp. 103v.

Portanto, podemos dizer que havia um grande grau de subjetividade, difícil de ser notado, que só um olhar mais refinado e atento consegue capturar. Além disso, descobrimos que focar apenas em uma destas características não resolve o nosso problema. A escolha passava pela análise de todas aquelas variantes. Ainda mais porque era comum os concorrentes possuírem carreiras, anos de serviços e patentes militares muito parecidas, onde somente uma escolha bastante subjetiva desempataria, tornando-se assim objetiva. Todavia, embora Silva postule que ter um título de cavaleiro desse ao indivíduo mais vantagem na hora de pleitear novas graças sob quem não tinha, parece que as coisas não eram tão diretas assim³³⁵. Em nossa análise, percebemos que a questão social se tornava bastante relevante, no entanto, não era a que determinava a escolha entre os concorrentes, mas passava a ser o “fiel da balança” na hora de desequilibrar o jogo.

³³⁵ SILVA. M^a B. Nizza da. Ser nobre na colônia. São Paulo: Editora da Unesp, 2005, pp. 98-101 e 136.

É o que vemos na decisão do conselheiro Feliciano Dourado em seu parecer para a nomeação da capitania do forte de Santa Cruz, em 1661³³⁶. Feliciano escolhe como primeira opção Rui Vaz Pinto, seguido por Antonio Mouro e, por último, Manuel de Almeida Falcão. Suas justificativas são: por ser fidalgo, para Rui; por ter o Hábito de Cristo e ser pessoa nobre, para Antonio; e para Manuel por ter um Hábito de Cristo. Estes concorrentes possuíam respectivamente 15 (quinze), 8 (oito) e 18 (dezoito) anos de serviços. Sendo levado aqui em consideração o conjunto da carreira, tendo desequilibrado a balança para Rui o fato de ser fidalgo, status social mais elevado em comparação com os que se apresentavam. Não devemos nos esquecer que os fidalgos circulam pelo império e viviam disto. E, mais, neste processo possuem a cumplicidade do Conselho Ultramarino. Portanto, trata-se de uma prática normativa ou retirada da concepção de sociedade em vigor.

Outro critério importante era a origem de nascimento. Assim podemos dividir os nossos agentes em dois grupos: os nascidos no reino e os não nascidos no reino. Das nomeações que trabalhamos os indivíduos que pertencem a este último grupo, mesmo tendo uma experiência nada desprezível em anos de carreira, patentes militares e envolvimento em diversos palcos de batalhas em vários continentes, só são os escolhidos quando concorrem dentro de seu grupo. Este foi o caso de Ascenço Gonçalves Matoso, em 1660, quando foi conduzido a capitania de São João. Temos também outro exemplo na nomeação de Francisco Pinto Pereira, em 1669, nomeado para o mesmo forte. Nesta concorrência Gaspar Martins (Mariz) de Almeida residente na freguesia de Irajá, no Rio de Janeiro³³⁷; senhor de engenho com laços familiares a outros produtores de açúcar³³⁸; com 22 (vinte e dois) anos de serviços prestados; tendo passado pelos postos de soldado, sargento, alferes, capitão do forte de São Paulo na Bahia; já havia sido capitão da fortaleza, nomeado temporariamente pelo governador e; ultimamente ocupava a capitania de Cabo Frio; tendo atuado no Reino, na Restauração de Angola e no Brasil; não ficava devendo nada aos outros candidatos. No que pese todos estes elementos não recebe nenhum voto. Só sendo possível explicar este fenômeno devido ao fato de estar baseado e/ou nascido na América, que fazia com que a balança na hora da decisão não pesasse para o seu lado.

³³⁶ Consulta esta que o rei acaba não dando prosseguimento aos seus trâmites e acaba não escolhendo ninguém para o posto. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 5, Documento 881.

³³⁷ RHEINGANTZ. *Op. Cit.*

³³⁸ Idem. *Ibidem.* e FRAGOSO. A Nobreza da República ...

Quadro 07**Nomeação de Francisco Pinto Pereira para fortaleza de São João, em 1669.**

Nome	Residência	Anos de Serviço	Espaços Geográficos	Patentes
Francisco Pinto Pereira		40	Tanger; Flandres; Catalunha (ferido); Reino; Évras; Montijo; Minho (ferido); Armada para o Brasil; Reino; Badajoz; Arronches; e Juromenha, Ameixial, Évora; Armada que corre a costa.	Soldado, cabo de esquadra, sargento, alferes, ajudante e capitão de infantaria.
Rui Vaz Pinto		24	Alentejo; armada para o Brasil; Reino; Alentejo; Olivença; Badajoz; Mourão; Elvas (ferido); Porto (preso e ferido); Corre à costa na fragata São Jorge.	Soldado, capitão de infantaria, capitão de mar e guerra, capitão de mar e guerra da fragata Santo Martírio, capitão de mar e guerra da fragata São Jorge.
Manuel Faleiro Cabeça		20	3 Armadas no Cabo de Santo Agostinho; Espírito Santo ao Espírito Santo; Armada Cia. geral; corre à costa do reino.	Capitão de Artilharia do Galeão São João de Hamburgo, Alferes, capitão de artilharia, tenente.
Manuel Barreto Valejo		25	Ilha da Madeira; Beira; Alentejo; Olivença; Mourão; Badajoz; Elvas; Ameixial; Évora; Valença de Alcântara (ferido); Montes Claros	---
José Lopes Experto (Exposto)		14	Rio de Janeiro (onde atuou na repressão ao motim contra Salvador); Espírito Santo	Soldado, cabo de esquadra, sargento, alferes, ajudante, capitão de infantaria, capitão mor do Espírito Santo.
Jacinto Nogueira Pinto		22	Armada para a Bahia; Rio de Janeiro; Reino; Cia geral; Alentejo, Badajoz; Elvas; Tanger; Évora; capitão da guarnição do galeão Padre Eterno.	Soldado, alferes, capitão, meirinho da correição (65)
Gaspar Martins (Marins) de Almeida	Freguesia de Irajá no Rio de Janeiro	27	Reino; Brasil, Angola. Serve como capitão de Cabo Frio (onde serve).	Soldado, sargento, alferes, capitão da fortaleza do morro de São Paulo.
Sebastião da Costa		18	Mourão; todas as Armadas que correram a costa de 1651 a 1656.	Soldado, sargento, alferes e capitão de auxiliares.

Fonte: Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086.

Quadro 07 A
Voto dos conselheiros na nomeação de Francisco Pinto Pereira para fortaleza de São João, em 1669.

Conselheiros	1º Lugar	2º Lugar	3º Lugar
Dr. Pedro Alves Seco Macedo	Francisco Pinto Pereira	João Lopes Experto	Manuel Barreto Valejo
João Falcão de Souza	Francisco Pinto Pereira	Rui Vaz Pinto	Manuel Barreto Valejo
Feliciano Dourado	Rui Vaz Pinto	Francisco Pinto Pereira	Manuel Faleiro Cabeça
Rui Teles de Menezes	Manuel Faleiro Cabeça	Francisco Pinto Pereira	Rui Vaz Pinto
Francisco Ferreira Rebelo	Manuel Faleiro Cabeça	Francisco Pinto Pereira	Rui Vaz Pinto
Francisco Malheiro pelo Conde de Arcos (Presidente)	Francisco Pinto Pereira	Rui Vaz Pinto	Manuel Faleiro Cabeça

Fonte: Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086.

No entanto, como já mencionamos acima, não podemos nos esquecer que os votos dos conselheiros não necessariamente obedeciam a uma lógica desprovida de interesses particulares, que estariam ligadas ao papel social desempenhado por eles. Assim, Burke³³⁹ chamou a atenção para se repensar o papel social. Neste caso, a expectativa dos seus comportamentos deveriam residir em uma questão moral. A moralidade, ou seja, a expectativa de um comportamento isento, conduziria seu atos³⁴⁰. Vale lembrar que estes conselheiros não eram apenas membros daquela instituição eram pontos nodais de várias relações sociais que se encontravam e entrecruzavam naqueles indivíduos.

Para que a análise se apresentasse mais completa deveríamos buscar estas diversas relações sociais, fato que não pudemos fazer, por dois motivos: primeiro, pela falta de fontes a que temos acesso aqui no Brasil; segundo, por alongar muito a pesquisa, o que demandaria muito mais tempo, que infelizmente não possuímos. Se tivéssemos tido a oportunidade de fugir destes problemas buscaríamos uma conclusão mais refinada. No entanto, apesar destes obstáculos, avançamos na questão das ligações sociais na qual estes conselheiros estavam envolvidos. Principalmente porque conseguimos visualizar nos candidatos dois tipos de ligações sociais que podem se combinar, a saber: a) com

³³⁹ Cf. BURKE. *Op. Cit.*, pp. 71-75.

³⁴⁰ Padrão, também, como já vimos, observado por Schwartz para os desembargadores que atuavam no Tribunal da Relação na Bahia. Cf. SCHWARTZ. *Op. Cit.* Assim, mais uma vez, era esta questão moral que serviria de constrangimento para que os conselheiros dessem seus pareceres. Na medida em que estes agentes respeitavam esta premissa o monarca também observava a premissa polissionodal e com ela a autonomia do Conselho Ultramarino.

conquistadores da capitania do Rio de Janeiro e senhores de engenho desta localidade; b) com a família dos Sás. Há outro grupo, e é aí que se enquadra mais especificamente o comentário feito no início do parágrafo, que não possui ligações sociais, ou não conseguimos vê-las, com membros da América portuguesa, particularmente com suas elites.

Dito isto, parece que como apresentado para o perfil da capitania de Santa Cruz, a ligação com a família Sá pesava na escolha. Infelizmente não conseguimos ver o quanto era importante para o desequilíbrio da balança na hora da concorrência. Isto se deve ao fato de termos apenas duas nomeações que apresentam concorrências, a saber, a) em 1661, onde o rei não escolhe nenhum dos candidatos; b) em 1664, que nomeia Baltasar Cesar D'êça.

Ambas marcadas por uma conjuntura problemática em razão da Revolta de 1660-1. Assim o panorama na capitania era de tensão, devido ao julgamento dos que haviam sido presos durante o movimento e, ao mesmo tempo, a “nobreza da terra” se mostrava cindida, o que segundo Fragoso, facilitava a imposição da metrópole e a conseqüente falta de força deste mesmo grupo para negociar com a Coroa³⁴¹.

Lembremos que os outros capitães chegaram ao posto da seguinte maneira: duas nomeações foram passadas de pai para filho; outras duas, conhecemos sua nomeação por meio de registro da patente real, por meio de documentação consultada nos arquivos brasileiros³⁴²; e outra, que conhecemos pois há uma listagem produzida pelo governador que informa a patente passada pelo rei³⁴³.

Se as nomeações que temos com concorrências para a fortaleza de Santa Cruz não se enquadram no perfil apresentado para os seus capitães, por oposição, nos ajudam a confirmá-lo. São elas, a “sem escolha” por parte da Regente, em 1661 e a de Baltasar, em 1664³⁴⁴. A isto se deve a conjuntura específica no Rio de Janeiro. Momento bastante complicado e singular, logo após a revolta que ocorreu na cidade contra Salvador Correa de Sá e Benevides, em 1660-1, portanto a escolha para posto tão importante deveria ser pensada dentro deste contexto. Sendo assim, dos 9 (nove) candidatos que se apresentaram conseguimos remontar o elo deles com a família Sá em 4 (quatro) deles, inclusive um era seu membro, Martim Correa Vasqueanes, sobrinho de Salvador. Vale à pena citar que 4 (quatro) deles possuíam suas bases familiares na cidade. Como já dissemos a rainha regente,

³⁴¹ FRAGOSO. *Imperial (re)visions ...*

³⁴² Tal documentação se encontra no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. São basicamente os Códices 61 e 77, dos quais já fizemos algumas referências. Devido a sua natureza estas fontes não nos possibilitam saber com que o recém nomeado capitão havia concorrido, pois se registrava nestes livros apenas a escolha real e não todos os candidatos que haviam concorrido ao referido posto.

³⁴³ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 7, Caixa 8, Documento 1487-89 e ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1018.

³⁴⁴ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 5, Documento 881 e Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 6, Documento 1020-1021.

a época, D. Luisa de Gusmão, acaba não escolhendo ninguém. Mas se focalizarmos os votos dos 3 (três) conselheiros que participaram da consulta iremos ver que Rui Vaz Pinto recebe 2 (dois) votos como primeira opção e 1 (um) voto como terceira opção. Tendo sido o candidato mais lembrado pelos conselheiros, o que o colocava como forte candidato a assumir o posto.

É fundamental que se faça nesta escolha, que recaiu em Rui, uma análise mais pormenorizada nas características apresentadas por Martim Correa Vasqueanes, que quase nada diferenciava daquele que havia recebido a maior quantidade de votos dos conselheiros. Ambos eram fidalgos da Casa de Sua Majestade. Possuíam anos de serviços que diferenciavam apenas em 1 (ano), para menos para Martim. As patentes haviam sido quase as mesmas, soldado e capitão de infantaria, para os dois, enquanto este tinha sido almirante. E em termos de conhecimento militar o sobrinho de Salvador também possuía vantagens, conhecia mais as questões locais da cidade, fator importante como veremos mais a frente, e apresentavam um grau de circulação pelas várias partes do Império português bastante parecido, ambos participaram das batalhas contra os espanhóis, na luta para a restauração da independência portuguesa, todavia Martim era um Sá.

Esta ligação com os Sás não foi prejudicial apenas a Martim, o fora também para o cavaleiro da Ordem de Cristo, Manuel de Almeida Falcão, que apresentava 18 (dezoito) anos de serviços à Coroa, nas patentes de soldado, cabo de esquadra, sargento, alferes, ajudante, capitão e sargento-mor. Mas a sua ficha mais importante, que o colocava à frente dos demais, era ter substituído o mestre de campo Rui Lourenço de Távora, devido ao falecimento deste durante a Batalha de Badajoz, em 1657, uma das mais importantes para a Restauração Portuguesa, que ocorrera apenas 4 (quatro) anos antes desta consulta. Conflito que também contou com a atuação do então capitão de infantaria de um dos terços do dito mestre de campo, Martim Correa Vasqueanes, um dos seus concorrentes nesta nomeação que analisamos. Sendo provável que Manuel tenha comandado Martim e se já não eram amigos, se conheciam pelo menos de nome, pois aquele havia lutado com o tio deste, Salvador Correa de Sá e Benevides, na Restauração de Angola, em 1648. Em resumo, Manuel de Almeida Falcão apresentava muito mais credenciais do que Rui Vaz Pinto para ocupar o posto, no entanto recebeu apenas duas indicações, uma como primeira opção e outra como terceira, das 9 (nove) possíveis³⁴⁵. Mais uma vez a conjuntura acaba influenciando a escolha de um dos candidatos que foge ao perfil traçado para os militares

³⁴⁵ Vale lembrar que cada conselheiro indicava 3 (três) opções, por ordem de preferência. Como nesta consulta participaram 3 (três) conselheiros, temos o seguinte cálculo, 3 (conselheiros) X 3 (indicações) = 9.

que ocuparam a capitania daquele forte. Ainda mais se levarmos em conta que o perfil dos capitães do forte de Santa Cruz estava ligado aos Sá, como vimos no capítulo anterior.

Outras possíveis ligações sociais a serem observadas são as que poderiam existir com líderes da Restauração Pernambucana e, por isso, devem ser analisadas separadamente. Leite, em recente dissertação, afirmou que após a expulsão dos batavos das capitanias do norte (1654) teria havido uma grande produção de opúsculos com a finalidade de criar uma imagem que associava estas lideranças - em especial João Fernandes Vieira, o governador geral Francisco Barreto e André Vidal de Negreiro - a guerreiros e a heróis. Para o autor a produção destas obras tinha a finalidade de facilitar a obtenção de mercês e honras a estes homens, pois se buscava associar estes ao ideal de herói e guerreiro da literatura de “cavalaria” militar, bastante popular à época. Estes livretos eram lidos em voz alta, principalmente em tabernas, e assim os feitos hercúlanos chegavam aos ouvidos das camadas “populares”, prática inclusive feita na América Lusa.³⁴⁶

Contudo, em nossa opinião, o autor não analisou uma característica bastante importante e fundamental para quem trabalha com história cultural, que é questão da recepção e (re)apropriação destes escritos. Até que ponto a população que ouvia estes relatos não os enxergava mais pela via da ficção do que da veracidade. Do mesmo modo, até que ponto este fenômeno também não ocorria no centro do poder (Conselho Ultramarino e Coroa). Sabemos que por diversas vezes, a Coroa tentou normatizar as regras para obtenção de mercê, posto que era comum a apresentação de papéis falsos³⁴⁷. Portanto, era sabedora que documentos “oficiais” poderiam não ser verdadeiros em sua essência, quanto mais documentos “não oficiais”. Isto se considerarmos que aquelas instituições conheciam estas obras, o que não foi mostrado pelo autor.

Mas mesmo assim, observemos as ligações com os restauradores pernambucanos. Ao analisarmos nossa documentação percebemos que tal premissa não ocorria, Poucas vezes encontramos menção aos líderes da Restauração Pernambucana, embora a maior parte de nossos agentes tenha participado desta ação. Em nossas concorrências, o Governador Geral Francisco Barreto é citado apenas três vezes e João Fernandes Vieira apenas uma, quantidade bastante insignificante, posto que freqüentemente os serviços contra os holandeses são citados, mas sem dar destaque

³⁴⁶ LEITE. Op. Cit.

³⁴⁷ OLIVAL. As ordens ...

aquelas lideranças, como podemos ver na nomeação de Francisco Pinto Pereira, quando os préstimos de Manuel Faleiro Cabeça aparecem:

Manuel Faleiro Cabeça consta haver servido a Vossa Alteza desde o ano de 649 até o presente de soldado, alferes e capitão, embarcando se nas três Armadas da companhia geral nos anos de 649, 51 e 53, passaram ao Brasil procedendo com valor na briga com sete naus holandesas *cabo de Santo Agostinho havendo se da mesma maneira na ocasião em que foram recuperadas as forças do Recife (...)*³⁴⁸.

Mesmo quando temos citações aos heróis da Restauração pernambucana parecem não haver grandes vantagens para os que o faziam. Vale ressaltar que nenhum conselheiro justificou o seu voto por um dos concorrentes ter lutado ao lado destes guerreiros. Assim, por exemplo, na nomeação de Ascenço Gonçalves Matoso³⁴⁹, um dos concorrentes é João de Abreu Rangel cita ter atuado junto com Francisco Barreto. Os conselheiros votam e elaboram em conjunto uma única justificativa. Em primeiro lugar era escolhido Ascenço, por já servir no cargo. Para a segunda opção, João, pelo fato de ter prestado bons serviços no Rio de Janeiro e em Pernambuco³⁵⁰. Deste modo, não acreditamos que este tipo de ligação tenha alguma influência, tanto positivamente quanto negativamente.

³⁴⁸ Grifos nossos. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086.

³⁴⁹ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 4, Caixa 5, Documento 843. Ver Quadro 09.

³⁵⁰ Na nomeação de Agostinho de Barros Vasconcelos (Quadro 06), um dos concorrentes Baltazar Vieira Veiga cita ter atuado com o governador geral Francisco Barreto, mas não recebe nenhum voto dos cinco conselheiros, portanto havia 15 (quinze) oportunidades de ser lembrado e não foi em nenhuma. E a outra nomeação, a de Baltasar César D'êça (Quadro 05), que aparecem outros concorrentes, o próprio Baltazar e Diogo Cardoso de Mesquita, com serviços prestados juntamente com o mesmo governador citado. Todavia, esta nomeação, como já vimos, se dá em um conjuntura específica. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 6, Documento1020-1021. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1011 e ANRJ. Cód. 77, vol. 5, pp. 103v.

Quadro 08

Nomeação de “sem nomeação” para fortaleza de Santa Cruz, em 1661.

Nome	Título	Anos de Serviços	Espaços Geográficos	Patentes	Ligação Social/ Base Familiar
Rui Vaz Pinto	Fidalgo da Casa de S; M.	15	Fronteiras; armadas para o Brasil; Reino; Batalhas da Restauração.	Soldado, capitão de infantaria.	
Antonio Mouro da Silva	Hábito de Cristo	8	4 Armadas; Élvás; Cia. geral para o Brasil.	Soldado, alferes e capitão.	Sá / Rio de Janeiro
Manuel de Almeida Falcão	Hábito de Cristo	18	Rio de Janeiro; Armada nas Ilhas (ferido); Armadas da frota para o Brasil; Fronteiras Alentejo; Angola; Armada na costa de Portugal; Batalhas da Restauração.	Soldado, cabo de esquadra, sargento, alferes, ajudante, capitão e sargento-mor	Sá /
Francisco Marinho D’êça	Hábito de Cristo	17	Armada para Ilhas (prisioneiro); Élvás; Angola; Benguela; Minho; Batalhas da Restauração; Salvaterra; Vila Nova de Milfontes.	Soldado, alferes, ajudante, capitão de infantaria e capitão mor	
Jorge Pereira	Hábito de Avis	14	Armada na costa; Recuperação da Bahia; Rio de Janeiro.	Soldado, sargento, alferes, ajudante e capitão.	/ Rio de Janeiro
Martim Correa Vasqueanes	Fidalgo da Casa de S; M.	14	Rio de Janeiro; Armadas de 1654, 1655 e 1656; reformado no Rio de Janeiro em 1661.	Soldado, capitão de infantaria e almirante.	Sá / Rio de Janeiro
Estevão de Aguiar da Costa	Hábito de Cristo	20	9 Armadas da Catalunha para a Beira; Batalhas da Restauração.	Alferes, ajudante e capitão.	
Jacinto Nogueira Pinto		+ de 10	Armada de Vila Pouca; Rio de Janeiro; Bahia; Reino; Cia geral; Badajoz; Élvás; Tanger.	Soldado, alferes e capitão.	Sá / Rio de Janeiro
Francisco de Meira Peixoto		6	Armadas de 1642, 1643 e 1644; Alentejo; Trás-os-montes; Minho.	Soldado e capitão.	

Fonte: Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086.

Quadro 08 A
Voto dos conselheiros na nomeação de “sem nomeação” para fortaleza de Santa Cruz, em 1661.

Conselheiros	1º Lugar / Justificativa	2º Lugar / Justificativa	3º Lugar / Justificativa
Feliciano Dourado	Rui Vaz Pinto (Por ser Fidalgo, “alcançado de Fazenda”, 15 anos de serviços feitos no Brasil e fronteiras do Reino)	Antonio Mouro da Silva (Por ser cavaleiro da Ordem de Cristo, pessoa nobre e de valor e tem mais de 8 anos de serviço e se embarcou em 3 armadas da costa e outras 3 da Cia. Geral do Comércio e se achou na ocasião em que o Marques de Torrecluzo veio aos campos de Elvas)	Manuel de Almeida Falcão (Por ser cavaleiro da Ordem de Cristo, 18 anos de serviços nas armadas, Angola, Brasil e na província de Alentejo de onde saiu ferido)
Francisco de Miranda Henriques	Rui Vaz Pinto	Francisco Marinho D’êça (Por ser bom soldado, prático de valor que tem servido 18 anos no Brasil, Angola e nas armadas e Províncias de Alentejo, entre Douro e Minho)	Jorge Pereira (Por ser Cavaleiro do Hábito de Avis, que tem servido anos com satisfação neste reino, Angola e Brasil cumpriu com sua obrigação e se acha no Rio de Janeiro)
Jerônimo de Melo de Castro	Manuel de Almeida Falcão	Jorge Pereira	Rui Vaz Pinto

Fonte: Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086.

Outra nomeação na qual há concorrência e a que, em 1664, escolhe Baltasar César D’êça. Onde vemos o quão importante era não só prestar serviços a Sua Majestade, mas, mais ainda, utilizar sua fazenda em favor do Estado. Característica que possibilitou aos *filhos*, como já tivemos oportunidade de ver, sucederem aos seus pais nesta fortaleza. Desta monta, não podemos deixar de recordar que tal expediente também foi utilizado por Salvador Correa de Sá e Benevides, quando atuou como membro do Conselho Ultramarino naquela consulta já citada, onde lembra ao rei que por serviços prestados por sua família, desde a fundação da cidade, esteve sempre ajudando com suas fazendas a defesa da urbe de alguma forma, sendo a única que não havia sido invadida pelo inimigo holandês. Assim, por exemplo, os concorrentes Baltasar e Diogo de Macedo³⁵¹ pouco diferiam em sua disputa. Enquanto aquele tinha 21 (vinte e um) anos de carreira este tinha 23 (vinte e três). Haviam passado pelas mesmas patentes, soldado e capitão. Diogo possuía um pouco mais de experiência, tanto em tempo, como nas patentes, já tinha sido capitão da vila de Cantão, nas Índias, onde lutou contra os holandeses tendo ficado prisioneiro, entretanto não possuía experiência na América portuguesa, enquanto Baltasar havia sido apenas capitão de infantaria, mas havia participado de querelas na América, como as duas Batalhas dos

³⁵¹ Baltasar e Diogo de Macedo nesta consulta eram os únicos que não tinham nenhuma ligação ou com os Sás, ou com os senhores de engenho no Rio de Janeiro. Como pode ser visto no quadro 03.

Guararapes (1648 e 1649)³⁵². Neste caso, embora não tenhamos as justificativas dos conselheiros para suas escolhas, o diferencial foi Baltasar ter emprestado dinheiro para as despesas da guerra, como faz questão de frisar no documento, além é claro de sua vivência e experiência local, e do contexto específico, que já vimos, ainda referente à Revolta contra os Sás.

Tão importante quanto usar suas fazendas era dar literalmente o seu próprio sangue, ter estado à beira da morte e/ou ter sido cativo dos inimigos, tudo pelo engrandecimento de Sua Majestade³⁵³. Assim, todos os concorrentes que se apresentaram como tendo recebido algum ferimento nunca deixam de ser lembrados, por pelo menos um dos conselheiros. Esta característica é bastante sintomática, como vemos na nomeação de Agostinho de Barros de Vasconcelos, para o forte de São João, em 1671, um dos que recebeu ferimento em campo de batalha³⁵⁴. Esta consulta, como as outras, apresenta um equilíbrio entre os candidatos muito grande e nada mais, nada menos que 11 (onze) concorrentes. Tendo participado da consulta 5 (cinco) conselheiros, dando um total de 15 (quinze) opções de escolha³⁵⁵. Com tal equilíbrio os votos deveriam se apresentar de forma diluída entre os candidatos, posto que não havia diferenças gritantes entre eles. No entanto, não é isto que ocorre. Dentre estes 11 (onze) concorrentes temos 3 (três) que foram feridos. Estes recebem 8 (oito) das 15 (quinze) indicações, nada menos que 53,3% do total, quantidade nada desprezível. Nesse sentido o voto do presidente, o Duque de Cadaval, é emblemático. Suas opções recaem justamente nas 3 (três) pessoas que se apresentam ferimentos de guerra³⁵⁶.

Entrementes, percebemos novamente que nenhum daqueles elementos que aparecem nos *papéis* pode ser visto isoladamente. É o que vemos na escolha de Ascenço Gonçalves Matoso, em 1660. Seus anos de serviços, suas patentes, suas participações em batalhas e suas ligações sociais pouco diferiam das de seus dois concorrentes, Jacinto Nogueira Pinto e João de Abreu Rangel. Assim, refinando ainda mais nosso olhar, percebemos através das justificavas que os três conselheiros que participaram do processo acreditavam que os concorrentes deveriam ter como requisito fundamental para ocupar o posto a experiência local, especialmente neste caso. Todos os três concorrentes não só

³⁵² Reparemos aqui que o critério de hierarquização espacial defendido por alguns autores, entre eles Alencastro, que vimos em nossa introdução não se aplicou nesta nomeação. Cf. ALENCASTRO. *Op. cit.*

³⁵³ Albuquerque também nota padrão parecido para a concessão de Hábito para os que lutaram contra os batavos em Pernambuco. Cf. ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*, pp. 29.

³⁵⁴ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138; ANRJ. Código 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1011 e ANRJ. Cód. 77, vol. 5, pp. 103v.

³⁵⁵ Já vimos que cada conselheiro recomendava 3 (três) opções.

³⁵⁶ Vide Quadro 06 e 06 A.

tinham suas bases familiares na capitania, como já tinham ocupado postos na região³⁵⁷, no entanto, o que pesou foi não só a sua experiência na localidade, mas algo ainda mais específico. Um deles, Ascenço, tinha experiência no dito posto. Nas palavras dos conselheiros:

Ao Conselho parece propor a Vossa Majestade em primeiro lugar para o posto, ao capitão Ascenço Gonçalves Matoso pelo ser por patente de Vossa Majestade, cujo *cargo já exercitou* no mesmo forte São João, e por haver mais de trinta anos que continua o serviço, sempre com valor e bom procedimento assim na mesma capitania do Rio de Janeiro, como na Província de Alentejo.

Em segundo lugar ao Alferes João de Abreu que tem quatorze anos de bons serviços, feitos nas mesmas *capitanias do Rio de Janeiro*, e Pernambuco em boas ocasiões com todo, e o valor com que sempre procedeu consta de seu decreto.

E em terceiro lugar ao Alferes Jacinto Nogueira Pinto, que tem treze anos de serviço feitos no *Brasil* e em Alentejo, e procedeu sempre com muito valor³⁵⁸.

Não parece ser coincidência que termos ligados à localidade - sejam alguns mais outros menos claros, como a referência ao mesmo posto ou a capitania do Rio de Janeiro ou ao Brasil -, apareçam sempre na frente de outros que são mais estranhos ao objeto em disputa, como forma de enfatizar, mesmo que feitos depois. Bem claro está que os conselheiros respeitavam norma do Regimento do Conselho Ultramarino que recomendava a valorização do conhecimento local.

³⁵⁷ Prestaram também serviços na Europa. Esta nomeação foi a única que encontramos na qual todos os concorrentes tem suas bases familiares na capitania estudada e possuem ligações familiares com senhores de engenho, além do mais conseguem fazer uma carreira que percorre várias partes do Império Português, não ficando restrita nem a América Portuguesa, nem ao Rio de Janeiro e com participação nas guerras de Restauração. A participação destes agentes nas batalhas na Europa mereceria um estudo a parte. Por outro lado, devemos destacar algo bastante curioso e quiçá emblemático. Esta nomeação se dá em 1660, o clima na capitania, como já dissemos inúmeras vezes, não era dos melhores. Será que este panorama fez com que não houvesse candidato de “fora” da localidade? Em outras palavras, será que poderíamos falar que possíveis concorrentes “externos” tinham conhecimento deste cenário e das dificuldades que iriam encontrar e, portanto, não estavam dispostos a enfrentarem esta celeuma?

³⁵⁸ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 4, Caixa 5, Documento 843. Grifos do autor.

Quadro 09

Nomeação de Ascenço Gonçalves Matoso para fortaleza de São João, em 1660.

Nome	Título	Anos de Serviços	Espaços Geográficos	Patentes	Ligação Social/ Base Familiar	Natural
Ascenço Gonçalves Matoso	Hábito de Avis	30	Rio de Janeiro, fronteiras do Alentejo	Soldado, sargento, alferes e capitão de infantaria e capitão da fortaleza de S. João	Sá, Conquistador / RJ	RJ
Jacinto Nogueira Pinto		13	Armada para a Bahia, Rio de Janeiro, Reino, Cia. Geral, Badajoz, Elvas (ferido)	Soldado, alferes e capitão de infantaria	Sá, Conquistador / RJ João Fernandes Vieira	
João de Abreu Rangel	Hábito de Santiago	14	Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraíba, Guararapes, Cabo Frio (ferido)	Soldado, alferes vivo, capitão	Conquistador	RJ

Fonte: Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 4, Caixa 5, Documento 843; TORRE DO TOMBO. *Op. Cit.*, Vol. 1, pp. 233, 361 e 362. ARAÚJO. *Op. Cit.*, pp.287.

Quadro 09 A

Voto dos conselheiros na nomeação de Ascenço Gonçalves Matoso para fortaleza de São João, em 1660.

Conselheiros	1º Lugar / Justificativa	2º Lugar / Justificativa	3º Lugar / Justificativa
Simão de Miranda Henriques	Capitão Ascenço Gonçalves Matoso (por já ter exercitado o cargo e haver mais de 30 anos de serviços, na mesma capitania do Rio de Janeiro, como na Província do Alentejo)	Alferes João de Abreu Rangel (por 14 anos de serviços nas capitanias do Rio de Janeiro, Pernambuco)	Alferes Jacinto Nogueira Pinto (por 13 anos de serviços feitos no Brasil e em Alentejo)
Cristovão de Andrade Freire			
Feliciano Dourado			

Fonte: Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 4, Caixa 5, Documento 843.

Esta questão era deveras importante para os dois fortes, quase que a totalidade dos concorrentes que recebem votos, sejam os ligados aos conquistadores da Guanabara, aos senhores de engenho do recôncavo, a família Sá ou sem ligação com outros grupos, apresentam uma circulação muito grande entre os espaços portugueses, independente de que natureza for este lócus. Mas se não tivessem nenhuma experiência americana, sobretudo, na capitania onde exerceriam o posto, dificilmente seriam os escolhidos. Assim, Estevão de Aguiar da Costa, que concorre à nomeação em 1661, na fortaleza de Santa Cruz, não recebe nenhum voto dos conselheiros, apesar de possuir um Hábito de Cristo, 20 anos de serviços, tendo atuado como alferes, ajudante e capitão

em 9 (nove) Armadas da Catalunha, na Beira e em batalhas da Restauração Portuguesa. Entretanto, não tinha nenhuma experiência na capitania do Rio de Janeiro e havia se comprometido a ir para a Índia³⁵⁹. Portanto, com já visto, se inseria em outro padrão de circulação³⁶⁰. Ao mesmo tempo, que a escolha de Baltasar em detrimento a Diogo de Macedo também pode ser explicada por este motivo. Como já tivemos oportunidade de observar, repetidas vezes, a nomeação daquele está ligada ao contexto pós Revolta contra os Sás. Os dois são os únicos não ligados socialmente ao Rio de Janeiro. No entanto, Baltasar já havia estado na América, enquanto Diogo não. Assim, podemos nos apoiar na afirmativa de Albuquerque a respeito de Pernambuco e trazê-la para o Rio de Janeiro:

As mercês de cargos eram as mais freqüentes concedidas, já que não implicavam em despesa extraordinária para a Coroa. Pela (...) provisão de 29/04/1654, D. João IV determinava que ‘todos os ofícios de guerra, fazenda e justiça’ vagos a partir daquela data nas capitanias do norte do Brasil fossem ocupados pelos soldados que haviam participado da luta contra os holandeses. Mas para receber tal mercê, devia o agraciado ter as qualidades exigidas pelo cargo. Às vezes, apesar de ter servido na guerra como soldado, recebia o agraciado mercê de ofício civil, visto estar habilitado para isso³⁶¹.

Portanto, em linhas gerais, conseguimos rascunhar um modelo explicativo que tem como chave a experiência militar. No entanto, este pode se apresentar sob três facetas de experiência³⁶²: a) naval/comercial; b) européia e; c) “brasílica”.

Por um lado a experiência naval/comercial era capital, pois afinal o Império português era marítimo e comercial. Do mesmo modo, para exercer o ofício nossos capitães deveriam possuir algum grau de conhecimento marítimo e comercial, pois como já vimos à fortaleza atuava em ambas as frentes. Assim, as Armadas e a Companhia Geral do Comércio do Brasil eram instituições importantíssimas e não podemos deixar de analisá-las separadamente. Até mesmo porque muitos de nossos candidatos relatam experiências vividas naquelas instituições.

Por outro lado a experiência bélica também era vital. Por isso, é necessário compreender se existia alguma diferença entre a guerra européia, dita científica e a guerra brasílica, tão importantes para a defesa da Europa e América, respectivamente.

³⁵⁹ Aqui mais uma vez a hierarquia de espaço, discutida na introdução, parece não ocorrer, ou o pior, parece se inverter. Temos um candidato que havia se comprometido a ir para Índia e que neste momento prefere ser enviado para a América e mais precisamente para o Rio de Janeiro, um espaço menos importante segundo aqueles autores, entre eles Alencastro. Cf. ALENCASTRO. *Op. Cit.*

³⁶⁰ Lembremos que os capitães de Santa Cruz apresentavam um padrão de circulação que passava pela Europa, Pernambuco, Rio de Janeiro e norte da África.

³⁶¹ ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*, pp. 64.

³⁶² Mello enfatiza que em Portugal o conhecimento era adquirido por meio da experiência, o que “dispensaria o recurso ao estudo e à doutrina”. Cf. MELLO. *Op. Cit.*, pp. 323.

Para as fortalezas era preciso possuir as três experiências, pois o ofício, entre outras funções, deveria proteger a capitania de seus inimigos, que neste momento eram não só navios europeus, mas também possíveis tribos de índios hostis e; proteger o comércio. Deste modo, para dar as cores finais ao modelo que estamos montando, ficará faltando apenas duas coisas, a primeira é explicar porque a experiência local nas guerras brasileiras era a mais relevante e; a segunda, colocar o modelo a prova, testando-o e comparando com outros ofícios. É o que faremos no terceiro capítulo.

Capítulo III - A importância da localidade

Experiência naval e mercantil

Os serviços praticados no mar, particularmente os praticados nas Armadas, logo após a Restauração, deveriam ser muito valorizados, pois, como sublinhou Tavares da Conceição, o momento era de definição das fronteiras e da soberania territorial, sendo imprescindível delimitar os contornos do Estado que surgia. Todavia, “as fronteiras dos territórios eram ainda demasiado difusas e condicionadas pelo controle das águas, cada vez mais internacionalizadas e disputadas”³⁶³. Assim, alguns serviços prestados por um de nossos candidatos, Antonio Moura da Silva³⁶⁴, tinha esta finalidade:

Antonio Moura da Silva, cavaleiro da Ordem de Cristo, que consta das certidões que apresentou haver servido a Vossa Majestade oito anos e dois meses interpolados desde janeiro de 641, até julho de 656 de soldado, alferes, e capitão, embarcando se nas quatro Armadas que nos anos de 645, 43 e 44, saíram a *correr à costa e foram as Ilhas*, e ir de socorro a Elvas, em dezembro de 644, quando o marques de Torrecluzo veio sobre aquela praia, e se tornar a embarcar *nas três Armadas da Companhia Geral* que nos anos de 649, 51 e 55, foram ao Brasil em uma delas por alferes e nas duas por capitão de guarnição³⁶⁵.

A preocupação em defender o território não era exclusiva da metrópole. Miranda mostrou que em Pernambuco, na luta contra os batavos, também fora. O autor afirmou que: “o papel da Armada da Companhia [Geral de Comércio do Brasil] foi além da obstrução das entradas do porto, feita pelas naus de guerra, pois duas companhias dela passaram a patrulhar as praias do sul e do norte”³⁶⁶. Mas o uso de barcos para a defesa na América não se restringia àquela região. João Fernandes Vieira, um dos restauradores de Pernambuco, chega a propor, depois da expulsão dos batavos, que se construíssem fragatas que percorreriam a costa do Rio de Janeiro a Pernambuco, protegendo o litoral³⁶⁷. Foi o que ocorreu com um de nossos personagens, José Lopes Experto³⁶⁸, conforme podemos ver a seguir:

³⁶³ TAVARES DA CONCEIÇÃO. *Op. Cit.*, pp. 31.

³⁶⁴ Esta consulta acaba por não escolher nenhum dos candidatos.

³⁶⁵ Grifo nosso. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 5, Documento 881.

³⁶⁶ MIRANDA. *Op. Cit.*, pp. 67.

³⁶⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 83.

³⁶⁸ Concorre a capitania do forte de São João em 1671, que acaba nomeando Agostinho de Barros Vasconcelos. Grifo nosso. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1011 e ANRJ. Cód. 77, vol. 5, pp. 103v.

José Lopes Experto que consta haver servido na capitania do Rio de Janeiro desde o ano de 649 até o presente que são 22 anos contínuos, em praça de soldado, cabo de esquadra, sargento, alferes, ajudante, capitão de infantaria e *capitão mor da capitania do Espírito Santo por provisão do governador Francisco Barreto, achando-se nas ocasiões embates que se ofereceram naquela capitania e seu distrito com os inimigos que infestavam aquela costa, embarcando-se com algumas esquadras que saíram a correr a mesma costa e das guardas aos navios que vinham de mar em fora* (sic), indo por algumas vezes ao sertão em muitas diligências do serviço de Vossa Alteza fazendo nestas jornadas muitas despesas da sua fazenda ajudando também a fazer muitas trincheiras e fortificações, e quando os moradores do Rio de Janeiro (ilegível), foi logo buscar o governador Salvador Correa de Sá que estava nas minas de São Paulo, e o veio acompanhando até a mesma praça do Rio de Janeiro sem motivação assistindo lhe a tudo o que de que o encarregou com muita satisfação.

Mas sua importância não se devia apenas à defesa do território. Tavares da Conceição destacou que as Armadas se constituíam em verdadeiras fortificações volantes para proteção das rotas transoceânicas e pontos costeiros, posto que as cidades mercantis tinham que superar um grande paradoxo: ou se fechavam para a sua defesa ou se abriam para o comércio³⁶⁹.

Desta maneira nos é difícil dizer se as fortalezas auxiliavam as Armadas/ Companhia Geral do Comércio do Brasil ou se o oposto. O binômio parece ser como irmãos siameses, não se pode definir onde começa uma e termina a outra, em especial, em áreas mais próximas ao reino, como no Norte da África, como Gomes enfatizou:

Dentre as frotas da Coroa lusitana assinalava-se a presença de significativo número de navios de particulares, muitas vezes pertencentes aos capitães de fortalezas, que atuavam conjuntamente na defesa e apoio das praças e frotas, no transporte de tropas de infantaria, no combate a ‘corsários’, na ‘guerra do corço’ aos navios muçulmanos ou mesmo em pequenas esquadras que através de ataques anfíbios fulminantes saqueavam as populações costeiras³⁷⁰.

Portanto existia uma relação bastante íntima entre a atividade mercantil e militar, afinal de contas, o Império português, como bem definiu Boxer, era marítimo-comercial com a presença de “um elemento militar notável”³⁷¹. Em nossa conjuntura haveria uma

³⁶⁹ TAVARES DA CONCEIÇÃO. *Op. Cit.*, pp. 26.

³⁷⁰ GOMES. *Op. Cit.*, pp. 45. Em artigo recente, Doré mostrou de forma comparativa que as fortalezas no Oriente apresentavam uma série de similitudes com as naus que faziam a Carreira das Índias, posto que eram vistos como extensão do território português mas, também, como espaço de reclusão. Ao mesmo tempo, sublinhou a importância das fortalezas para a manutenção do comércio, destacando a figura de Afonso de Albuquerque devido ao fato de ter construído uma “cadeia militarizada” comporta por vários fortes ao longo da Índia lusa. Cf. DORÉ. *A fortaleza ...*

³⁷¹ BOXER. *O Império ...*, pp. 309. Nuno Monteiro também enfatizou que o Império era associado a funções militares. Cf. MONTEIRO. *O ‘Ethos’ nobiliárquico ...*. Do mesmo modo Silva destacou que a historiografia vem negligenciando o fato da expansão européia sido um movimento militar, como já enfatizara Vitorino Magalhães Godinho. Cf. SILVA, Luiz Geraldo. *Cooperar e dividir: mobilização de forças militares no império português (séculos XVI e XVII)*. In DORÉ, Andréa, LIMA, Luís Filipe Silvério e SILVA, Luiz Geraldo. *Facetas do Império na História – conceitos e métodos*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, pp.259.

simbiose ainda maior, pois estávamos sob a influência de conflitos bélicos, seja contra os holandeses ou castelhanos.

Desta forma, é possível entender, como mostrou Boxer, a importância da atuação do experiente militar Salvador Correa de Sá e Benevides como Primeiro General do Comboio Comercial que se mandou de Lisboa para a América, em 1645. E, do mesmo modo, como os navios que iriam compor este comboio deveriam possuir uma quantidade de armas pré-determinadas³⁷². Enfim, como explicitou o vice-rei da Índia no século XVI, Francisco de Almeida, ao rei, “que, se a vossa armada é poderosa, vosso é o comércio das Índias, mas se não é, de pouco vos servirá qualquer fortaleza em terra”³⁷³. Logo, é impossível pensar o comércio dissociado da questão militar.

Esta relação fazia parte da especificidade portuguesa em termos de guerra, que se caracterizava como ultramarina, como destacou Hespanha. Segundo o autor, os lusos não teriam participado da “Revolução Militar” do século XVII. Assim sua arte de guerra se distinguiu pelo uso da artilharia na guerra naval, da fortificação, da administração e da “logística de uma guerra longínqua, [d]o sistema de ordenanças ou mesmo a criação de impostos militares”. Havia uma exotividade onde o modelo europeu era substituído por “uma fortíssima componente naval ou, pelo menos, anfíbia, fortemente apoiada pela artilharia embarcada. Os próprios contemporâneos se davam conta desta especificidade portuguesa”³⁷⁴.

Para o Novo Mundo, o cenário era parecido. Cardoso e Araujo destacaram que a Companhia Geral de Comércio do Brasil, criada em 1649, tinha a missão de dar segurança ao comércio entre a América e Lisboa. Ela deveria escoltar com vasos de guerra, os barcos que faziam a atividade mercantil. A empresa nunca teve capital suficiente para se manter e parte do que tinha fora desviada para atividades e necessidades militares³⁷⁵.

Só para ilustrar melhor esta relação, citemos exemplo dado em recente dissertação, por Miranda. O autor destacou que em Pernambuco, em 1654, como em Lisboa, se temia outra invasão holandesa, posto que havia rumores que os batavos teriam assinado a paz com os ingleses, com quem até então guerreavam. Foram enviadas ordens para que a América preparasse sua defesa, pois a Coroa não tinha como ajudar. Decidiu-se, então, que iria se retardar o envio da Frota da Companhia Geral do

³⁷² BOXER. *Salvador de Sá ...*, pp. 198.

³⁷³ CIPOLLA. *Op. Cit.*, pp. 131.

³⁷⁴ HESPANHA. *Introdução ...*, pp. 9

³⁷⁵ CARDOSO & ARAUJO. *Op. Cit.*, pp. 82.

Comércio do Brasil, pois se a paz tivesse sido de fato assinada, a Frota ficaria na América para que ajudasse na luta contra os holandeses³⁷⁶.

A Armada era composta por vários tipos de navios, entre eles os galeões. Segundo Cipolla, estes vasos foram inventados em 1550 e eram possuidores de “extraordinário armamento e manobra ligeira, que servia como mortífero navio de guerra e eficaz navio mercante”³⁷⁷. Os historiadores lusos têm enfatizado que a invenção desta embarcação fora feito pelos seus conterrâneos e fora especialmente desenhado para atuar na guerra naval, mas que acabaram também sendo utilizados no transporte de mercadorias³⁷⁸. Já no século seguinte, surgiria a caravela redonda ou de Armada, que servia como modelo oceânico de guerra. Basicamente estas duas embarcações eram utilizadas nas Armadas guarda-costas que combatiam corsários e piratas nas costas de Portugal ou acompanhavam os navios da Carreira da Índia, comboiando-os desde o arquipélago dos Açores, onde costumeiramente se atacavam os navios lusos que faziam o comércio com o mundo ultramarino. Em nossa documentação, o casamento entre guerra e comércio fica evidente.

Na consulta feita em 1669 que nomeia Francisco Pinto Pereira para capitão da fortaleza de São João, um dos concorrentes, Manuel Faleiro Cabeça, fora apresentado para o Rei da seguinte forma:

Manoel Faleiro Cabeça consta haver servido a Vossa Alteza desde o ano de 649 até o presente de soldado, alferes e capitão, embarcando se nas *três Armadas da Companhia Geral [do Comércio do Brasil]* nos anos de 649, 51 e 53, que passaram ao Brasil procedendo com valor na briga com sete naus holandesas [no] cabo de Santo Agostinho havendo se da mesma maneira na ocasião em que foram recuperadas as forças do Recife servindo de *Capitão de Artilharia do Galeão São João de Hamburgo* e encarregando-se sessenta holandeses que no dito galeão viram por prisioneiro a sua ordem, e passando a Capitania do Espírito Santo, serviu nela até 654, serviu nela até 662 (sic) de alferes de uma companhia, e de capitão de artilharia achando-se ali nas ocasiões que se ofereceram indo por cabo de 16 soldados (ao pedir proteção) (sic) embarcou-se os culpados na morte do capitão-mor João de Almeida Rios no ano de 663 se embarcou para este reino na *Armada da Companhia Geral [do comércio do Brasil]* e no de 667 na que *saiu a correr a Costa* por tenente da Capitania Real.³⁷⁹

Todavia, apesar da constante participação de nossos agentes nas Armadas que corriam as costas (no Reino, na América ou até mesmo em Angola), nos parece que

³⁷⁶ MIRANDA. *Op. Cit.*, pp. 36.

³⁷⁷ CIPOLLA. *Op. Cit.*, pp. 79. Já vimos que os navios de guerra da Companhia é que transportavam os produtos dos quais tinha o monopólio. Cf. MAURO. *Op. Cit.*, pp. 460.

³⁷⁸ DOMINGUES, Francisco Contente. *A guerra no mar*. In HESPANHA, Antonio Manuel (coord.) *Nova história militar de Portugal – volume 2*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 161 e ss.

³⁷⁹ Grifos nossos. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086.

estes serviços em si mesmo, ou seja, de forma isolada, como os demais itens que já analisamos até aqui, não eram muito representativos na hora da escolha.

Paradoxalmente, Portugal sempre negligenciou a defesa de sua costa deixando-a em segundo plano em relação ao socorro que dava a suas possessões ultramarinas. Desta feita, o envio de soldados e navios para as praças de Pernambuco, Bahia e Ormuz sempre tiveram mais importância do que manter uma “armada permanente de defesa da costa contra os piratas (argelinos ou ingleses) e inimigos”³⁸⁰.

Dentre os candidatos que estamos analisando um dos que apresenta grande experiência marítima-comercial é Antonio Mouro da Silva. Já vimos anteriormente que concorre a fortaleza de Santa Cruz, em 1661, na consulta em que a Coroa acaba não nomeando ninguém, embora o Conselho Ultramarino tenha recomendado um dos candidatos. Tomamos a liberdade de citar novamente sua carreira:

Antonio Mouro da Silva, cavaleiro da Ordem de Cristo, que consta das certidões que apresentou haver servido a Vossa Majestade oito anos e dois meses interpolados desde janeiro de 641, até julho de 656 de soldado, alferes, e capitão, embarcando se nas *quatro Armadas* que nos anos de 645, 43 e 44, saíram a *correr a costa e foram as ilhas*, e ir de socorro a Elvas, em dezembro de 644, quando o marques de Torrecluzo veio sobre aquela praia, e se *tornar a embarcar nas três Armadas da Companhia Geral* [do Comércio do Brasil] que nos anos de 649, 51 e 55, foram ao Brasil em uma delas por alferes e nas duas por capitão de guarnição³⁸¹.

Nesta consulta, o órgão responsável pela administração do ultramar luso acaba por indicar a regente que nomeie a Rui Vaz Pinto, que apresenta as seguintes credenciais:

Ruy Vaz Pinto, fidalgo da Casa de Vossa Majestade, consta dos papéis que apresentou, haver servido a Vossa Majestade nas fronteiras deste reino, e no Brasil por espaço de quinze anos, os últimos quatro e meio de Capitão de Infantaria, e o mais tempo de soldado, acompanhando o exército que saiu a campanha no ano de 645, e passando ao Brasil *nas Armadas* daquele ano de 647, levou a seu cargo o conde de Vila Pouca, assistiu naquele estado até o ano de 656, em que tornou para o reino, e foi logo servir ao Alentejo, achando-se na campanha de Olivença, investida de Badajoz, restauração de Mourão sítio que depois se pôs a Badajoz e cerco de Elvas, e ultimamente no quartel de Nossa Senhora da Graça quando chegou o socorro que foi a cargo do Marques de Marialva³⁸².

Mais uma vez os candidatos apresentavam um equilíbrio em suas fichas. Tinham experiência no Brasil, quase o mesmo tempo de serviço³⁸³ e não possuíam ligações com

³⁸⁰ HESPAÑA. *Conclusão ...*, pp. 361.

³⁸¹ Grifos nosso. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 5, Documento 881.

³⁸² Grifo nosso. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 5, Documento 881.

³⁸³ Ruy possuía 15 (quinze) anos, enquanto Antonio 8 (oito). Como já vimos o tempo de serviço não era um obstáculo muito grande para a escolha de um candidato.

os Sás³⁸⁴. Havia duas diferenças apenas. A carreira de Antonio era basicamente naval, enquanto Rui tinha apenas uma participação na Armada. A outra era do status social. Rui era fidalgo, enquanto Antonio tinha o Hábito de Cristo. Para nossa surpresa, Antonio recebeu apenas uma indicação, como segunda opção, das nove possíveis dos três conselheiros que atuaram naquela consulta. Já Rui apareceu como o mais votado com três lembranças. Neste sentido, parece que o que desequilibrou a balança fora o status social, como podemos observar no parecer do conselheiro Doutor Feliciano Dourado:

Pareceu ao Doutor Feliciano Dourado propor a Vossa Majestade para que esta Capitania e nomear em primeiro lugar a Ruy Vaz Pinto fidalgo da Casa de Vossa Majestade que sendo se acha alcançado de fazenda (sic), e tem quinze anos de bons serviços feitos no Brasil e Fronteiras do Reino, quatro e meio deles de capitão de infantaria achando-se em todas as funções últimas de importância e arriscadas que houve em Alentejo, procedendo sempre com valor, com mais em particular consta do seu desejo.

E em segundo lugar a Antonio Mouro da Silva, cavaleiro da ordem de Cristo, pessoa nobre e de valor e tem mais de oito anos de serviço e se embarcou em três armadas da costa e outras três da companhia geral do comercio servindo nas duas ultimamente de Capitão, e se achou na ocasião em que o Marques de Torrecluzo veio aos campos de Elvas³⁸⁵.

Reparemos que a primeira justificativa é exatamente a distinção que possuía Ruy, enquanto sua experiência na Armada nem é lembrada. Já para Antonio a sua experiência naval, que era o seu forte, quase desapareceu e foi enfatizada a sua experiência terrestre em uma das batalhas de Restauração portuguesa.

Esta característica também aparece na fortaleza de São João. Em 1671, na nomeação de Agostinho de Barros Vasconcelos, temos 11 (onze) concorrentes, com 5 (cinco) conselheiros atuando. Dentre os candidatos que apresentam maior experiência naval, temos Manuel Faleiro Cabeça, que já descrevemos acima em nomeação anterior a esta, feita em 1669. Vejamos como se apresentava para esta nomeação:

Manuel Faleiro Cabeça que serve a Vossa Majestade desde novembro de 649 até o fim de 661, de soldado, alferes e capitão embarcando nas armadas que passaram ao Brasil nos anos de 649, 51 e 63, procedendo com valor na peleja que houve *com sete naus holandesas (ilegível) e da mesma maneira na recuperação do Recife, encarregando-se-lhe (sic) servir sessenta soldados holandeses que foram prisioneiros na nau São João de Hamburgo*, no ano de 654 passando a capitania do Espírito Santo, servir nela de alferes e capitão de artilharia, vindo para o reino na *Armada da Companhia Geral, continuar o serviço no posto de Almirante do Galeão Capitão (ilegível) da Armada Real e da fragata Nossa Senhora da Piedade* de julho de 665 até novembro de 667³⁸⁶.

³⁸⁴ A consulta se dá em uma conjuntura difícil para o Rio de Janeiro, ainda sofrendo influência devido a Revolta contra Salvador Correia de Sá e Benevides.

³⁸⁵ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 5, Documento 881.

³⁸⁶ Grifos nossos. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138.

Outro concorrente que tinha bastante experiência naval era Belchior Valente Rolão, como podemos ver abaixo:

Belchior Valente Rolão consta que tem servido a esta Coroa treze anos e meio de soldado, cabo de esquadra, sargento, alferes, ajudante e capitão de uma companhia de auxiliares na província de Entre Douro e Minho, embarcando-se para a Bahia no ano de 646, e logo no seguinte se achou *no assalto que se deram ao general Segismundo estando fortificando na Ilha de Itaparica*, ajudando a muito dentro na (ilegível) por *entre muitas naus meter inimigas o galeão São Pedro vindo arribado da Índia, nas assistências que de pressão(sic) ao Coronel Bradenburg quando tentou lançar gente em terra nos portos de Pernambuco, Açú e São Francisco*, e vindo para o Reino se embarcou nas três Armadas que nos anos de 654, 55 e 56, saíram a correr a costa achando se na peleja que houve com uma nau de (ilegível), e passando a Alentejo se achou também na campanha de Olivença na avançada de Badajoz, na restauração de Mourão no sítio do Badajoz, no avançado do forte de São Cristóvão, na batalha de São Miguel e Ameixial. No ano de 659 na do campo das linhas de Elvas e (ilegível) de Nossa Senhora da Graça e passando ao Minho serviu naquela Província alguns anos achando-se na tomada da praça de (ilegível)³⁸⁷.

O que contrastava com Agostinho de Barros Vasconcelos, que acaba sendo o escolhido, que tinha somente experiência terrestre. Esta consulta, como já mencionamos em outras ocasiões, é a única que temos Salvador Correa de Sá e Benevides atuando como membro do Conselho Ultramarino. Do mesmo modo, já tivemos oportunidade de falar que neste momento, a influência deste na nomeação do forte de São João havia desaparecido. Portanto, para ponderar a importância da experiência naval, temos que levar em consideração, a perda de influência de Salvador Correia de Sá e Benevides. Tanto Manuel como Belchior não eram do grupo dos Sás, portanto, se a experiência naval fosse capital, eles seriam os candidatos favoritos.

No entanto, quando vamos analisar os votos dos 5 (cinco) conselheiros, que perfazem um total de 15 indicações, estes candidatos recebem apenas 2 lembranças, e do mesmo conselheiro, Dr. Pedro Alves Seco. Belchior aparece como segunda opção e Manuel como terceira. Os demais membros do Conselho Ultramarino não fazem menção a estes candidatos. Acreditamos que esta característica não era importante para os demais membros daquela instituição. Isto fica mais claro, quando pegamos por exemplo, o voto do presidente, o Duque de Cadaval. Este escolhe como primeira opção, Manuel Soares Pereira (havia corrido a costa de Portugal três vezes); em segundo, Agostinho de Barros de Vasconcelos (sem experiência naval) e; em terceiro, Manuel de Almeida Ribeiro (sem experiência naval). O Rei, como sabemos, acaba escolhendo um candidato sem experiência naval, Agostinho de Barros Vasconcelos. A relevância da experiência naval pode ser vista no voto do Duque:

³⁸⁷ Grifos nossos. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138.

E o duque Presidente nomeia em primeiro lugar para a capitania desta fortaleza, a Manuel Soares Pereira, por ter muitas feridas e saber achado em muitas batalhas, em segundo Agostinho de Barros de Vasconcelos pela *mesma razão*, e em terceiro a Manuel de Almeida Ribeiro, (ilegível) sujeito por entender que *excedem aos mais* nas batalhas, feridas e ocasiões (...).³⁸⁸

Como visto, Agostinho, a segunda opção e um candidato sem experiência naval, é escolhido “pela mesma razão” do primeiro candidato. Portanto, a ênfase estava recaindo sobre o aspecto que possuíam em comum, ou seja, a experiência terrestre. O mesmo vai ocorrer com a justificativa dada à sua terceira opção, “por entender que *excedem aos mais* nas batalhas, feridas e ocasiões”. Desta forma, a experiência naval de Manuel Soares Pereira é apagada.

Assim, mais uma vez parece que a hierarquização espacial proposta por Monteiro & Cunha e por Alencastro não servem para nossos capitães. Os dois primeiros autores sublinharam que os serviços nas Armadas da Costa eram o segundo mais importante, ficando à frente dos feitos no Brasil, que apareceria em quinto lugar. Já Alencastro destacou que os serviços feitos contra os espanhóis seriam os mais relevantes, independentes de feitos no mar ou na terra, o que também não se confirmou para o nosso estudo. Portanto, vamos à análise da experiência terrestre europeia e brasileira, o que faremos no tópico seguinte.

Experiência europeia X brasileira.

Para entendermos a preponderância da experiência brasileira sobre a europeia temos que contrapor uma a outra. Não só buscando defini-las, mas acima de tudo ponderando a sua instrumentalização para o ofício que analisamos e para a guerra.

Entretanto, sabemos que esta experiência, seja europeia ou brasileira, adquirida na guerra pelos soldados não se dá no vazio, uma vez que nossos capitães não combatem sozinhos sem subordinados, sem aliados e sem adversários. A experiência é fruto da relação entre o soldado, a guerra e a sociedade. Portanto, como se dá esta relação? Para Keegan:

A guerra está indiscutivelmente ligada à economia, à diplomacia e à política, como demonstram os teóricos. Mas a ligação não significa identidade ou mesmo semelhança. A guerra é completamente diferente da (...) política porque precisa ser travada por homens cujos valores e

³⁸⁸ Grifos nossos. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138.

habilidades não são os dos políticos (...). São valores de um mundo à parte, um mundo muito antigo, que existe paralelamente ao mundo do cotidiano mas não pertence a ele³⁸⁹.

Sendo assim, nos parece que a guerra e seus soldados dialogam com a sociedade “civil”, mas possuem suas particularidades. Dentro desta sociedade, a qual denominamos “civil”, enquadrados os valores que norteavam o Antigo Regime português, com seu respeito às linhagens sociais. Todavia, guerra e soldados eram possuidores de especificidades, que não aquelas necessárias ao cotidiano do convívio social. Por outro lado, há outras que também precisam ser recuperadas, que são fruto das diferenças entre o reino e a América. Elas devem ser buscadas na particularidade geográfica, bélica e, no nosso caso, no forte. Para que as desvelemos é necessário que saibamos qual a função de uma fortaleza, nas palavras de Keegan:

Uma fortaleza não é um lugar simplesmente de proteção contra um ataque, mas também de defesa ativa, um centro onde os defensores estão protegidos da surpresa ou da superioridade numérica e uma base da qual podem fazer surtidas para manter os predadores à distância e impor controle militar sobre a área porque se interessam. Há uma *simbiose* entre a fortaleza e sua *circunvizinhança* (...). Uma fortaleza, ao contrário deve controlar uma área suficientemente produtiva para sustentar uma guarnição em tempos normais, mas ser grande e segura o suficiente para abrigar, prover e proteger a guarnição quando submetida a um ataque³⁹⁰.

Muito do que já vimos para nossos fortes está nesta citação. A preocupação de alguns capitães pelo alojamento das tropas; a presença de índios soldados; a proteção da baía da capitania do Rio de Janeiro e de suas áreas periféricas; medo de invasão por países europeus; a relação com o oceano e com o comércio, entre outros. No entanto, queremos destacar a *simbiose* com sua *circunvizinhança*³⁹¹. Além de algumas que sabemos, mas que não tratamos, como por exemplo, o perigo dos índios não “aldeados”, que infestavam as matas ao redor do domínio luso.

Durante o século XVI-XVII, a guerra, como já vimos, passava por uma série de transformações que iriam mudar radicalmente seu modo de ser. Uma destas alterações se deu no campo da engenharia das fortalezas, como vimos no primeiro capítulo. Engenheiros italianos que haviam desenvolvido um novo tipo de forte, mais específico para as novidades da guerra, começaram a reformular os baluartes por toda a Europa, inclusive os do mundo luso³⁹². Baseavam-se, sobretudo, em uma arquitetura que incorporava os canhões. As novas construções eram consideradas “científicas”, pois

³⁸⁹ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia de bolso, 2006, pp. 16-17.

³⁹⁰ KEEGAN. *Op. Cit.*, pp. 188-9.

³⁹¹ Não nos esqueçamos dos laços sociais que uniam os capitães as elites da capitania do Rio de Janeiro.

³⁹² GUEDES, João Alfredo Libâneo. *Da Restauração a D. João V*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Serviço Público, 1984. Vol. 4. Da História administrativa do Brasil. Coordenação de Vicente Tapajós, pp. 21.

havia de se fazer vários cálculos matemáticos que responderiam a questões como: que material utilizar nas construções? Onde deviam se cavar os fossos? Aonde iria se atirar?³⁹³ Foi o que notou também Barata:

No plano interno, na Europa, a par dos complexos problemas que se exprimiam em revoltas ou revoluções, assistia-se à profissionalização da guerra, à renovação do armamento, ao aumento do poder de tiro, ao aumento do número de contingentes militares, e de sua disciplina, à importância das fortificações (...)³⁹⁴.

A importância das fortalezas para as regiões nas quais se instalavam estavam, por sua vez, ligadas ao comércio, não só local, mas como pontos de apoio para rotas comerciais que por ali passassem. Mas apesar desta última preocupação elas “tinham reduzidas capacidades para apoiar os meios navais, mesmo tratando-se de navios relativamente simples³⁹⁵”. Os países ibéricos utilizavam o Atlântico somente como zona de passagem para suas possessões ultramarinas. As áreas de proteção não tentaram qualquer tipo de controle deste Oceano, o que não foi buscado por nenhum país europeu, devido às suas características físicas e às técnicas de navegação do século XVII. Mesmo os lusos que detinham esta tecnologia, nunca o fizeram. A única área marítima onde Portugal conseguiu se impor e controlar maritimamente foi o estreito de Gibraltar, entre os séculos XVI-XIX, por meio das Armadas do Estreito³⁹⁶.

Desta sorte, Keegan sublinhou que os conflitos marítimos se davam perto da costa. A batalha entre navios não podia ser em águas agitadas, sendo as águas costeiras, por sua calma, mais propícias ao embate. A navegação operava basicamente por comunicação visual, sendo necessários pontos de referência no continente, o que também dificultava batalhas em alto-mar³⁹⁷. Portanto, temos que relativizar a necessidade de um conhecimento *européu e experiência européia*³⁹⁸ por parte de nossos capitães para a guerra. E talvez, por isso, como vimos anteriormente, a experiência nas Armadas e na Companhia Geral do Comércio do Brasil não eram tão importantes para serem nomeados para o ofício.

³⁹³ KEEGAN. *Op. Cit.*, pp. 413-5.

³⁹⁴ BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa na época moderna. In TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Editora UNESP e Edusc, 2000.

³⁹⁵ SALGADO, Augusto. O poder naval português no Atlântico. In *Actas do Congresso internacional – Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. pp. 7. <http://www2.iict.pt/?idc=12&idi=13638>.

³⁹⁶ Cf. SALGADO. *Op. Cit.*

³⁹⁷ KEEGAN. *Op. Cit.*, pp. 97-8.

³⁹⁸ Entendemos por europeu o conhecimento da funcionalidade das fortalezas, sob a ótica científica, devido às novas invenções militares; e experiência em uma marinha, ligada a batalhas em alto-mar, que eram insignificantes. Cf. SALGADO. *Op. Cit.*

É certo que os capitães não eram os engenheiros que construíam ou reformavam as fortalezas, mas deveriam ter o mínimo de conhecimento técnico para que indicassem as suas necessidades para aqueles. Como já vimos, os capitães pediam reformas de seus fortes por não se adequarem à defesa³⁹⁹. No entanto, se tal conhecimento fosse imprescindível, os postos ficariam sem ocupantes, pois havia poucos homens que os detinham e, os que possuíam não seriam utilizados aqui⁴⁰⁰.

Puntoni enfatizou que depois que os batavos foram expulsos, houve uma reordenação na política de defesa na América. Os inimigos passaram a ser os internos (índios e negros). O autor cita, inclusive, posição de Salvador Correia de Sá e Benevides, com membro do Conselho Ultramarino, que recomenda ao Rei a necessidade de se criar missões no norte para que se dominassem os índios e os pacificassem⁴⁰¹. Subtraídos da necessidade de terem *experiência europeia*, o que restaria aos nossos capitães, senão a experiência local⁴⁰²?

Mas, voltemos à definição de fortaleza dada por Keegan. Como se faria para se *proteger de um ataque*? Como se iria impor um *controle militar*? Como se estabeleceria uma *simbiose* com a *circunvizinhança*? Tentemos responder estas questões vendo um pouco mais de perto a capitania que estudamos.

Em pesquisa sobre as aldeias indígenas na província do Rio de Janeiro, Almeida enfatizou a importância dos gentios em vários aspectos para a colonização, tais como: a

³⁹⁹ Por exemplo: “CARTA do governador eleito do Rio de Janeiro, Duarte Correia Vasqueanes, ao rei [D. João IV] sobre o falecimento de seu antecessor, Luís Barbalho Bezerra, sua nomeação feita pela Câmara e povo da cidade; as medidas tomadas para enviar a frota ao Reino; a falta de artilharia, armas e munições para as fortalezas da Barra; a necessidade de reparos nas fortalezas e de armas para os soldados que as guarnecem, sugerindo o aumento das companhias de infantaria existentes naquela cidade e informando que foram levantados tanto o subsídio do vinho, quanto à vintena, ficando o presidio sem rendimento, e sua preocupação com a defesa daquela capitania, por causa do perigo holandês que ainda anda por aquela costa.” AHU-Rio de Janeiro, cx. 2, doc. 43 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 2, D. 121. [1644, Maio, 20, Rio de Janeiro].

⁴⁰⁰ A historiografia, sobretudo a lusa, tem enfatizado que Portugal seria um Estado onde as pessoas já nasceriam com a propensão de se tornarem marinheiros. Boxer é contrário a esta idéia. Para o autor é exatamente o oposto, havia uma grande dificuldade em conseguir marinheiros para as expedições marítimas. Em artigo que trata do recrutamento de marinheiros para a marinha mercante Silva discute esta idéia. Cf. SILVA, Luiz Geraldo. Vicissitudes de um império oceânico: o recrutamento das gentes do mar na América portuguesa (séculos XVII e XVIII). In *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, V.3, n. 5 – Junho de 2007, pp. 33-49; e BOXER. Op. Cit., pp. 69-74. Sobre a dificuldade de recrutamento em Portugal ver também COSTA. Milícia e sociedade ...

⁴⁰¹ Cf. Puntoni. A Guerra dos Bárbaros ..., pp. 71-72.

⁴⁰² Mello ao estudar a Restauração Pernambucana destacou que as táticas “brasílicas” não só foram utilizadas na guerra contra a Espanha, durante a Restauração portuguesa, em 1640, como foram de fundamental importância para a vitória dos lusos. Cf. MELLO. Op. Cit., pp. 322.

utilização de sua mão-de-obra, ocupação e defesa do território, entre outros⁴⁰³. Deste modo, quatro aldeias jesuíticas foram criadas na capitania com esta idéia⁴⁰⁴, entre elas, a aldeia de São Lourenço, na qual:

Os novos súditos cristãos do rei constituíram a principal força militar contra os índios hostis e os estrangeiros, que continuaram ameaçando a região até o século XVIII, e deviam prestar serviços essenciais para as autoridades missionárias e colonos, sob o sistema de rodizio e pagamento prévio⁴⁰⁵.

A autora sublinha que desde a fundação da cidade com Estácio de Sá, passando por vários membros da família que tiveram atuação destacada no governo da capitania, era incentivado o uso de indígenas para a sua defesa e para a o uso de sua força de trabalho nos reparos que se davam nas construções e obras públicas. Os Sás, como já tivemos oportunidade de ver, tinham um histórico em ajudar com suas fazendas nas construções e reparos que se faziam nas fortalezas da cidade. Almeida mostrou que a aldeia de Nossa Senhora da Guia⁴⁰⁶ fora criada, ao contrário de outras, por iniciativa particular de Martim de Sá e não pela Companhia de Jesus, com objetivo de fornecer mão-de-obra e de soldados, como as demais. O controle que este grupo tinha sobre os índios era algo extraordinário. Salvador Correa de Sá e Benevides, assim como vários senhores-de-engenho, tinha um exército particular de índios que não obedeceria a mais ninguém, nem às autoridades coloniais. Soldados recrutados exatamente na aldeia, controlada pela família⁴⁰⁷.

A aliança com os gentios não era fundamental para os particulares, somente. Era também reconhecida pela Coroa, como podemos ver na Carta do governador da capitania do Rio de Janeiro, Rodrigo de Miranda Henriques, passada ao Rei Filipe III, em 1634

(...) sobre se aprovar e confirmar a agregação da jurisdição e poderes de superintendente das coisas de guerra da repartição do sul e administrador geral dos índios e aldeias desta costa, ao lugar de capitão-mor do Rio de Janeiro, feita pelo governador-geral após a morte de Martim de Sá⁴⁰⁸.

Neste documento, vemos como a questão da administração dos índios não podia ser dissociada da bélica. Como notamos no ínterim do documento citado.

⁴⁰³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses Indígenas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, pp. 81.

⁴⁰⁴ São Lourenço (Niterói), São Francisco Xavier (Itaguaí), São Barnabé (Itaboraí) e São Pedro de Cabo Frio (São Pedro da Aldeia). Cf. ALMEIDA. Op. Cit., pp. 87.

⁴⁰⁵ Cf. ALMEIDA. Op. Cit., pp. 83.

⁴⁰⁶ Hoje município de Mangaratiba no Estado do Rio de Janeiro.

⁴⁰⁷ Cf. ALMEIDA. Op. Cit., pp. 97, 110 e 191.

⁴⁰⁸ AHU-Rio de Janeiro, cx. 1, doc. 47 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 38.

(...) Aquela capitania [Rio de Janeiro] é a mais opulenta daquelas partes [sul do Brasil], e que tem mais gente de guerra, canoas e índios (...) podendo acudir a onde for necessário⁴⁰⁹.

Além do mais, esta fora um das razões que contribuíram para que Duarte Correa Vasqueanes fosse nomeado como governador do Rio de Janeiro, em 1645, como observamos no documento abaixo, posto que este militar: “era muito amado do povo, e do gentio, de que na ocasião nos havemos de aproveitar, em falta da infantaria portuguesa”⁴¹⁰.

Sendo assim, não se podia pensar a defesa da capitania do Rio de Janeiro, sem os gentios. Segundo Freire e Malheiros, os aldeamentos de São Barnabé, São Lourenço e São Francisco Xavier formavam um triângulo defensivo para a proteção da Baía de Guanabara⁴¹¹. Mas estes três aldeamentos complementavam a defesa da capitania com os outros aldeamentos, como podemos ver no mapa abaixo. Portanto, havia uma *praça-forte*, a cidade do Rio de Janeiro, com *postos avançados* de defesa do território, os aldeamentos, onde eram recrutados os soldados. Tal cenário levou o padre Antônio Vieira a considerar a região mais bem protegida de toda a América lusa⁴¹².

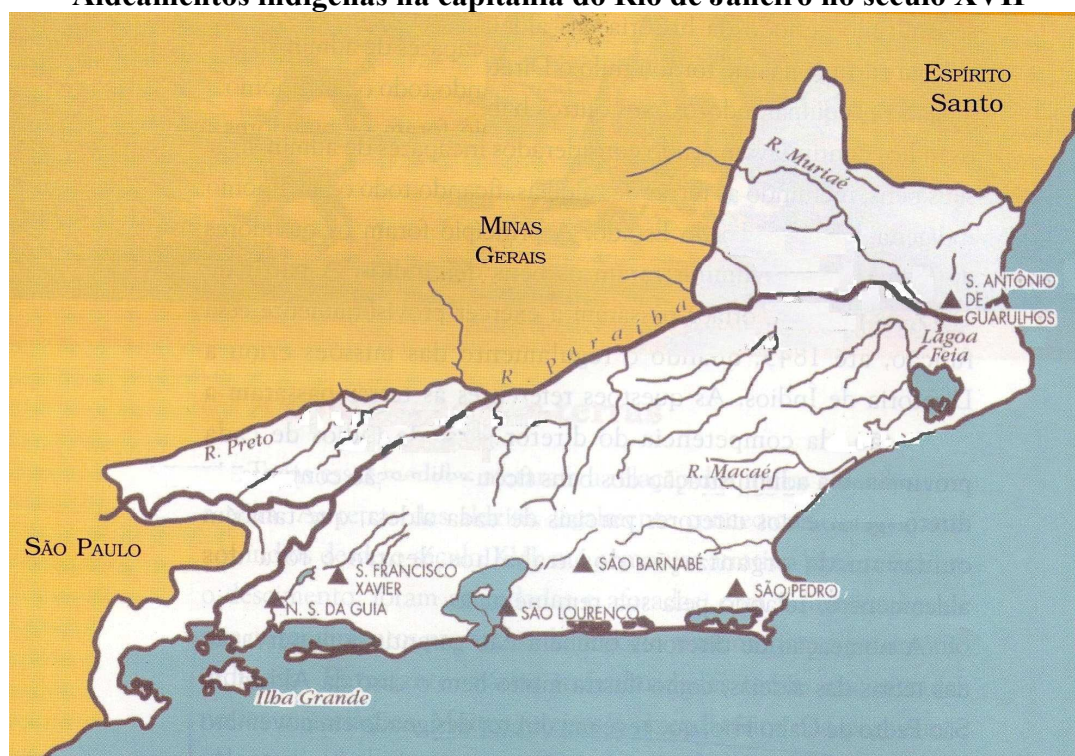
⁴⁰⁹ AHU-Rio de Janeiro, cx. 1, doc. 47 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 38 apud FRAGOSO. *Imperial (re)visions* ..., pp. 79.

⁴¹⁰ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Documento 49- Apud FRAGOSO. *Imperial (re)visions* ..., pp. 99.

⁴¹¹ FREIRE, José Ribamar Bessa & MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, pp. 67.

⁴¹² Cf. FREIRE. & MALHEIROS. *Op. Cit.*, pp. 62. Esta perspectiva também foi apontada por Puntoni para a Bahia. O autor mostrou que havia também um cinturão de aldeamentos no Recôncavo Baiano que protegia a cidade da invasão de índios hostis. Cf. PUNTONI. *A Guerra dos Bárbaros* ...

Mapa 03 Aldeamentos indígenas na capitania do Rio de Janeiro no século XVII



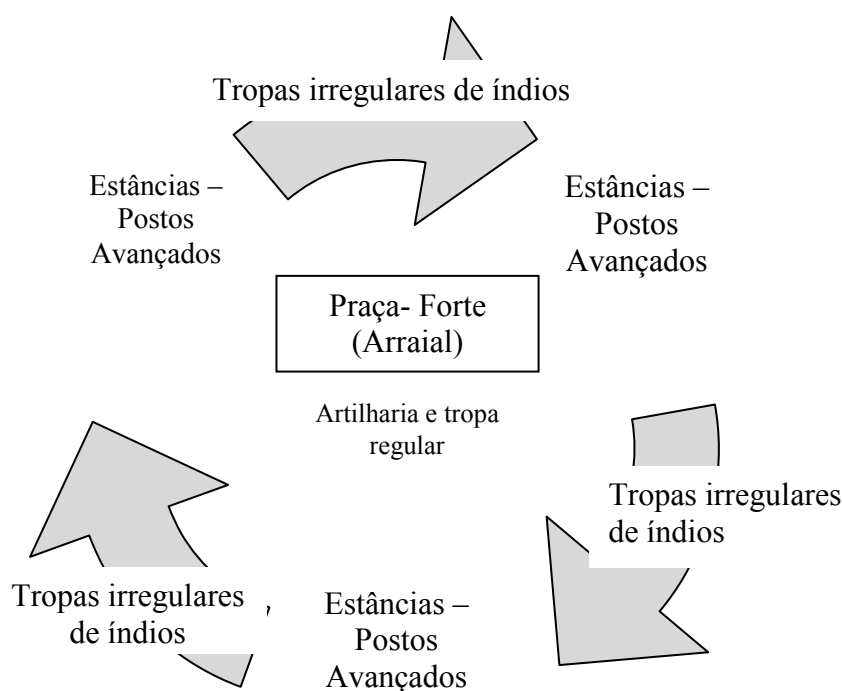
Fonte: FREIRE & MALHEIROS. *Op. Cit.*, pp. 72. Mapa adaptado

O sistema tático de defesa utilizado era bastante parecido com o de Pernambuco, que, segundo Mello, era composto por um “sistema misto”, definido por Puntoni da seguinte forma:

No qual as forças convencionais se concentravam numa *praça-forte* (o Arraial), protegida pela artilharia e pelas tropas regulares, e por uma linha de *postos avançados* (as estâncias) guarnecidas pelas tropas irregulares de índios, negros e soldados da terra (...)⁴¹³.

Para facilitar nossa leitura, em cima da idéia proposta por Puntoni, montamos o seguinte esquema gráfico.

⁴¹³ Grifos nossos. PUNTONI, Pedro. *As guerras no Atlântico sul: a ofensiva holandesa (1624-1641)*. In HESPANHA, A. M. (Coord.). *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 260.



Em ambos os casos, podemos ver como era importante um cinturão de postos avançados que protegeriam a população portuguesa. Se para o Rio de Janeiro, nós tínhamos os Aldeamentos jesuíticos, para Pernambuco havia as estâncias, também repletas de gentios aliados.

A participação indígena não se restringia ao campo da proteção do território. A guerra contra os gentios foi fundamental para a própria montagem do sistema açucareiro, uma vez que produziam escravos que eram necessários para o trabalho nos engenhos, como índios que seriam “reduzidos” para as aldeias jesuíticas, que compunham o cinturão de proteção da capitania do Rio de Janeiro. Além, é claro, de serem utilizados nas “entradas” que se faziam aos sertões na busca por metais preciosos e mais índios. Utilizando Puntoni, podemos generalizar esta ideia, que é tida como ponto comum pela historiografia, para toda a América portuguesa:

Os grupos indígenas aliados ou pacificados permitiam uma margem de segurança à empresa colonial perante as ameaças externas, isto é, de outras potências europeias, ou das ameaças internas presentes em um sistema baseado na compulsão extrema do trabalho⁴¹⁴.

⁴¹⁴ Cf. PUNTONI, Pedro. *As guerras no Atlântico sul ...*, pp. 49.

Ao mesmo tempo, os índios dos aldeamentos da capitania do Rio de Janeiro, também foram utilizados em outras regiões, algumas muito distantes, como na guerra contra os holandeses, no norte; na ocupação da região sul e, sobretudo na Colônia do Sacramento. Nestes lugares, enfrentavam alguns inimigos internos e externos. Deste modo: “em 1697, o padre Pero Rodrigues, da Companhia, considerava que os três principais inimigos dos portugueses eram os negros dos quilombos, os aimorés e os franceses, e que a principal arma contra eles eram os índios aldeados⁴¹⁵”. Mello afirmou, por exemplo, que os fortes em Recife foram construídos com muros muito altos para evitar que os índios os escalassem⁴¹⁶. Não custa lembrar, que este tipo de construção, na Europa, já não era mais feita deste modo, em razão das inovações bélicas, mostrando como vimos no primeiro capítulo, que os projetos europeus de engenharia eram adaptados à realidade local. Portanto, a principal preocupação eram os índios hostis, que podiam estar ou não alinhados a estrangeiros e que seriam, efetivamente, os que tentariam invadir as fortalezas.

Algumas etnias indígenas eram amigas dos portugueses, mas a natureza destas amizades era bastante instável. Puntoni mostra que estes índios aliados, de acordo com suas estratégias, podiam “trair” os portugueses⁴¹⁷. Foi o que ocorreu na Bahia. Os paulistas, que se encontravam no recôncavo baiano, contavam com o apoio de algumas etnias, que repentinamente os atacaram. O que motivou a Coroa a repensar a política indígena para a região, passando a adotar uma postura de extermínio dos índios hostis que barravam a expansão colonial, sobretudo a criação de gado. O medo e o respeito indígena ainda aumentaram quando gentios invadiram e saquearam uma vila no recôncavo em plena festa de São Matias, em 1670⁴¹⁸. Portanto, no período da chamada Guerra dos Bárbaros (1650-1720), o perigo indígena era real e preocupava a todos, apesar de alianças entre portugueses e índios “civilizados”. Mesmo após a pacificação

⁴¹⁵ Cf. ALMEIDA. *Op. Cit.*, pp. 109.

⁴¹⁶ MELLO. *Op. Cit.*, pp. 338.

⁴¹⁷ Posição que também foi corroborada por Pompa, posto que na região havia um precário equilíbrio entre os agentes envolvidos (Governo-geral, paulistas, missionários das diversas ordens e índios aliados ou hostis), com cada um defendendo os seus interesses, seu território e sua zona de influência, portanto as alianças variavam de acordo com as circunstâncias. POMPA. *Op. Cit.*, pp. 282 e 288.

⁴¹⁸ Estes sentimentos levavam a necessidade de negociar. Já vimos como fora importante a aliança entre conquistadores e alguma etnias indígenas, sobretudo nos momentos iniciais de conquista, quando há casamentos entre os grupos. Mas estas alianças não se davam somente neste momento e neste patamar. Durante a “Guerra dos Bárbaros”, Pompa mostrou como os Janduí, um dos povos “Tapuia”, foram o que melhor se adaptaram à realidade colonial, não no sentido de lutar contra uma “aculturação” e sim na capacidade de participarem do processo de forma paritária, propondo um acordo de paz, na qual havia uma série de condições, para ambos os lados, para que se confirmasse a sua incorporação ao mundo colonial. Cf. POMPA. *Op. Cit.*, pp. 282.

do recôncavo, em 1672, os conflitos, embora em menor número e intensidade, continuaram. Desta monta, o regimento do governador Roque da Costa Barreto (1678) ainda recomendava o extermínio dos silvícolas hostis que estivessem nas fronteiras, devido ao medo que impunham aos portugueses. A guerra dos bárbaros fora vencida pelos índios aliados que lutaram ao lado dos portugueses⁴¹⁹.

Silva amplia este medo para as áreas urbanas. A autora enfatiza que, após a expulsão dos holandeses, a criminalidade, tanto em Recife como no Rio de Janeiro, cresceu bastante, especialmente nas camadas “populares”. Passava-se então, a se ter uma necessidade de controlar, também, este estrato da população, composta sobretudo por reinóis marginais, mestiços, pobres livres e índios. Uma das formas de controlar esta camada marginal era recrutá-la para os postos militares da tropa regular. Mas mesmo após esta “inclusão” o perigo ainda não tinha sido afastado de vez. Como de costume, os soldos dos militares sempre atrasavam e estes soldados muitas vezes se revoltavam por isto. Para que tal ameaça fosse contornada, procurava-se recrutar a soldadesca entre os locais, pois ao planejarem uma revolta, pensariam duas vezes, pois acreditava-se que dificilmente atentariam contra os habitantes de sua região, onde possuíam laços⁴²⁰. Fato que igualmente contribuíram os laços clientelares existentes nas sociedades rurais e a dificuldade de recrutamento em Portugal⁴²¹. Em Pernambuco e no resto da América, o panorama não era diferente. Assim, Pompa mostrou que a “Guerra dos Bárbaros”, ocorrida nas capitânicas do norte, se deu em razão de uma rearticulação econômica e de poder na região, no qual os “Tapuias”, antigos aliados dos holandeses, tentavam se inserir na nova conjuntura de acordo com os seus interesses, para que pudessem sobreviver fisicamente e culturalmente. Em sua análise, a autora destacou que para isto ligações clientelares foram construídas com: missionários de várias ordens, grandes curraleiros e com o próprio governo-geral⁴²².

⁴¹⁹ Participação esta, como mostrou Pompa, motivada por uma série de fatores circunstanciais, tais como: recebimento de presentes e dinheiro, combate aos seus tradicionais inimigos, a possibilidade de incorporarem mulheres e crianças de seus adversários e etc. Mas o importante aqui, embora fuja de nossa preocupação, é sublinhar como a autora foi capaz de mostrar o processo de “mediação, de adaptação e reformulação de identidades, de construção de novas formas sociais e culturais” dos povos indígenas no processo de encontro. POMPA. *Op. Cit.*, pp. 22 e 286.

⁴²⁰ SILVA, K. V. *Op. Cit.*, pp. 132-3. Por isso, a construção de quartéis, como vimos no primeiro capítulo era tão importante, pois facilitava o controle da tropa, como mostrou a autora;

⁴²¹ COSTA, Fernando Doris. *Milícia e sociedade- recrutamento*. In HESPANHA, A. M. (Coord.). *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 68-111.

⁴²² POMPA. *Op. Cit.* Assim, sua análise sobre este conflito acaba contradizendo a idéia majoritária, defendida por Puntoni, de que teria sido apenas de extermínio dos “Tapuias” para a expansão da pecuária. Cf. PUNTONI. *A Guerra dos Bárbaros ...*

Este controle, se obteve sucesso, parece não ter dado muito certo para o Rio de Janeiro. Nesta capitania, como vimos, e ultimamente a historiografia tem enfatizado bastante, havia a presença de exércitos particulares, como foi o caso dos índios a serviço de Salvador Correia de Sá e Benevides, que eram utilizados para fins pessoais. Cada senhor de engenho tinha sua própria milícia, composta de seus escravos - índios e negros – e seus clientes⁴²³. O que importa destacar aqui é a presença de uma sociedade altamente militarizada, na qual a Coroa, por não ter como defender o território, incentivava as pessoas a possuírem armas. Onde, inclusive, senhores armavam seus escravos.

Portanto, para a *defesa e controle militar* do território se utilizava os índios. No entanto, para que tudo funcionasse com a maior *simbiose* possível, era necessário, não só ligações sociais com os controladores destes exércitos de gentios, ou seja, com os senhores de engenho e com lideranças indígenas, mas também, uma experiência na lida com os “silvícolas”, sobretudo, nos campos de batalhas. Neste caso, a experiência nas *guerras brasileiras* eram fundamentais⁴²⁴.

Todavia, temos que abrir um parêntese aqui, mesmo que não nos aprofundemos. Devemos destacar que as ligações com o gentio não se davam apenas nos campos de batalha. Dentro das casas da nobreza da terra, elas também apareciam. Desta maneira, alguns estudos têm enfatizado a importância do casamento entre portugueses e índios e o estabelecimento de alianças entre estes povos⁴²⁵.

Ao pensarmos nas fortalezas, imediatamente nos vêm à cabeça, a sua importância para a defesa de uma determinada região em tempos de guerra, portanto, uma relação externa contra prováveis inimigos. E, até aqui foi o que basicamente analisamos. Em outras palavras poderíamos dizer, qual a habilidade que um capitão de fortaleza deveria manejar para buscar a otimização de sua relação com o meio externo, neste caso com a guerra que iria se dar de forma a liderar sua tropa para a vitória?

⁴²³ Para ver maiores detalhes do funcionamento bélico destes exércitos particulares no Rio de Janeiro ver FRAGOSO. *A nobreza vive em bandos ...*, pp. 11–35; FRAGOSO. *A Nobreza da República ...*, pp. 45–122; e FRAGOSO. *Um mercado ...*, pp. 247-288.

⁴²⁴ Vale ressaltar que ao contrário da capitania de Pernambuco o Rio de Janeiro não possuía um terço específico de índios, como o comandado por um dos heróis da Restauração Pernambucana, Felipe Camarão e posteriormente seus parentes.

⁴²⁵ Fragoso mostrou como os conquistadores do Rio de Janeiro se casaram com índios, como, por exemplo, o irmão de Martim de Sá, que como vimos havia criado o aldeamento de Nossa Senhora da Guia, e tio de Salvador Correa de Sá e Benevides, se casou com uma índia. Do mesmo modo, o capitão Gaspar Vaz se casou com uma das filhas do grande líder indígena do aldeamento de São Lourenço e ativo participante da fundação da cidade, em 1565, Araribóia. Esta não era uma prática exclusiva do Rio de Janeiro, outras capitanias também a fizeram, a saber: São Vicente e Pernambuco. Cf. FRAGOSO. *Imperial (re)visions ...*, pp. 79.

Todavia, outra habilidade era igualmente importante e diz respeito à questão interna, mais precisamente como dirimir os conflitos entre seus próprios comandados, em tempos de paz.

Doré ao analisar o cotidiano das fortalezas e dos navios da Carreira da Índia no século XVI, mostrou que estes espaços, mesmo em tempo de paz, eram permeados de conflitos. Havia, apesar de proibido, o jogo de azar, a leitura de livros profanos, a prostituição, os roubos, etc. Tudo isto gerava certa desordem que por fim causava conflitos entre grupos opostos. Para piorar as coisas as tropas tinham o caráter cosmopolita, mouros, cristãos, hindus, escravos, brancos, que também motivavam tensões. Estas tensões dentro desta “Torre de Babel” iam se acumulando e possuíam características peculiares, que por sua vez, estavam relacionadas àqueles espaços⁴²⁶. Portanto, existiam problemas que eram específicos de cada localidade e só poderiam ser resolvidos por quem detinha a experiência na localidade.

Acreditamos que o quadro apresentado para as Índias não diferia muito do das fortalezas do Rio de Janeiro. Como já vimos, compunham a sua força índios, provavelmente de várias tribos, etnias e aldeamentos diferentes; brancos que chegavam como soldados; além de escravos negros que participavam de suas reformas e/ou construções. Desta forma, o clima também deveria ser bastante instável por lá e, com certeza, grupos com algum tipo de rivalidade deveriam se formar. Este quadro, assim como o da região descrita por Doré, refletia a própria sociedade em que estava inserido. Portanto, quem detinha conhecimento das particularidades daquela sociedade levava vantagem no processo de nomeação⁴²⁷.

Para além desta peculiaridade humana, havia uma de cunho tecnológico. Os portugueses, no início quinhentos, adaptaram seus navios à realidade asiática, fato que Rodrigues chamou de *orientalização*⁴²⁸.

Por sua vez, Cotta mostrou que o comportamento do militar luso estava ligado ao seu deslocamento nos variados espaços imperiais e das informações que colhia a partir daí. Este comportamento, por sua vez, estava permeado de hibridismo, pela

⁴²⁶ DORÉ. *A fortaleza ...*, pp. 91-116.

⁴²⁷ Idem, *Ibidem*.

⁴²⁸ RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar. *A Guerra na Índia*. In HESPANHA, Antonio Manuel (coord.) *Nova história militar de Portugal – volume 2*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 207 e 212. Este processo de adaptação também teve papel importante em Moçambique na defesa dos lusos contra populações nativas. Assim algumas fortalezas naquela região foram construídas não só para oferecer proteção contra as armas europeias, mas armas e táticas nativas, como a utilização de investidas de elefantes. Cf. RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar. *A Guerra na Índia*. In HESPANHA, Antonio Manuel (coord.) *Nova história militar de Portugal – volume 2*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 216.

(re)apropriação, em adaptações e em sobreposição de representações bélicas. Esta característica vinha desde a idade média, com a apropriação de elementos bélicos dos visigodos e mouros, passando pelos Chineses no XVI e continuaria no XVIII com elementos franceses. Este hibridismo era fundamental, pois tornava o saber prático e não teórico, o que era valorizado pelos lusos, proporcionando a base para a administração no Império⁴²⁹. Neste sentido, a experiência local proporcionava o saber prático tão importante para o ofício.

Se até aqui, de um modo geral, procuramos explicar a importância da experiência local para a *práxis*, tendo como base a instrumentalização do ofício, ou seja, a necessidade de lidar com as peculiaridades da região, por outro lado temos que sublinhar que, neste caso, a *práxis* parece se aliar ao campo das idéias.

Leite, em recente dissertação, afirmou que o modelo castrense luso do XVII fora construído pela incorporação das idéias existentes em 3 (três) livros⁴³⁰. Estas obras acabaram por montar um modelo de herói que deveria ser seguido e almejado por todos os soldados. Este herói, entre outras características, deveria ter carisma, para que pudesse motivar seus subordinados no campo de batalha. Desta feita, só quem conhecia as motivações de seus comandados poderia ser um bom comandante em armas e para tal, era necessário conhecer seus soldados com maestria, o que dificilmente seria alcançado por militares inexperientes na capitania que pretendia servir ao rei⁴³¹.

Enfim, a valorização da experiência pode ser notada por diferentes ângulos. Raminelli⁴³² sublinhou que para se ter um Hábito de Cristo era necessário ter prestado serviços no norte da África. Foi o que ocorreu com um de nossos personagens mais freqüentes, pois concorre em três consultas, não sendo escolhido em nenhuma delas, Gaspar Martins de Almeida. Este agente recebe o Hábito de Cristo, em 1647, por entre outros serviços ter acudido um navio português dos piratas no mediterrâneo, tendo o levado com segurança para o porto de Arrabida⁴³³. No entanto, nas três consultas⁴³⁴ em

⁴²⁹ COTTA, Francis Albert. Quando os filhos de Marte partem da Lusitânia: o processo de mundialização da cultura militar portuguesa. In Textos de apoio do PEG (programa especial de graduação). Texto disponível na internet. www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/quandoosfilhosdemartepartemdalusitania.pdf, s/d.

⁴³⁰ As três obras são: “O Cortesão” de Baldassare Castiglione; “O Soldado Prático” de Diogo do Couto e; “El Héroe – oráculo manual y arte de prudencia” de Batalsar Gracián.

⁴³¹ LEITE. Op. Cit.

⁴³² RAMINELLI, Ronald. Honras e malogros: trajetória da família Camarão 1630-1730. VAINFAS, Ronaldo & MONTEIRO, Rodrigo B. *Império de várias faces*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 175-192.

⁴³³ TORRE DO TOMBO. Op. Cit. Vo.1, pp. 246.

⁴³⁴ Em 1664, para o forte de Santa Cruz; em 1669 e 1671, ambas para o de São João. Cf. Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 5, Caixa 6, Documento1020-1021; Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086 e Documento 1138.

que aparece concorrendo estes serviços não são citados, pois se privilegiam os feitos na Europa e na América. Pois bem, para estas consultas, o serviço prestado no Mediterrâneo, que tinha lhe dado o Hábito parecem não valer. Mais uma vez a experiência local é priorizada. E, mais uma vez, a hierarquização espacial proposta por alguns autores, entre eles, Alencastro, como vimos em nossa introdução, parece não se fazer presente.

Segundo Mello esta experiência e este tipo de batalha próprio da América seriam utilizados ainda no século XVIII no interior de toda a possessão lusa na América, tanto contra índios hostis como para os quilombos. Enquanto para os inimigos estrangeiros no litoral, seria praticada uma guerra dita científica ao modo europeu. Idéia que é corroborada por Puntoni.

Parece-nos, portanto, que para ambas as fortalezas a experiência naval e europeia não era tão importantes. Nem mesmo serviam para desempatar um cenário tão equilibrado. Assim, mais do que falar em um perfil de capitães no qual a Coroa e o Conselho tentavam enquadrar os concorrentes, somos levados a acreditar em um perfil de candidatos. Pois de uma maneira geral, eles se apresentavam com um forte equilíbrio, sendo pequenas nuances altamente importantes para a escolha⁴³⁵. Qualquer pequeno detalhe esquecido, poderia custar muito caro. Foi o que destacou Olival em sua análise sobre a “economia de mercês” onde sublinhou a dificuldade de tornar estes serviços, moeda de troca. A autora se questionou em como converter participação em batalhas, os ferimentos e privações em moeda de troca⁴³⁶? Portanto, ao escrever suas *folhas corridas*, todo o cuidado era pouco, tudo tinha que ser pormenorizado de maneira que nada fosse deixado de lado para que o rei pudesse transformar em objeto de troca⁴³⁷.

Este equilíbrio entre os concorrentes era ajudado pela preocupação da coroa de regular e normatizar esta “economia de mercês”. Desta forma, é possível novamente dialogar com Olival que, embora preocupada com outra temática, transversalmente nos dá indícios de como podemos pensar estas regras. A autora pontua que, durante o Antigo Regime, houve esforços de se organizar este sistema, destacando o

⁴³⁵ Cunha fala em “excesso de oferta”. Cf. CUNHA, Mafalda S. da. Governo e governantes ...

⁴³⁶ OLIVAL. As ordens ..., pp. 24-25.

⁴³⁷ Idem. Ibidem, pp. 108.

“estabelecimento de normas sobre serviços, papéis e procedimentos em sentido amplo”⁴³⁸.

Embora destaque que houve tentativas de regular estas questões, as conjunturas e micro-conjunturas, no reino, faziam com que essas diretrizes fossem bastante maleáveis⁴³⁹. Portanto, em 1648, através de Regimento⁴⁴⁰, ficou proibido requerer mercês sem antes atingir duas características: a) só quem havia chegado ao posto de capitão poderia fazê-lo⁴⁴¹; b) deveria ter mais de 8 (oito) anos de serviços prestados de forma contínua ao rei. Contudo, como estas normas eram fluidas, era possível pedir quem obtivera algum ferimento em campo de batalha, ou feito um ato heróico relatado pelo governador⁴⁴². Um novo despacho solicitando nova mercê só poderia ser feito depois de ter servido mais 4 (quatro) anos. Passava-se a exigir, também, uma certidão de tempo de serviço. Vale ressaltar que para o posto de capitão não existia qualquer interdição social⁴⁴³.

Outras tentativas de normatizar os pedidos de mercê foram feitas em 1671. A autora salienta que após esta reforma que criou o Regimento das Mercês para se concorrer a uma graça em Lisboa, deveria se ter prestado 12 (doze) anos de serviços contínuos. Para as distribuídas pelo Conselho Ultramarino continuavam a ser preciso os mesmos 8 (oito) anos anteriores. Esta dúzia de anos não eram fácil de alcançar e teria sido pensada exatamente para limitar a sua distribuição, motivo pelo qual o Regimento havia sido criado⁴⁴⁴. Para o espaço americano, além destas normas, existia também o chamado Regimento das Fronteiras, criado em 1659, que:

(...) pedia aos candidatos a prova, certificada pelos funcionários especializados (‘comissários de mostras’ e ‘oficiais de pena’), de um certo número de anos de serviço – entre quatro e seis – na ‘guerra viva’, isto é, no front anticastelhano no Reino ou num dos conflitos anti-holandeses do ultramar⁴⁴⁵.

⁴³⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 110.

⁴³⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 119.

⁴⁴⁰ Olival relata que já havia sido feito algumas tentativas a esse respeito, nos anos de 1547, 1567 e 1616, portanto, não era nenhuma novidade, da mesma forma, outras tentativas viriam.

⁴⁴¹ Notemos que todos os candidatos que são nomeados como capitães de fortaleza já os haviam sido antes, seja de que natureza for: infantaria, milícia, ordenanças, de mar e guerra etc. Exceto os *filhos*, por motivo já discutido. Além do mais entre todas as concorrências que analisamos encontramos apenas um candidato que não havia ocupado tal posto e que coincidentemente não recebe nenhum voto. Assim o candidato a capitão da fortaleza de São João, em 1671, Pedro de Sepúlveda Rebelo, não recebe nenhuma lembrança.

⁴⁴² Observemos que mesmo os candidatos que se apresentam tendo sofrido algum ferimento ou tenham sido prisioneiro dos inimigos já haviam ocupado algum posto de capitão.

⁴⁴³ OLIVAL. *As ordens ...*, pp. 119-120.

⁴⁴⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 122-124.

⁴⁴⁵ ALENCASTRO. *Op. Cit.*, pp. 303.

Aqui temos que destacar que dentro deste tempo mínimo de 8 (oito) anos, exigidos pelo Regimento das Mercês, para se pleitear uma capitania das fortalezas da barra do Rio de Janeiro, quase que a totalidade dos concorrentes apresentavam tempo muito maior. Para termos uma idéia melhor desta quantidade de anos citemos a consulta que nomeia Agostinho de Barros de Vasconcelos como capitão do forte de São João, em 1671⁴⁴⁶. Dos 11 (onze) candidatos, 2 (dois) apresentaram 12 (doze) anos de serviços, o menor tempo; dois deles tinham 22 (vinte e dois) anos de lutas, o maior. Se calcularmos a média, desta consulta, também temos um número expressivo com 16.27 anos⁴⁴⁷. Os serviços podiam chegar a um valor tão elevado, como fora o caso de Francisco Pinto Pereira, em 1669, para o mesmo forte, com 40 (quarenta) anos⁴⁴⁸. Portanto, um volume nada desprezível e, mais ainda, quantidade esta que possibilitava aos concorrentes pedirem alguma mercê não para o espaço ultramarino, mas para servir em Lisboa. Provavelmente faziam isto, como podemos observar nas suas carreiras, visto que circulavam por aquele espaço⁴⁴⁹. Mesmo se compararmos a quantidade de tempo de serviço com ofícios mais relevantes vemos quão importante eram estes postos que analisamos. Mafalda Soares da Cunha, ao analisar os anos de serviços que os capitães-mores de capitanias menores, relata que os concorrentes a estes postos apresentavam “vinte, trinta e até quarenta anos”⁴⁵⁰ de préstimos a Coroa.

Para finalizarmos o capítulo, só nos resta colocar nosso modelo a prova. Para tal utilizaremos duas ferramentas que se entrelaçam. Iremos comparar o ofício de capitão de fortaleza, com sua morfologia e tipologias próprios, com outros ofícios. Do mesmo modo, iremos partir do particular, do micro, para o geral, macro, como nos ensinou uma gama de historiadores da chamada “micro-história”⁴⁵¹.

⁴⁴⁶ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1138; ANRJ. Códice 61 – Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, volume 5, pp. 1011 e ANRJ. Cód. 77, vol. 5, pp. 103v.

⁴⁴⁷ As médias das concorrências que temos são sempre superiores aos 12 (doze) anos necessários para se pedir mercê em Lisboa, mesmo a que apresenta algum problema que desvirtua a média. A concorrência para a fortaleza de Santa Cruz, em 1661, consta que um dos 9 (nove) concorrentes teria mais de 10 anos. Ao fazermos os cálculos utilizamos 10 anos, o que diminui a média, que resultou em 13.55 anos. As outras 4 (quatro) concorrências, a de Santa Cruz, em 1664, e as três da de São João, em 1660, 1669 e 1671, deram respectivamente, 22.83; 24.33; 23.75 e 16.27. Mais uma vez, quantias bastante elevadas.

⁴⁴⁸ Coleção Resgate – Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086.

⁴⁴⁹ Deste modo, mais uma vez, podemos entender porque Baltasar Cesar D’êça e Antonio da Costa Brito, nomeados como capitão do forte de Santa Cruz fazem a opção de não ficarem no Rio de Janeiro.

⁴⁵⁰ CUNHA. *Op. Cit.*, pp. 85.

⁴⁵¹ Cf. LIMA FILHO. *Op. Cit.*

Uma conversa com a historiografia

Dito isto, podemos convidar a historiografia para uma conversa. Todos os aspectos levantados até aqui eram fundamentais para o funcionamento da sociedade portuguesa e a do Rio de Janeiro, se é que eles possam ser separadas neste momento, devido à circulação na qual estes indivíduos estavam inseridos. Nos parece que este modelo, que acabamos de desenhar, confirma conceito desenvolvido por Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha de uma *monarquia pluricontinental*, nas palavras dos autores:

A orientação geral pode, desde já, ser enunciada: dentro de uma monarquia pluricontinental caracterizada pela comunicação permanente e pela negociação com as elites da periferia imperial, a tendência foi no sentido de uma crescente diferenciação das diversas esferas institucionais (militares, judiciais, tributárias, eclesiásticas, mercantis e locais) e não na direção da sua tendencial confusão. Elas correspondiam, de resto, a diversas lógicas sociais e a distintos padrões de circulação no espaço da monarquia. A integração das periferias e o equilíbrio dos poderes no império não se faziam sobretudo através do enraizamento local de todos os agentes referidos, o qual pode ou não ocorrer, mas ao invés, pelo facto de as distintas instâncias, e as respectivas elites mutuamente se tutelarem e manterem vínculos de comunicação com o centro⁴⁵².

Havia a possibilidade das elites locais, como candidatos ligados aos senhores de engenho e aos conquistadores, participarem do processo seletivo para a escolha dos capitães de fortaleza, mais ainda existia a chance de ganha-los. Seus membros eram sabedores que tinham a necessidade de se *diferenciar* numa destas esferas, neste caso militar. Não é a toa que somente em um caso, Gaspar Martins (Mariz) de Almeida, temos um proprietário de engenho. No geral os candidatos eram filhos segundos, irmãos, sogros, cunhados e/ou genros de senhores de engenho. Ao mesmo tempo, dificilmente traziam em seu histórico “profissional” postos civis da câmara, como juiz de órfãos, vereador entre outros, e ofícios régios, como provedor-mor, ouvidor-mor, merinhos etc., o que ocorria com seus parentes, que encabeçavam a liderança da família e eram ligados a atividade agrícola. Desta forma, como salientou Barth, estariam cumprindo com suas obrigações dentro do grupo ao qual estavam ligados e estes eram os recursos que possuíam para que pudessem ascender socialmente⁴⁵³.

Desta forma, ao analisar a cultura política do Antigo Regime português, Monteiro afirmou que: “A cultura política que a impregnava era totalmente distinta da meritocracia individualista que o liberalismo veio consagrar” e “para as instituições,

⁴⁵² CUNHA e MONTEIRO. *Op. Cit.*, pp. 194.

⁴⁵³ BARTH. *Process ...*

como para todos aqueles que participavam nesta teia de relações, eram as casas, e não os indivíduos, as categorias pertinentes”⁴⁵⁴.

É claro que não tratamos de uma sociedade marcada pela meritocracia, como o liberalismo propaga. Estamos em uma sociedade onde as linhagens e as casas senhoriais eram muito importantes. Todavia, sabemos que nossos concorrentes a capitão de fortaleza não pertenciam às melhores linhagens e casas senhoriais, sendo assim não tinham como se beneficiar deste capital imaterial. Nossos personagens se localizavam abaixo deste estrato social, onde a mobilidade social era muito mais presente do que naquele. Havia espaço e oportunidades para certo grau de ascensão. Magalhães tratou exatamente deste grupo quando afirmou que: “se a pouco espessa camada superior dificilmente se deixa penetrar [grupo trabalhado por Nuno Monteiro], o muito mais volumoso estrato que se lhe subordina é bastante plástico e permeável”⁴⁵⁵. Logo, “a plasticidade social e a possibilidade de mudança de estado e condição estavam abertas, desde que o rei assim o entendesse e o comportamento individual a isso desse acesso”⁴⁵⁶. Sendo uma destas possibilidades de acesso a carreira das armas⁴⁵⁷. Desta forma, a sociedade se reproduzia e aos poucos seus integrantes e seus grupos iam se movendo dentro da hierarquia social, dependendo do sucesso de suas estratégias.

Característica semelhante notou Maravall. Segundo o autor a cultura barroca, surgida como resposta a crise do século XVII, possuía em si um caráter conservador, que pretendia promover a manutenção de uma ordem, fixando nas mentes uma determinada imagem da sociedade estabelecida de antemão. Uma vez que “habia que mantener, com el mayor rigor possible, el sistema de estamentos, cuya ordenada estratificación garantizaba la defensa de la sociedad tradicionalmente organizada”⁴⁵⁸.

Nuno Monteiro mostrou que o topo da hierarquia militar em Portugal se manteve inalterado até o século XIX, contrariando a historiografia tradicional que postulava que teria havido mudança com a incorporação do Conde Lippe ao exército português, na época de Pombal. O espaço social teria sido ocupado pela nobreza que apoiou a dinastia dos Braganças durante a Restauração, portanto os militares mais relevantes eram aristocráticos. Estes ocupavam os postos de governo de armas das províncias, governos gerais, vice-reinados e os governos das capitânias brasileiras mais importantes. Todavia,

⁴⁵⁴ MONTEIRO, Nuno. *Elites e poder entre o Antigo Regime e o liberalismo*. Lisboa: ICS, 2003, pp. 103.

⁴⁵⁵ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *A Sociedade*. In MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, Vol. 3, pp. 509.

⁴⁵⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 495.

⁴⁵⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 507.

⁴⁵⁸ MARAVALL. *Op. Cit.* APUD LEITE. *Op. Cit.*, pp. 57.

havia espaço para o que denominou de “soldado da fortuna”, militares experientes, mas sem qualidade de nascimento. Este estrato era composto por militares estrangeiros e nobres de segunda ordem. Poderiam ascender socialmente por meio dos serviços prestados, mas este movimento tinha limites⁴⁵⁹. Acreditamos que nossos capitães de fortaleza, assim como os oficiais subalternos, mesmo não sendo militares estrangeiros e nobres de segunda ordem possam ser enquadrados como “soldados da fortuna” e assim podiam ascender. Vale lembrar que a maior parte de nossos agentes iniciou a sua carreira como soldado até chegar a capitania de um de nossos fortes.

Nosso grupo de militares se assemelha muito, em termos de possibilidades de ascensão social, aos clérigos lusos. Em artigo que analisam a mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal, Fernanda Olival e Nuno Monteiro nos mostram panorama bastante similar. Ao entrarem na Igreja os agentes que não pertenciam à nobreza podiam ascender até um determinado ponto, isto também ocorria com os que ingressavam no âmbito militar. Nestes termos, os autores afirmam que: “A abertura e fluidez a determinados níveis podiam coexistir (e coexistiam de fato) com o acentuado encerramento e rigidez noutros planos [em estratos superiores]”. Do mesmo modo: “Como a muitos outros níveis da sociedade portuguesa da época, a base e o topo das carreiras eclesiásticas oferecem uma imagem contrastada e tendência de evolução não exatamente coincidentes”⁴⁶⁰. Exatamente como os militares, como acabamos de ver.

Outro ofício que nos ajuda a entender a ascensão social foi analisado por Monteiro e Cardim. Os autores estudaram as missões diplomáticas portuguesas, enviadas aos países europeus após a Restauração Portuguesa (1640), e dividiram os seus membros em 3 (três) grupos. O primeiro, composto pela “Primeira Nobreza”, não nos interessa aqui, pois não se trata do mesmo estrato social com o que trabalhamos, era sempre nomeado como o chefe da missão. No entanto, o segundo e terceiro grupos recrutados fora desta nobreza, que recebiam mais de uma nomeação, podiam ascender na escala diplomática. Este movimento só seria possível se tivessem habilidades específicas necessárias a determinadas missões. Havia diferentes tipos de missões diplomáticas que estavam relacionadas ao destino a qual seria mandando o agente. Para alguns países era imprescindível uma missão que trataria do comércio, para outros, especialmente, logo após a Restauração Portuguesa, um conhecimento técnico jurídico.

⁴⁵⁹ MONTEIRO, Nuno G. Comandos militares e elites sociais. In HESPANHA, A. M. (Coord.). *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, pp. 101-5.

⁴⁶⁰ OLIVAL, Fernanda e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Mobilidade Social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). In *Análise Social*, vol. XXXVII (165), 2003, pp. 1227 e 1238.

Tais características condicionariam a escolha dos diplomatas. Para missões mercantis seriam preferencialmente recrutados comerciantes, para outras era imperativo qualificação acadêmica no campo das Leis, pois se fariam discussões jurídicas, devido à necessidade de reconhecimento da independência portuguesa. Estas nomeações e a sua conseqüente ascensão dependiam da escolha do rei⁴⁶¹. Então, assim, como nossos “soldados da fortuna” estes diplomatas de segundo e terceiro escalões necessitavam deter os conhecimentos específicos e da nomeação do rei.

Schwartz em seu estudo sobre o Tribunal da Relação na Bahia⁴⁶² mostrou que havia espaço para filhos da América ocuparem postos nesta instituição. Desde que tivessem um requisito e competência básica do conhecimento jurídico, para isso era fundamental o conhecimento universitário. Para além desta formação acadêmica, o Conselho de Portugal, instituição que geria o Estado Português durante a União Ibérica, recomendava que se nomeassem, também pessoas com experiência na região, ou seja, na América. A participação da elite local neste Tribunal seria fundamental, pois tal instituição tinha entre outras funções, servir como órgão controlador destas elites, mas também, como canal de comunicação com o centro do poder, a medida que compunham o Tribunal. Fato que possibilitava ter acesso as decisões de poder⁴⁶³.

Não podemos deixar de lembrar que o ofício de capitão de fortaleza era primordial para o comércio e que a sua reprodução dependia mais de sua posição hierárquica na sociedade do que de seu capital de giro, como também o era para o posto de governador, como Frago e Gouvêa destacaram⁴⁶⁴. Afinal de contas como uma sociedade pré-industrial “a interferência da política na economia tinha por eixo o mundo hierarquizado e estamental”⁴⁶⁵ e que o “acesso aos circuitos mercantis dependiam do *status* do empresário”⁴⁶⁶. Sendo, portanto primordial o papel do rei, pois afinal era o agente que geria a manutenção da ordem social, que passava pelas nomeações aos

⁴⁶¹ MONTEIRO & CARDIM. *Op. Cit.*

⁴⁶² SCHWARTZ. *Op. Cit.*

⁴⁶³ Aqui chamamos mais uma vez a atenção para toda a discussão feita a época sobre a questão indígena e do uso de sua mão-de-obra. Outro exemplo, mais geral é o fato de que apesar destas elites coloniais não fazerem as leis, sua presença no Tribunal permitia colocar limites ou obstaculizar por inteiro a sua aplicação na América, de acordo com interesses específicos. Cf. SCHWARTZ. *Op. Cit.*

⁴⁶⁴ Cf. FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. In FRAGOSO, João (Org.). Et al. *Nas Rotas do Império*. Vitória: Edufes, 2006, pp. 27.

⁴⁶⁵ Idem, Ibidem, pp. 26.

⁴⁶⁶ Idem, Ibidem, pp. 26-27.

ofícios e que tinha como objetivo a ser seguido a “cristalização social, numa desejada estabilidade”⁴⁶⁷, como sublinhou Magalhães⁴⁶⁸.

Infelizmente, como já dissemos acima, os estudos que se preocupam em analisar o recrutamento e/ou o perfil social dos ocupantes de ofícios militares - que não os do corpo das ordenanças que era composto pelas forças locais de cada região - tratam dos postos mais importantes, como vice-reis, governadores-gerais e capitães-mores. Desta forma, outros ofícios do corpo da infantaria paga são pouco estudados. Acreditamos que estudos que tenham este objeto são fundamentais para se entender o funcionamento da América portuguesa, não só na sua questão militar, mas também na econômica e na administrativa, afinal atuavam nestas diversas esferas. O quadro se torna mais urgente quando lembramos que as análises que têm como esqueleto as redes, mesmo já tendo avançado em outros ofícios, especialmente os providos diretamente pela localidade, quase nada esclareceram a respeito do assunto. Portanto, se tornam indispensáveis pesquisas que tentem ampliar o panorama, afinal, como já vimos, o poder de influência destes capitães de fortaleza no comércio na capitania e fora dela era bastante significativo e não deixavam de ser um dos pontos nodais destas redes.

Gouvêa sabiamente nos lembrou que: “Para compor estas redes governativas foi fundamental o processo de recrutamento e remuneração de diversos tipos de serviços⁴⁶⁹” e pelo fato dos capitães de fortaleza, junto com a rede governativa formarem

(...) um grupo articulado na defesa de determinadas estratégias políticas e mercantis, constituindo-se um grupo que atuava de modo privilegiado no campo da governação, mas que, através desta, agia em defesa dos interesses mais gerais de uma rede mais ampla, uma rede imperial⁴⁷⁰.

Em resumo, as redes eram compostas de agentes das mais diversas qualidades. Em uma das extremidades tínhamos os escravos e na outra os governadores, passando por comerciantes, senhores de engenho, índios e, até mesmo, pelos capitães de fortaleza. Portanto, é necessário entender não só os indivíduos que estão nos pólos, mas os que se encontram no interior também.

⁴⁶⁷ MAGALHÃES. *A sociedade ...*, pp. 509.

⁴⁶⁸ Idem. *Ibidem*, pp. 507.

⁴⁶⁹ GOUVÊA. *André Cusaco ...*, pp. 156.

⁴⁷⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 155.

De outra maneira, como também observou Magalhães existia uma lógica social com uma dinâmica própria no mundo colonial⁴⁷¹. Assim, no que tange a nomeação o candidato deveria ter tido uma *circularidade* nos espaços colônias, sobretudo com experiência no lugar onde atuaria e no enfrentamento aos holandeses em Recife, ao mesmo tempo ter passado em algum momento de sua carreira militar pelo Reino, nas batalhas da Restauração. Por um lado os concorrentes, sejam os naturais do espaço americano ou os que tinham sua base familiar ali, se dirigiam para Angola⁴⁷² e Sacramento, regiões subordinadas diretamente aos interesses da capitania do Rio de Janeiro, além da participação nas Armadas⁴⁷³. Por outro, com menos frequência passariam pelo Norte da África e Ilhas do Atlântico⁴⁷⁴, onde os candidatos que não eram ligados aos grupos na América circulavam⁴⁷⁵ e, claro, uma presença maior na Europa.

Nesse sentido acreditamos que tecer uma comparação com outros ofícios que, também, circulavam mas para fora do império, devido a sua natureza, pode nos ser bastante útil. Nuno Gonçalo Monteiro e Pedro Cardim, em artigo já citado, estudaram a trajetória da diplomacia portuguesa durante o Antigo Regime. O texto é dividido em cinco subperíodos. Para a nossa pesquisa utilizaremos apenas os dois primeiros, 1640 (Restauração Portuguesa) a 1668 (reconhecimento da independência por parte da Espanha) e 1669 a 1706 (Fim do reinado de D. Pedro II). Para estas duas divisões temos pouca circulação dos diplomatas entre vários espaços externos ao mundo luso. Assim, temos, nos períodos citados, 33,3 % e 24,32 % de agentes que foram nomeados por

⁴⁷¹ Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero. Andanças atlânticas em tempos hispânicos. In VENTURA. Maria da Graça A Mateus. *Os espaços de sociabilidade na Ibero-américa (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, pp. 141-149. Hespanha, ao dar uma breve descrição em forma de síntese dos novos trabalhos acerca da administração do Império português, também enfatiza a impossibilidade de se usar “a tradicional imagem de um império central, dirigido e drenado unilateralmente pela metrópole”. Cf. HESPAÑA. A constituição ..., pp. 163-188.

⁴⁷² E regiões subordinadas a ela, como Benguela, por exemplo. Assim, Alencastro sublinhou que a luta contra os holandeses teria permitido aos *brasílicos* pedir cargos em Angola. Em nossa documentação, também achamos padrão semelhante. Todos os concorrentes que passaram por Angola, haviam se envolvido antes em alguma querela contra os holandeses na América. Mas, a situação na verdade era mais complexa, estes agentes não tinham ambições somente do outro lado do Atlântico, também pediam e recebiam postos deste lado. Cf. ALENCASTRO. Op. Cit., pp. 303.

⁴⁷³ Para se ter uma idéia melhor acerca das relações que se estabeleciam entre as diversas áreas periféricas no Império Português, sobretudo entre as periferias da América e África ver RUSSEL-WOOD. A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. In ANPUH. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1998, Vol. 18, nº 36. Texto disponível na internet.

⁴⁷⁴ Não incluímos a Índia, pois dificilmente um dos candidatos que se apresentaram em nossas consultas por lá passaram. Exceção foi o caso já discutido de Diogo de Macedo, na consulta que nomeia Baltasar, para Capitão de Santa Cruz, em 1664.

⁴⁷⁵ Padrão similar foi observado por Schwartz para os desembargadores do Tribunal da Relação na Bahia. Segundo o autor os magistrados que haviam atuado na Índia não passaram pela América Lusa, o que não ocorria com os que haviam passado pela África. Desta forma, diz ter existido dois padrões de circulação diferentes, um pelo Índico e outro pelo Atlântico. SCHWARTZ. Op. Cit.

mais de uma vez. Mas o que chama a atenção neste ofício também é a questão da circularidade ter padrões diferentes, que estão ligados ao lugar de atuação. Desta forma, o artigo não estuda as missões que foram mandadas para África e Ásia, uma vez que eram compostas por homens da localidade e não do círculo do governo metropolitano. Isto se deve a dois fatores: primeiro, porque eram de interesse maior da localidade e segundo, por que pouco acrescentaria aos agentes envolvidos naquele círculo e também por não os quererem ir. Com isso, de certa forma, se respeitava a dinâmica local. Desnecessário dizer que o mesmo ocorria com as missões européias, que ficavam a cargo dos reinóis⁴⁷⁶.

Cabe observar que estes diversos padrões de circulação são fruto de diferentes recursos que os agentes eram possuidores, assim como seus interesses. Podemos ver quão importante eram as capitânicas destes fortes, que serviam como ponto de encontro destes distintos padrões de circulação, onde se davam trocas e negociações entre diversos grupos. Cabe destacar que era nestas guerras de Restauração, seja a de Portugal, de Pernambuco ou de Angola, que se recrutavam os homens que compuseram os principais postos militares no Império português, particularmente nas duas primeiras. Desta monta, Monteiro e Bicalho⁴⁷⁷ ressaltaram, em dois artigos que dialogam entre si, que estes conflitos foram fundamentais para o estabelecimento de pactos entre a monarquia e as pessoas que lutaram naqueles campos de batalha, conforme vimos em nossa introdução.

Era possível integrar pessoas oriundas da capitania do Rio de Janeiro, devido à circulação que poderiam ter no mundo português. A *integração* passava por uma negociação entre o rei e a periferia⁴⁷⁸. Existia também um diálogo das elites das conquistas com o centro, que possibilitava a ocupação de cargos, que hoje chamaríamos de “segundo escalão”, como por exemplo, o ofício de capitão fortaleza de São João, por membros daquele grupo⁴⁷⁹. Não é de se estranhar que os pedidos feitos pela participação nas guerras pernambucanas, muitas vezes, não fosse, por meio de decreto real, recompensado da forma pedida. Assim, se escrevia uma réplica por parte do

⁴⁷⁶ MONTEIRO & CARDIM. *Op. Cit.*

⁴⁷⁷ Para maiores detalhes acerca destes pactos ver MONTEIRO. *O ‘Ethos’ nobiliárquico ...*

⁴⁷⁸ Cunha e Monteiro salientam que mesmo os espaços mais longínquos do Império conseguiam se comunicar com o centro. Cf. CUNHA e MONTEIRO. *Op. Cit.*, pp. 242.

⁴⁷⁹ Russel-Wood destacou que o Conselho Ultramarino era o único órgão da administração central lusa que permitia a entrada dos naturais da América em suas fileiras, sendo, portanto um espaço privilegiado para integração de suas elites ao sistema. Cf. RUSSEL-WOOD. *Op. Cit.*

solicitante inicial, que tentava novamente convencer o rei da justeza de seu primeiro pedido⁴⁸⁰.

Ocupar os postos cismeiros da administração governamental, como os vice-reis, governadores-gerais e capitães-mores, não era tão necessário para que as elites periféricas se integrassem ao centro. Outras instituições permitiam isto, como os ofícios militares, a justiça, a fazenda, as ordenanças⁴⁸¹ e as Câmaras Municipais⁴⁸². Estas não eram importantes só pela relação centro-periferia, mas dentro das próprias periferias, posto que eram responsáveis pela tutela mútua que faziam entre seus membros, o que acarretava no *equilíbrio* social, sendo esta, mais uma característica da *Monarquia Pluricontinental*⁴⁸³. Foi o que também destacou Schwartz, que salientou que a estrutura, seja no nível cultural, político, administrativo entre outros, estava sempre sendo remetida a Portugal, o que ligava constantemente a colônia ao Reino e a tornava dependente⁴⁸⁴. Nesse sentido, podemos entender o porquê dos capitães tinham que ter prestado serviços também no reino. Além disto, existia espaço para que as elites periféricas tutelassem estes militares “reinóis”. Afinal de contas, para a defesa da barra existiam duas fortalezas, uma, a de Santa Cruz, com um perfil de ocupação de militares “reinóis”, mesmo tendo ligações com os Sás, enquanto a outra, a de São João, era ocupada por pessoas ligadas a localidade e aos Sás (antes da revolta ocorrida nos anos 60). Não sendo mister o *enraizamento de todos os agentes* no espaço colonial.

No campo da lógica e hierarquia social, se respeitava e corroborava a apresentada na região. Este seria o cadiz de natureza corporativa e polissinodal. Por isso as diferenças sociais, como os Hábitos e os títulos, como já dissemos, não era o fator preponderante que determinava a escolha. Ele servia para desempatar uma disputa que no geral se dava de maneira muito equilibrada. O que fazia com que, como sublinhou Monteiro e Cunha, as distinções sociais emanadas do centro também fossem buscadas

⁴⁸⁰ Cf. ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*, pp. 77-8.

⁴⁸¹ As ordenanças, por onde geralmente se começava a ascensão social e principal via para tal, eram uma das instituições mais importantes da localidade, inclusive muitas vezes possibilitavam o enobrecimento. No reino, os capitães-mores e sargentos-mores eram considerados nobres vitaliciamente, enquanto que para os capitães de ordenança a distinção valia enquanto estivessem exercendo o ofício. MONTEIRO. *Elites ...*, pp. 46 e ss.

⁴⁸² Esta é uma referência, já bem clássica, de Boxer, que diz que o que homogeneizava os espaços portugueses era a presença das Câmaras e das Misericórdias. Cf. BOXER. *O Império ...*, pp. 286.

⁴⁸³ CUNHA e MONTEIRO. *Op. Cit.*, pp. 242.

⁴⁸⁴ Mais uma vez o estudo de Albuquerque parece ser emblemático por isso. Cf. ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*

pelas periferias, ainda que estas tivessem uma hierarquia própria⁴⁸⁵. Apesar da procura, foram poucos os Hábitos lançados aqui no Brasil e, mais ainda no Rio de Janeiro, o que os tornavam mais importantes neste espaço geográfico, especialmente o de Cristo, o mais valorizado⁴⁸⁶.

Assim, nos parece que os fatores objetivos a serem levados em conta na escolha de um dos candidatos das duas fortalezas, apesar e/ou em razão do equilíbrio entre eles, eram um somatório daquelas características já levantadas e nunca uma única variável isolada. Com especial atenção a experiência militar, que era lida a partir de 4 (quatro) chaves, nesta ordem hierárquica.

Primeira, conhecimento da vivência local - não só no que diz respeito às questões militares, sobretudo de defesa, mas também sobre o funcionamento daquela economia - como recomendava o Regimento do Conselho Ultramarino e de sua gente, os índios.

Segunda chave, ter passado por batalhas da Restauração Portuguesa, onde se ganharia experiência militar e se teria a oportunidade de provar a lealdade na luta pela independência de Portugal frente aos principais inimigos naquele momento, os espanhóis⁴⁸⁷. Terceira, se havia praticado algum sacrifício, ou com o uso de sua fazenda ou tendo sido ferido ou ficado prisioneiro do inimigo. E a quarta, os anos de serviços, sempre muito elevados, mais depois que se atingia algo em torno de 8 (oito) anos, não havia muito mais diferenças entre eles.

As duas primeiras chaves eram imprescindíveis. As distinções sociais serviam para desempatar estes critérios, que mais uma vez eram bastante equilibrados. Interessante notar que este grau de importância entre estas características sempre foi o mesmo, ou seja, não sofreram alterações de acordo com a conjuntura do reino. O mesmo não se pode falar a respeito das conjunturas na capitania do Rio de Janeiro. Deste modo, a revolta contra os Sás inaugurou um novo panorama que influenciará nas futuras escolhas na fortaleza de São João. Assim, como a nomeação e o assassinato de um destes capitães, Francisco Pinto Pereira. E também possibilitou, durante um período

⁴⁸⁵ Cf. CUNHA e MONTEIRO. *Op. Cit.*, pp. 191-252. Interessante notar que nas consultas aos cargos, nas quais são relatados os serviços e a qualidade dos candidatos não aparecem distinções locais, apenas as que tinham importância no centro. Foi o que também mostrou Xavier de Albuquerque na busca dos pernambucanos que lutaram contra os holandeses e pediam um Hábito.

⁴⁸⁶ OLIVAL. *As ordens ...*, pp. 458-459 e ALBUQUERQUE, C. X. *Op. Cit.*

⁴⁸⁷ Hespanha e Nogueira da Silva mostram que os mitos fundacionais do Estado Português, desde a Idade Média, estavam ligados ao combate aos espanhóis, que novamente eram resgatados. Cf. HESPANHA, Antonio Manuel e NOGUEIRA DA SILVA, Ana Cristina. *A identidade portuguesa*. In MATTOSO, José. *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4, pp. 18-41.

no qual a nobreza da terra se encontrava desorganizada, um maior controle por parte da Coroa.

Conclusão

Para concluir, voltemos as nossas consultas e a atuação dos conselheiros e do monarca. Queremos destacar que estes agentes deveriam ser bastante hábeis para conseguirem manobrar, quando faziam suas escolhas, dentro deste quadro que valorizava a experiência local que o candidato deveria possuir. Uma vez que ocupar o ofício estava inserido em um conjunto de interesses que privilegiariam determinadas atitudes, especialmente as ligadas ao comércio. Isto fica mais claro, quando nos deparamos com a conjuntura pós-restauração em que a capitania do Rio de Janeiro se mostrava a área de alargamento de fronteiras mais importante do Império⁴⁸⁸, apesar de não ser a região principal, posto que só viria a ocupar no século seguinte, o que acarretou no aumento das tensões sociais. Não é a toa que a historiografia vem chamando a atenção para o fato da expansão portuguesa se adaptar os seus objetivos e métodos as circunstâncias que ao longo do tempo surgiam, de acordo com as possibilidades daquele momento. Por isso a utilização da expressão “expansões”, no plural, ao invés de seu uso no singular, “expansão”⁴⁸⁹.

No que pese que as nomeações pudessem seguir um padrão onde interesses individuais se apresentavam e que as redes estivessem repletas de parentes e clientes, as escolhas não se davam dentro deste universo de forma fixa e imutável. Novas oportunidades apareciam dentro desta expansão de fronteira, assim muitas vezes as escolhas poderiam ser circunstanciais, como enfatizou Gouvêa⁴⁹⁰.

Pois bem, se Doré falou de “expansões”⁴⁹¹; se Gouvêa de “escolhas circunstanciais”⁴⁹²; se Olival e Monteiro de “abertura e fluidez”⁴⁹³ e outros tantos de “mobilidade social”, Olival também destacou que a manutenção do Império aumentou cada vez mais a distribuição das mercês. E que estas mercês e a maneira de as conceder mudava⁴⁹⁴. Ao mesmo tempo, enfatizou que “este dispositivo foi sendo dotado de forte

⁴⁸⁸ Reconquista de Angola (1648) e fundação da Colônia de Sacramento (1680)

⁴⁸⁹ DORÉ, Andréa. Charles Boxer, novas perguntas e os butins de guerra nos espaços portugueses no século XVII. In VAINFAS, Ronaldo & MONTEIRO, Rodrigo B. *Império de várias faces*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 200.

⁴⁹⁰ GOUVÊA. André Cusaco ..., pp. 157 e 163.

⁴⁹¹ DORÉ. Charles Boxer ..., pp. 200.

⁴⁹² GOUVÊA. André Cusaco ..., pp. 157 e 163.

⁴⁹³ OLIVAL & MONTEIRO. Op. Cit., pp. 1227 e 1238.

⁴⁹⁴ Em recente artigo a autora analisa a política de incentivo montada pela Coroa para que se fossem organizadas várias expedições ao sertão para a procura de minas. Esta política se dava através de promessas de mercês que a autora denominou de extraordinárias. A autora mostra que ao se planejar uma

plasticidade, pois tinha grande capacidade de adaptação aos interesses da coroa⁴⁹⁵. Esta plasticidade contribuía para a integração das periferias, no nosso caso.

Atentemos para o destaque que Fragoso deu a respeito das elites fluminenses e sua relação com a Coroa. Quando aquele grupo se encontrava cindido, como na conjuntura pós-revolta de 1660-1, o monarca conseguia se impor com mais força, como vimos nas nomeações de Baltasar César D'êça, em 1664, na fortaleza de Santa Cruz, e Francisco Pinto Pereira, em 1669, na de São João. Quando aquele grupo se reagrupou, em fins de 1690, a Coroa novamente teve que mudar sua posição, passando a ceder mais na negociação. Assim, ambas as capitanias do forte passaram novamente aos membros da localidade.

Entretanto, como destacou Elias, este quadro de pessoa que compunham o Estado, deve ser visto como justaposto a um movimento mais amplo de formação do Estado nacional. O autor também sublinhou que as instituições, no nosso caso, os ofícios militares, o Conselho Ultramarino e a própria Coroa, são permeadas de tensões e conflitos. E o que a princípio pode parecer um modelo simples, pode ser ampliado para batalhas mais complexas. Desta forma, problemas que podem parecer individuais/pontuais podem durar gerações/estruturais.

Não é a toa que Monteiro afirmou que não só o topo da hierarquia “civil” como da militar seria composto pelos nobres que participaram da Restauração portuguesa, até o século XIX. Nem mesmo a modernização da sociedade e do exército propostos por Pombal, para o primeiro, e pelo Conde Lippe, para o segundo, obtiveram o sucesso esperado. Desta maneira, o exército português só pôde virar uma entidade autônoma, com suas próprias regras a partir do século XIX⁴⁹⁶.

Não nos esqueçamos que estamos dentro de um movimento que a historiografia chama de formação dos Estados nacionais. No entanto, nunca devemos nos esquecer da dinâmica de uma sociedade, pois:

nova expedição e a requisição de mercês pelo serviço que ia se prestar, estas se inspiravam em pedidos já feitos anteriormente. No entanto, com o passar do tempo e com o fortalecimento da dinastia Bragantina, as mercês foram cada vez menores. O que nos importa aqui é a possibilidade de se mudar o padrão remuneratório. Cf. OLIVAL, Fernanda. O Brasil na disputa pela política de mercês “extraordinárias” da coroa (séculos XVI-XVIII). In VAINFAS, Ronaldo & MONTEIRO, Rodrigo B. Império de várias faces. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 151-174.

⁴⁹⁵ OLIVAL, Fernanda. O Brasil na disputa pela política de “extraordinárias” da coroa (séculos XVI-XVIII). In VAINFAS, Ronaldo & MONTEIRO, Rodrigo B. *Império de várias faces*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 170.

⁴⁹⁶ MONTEIRO, Nuno G. Comandos militares e elites sociais. In HESPANHA, A. M. (Coord.). *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004.

O ajustamento entre instituições e necessidades em sociedade em constante mudança nunca é completo. Disparidades podem surgir ora em virtude de mudanças técnicas, ora em consequência de condições e exigências sociais. Quaisquer que sejam suas causas imediatas elas criam dificuldades específicas, produzem atritos e conflitos, confrontam cada membro de uma profissão com problemas que não são por ele criados⁴⁹⁷.

No que pese que a sociedade de Antigo Regime luso buscava a imobilidade social, com a noção de que o tempo não passava e por isso não acarretava mudanças no corpo social, as coisas não eram bem assim. Ajustamentos estavam sempre sendo feitos, sob diversos aspectos. Pensemos na capitania do Rio de Janeiro, local de nosso estudo, os comerciantes começavam a se tornar mais importantes e eram paulatinamente incorporados aos *conquistadores*; mudanças urbanísticas apareciam na cidade, ruas eram abertas e fortalezas eram reformadas ou construídas entre outras tantas.

As tomadas de decisões por parte da Coroa ou do Conselho Ultramarino também sofriam ajustamentos, posto que as conjunturas mudavam, pois a guerra contra Holanda se encerrara, a Espanha reconhecia a independência lusa, revoltas ocorriam na América e etc. Entretanto, uma coisa permanecia bem forte, mas que também aos poucos ia se ajustando, a valorização da experiência. No nosso caso, em especial da experiência local⁴⁹⁸.

Nas fortalezas da barra da capitania do Rio de Janeiro eram fundamentais não só no aspecto físico, como vimos no primeiro capítulo. Não podemos nos esquecer que embora os desenhos e mapas das fortalezas fossem remetidos para Lisboa para receberem a aprovação, a recomendação era que se adaptasse o “modelo europeu” para a realidade na qual seria empregada, que só seria captada por quem tinha a experiência local.

Por outro lado, apesar das mudanças nas conjunturas locais, motivadas pelo fim do perigo batavo ou pela Revolução contra Salvador Correa de Sá e Benevides, a experiência local ainda era determinante para ser nomeado capitão de fortaleza, como vimos no segundo e terceiro capítulos.

Infelizmente não saberíamos ponderar até quando esta experiência local seria vital. No século XVIII o porto do Rio de Janeiro passaria a ser o centro das atenções no que diz respeito às rotas mercantis imperiais lusa, em razão da descoberta do ouro. O que provavelmente colocava todos os agentes, Coroa, como nobreza da terra, sob nova perspectiva ao “sentarem” à mesa para negociar. Portanto, um estudo no qual mostrasse

⁴⁹⁷ ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. In Revista Mana, vol 7, nº1, 2001, pp. 91.

⁴⁹⁸ Posteriormente com o avanço dos setecentos a valorização acadêmica começa a ganhar espaço.

qual era o perfil dos capitães destas fortalezas nos setecentos seria bastante interessante, para que pudesse ser comparado ao nosso⁴⁹⁹.

Para finalizar e retomar nossa licença poética lembremos o poeta do início do texto. *Havia*, quase sempre, *tantas léguas a separar* os candidatos de seu monarca. Os constantes deslocamentos destes fiéis vassallos de Sua Majestade os levavam a: *navegar*, *lutar*, *pedir e*, quem sabe, *receber*, desde que tivessem lutado no mesmo lócus onde se pedia e aí talvez a *feira* pudesse ser *bonita* se fossem agraciados com alguma mercê pelo rei. Destarte, nosso estudo é uma gota d'água dentro da grandeza do mar lusitano tão cantado pelos poetas.

⁴⁹⁹ Sobre as transformações ocorridas no Rio de Janeiro, no século XVIII, que estão ligadas, sobretudo, ao descobrimento das minas ver FRAGOSO, João. Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no setecentos. In MONTEIRO, Nuno. CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da (orgs). *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, pp. 133-168; e SAMPAIO, Antônio C. J. A produção política da economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750). In *Revista Topoi*, nº 7, 2003, pp. 276-312.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. A Remuneração de serviços da guerra holandesa. Recife: Imprensa Universitária/ UFPE, 1968.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Atlas Histórico Escolar. Brasília: MEC, 1977.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Viventes. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ALGRANTI, Leila M. & MEGIANI, Ana Paula (orgs). Introdução. In ---. O império por Escrito – formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico – séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2009.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses Indígenas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARAÚJO, Ricardo Teles. Habilitandos Brasileiros às ordens militares, ao Santo Ofício e à Leitura de Bacharéis. In *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro: IHGB, nº 394, ano 158, jan/mar 1997.
- BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa na época moderna. In TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Editora UNESP e Edusc, 2000.
- BARTH, Fredrik Process and form in social life. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- . O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra-capla, 2000.
- . Sohar, culture and society in an Oman Town. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.
- BEBIANO, Rui. A pena de Marte. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.
- . Elementos de um barroco militar. In *Revista de História das idéias*. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. 11, 1989, pp. 113-127.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Typ. Arch. de Hist. Brasileira, 1936, Vol. 34.
- BICALHO, Maria Fernanda. A cidade e o império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- . Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Braziliense*, nº 2, novembro de 2005. www.almanack.usp.br .
- BLUTEAU, D. Raphael . Vocabulário Português e latino. Rio de Janeiro: UERJ, 2000, Cd-rom.
- BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira. Habilitações nas ordens militares – séculos XVII a XIX. Ordem de Cristo. Tomo I e II. Lisboa: Guarda-mor, 2008.
- BOXER, C. R. O Império Colonial Português (1415–1825). São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- . Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola – 1602-1686. São Paulo: Editora Nacional, 1973. Coleção Brasileira, Vol. 353.
- BRADING, David A. La monarchia Católica in orbe indiano. México: Fondo de cultura econômica, 1991.
- BUARQUE DE HOLLANDA. Sérgio (dir). A Política Financeira. In ---. *História Geral da Civilização Brasileira – a época colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil/MEC, 1997, Vol. 2.
- BUENO, Beatriz Siqueira e REIS, Nestor Goulart. Cidades e fortes coloniais. In *Revista DaCultura*, Ano II No 3, jan-jun 2002.
- BUENO, Beatriz Siqueira. Desenho o designio – o Brasil dos engenheiros militares. In *Revista Oceanos*, Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Número 41, jan/mar 2000.
- BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In --. *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- . História e teoria social. São Paulo:Unesp, 1992.
- CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Entre a sombra e o Sol – a revolta da cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense. (Rio de Janeiro, 1640-1667). Dissertação de Mestrado em Historia. UFF: Niterói, 2003.
- CAETANO, Marcello. O Conselho Ultramarino – esboço da sua história. Rio de Janeiro: Sá Cavalcante editores, 1969.
- CARDIM, Pedro. A casa real e os órgãos centrais do governo no Portugal da segunda metade de seiscentos. In *Revista Tempo*, nº 13, vol. 7, Rio de Janeiro, 7 letras, 2002, pp. 13-57.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & ARAUJO, Paulo H. Rio de Janeiro. Madri: Mapfre, 1992.

- CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CHAGAS DOS SANTOS, Carlos. Fortaleza de Santa Cruz – sítio histórico do exército brasileiro. In Revista DaCultura. Rio de Janeiro: Diretoria de Assuntos Culturais, ano I, nº1, jan/jun 2001, pp. 43-48.
- CHARTIER, Roger. A história cultura: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CIPOLLA, Carlo M. Canhões e velas na primeira fase da expansão europeia (1400-1700). Lisboa: Gradiva, 1989.
- COARACY, Vivaldo Memórias da Cidade do Rio de Janeiro – quatro séculos de histórias. Rio de Janeiro: Documenta Histórica editora, 2008.
- . O Rio de Janeiro no século 17. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- COSENTINO, Francisco Carlos. Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII) – ofícios, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume, 2009.
- COSTA, Ana Paula Pereira. Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica (1735-1777). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, Dissertação de mestrado.
- COSTA, Fernando Dores Costa. A Guerra da Restauração, 1641-1668. Lisboa: Livros horizonte, 2004.
- COSTA, Leonor Freire da. Elite mercantil na Restauração: para uma releitura. In MONTEIRO, Nuno. CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da (orgs). *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, pp. 99-132.
- COTTA, Francis Albert. Quando os filhos de Marte partem da Lusitânia: o processo de mundialização da cultura militar portuguesa. In Textos de apoio do PEG (programa especial de graduação). Texto disponível na internet. www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/quandoosfilhosdemartepartemdalusitania.pdf . Sem data.
- COUTO, Diogo. O soldado prático. Lisboa: Edições Europa-América, s/d.
- CUNHA, Mafalda S. da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). In BICALHO e FERLINI. *Modos de governar*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 69-92.

- CUNHA, Mafalda Soares da e NUNO, Monteiro. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In MONTEIRO, Nuno. CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da (orgs). *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, pp. 191-252.
- DORÉ, Andréa. A fortaleza e o navio: espaços de reclusão na Carreira da Índia. In Revista *Topoi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, jan-jul 2008, v.9 n° 16, pp. 91-116.
- DORÉ, Andréa. Charles Boxer, novas perguntas e os butins de guerra nos espaços portugueses no século XVII. In VAINFAS, Ronaldo & MONTEIRO, Rodrigo B. *Império de várias faces*. São Paulo: Alameda, 2009.
- DUARTE, A. P. D. Para uma tipologia da guerra no século XVII – a batalha das linhas de Elvas. In www.revistamilitar.pt, consultada em 06/06/2006.
- ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. In *Revista Mana*, vol 7, n°1, 2001, pp. 89-116.
- ELLIOT, J.H. A Europe of composite monarchies. In *Past and Present*, n° 137, 1992, pp. 48-71.
- . La España imperial. Madrid: RBA Coleccionables, 2006.
- FERREZ, Gilberto. O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto, 1555-1800. Rio de Janeiro: Serviço de documentação geral da marinha, 1972.
- FONSECA, Antonio Vitoriano Borges da. Nobiliarquia Pernambucana. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1925, vol. 47.
- FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. In FRAGOSO, João (Org.). Et al. *Nas Rotas do Império*. Vitória: Edufes, 2006, pp. 25-72.
- . Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. In *Revista Tempo*: Rio de Janeiro: 7 letras, 2009, no prelo.
- FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João. A Nobreza da República: Notas Sobre a Formação da Primeira Elite Senhorial do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII). In *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, pp. 45–122.
- . A nobreza vivem em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. In *Revista Tempo: Dossiê: negócio e riqueza*. Rio de Janeiro: 7 Letras, Vol. 8, n° 15, Jul. 2003, pp. 11–35.

- . Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In *Revista Topoi*: Rio de Janeiro: 7 Letras, nº 5, 2002, pp. 41-70.
- . Imperial (re)visions: Brazil and the portuguese seaborne empire. Conference in Memory of Charles R. Boxer. Fidalgos da terra e o Atlântico sul. SCHWARTZ e MYRUP (orgs.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru: Edusc, 2009, pp. 75-112.
- . Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no setecentos. In MONTEIRO, Nuno. CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, pp. 133-168.
- . Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In FRAGOSO, João, ALMEIDA, Carla M^a & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 33-120.
- . Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro Seiscentista. In TEIXEIRA DA SILVA, Francisco e MATTOS, Hebe e FRAGOSO, João (orgs.). *Escritos sobre História e Educação: homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, pp. 247-288.
- FRANÇA. Jean Marcel Carvalho. Visões do Rio de Janeiro Colonial – antologia de textos (1531-1800). Rio de Janeiro: EdUERJ/ José Olympio, 1999.
- FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.
- GINZBURG, Carlo O queijo e os vermes. São Paulo: Cia. das letras, 1987.
- . O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In. ---, A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989, pp. 169-178.
- GODINHO. Vitorino Magalhães . Os descobrimentos e a economia mundial. Lisboa: Presença, 1987.
- GOMES, José Eudes Arraias Barroso. As milícias D’el Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista. Niterói: UFF, 2009. Dissertação de Mestrado.
- GONÇALVES, Regina Célia. Guerras e Açúcares. Política e economia na capitania da Parayba – 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, FRAZÃO, Gabriel, NOGUEIRA DOS SANTOS, Marília. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. In *Revista Topoi*, nº 8, 2004, pp. 96-137.

- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. André Cusaco: o irlandês “intempestivo”, fiel súdito de Sua Majestade. Trajetórias administrativas e redes governativas no Império Português, ca. 1660-1700. In VAINFAS, Ronaldo et al (org.). *Retratos do Império.* Niterói: EdUFF, 2006, pp. 155-175.
- . Conexões imperiais: ofícios régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730). In BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar.* São Paulo: Alameda, 2005, pp. 179-197.
- GOUVEIA, António Camões e MONTEIRO, Nuno G. A Milícia. MATTOSO, José. (Dir). *História de Portugal.* Lisboa: Editoria Estampa, 1993, Vol. 4, pp. 197-203.
- GRENDI, E. Il Cervo e La repubblica. Il modelo ligure di antico regime. Milão: Einaudi, 1992.
- . La micro-analisi: fra antropologia e storia. In *Polanyi: dall'antropologia econômica Allá microanalisi storica.* Milão: Etas Libri, 1978.
- GUEDES, João Alfredo Libâneo. Da Restauração a D. João V. Brasília: Fundação Centro de Formação do Serviço Público, 1984. Vol. 4. Da História administrativa do Brasil. Coordenação de Vicente Tapajós.
- HERMANN, Jacqueline. No reino do desejado. São Paulo: Cia das letras, 1998.
- HESPANHA, Antonio Manuel e NOGUEIRA DA SILVA, Ana Cristina. A identidade portuguesa. In MATTOSO, José. *História de Portugal. O Antigo Regime.* Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4, pp. 18-41.
- HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 163-188.
- . Nova história militar de Portugal. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004.
- . As vésperas do Leviathan. Coimbra: Almedina, 1994.
- . As faces de uma Revolução. In Penélope. Lisboa: Edições Cosmos, nº9/10, pp. 7-16.
- JAYO, Antonio Hoyuela. Brasil, una construcción hispánica – el papel de la Unión de las Coronas en la definición de um urbanismo original ibérico. In I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica.
- KEEGAN, John. Uma história da guerra. São Paulo: Companhia de bolso, 2006.
- LE GOFF, Jacques. Uma longa Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- LEITE, Jorge Luiz de Miranda. O dito e o feito – Heróis exemplares nos relatos de guerra na Restauração pernambucana (160-1654). Niterói: UFF, 2009, dissertação de mestrado.
- LEVI, Giovanni. A herança imaterial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- . Centro e periferia di uno Stato Assoluto. Turin: Rosenberg & Seller, 1985.
- . Reciprocidad Mediterrânea. In *Revista Tiempos Modernos*. Buenos Aires, nº 2, 2002.
- . Regiones y cultura de las clases populares. In *Relaciones – Estudios História y sociedade*, 94, vol. XXIV Michoacán, México, 2003, (Relaciones 94, primavera 2003, vol. XXIV)
- . Sobre a micro-história. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Unesp, pp.133-161.
- LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. A micro-história italiana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. A Sociedade. In MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, Vol. 3, pp. 469 - 509.
- . Andanças atlânticas em tempos hispânicos. In VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. *Os espaços de sociabilidade na Ibero-americana*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, pp. 141-149.
- MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: Estrutura política e econômica do Império, 1580-1750. In BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina. Vol I- América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 1998, 2ª edição, pp.447-476.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Olinda Restaurada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- MENDONÇA DE OLIVEIRA, Mário. As primitivas defesas da cidade de Salvador. In *Revista DaCultura*. Rio de Janeiro: Diretoria de Assuntos Culturais, ano VII, nº 12, junho de 2007.
- MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701). Recife: UFPE, 2006. Dissertação de Mestrado.
- MONTEIRO, Nuno G. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroca: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750). In TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*. São Paulo: Editora Unesp e Edusc, 2000.
- . Elites e poder entre o Antigo Regime e o liberalismo. Lisboa: ICS, 2003.

- . O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense*, nº 2, novembro de 2005. www.almanack.usp.br.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo e CARDIM, Pedro. La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias. In *Cuadernos de História Moderna*, 2005, nº 30, 7-40.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. O rei no espelho. São Paulo: Hucitec, 2002.
- OLIVAL, Fernanda e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Mobilidade Social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). In *Análise Social*, vol. XXXVII (165), 2003, pp. 1213-1239.
- OLIVAL, Fernanda. As ordens militares e o Estado Moderno – honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001.
- . As Ordens Militares na historiografia portuguesa (séculos XVI-XVIII). Notas de balanço. In *Revista Penélope*: Lisboa, nº 17, 1997, pp. 97-108.
- . Mercado de hábitos e serviços em Portugal (séculos XVII-XVIII). In *Análise Social*. Vol. XXXVIII (168), 2003, pp. 743-769.
- . O Brasil na disputa pela política de mercês “extraordinárias” da coroa (séculos XVI-XVIII). In VAINFAS, Ronaldo & MONTEIRO, Rodrigo B. *Império de várias faces.* São Paulo: Alameda, 2009, pp. 151-174.
- OLIVEIRA, Ricardo. Amor, amizade e valimento na linguagem cortesã do Antigo Regime. In *Revista Tempo*. Niterói: UFF, vol. 11, nº 21, julho de 2006, pp. 97-120.
- . Valimento, privança e favoritismo: aspectos da teoria e cultura política do Antigo Regime. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/CAPES, Volume 25, nº 50, 2005, pp. 217-238.
- PAGANO DE MELLO, Christiane Figueiredo. Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII – as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-sul da América. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2002.
- PARENTE, Paulo André Leira. Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação. In *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: IGHMB, ano 66, nº 93, 2006, pp. 37-45.
- PARKER, Geoffrey. The Military Revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, 9TH ed.

- PEDREIRA, Jorge. Os homens de negócio de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995, tese de doutorado.
- POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POMPA, Cristina. Religião como tradução – missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial. Bauru: Edusc, 2003.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000.
- PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros (1504-1654). São Paulo: Brasiliense, 2002.
- RAMINELLI, Ronald. Honras e malogros: trajetória da família Camarão 1630-1730.
- VAINFAS, Ronaldo & MONTEIRO, Rodrigo B. *Império de várias faces*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 175-192.
- RHEINGANTZ, Carlos. Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Livraria Brasileira, 1965.
- RUSSELL-WOOD. A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. In *Revista Brasileira de História*, vol. 18, nº 36, 1998.
- SALGADO, Augusto. O poder naval português no Atlântico. In *Actas do Congresso internacional – Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. <http://www2.iict.pt/?idc=12&idi=13638>
- SALGADO, Graça (Coord). Fiscais e meirinhos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SAMPAIO, Antônio C. J. Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime Português. In FRAGOSO, João (Org.). Et al. *Nas Rotas do Império*. Vitória: Edufes, 2006, pp. 73-95.
- . A produção política da economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750). In *Revista Topoi*, nº 7, 2003, pp. 276-312.
- . de. Na encruzilhada do Império – hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- SCHAUB, Jean Frédéric. La catégorie – ‘études coloniales’ est-elle indispensable?. In *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 2008/2, 63e année, pp. 625-646.
- SCHWARTZ, Stuart. Burocracia e sociedade no Brasil colonial. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.
- SERRANO, Julio Pérez. Perspectivas para una historia regional en tiempos de globalización. In *Revista Escuela de Historia*. Facultad de Humanidades – Universidade Nacional de Salta. Salta (Argentina), v. 1 nº4, 2005, pp. 5.

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Do Brasil filipino ao Brasil de 1649. São Paulo: Cia editora nacional, 1968. Coleção Brasileira, vol. 336.
- SILVA, Kalina Vanderlei. O Miserável Soldo & a boa ordem da sociedade colonial. Recife: Prefeitura da cidade do Recife, 2000.
- SILVA, Luiz Geraldo. Cooperar e dividir: mobilização de forças militares no império português (séculos XVI e XVII). In DORÉ, Andréa, LIMA, Luís Filipe Silvério e SILVA, Luiz Geraldo. *Facetas do Império na História – conceitos e métodos*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.
- . Vicissitudes de um império oceânico: o recrutamento das gentes do mar na América portuguesa (séculos XVII e XVIII). In *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, V.3, n. 5 – Junho de 2007.
- SILVA, Maria Angélica da Silva. História de paisagens: a natureza verde e o surgimento das vilas e cidades no Brasil Colonial.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Ser nobre na colônia. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- SKINNER, Quentim. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Cia das letras, 2006.
- SOARES, Luiz Carlos. As guerras comerciais no século XVII: uma “longa guerra” entre as potências européias. In VAINFAS, Ronaldo & MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Império de várias faces*. São Paulo: Editora Alameda, 2009, pp. 217-239.
- STUDNICKI-GIZBERT, D. A nação e o império: o espaço da diáspora marítima portuguesa no Atlântico luso-ibérico do século 17. In SCHWARTZ e MYRUP (orgs.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru: Edusc, 2009, pp. 113-146.
- SUBTIL, José. Os poderes do centro. In MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4, pp. 157-193.
- TAVARES DA CONCEIÇÃO, Margarida. A praça da guerra aprendizagens entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação. In *Revista Oceanos*, Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Número 41, jan/mar 2000.
- TAVARES, A. de Lyra. A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil. Rio de Janeiro: SPME, 1965.

- TEIXEIRA, Nuno Severiano. A história militar e a historiografia contemporânea. In *Revista A Nação e a defesa*. Lisboa: Instituto da defesa nacional, 1991, ano XVI, nº 59, pp. 53-71.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. História da engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX). Rio de Janeiro: Clavero, 1994.
- TORRE DO TOMBO. Inventários dos livros das portarias do Reino. Lisboa: Imprensa Nacional, Vol. 1 e 2, 1909.
- VAINFAS, Ronaldo & MONTEIRO, Rodrigo B. Império de várias faces. São Paulo: Alameda, 2009.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.) Dicionário do Brasil colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, pp. 265.
- . Traição. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- VALLADARES, Rafael. La rebelión de Portugal. Guerra, conflicto y poderes en la monarquía hispánica. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1998.
- VARNHAGEN, Francisco A. História Geral do Brasil. São Paulo: Edições melhoramentos, 1956, 6ª edição, tomo I.
- WEHLING, Arno. A pesquisa da História Militar Brasileira. In *Revista DaCultura*. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, ano I, nº1, jan/jul 2001, pp. 35-38.
- XAVIER, Ângela B. & CARDIM, Pedro. D. Afonso VI. Lisboa: Circulo dos Leitores, 2006.
- XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA. António Manuel. As redes Clientelares. In MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4, pp. 381-394.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)